

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

**DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE IMAGENS ÍNTIMAS: EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES E DE CUIDADOS EM SAÚDE**

Laís Barbosa Patrocino

Belo Horizonte

2022

TESE

DSC – IRR

L. B. PATROCINO

2022

LAÍS BARBOSA PATROCINO

**DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE IMAGENS ÍNTIMAS: EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES E DE CUIDADOS EM SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva – Área de Concentração Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde.

Orientação: Paula Dias Bevilacqua

Belo Horizonte

2022

Catálogo-na-fonte
Rede de Bibliotecas da FIOCRUZ
Biblioteca do IRR
CRB/6 1975

P276d
2022

Patrocino, Laís Barbosa.

Divulgação não autorizada de imagens íntimas:
experiências de mulheres e de cuidados em saúde/ Laís
Barbosa Patrocino. – Belo Horizonte, 2022

XIII, 221 f. il.; 210 x 297mm.

Bibliografia: f. 28-35

Tese (Doutorado) – Tese para obtenção do título de
Doutor em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou.
Área de concentração Políticas Públicas, Programas e
Serviços de Saúde.

1. Violência contra as mulheres 2. Saúde da Mulher 3.
Cuidado I. Título. II. Bevilacqua, Paula Dias (Orientação).

CDD – 22. ed. – 155.916

LAÍS BARBOSA PATROCINO

**DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE IMAGENS ÍNTIMAS: EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES E DE CUIDADOS EM SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva – área de concentração Políticas públicas, programas e serviços de saúde.

Orientação: Dra. Paula Dias Bevilacqua

Banca examinadora:

Prof. Dra. Paula Dias Bevilacqua (IRR/ FIOCRUZ MINAS) Presidente

Prof. Dra. Paloma Ferreira Coelho Silva (IRR/ FIOCRUZ MINAS) Titular

Prof. Dra. Ana Pereira dos Santos (IRR/ FIOCRUZ MINAS) Titular

Prof. Dra. Flora Rodrigues Gonçalves (IRR/ FIOCRUZ MINAS) Titular

Prof. Dra. Maria Ignez Costa Moreira (PUC Minas) Titular

Tese defendida e aprovada em Belo Horizonte, 16/02/2022.

Dedico este trabalho às mulheres que, ao compartilharem comigo suas histórias e conhecimentos, tornaram possível sua realização.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pela bolsa de doutorado, com votos de que o investimento em ciência e tecnologia não esteja ameaçado no Brasil.

Agradeço ao Instituto René Rachou pelas concessões de auxílio financeiro para a participação em congressos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço à Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) pelo apoio estrutural à pós-graduação e em especial à Patrícia Parreiras, sempre solícita e diligente com as demandas de estudantes. À Mirian Fernandes, agradeço pelo acolhimento e simpatia cotidiana.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva pela formação e pela abertura a sua construção participativa. Agradeço às professoras e professores pelas disciplinas, em especial às presenças de Celina Modena e Zélia Profeta.

Agradeço imensamente à professora Paula Bevilacqua, pela orientação, pelas disciplinas, pela condução da coordenação do Programa, pelo apoio (às idiossincrasias que inevitavelmente apresentamos), mas, sobretudo pela relação de parceria fluida, leve e agradável que nosso encontro possibilitou estabelecermos.

Agradeço à professora Érica Souza e ao professor Tiago Coutinho pelas contribuições na banca de qualificação. À Érica, agradeço ainda pela parceria, pela disciplina e grupo de estudos em gênero que já traziam contribuições a esta pesquisa.

Agradeço muito às pesquisadoras que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa e contribuir com o trabalho, Ana Santos, Flora Gonçalves, Maria Ignez Moreira e Paloma Coelho. À Paloma, agradeço ainda pelas disciplinas ministradas e pelas ótimas sugestões para a pesquisa.

Pelo grande presente que foi a turma da pós, só posso sentir gratidão. Muito, muito obrigada, Ana Cristina Costa (por sempre contribuir com os debates dizendo o que precisa ser dito e repetido), André Costa, Cibele Lima (também pelo quintal sempre aberto e que soubemos aproveitar mesmo na chuva), Mariana Santos (também pelas poucas e breves, mas muito alegres e significativas trocas de livros e comidas durante a pandemia), Iara Veloso (também por sua casa que felizmente soubemos aproveitar), Maíra Porã, Marcela Lima (também pelas caronas e

aprendizados), Marcela Quaresma, Natalia Tenuta, Natália Onuzik, Nathália Lopes e Tereza Nogueira! Dos nossos encontros regados à poesia, concluímos que é possível construir relações menos tóxicas e mais afetuosas na pós-graduação. À Bel, Iaiá e às Nat's, agradeço ainda pelo acolhimento cotidiano. À Marcela Quaresma, agradeço especialmente pelas contribuições ao trabalho e pelas videochamadas nos momentos de leveza e também de desassossego durante a pandemia.

Ao André, à Mari, junto da Anelise Souza, Gabriella Bernardes, Gislaine Alves, Sara Souza, Wanessa Debôrtoli e ainda Stephanie Cabral, agradeço também pela parceria e convivência que culminaram no surgimento do grupo Integra – Interseccionalidades, Gênero e Raça. Um abraço especial para o professor Rodrigo Ednilson de Jesus pelo curso de relações étnico-raciais que tanto nos inspirou. Agradeço a demais colegas do René, Lucas Barbi e Cláudia Gersen, pela parceria. Abraços também para a Laila Heringer e para o Raul Lansky.

Agradeço a todas as colegas do Grupo de Pesquisa Violência, Gênero e Saúde pelas boas trocas nos encontros. Agradeço especialmente ao Mateus Faria pela cumplicidade e pela combinação entre leveza e firmeza diante de nossas lutas e ideais.

Agradeço muito especialmente às 29 mulheres que gentilmente me concederam entrevista para a realização da pesquisa. Com marcas de choros e risos, sou muito grata por tudo o que aprendi com cada uma de vocês. Agradeço também ao Instituto Florescer (JF).

Agradeço muito à minha família, cujo apoio presente e passado refletem em cada passo desta trajetória. À minha mãe Maria de Fátima Barbosa e ao meu pai Adalberto Patrocino, só posso dizer que vocês se superaram ainda mais como avós, nesta que, sem dúvidas, é uma passagem que tanto modificou nossas vidas.

Agradeço muito à Juliana Jayme - cujo apoio e afeto estão presentes desde a minha infância -, ao meu irmão e a minhas irmãs João, Luiza e Marina Patrocino. À Nina, agradeço também por ter me acolhido para a finalização da qualificação. Agradeço também à Ana Santos e a nossa pequena Maria Luísa Patrocino, que chegaram para fortalecer ainda mais nossos laços.

Agradeço à minha avó Olympia Patrocínio por sua inabalável fé que estende a proteção sobre nós, a meu avô Levindo Patrocínio, exemplo de força, e a meu avô Murilo Barbosa, que mesmo já tendo passado dos 90, não se cansou de ler o mundo e de se posicionar sobre ele. Às minhas queridas tias Cássia e Mônica Barbosa e Marina Fernandes, obrigada pelo afeto e reconhecimento cotidianos - é maravilhoso contar com eles. Agradeço também à Virgínia

Cerqueira, que chegou para somar. Agradeço especialmente à minha dindi Maria Leila Pellegrinelli, desde sempre meu grande exemplo de educadora.

Muito obrigada às minhas comadres e compadre! À Érica Dumont, agradeço muito por ter me apresentado a saúde e o cuidado em seus amplos sentidos e pela amorosa parceria e interlocução no trabalho e na vida. À Flor Bevacqua, Júlia Tizumba e Beli Tonsich, agradeço pela inspiração e pelo privilégio de compartilharmos o amor a nossas criações mais orgânicas. À Florzinha, agradeço também por ter me emprestado o aparelho utilizado na pesquisa. Muchos besos también a Emi Di Piero y Leti Gioda, siempre cerca.

Às amigas e amigos das sociais, agradeço especialmente à Lânia Silva e à Sílvia Maia pela presença e afeto cotidianos. Agradeço ao Thales Santos pelas trocas de artigos e reflexões. À Laís Jabace, agradeço também pelos tantos livros de literatura que me encheram de alegrias nesses últimos anos.

Pelas nossas tantas trocas, mesmo que sérias, divertidas, agradeço às amigas e amigos do Partidão Ana Beraldo, Guilherme Marques, Julianne Cosse, Lara Ciríaco, Luiza Coutinho, Matheus Gepeto, Nila Neves, e Pedro Moutinho. Ao desde sempre muito querido Moitas, agradeço ainda pelo enorme carinho com que nos recebeu no início deste ciclo. Um beijo muito especial para o Teuts, pela cuidadosa e carinhosa produção do vídeo da pesquisa. Agradeço também às amigas de longa data Anna Vasconcelos e Denise Coura.

É muito bom poder agradecer! Estendo os agradecimentos, portanto, às tantas pessoas amigas e familiares que de algum modo estão presentes, muitas delas antes mesmo de eu nascer ou que já não estão entre nós. Ainda que não nomeadas, não com menos afeto.

Por fim, agradeço imensamente ao Davi e ao Pedro Patrocino Leite. Obrigada por me possibilitarem provar as versões mais profundas de mim mesma e experimentar a gratidão e a felicidade mais viscerais. Os inúmeros “eu te amo’s” diários nunca poderão explicar. Ao Felipe Leite, só posso agradecer pela profunda partilha cotidiana e a tudo aquilo que cabe na simples, complexa e potente palavra amor.

Interessere

Décio Pignatari

Na vida interessa o que não é vida
Na morte interessa o que não é morte
Na arte interessa o que não é arte
Na ciência interessa o que não é ciência
Na prosa interessa o que não é prosa
Na poesia interessa o que não é poesia
Na pedra interessa o que não é pedra
No corpo interessa o que não é corpo
Na alma interessa o que não é alma
Na história interessa o que não é história
Na natureza interessa o que não é natureza
No sexo interessa o que não é sexo
(: o amor que, de resto, pode ser abominável)
No homem interessa o que não é homem
Na mulher interessa o que não é mulher
No animal interessa o que não é animal
Na arquitetura interessa o que não é arquitetura
Na flor interessa o que não é flor
Em Joyce interessa o que não é Joyce
No concretismo interessa o que não é concretismo
No paradigma interessa o que não é paradigma
No sintagma interessa o que não é sintagma
Em tudo interessa o que não é tudo
No signo interessa o que não é signo
Em nada interessa o que não é nada.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo investigar a experiência de meninas e mulheres brasileiras que tiveram imagens íntimas divulgadas de modo não autorizado, analisando os efeitos sobre sua saúde e os cuidados demandados nessas situações. Os objetivos do estudo foram: caracterizar as práticas de produção, obtenção e divulgação de imagens íntimas de mulheres; compreender os efeitos da divulgação não autorizada de imagens íntimas sobre a saúde das mulheres; identificar os cuidados em saúde que têm sido demandados pelas mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização; compreender as possibilidades de autonomia das mulheres nesse modo de expressar sua sexualidade; e analisar como tais questões têm sido vivenciadas nas instituições escolares. O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2020, a partir de entrevistas em profundidade realizadas por videochamada com 29 mulheres, 17 delas que passaram pela experiência da divulgação não autorizada da intimidade e 12 profissionais da saúde e da assistência social que atenderam mulheres que passaram por essa experiência. Foi possível abranger, dentre as mulheres entrevistadas, uma diversidade geracional, étnico-racial, territorial, de classe e de tipo de instituição de trabalho. Os resultados apontaram para uma ampla variedade de formatos e motivações para a exposição das mulheres, que não se restringem a sua sexualidade, e para a associação com outras formas de violência, com expressividade para o racismo. Os danos causados ultrapassam a exposição em si, sendo, muitas vezes, maiores no campo de suas relações pessoais e profissionais. Com respeito aos cuidados em saúde, a preservação da privacidade das mulheres durante o atendimento mostrou ser uma forma central de evitar a revitimização. No que concerne à possibilidade de vivenciar a sexualidade de modo autônomo na prática de registrar e expor a própria nudez, evidenciou-se a centralidade da compreensão do próprio desejo em suas dimensões subjetivas e sociais. Por fim, observou-se que instituições escolares têm negligenciado situações de violência contra meninas, reproduzido a prática de culpabilizá-las e reforçado a dicotomização entre bom desempenho escolar e manifestação da sexualidade por parte das meninas, intensificando processos de exclusão educacional. Buscou-se subsidiar processos de educação em saúde e sexualidade e de cuidados em saúde de meninas e mulheres, das quais as escolas têm oportunidade de se apropriar.

Palavras-chave: Exposição da intimidade. Violência contra as mulheres. Saúde da Mulher.

ABSTRACT

The research aimed to investigate the experience of Brazilian girls and women who had intimate images disseminated in an unauthorized manner, analyzing the effects on their health and the care required in these situations. The objectives of the study were: to characterize the practices of producing, obtaining and disseminating intimate images of women; understand the effects of unauthorized disclosure of intimate images on women's health; and to identify the health care that has been demanded of women who have had intimate images released without authorization; to understand the possibilities of women's autonomy in this way of expressing their sexuality; and to analyze how such issues have been experienced in school institutions. The fieldwork was carried out in the second half of 2020, from in-depth interviews conducted by video call with 29 women, 17 of whom went through the experience of unauthorized disclosure of intimacy and 12 health and social care professionals who attended women who have gone through that experience. It was possible to cover, among the women interviewed, a generational, ethnic-racial, territorial, class and type of work institution diversity. The results pointed to a wide variety of formats and motivations for the exposure of women, which are not restricted to their sexuality, and to the association with other forms of violence, with expressiveness for racism. The damage caused exceeds the exposure itself, and is often greater in the field of personal and professional relationships. With regard to health care, the preservation of women's privacy during care has proved to be a central way to avoid re-victimization. Respecting to the possibility of experiencing sexuality autonomously in the practice of recording and exposing self-nudity, the centrality of understanding one's desire in its subjective and social dimensions was highlighted. Finally, it was observed that school institutions have neglected situations of violence against girls, reproducing the practice of blaming them and reinforcing the dichotomy between good school performance and expression of sexuality by girls, intensifying processes of educational exclusion. We sought to support processes of education in health and sexuality and health care for girls and women, which schools have the opportunity to appropriate.

Keywords: Exposure of Intimacy. Violence against women. Women's Health.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos e Assexuais

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNH – Política Nacional de Humanização

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM-PR - Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República

SUS – Sistema Único de Saúde

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	14
2 OBJETIVOS	20
Geral:	20
Específicos:	20
3 METODOLOGIA	21
4 REFERÊNCIAS	28
5 REVISÃO DA LITERATURA	36
5.1 Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens	36
5.2 Sexting e divulgação não autorizada de imagens íntimas sob diferentes análises no Brasil	60
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
6.1 Exposição não autorizada de imagens íntimas de mulheres: múltiplos formatos, múltiplas violências	87
6.2 Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados	111
6.3 Autonomia e submissão na auto exposição digital e na exposição violenta de mulheres ..	130
6.4 O que “nudes” e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?	153
6 CONCLUSÕES	172
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS/ RECOMENDAÇÕES	174
9 APÊNDICES	176
9.1 Apêndice A: Resumo das entrevistas realizadas com mulheres	176
9.2 Apêndice B: Resumo das entrevistas realizadas com profissionais da saúde e da assistência social	202

APRESENTAÇÃO

Por volta do ano 2005, deparei-me pela primeira vez com o que se tornou, posteriormente, meu problema de pesquisa. Na grande escola de classe média alta onde cursei parte do Ensino Médio, um menino havia divulgado, se não me falha a memória, capturas de tela relativas a uma videochamada com outra estudante, nas quais ela fazia poses sensuais. Dessa memória, quatro questões me marcaram: o fato de que houve uma briga física na escola envolvendo o irmão da menina exposta e meninos envolvidos na exposição; a total retirada da escola do acontecimento, sem qualquer debate sobre responsabilização dos expositores (e das expositoras); a saída da menina da escola; e o fato de que, entre minha turma, já naquele momento, (apenas) eu escolhi não receber ou ver as fotos, entendendo que não tinha esse direito.

Aproximadamente 10 anos depois, quando eu já tinha concluído os cursos de graduação e mestrado e trabalhava, para além da minha atuação profissional, com experiências de educação popular, tive a oportunidade de dar uma oficina sobre o tema. Uma escola pública de uma região periférica da cidade contactou o movimento social de direitos das juventudes no qual eu militava, em função do despreparo da instituição para lidar com o grande número de casos ocorridos, que estava gerando evasão escolar por parte das meninas expostas. Dessa experiência, lembro-me do método utilizado, da interação com estudantes e da avaliação sobre o trabalho: trabalhamos um texto que utilizava o termo estupro virtual e discutimos a gravidade das consequências para as meninas, como evasão escolar, depressão e suicídio; ouvimos as reflexões das e dos estudantes – majoritariamente de culpabilização das meninas que escolheram se fotografar nuas e compartilhar essas fotos com alguém; e finalizamos a oficina com a certeza de que também nós não estávamos preparadas para debater o tema e não poderíamos voltar a aceitar convites como aquele.

Alguns anos depois, trabalhando com políticas públicas em educação em direitos humanos e especificamente com o tema da violência escolar, o tema voltou a se apresentar por meio da demanda de uma escola. Nesse caso, a prática do *sexting* ocasionou outra questão que também vinha chamando minha atenção por sua popularização, a briga escolar violenta entre meninas (no caso em questão, elas tinham interesse pelo mesmo menino). Nesse momento, eu já tinha o interesse de analisar o tema, tomando-o como objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que iniciava minha aproximação do campo da saúde por meio da experiência como professora, além de estar desenvolvendo materiais educativos sobre educação em sexualidade.

Com formação em ciências sociais e em educação, meu interesse em analisar a divulgação não autorizada da intimidade de mulheres desde a perspectiva da saúde tornou-se relacionado ao desejo de medir os efeitos desse tipo de violência contra as mulheres de modo mais concreto, algo que ainda me parecia obscuro, ou obscurecido. Relacionadas a isso, outras questões me moviam, como a percepção do peso das violências deslegitimadas e os danos secundários causados pelas situações de violência, sobretudo aqueles relacionados ao cuidado (ou sua ausência). Na aproximação a essa nova área, não foi pequeno meu espanto diante da percepção da distância que estudos epidemiológicos podem, ingênua e pretensiosamente, tomar da experiência prática e subjetiva e, portanto, de sua compreensão.

Inicialmente, o projeto de pesquisa envolvia a análise da prática do *sexting* e da divulgação não autorizada entre adolescentes, por meio de uma etnografia escolar e também digital. O trabalho de campo, previsto para o início do ano 2020, foi atrasado pela dificuldade de comunicação com as escolas públicas (que, por falha de gestão, não estavam conseguindo executar a matrícula de estudantes) e, posteriormente, cancelado devido à política de distanciamento social como estratégia sanitária de contenção da pandemia de coronavírus. O fato do campo não ter sido realizado fisicamente e a mudança no projeto trouxeram a vantagem de abranger uma heterogeneidade de mulheres e experiências.

Diante da interlocução com essas mulheres e experiências, precisei refletir sobre meu lugar de mulher branca, de classe média escolarizada, urbana, (já não exatamente) jovem e (aproximadamente) correspondente aos padrões estéticos exigidos socialmente às mulheres. Além de inevitavelmente feminista e apoiadora das demais lutas por igualdade, foi preciso também me perceber conscientemente como uma pessoa já, há muitos anos, distante das redes sociais e que nunca - não por falta de experienciar a liberdade sexual, nem mesmo a pornografia, nem mesmo as ditas vanguarda.

Por fim, inspirada pelo poema de Décio Pignatari, percebi-me interessada pela questão dessa manifestação contemporânea da ambiguidade na vivência da sexualidade das mulheres e sua repressão, por aquilo que há de morte, de pedra, mas também de vida, arte, poesia; interessada no que é natureza, animal, corpo, mulher, amor, mas também história, arquitetura, alma, homem, sexo; interessada em fazer ciência a partir daquilo desconsiderado como tal - as vozes das mulheres, interessada no que é e o que não é paradigma, no que “não é tudo”, o que é e o que não é signo; a partir de um objeto que, diante do campo da produção de conhecimento, ainda precisa afirma-se como digno de interesse, não sendo, de forma alguma, algo que “não é nada”.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A violência passou a ser compreendida como uma questão de saúde a partir da década de 1970, no contexto de surgimento do campo da Saúde Coletiva. Sua integração com os movimentos sociais trouxe maior abertura do campo da saúde às contribuições científicas, sobretudo das áreas das ciências sociais e humanas. Desse modo, a prática médica tradicionalmente amparada no modelo biomédico, de medicação como resposta ao sofrimento mental causado pela violência, deu espaço para uma compreensão mais ampla da violência como fenômeno social com diversas implicações. Nesse sentido, não só os impactos da violência, mas a violência em si passou a ser compreendida no campo da saúde (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2008). O campo da saúde pode atuar na questão da violência sob todas as suas esferas: assistência, prevenção, promoção, tratamento e reabilitação.

Paralelo a isso, a política de saúde para as mulheres foi formulada na década de 1980 e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) do Ministério da Saúde (MS) passou a trazer, como concepção, a mulher como sujeito de direitos, em confluência com o movimento feminista. (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2008). Assim, conforme defendem Schraiber e D'Oliveira (2008), enfrentar a violência contra as mulheres, da perspectiva da saúde, além de dar visibilidade institucional à questão desenvolvendo gestões integrativas a outros setores, envolve implantar intervenções alternativas às biomédicas, construídas junto às mulheres.

Um importante recurso na formulação de políticas públicas de prevenção à violência se deu a partir do acompanhamento dos registros, por meio da notificação compulsória da violência nos serviços de saúde, determinada legalmente em 2003 (BRASIL, 2003). No caso de violência contra menores de 18 anos, a notificação já era determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). É possível avaliar, entretanto, que esses instrumentos são limitados quanto à abrangência de registro das várias possibilidades de violência e seus perpetradores. Nas orientações para os casos que envolvem crianças e adolescentes (BRASIL, 2002), por exemplo, ainda ignora-se a intimidação sistemática praticada por pares, prática - que se relaciona a este trabalho - cujos graves efeitos culminaram em legislação de enfrentamento específica (BRASIL, 2015).

No Brasil, foi realizada, em 2004, pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), criada em 2003, e pelo Conselho Nacional de Direitos da

Mulher (CNDM), a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que elaborou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). A partir dele, foi estruturada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011). A Política orienta que a atenção às mulheres em situação de violência é competência dos serviços de saúde, assistência social e segurança pública.

Há, entretanto, uma série de entraves a essa atenção. O instrumento analítico das respostas obtidas pelos serviços e dos obstáculos encontrados nos trajetos percorridos entre as instituições pelas mulheres em situação de violência tem sido chamado de rotas críticas (MENEGHEL *et al.*, 2011). Tal conceito analítico também é utilizado para a compreensão dos significados dados às violências por parte das/os profissionais.

Muitos são os obstáculos, apontados pelos estudos, na atenção às mulheres em situação de violência. Os julgamentos na assistência policial são apontados com frequência (KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007; PASINATO, 2015; VILLELA *et al.*, 2011), além da ausência de conforto e privacidade nos atendimentos, a necessidade de narrar a história repetidamente a vários profissionais e o auto afastamento, por parte de profissionais, dos atendimentos que envolvem situações de violência (VILLELA *et al.*, 2011). Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007) debatem que há uma dificuldade de efetivar a lógica de rede devido a racionalidades conflitantes entre as instituições.

Nesse sentido, buscou-se localizar a questão da divulgação não autorizada da intimidade - modo de violência contra as mulheres que se difundiu mais recentemente – no intuito de compreender os danos à saúde, na perspectiva da integralidade, e como as mulheres nessa condição têm sido amparadas nos serviços de saúde.

A divulgação não autorizada de imagens íntimas é um fenômeno contemporâneo disseminado em todo o mundo, impulsionado pela expansão do acesso à internet portátil nos aparelhos celulares e do uso das redes sociais. Tal prática é comumente chamada de pornografia de vingança ou pornografia não consensual, termos que não são aqui utilizados por três fatores. O primeiro deles se refere ao fato de que as mulheres que passaram por essa experiência não se identificam com o termo pornografia (LINS, 2019). Além disso, o termo pornografia de vingança, que se refere à exposição provocada pelo ex-companheiro como vingança pelo término do relacionamento, reduz a uma única motivação e contexto um tipo de violência, que, como será aprofundado no primeiro artigo de Resultados, pode ocorrer em inúmeras circunstâncias. O terceiro motivo se refere ao termo consentimento que, problematizado no

âmbito dos estudos feministas (HERNÁNDEZ, 2016; PEÑA; VARON, 2019), traz, em sua acepção, tolerância e passividade, subtraindo, da mulher, a dimensão do desejo e da escolha.

Tais práticas também abrangem o que têm sido chamado de *digital date abuse* (REED; TOLMAN; WARD, 2016) e abuso digital no relacionamento (FLACH; DESLANDES, 2017), termos também não adotados neste trabalho por trazerem como foco o meio digital e a violência por parceiro. Considera-se, como questão central, nesses modos de violência, a exposição das mulheres, que ocorre para além dos relacionamentos afetivos e por diversos meios e contextos, não sendo apenas digital (SILVA, 2018).

Um efeito prático da disseminação desse comportamento violento é a criação de legislações que preveem penalização nessas situações. No Brasil, a Lei Federal nº 13.718, que dispõe sobre os crimes de importunação sexual e torna crime a divulgação, sem consentimento, de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia, foi promulgada em 2018 (BRASIL, 2018). Anterior a ela, lei do Marco Civil da Internet, de 2014, que regulamenta o uso da internet no Brasil, estabeleceu que os provedores podem ser responsabilizados se não retirarem do ar, após notificação judicial, conteúdos que não foram consentidos (BRASIL, 2014). E a chamada Lei Carolina Dieckmann, de 2012, passou a prever penalização pela divulgação de conteúdo roubado (BRASIL, 2012), caso ocorrido com a atriz que dá nome à lei. Cabe mencionar que a situação em que a obtenção da mídia não é autorizada, ou mesmo produzida pela mulher, é considerada ainda mais violenta pelas mulheres (LINS, 2019), embora, as que disponibilizam a mídia voluntariamente antes de serem expostas de modo não autorizado, são muito mais julgadas moralmente e até mesmo responsabilizadas juridicamente, conforme se observa na prática jurídica (MAZZARDO, 2014) e em trabalhos acadêmicos (BEDIN, 2016; MORÃO, 2017).

Durante a pandemia de coronavírus e da política de distanciamento social, foi observado aumento da violência contra as mulheres na internet, em função do aumento da sociabilidade por meio digital (MATZEMBACHER; STOCO, 2020). Dados da Organização Não Governamental (ONG) brasileira SaferNet - importante instituição de promoção dos Direitos Humanos na Internet e da segurança digital - revelaram aumento de mais de 20% nas denúncias de discriminação contra mulheres, com mais de 660 registros em um mês. Para os casos específicos de exposição de imagem íntima, o aumento foi de mais de 150%, com mais de 130 registros em um mês, dos quais a grande maioria das vítimas é mulher (RAMOS, 2020). Sabe-se, ainda, que esses dados estão longe de trazer uma dimensão precisa da frequência com que

ocorrem as violências, o que tampouco pode ser dimensionado nos registros nos campos da segurança pública e da saúde.

Relacionada à ampla prática violenta de exposição, não podendo dela ser deduzida, encontra-se a prática do *sexting*, junção dos termos em inglês *sex* (sexo) e *texting* (mensagem), conceituado aqui – de modo a evitar que se confunda com a divulgação não autorizada ou com o assédio - como o compartilhamento de mídia digital erótica entre pares, cujo conteúdo diz respeito à pessoa remetente.

A prática de auto fotografar-se nua e compartilhar esse conteúdo foi impulsionada pela popularização das câmeras frontais nos aparelhos celulares. O termo foi a “Palavra do Ano” do Dicionário Americano de Oxford em 2009 (JUDGE, 2012). No Brasil, esse termo não foi difundido socialmente e nem no âmbito acadêmico. Popularmente, ele pode ser traduzido como o envio de “nudes” (fotos em que as pessoas aparecem nuas ou parcialmente nuas), ainda que conceitualmente possa compreender outros tipos de mídias, como texto e áudio, e não apenas imagem - conteúdos que também têm grande potencial de exposição das mulheres. As práticas violentas de exposição das mulheres são compreendidas também, mas não apenas, como uma forma de coibir a livre manifestação de sua sexualidade.

A respeito de como os efeitos desse modo de violência têm repercutido na saúde das mulheres e, conseqüentemente, nos serviços, observa-se uma produção acadêmica ainda incipiente no campo da saúde. Os estudos internacionais, conforme poderá ser observado no primeiro artigo de revisão, em sua grande maioria, estudos epidemiológicos de prevalência, focam nas práticas de vivência da sexualidade tratando-as como comportamentos de risco em si, sem diferenciá-las das práticas de violência, essas sim, danosas. Conforme será argumentado, tal equívoco se dá, sobretudo, pela ausência da abordagem de gênero e da indiferenciação da exposição voluntária da não autorizada, não compreendendo essa última como uma violência contra as mulheres.

No Brasil, dois estudos trouxeram compreensão mais significativa sobre os danos da violência por meio digital à saúde. A tese de Flach (2019), centrada nas relações afetivas entre adolescentes, trouxe como resultados a ocorrência de agravos como distúrbio do sono, danos à autoestima, ansiedade, depressão e ideação suicida. No mesmo caminho, a dissertação de Sousa (2017), a partir da escuta de mulheres jovens, evidenciou os danos das violências à saúde mental e também para as relações sociais e familiares. Além disso, a autora debateu o despreparo de

profissionais da saúde a partir de relatos, tanto sobre comportamentos antiéticos, como de desassociação entre as violências vividas e os sintomas apresentados.

Nesse sentido, este estudo pretendeu investigar as lacunas ainda existentes na compreensão da questão, a fim de explorar a diversidade de experiências pelas quais passam as mulheres, seus aspectos subjetivos e também relativos às consubstancialidades das relações de gênero, raça e classe, pensadas como categorias historicizadas, não fixas, mas dinâmicas (HIRATA, 2014). Para além disso, guiou-se pela necessidade de fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas, programas e serviços de saúde que abordem mais diretamente esse tipo de violência, com vistas à criação de protocolos de atendimento, de materiais de educação em saúde e sexualidade e orientações na produção de cuidados. Tais subsídios deveriam estar embasados, por sua vez, nas perspectivas das mulheres, as que passaram pelas situações de violência e as que prestam atendimentos nessa esfera.

Algumas hipóteses foram levantadas a respeito da realidade a ser observada. A ampla variedade de modos e motivações existentes na exposição da intimidade de mulheres; a ambiguidade experimentada pelas mulheres na vivência da sua sexualidade, em especial por meio do uso de meios digitais, passando por questões como prazer e conflito, autonomia e fragilização; os amplos efeitos da exposição de modo não autorizado sobre sua vida e sua saúde, envolvendo suas relações pessoais e profissionais; e a diversidade de atendimentos dispensados nessas situações, afetados por questões como características institucionais, conhecimento sobre a questão e moralidade.

O estudo foi conduzido, portanto, a partir de entrevistas que abrangeram uma heterogeneidade de mulheres, de diferentes localidades brasileiras, que passaram pela experiência da divulgação não autorizada de sua intimidade, e com profissionais da saúde e da assistência social que atenderam mulheres nessa situação, que atuavam em instituições de saúde, assistência social, segurança pública e jurídicas, também abrangendo diferentes localidades. Foram abordadas suas experiências com as violências e com os atendimentos, respectivamente, assim como suas reflexões a respeito da questão.

Este trabalho partiu da perspectiva de saber situado de Haraway (1995), da compreensão da crítica à pretensão de objetividade científica e da contribuição do posicionamento feminista na produção de conhecimento (NUCCI, 2017). A concepção de ciência histórica, para as mulheres, e não apenas por ou sobre elas, é um pressuposto deste trabalho (SARDENBERG, 2001).

Para além da Apresentação (primeira seção) e desta Introdução e Justificativa (segunda seção), esta tese está organizada de modo a apresentar, na sequência, os Objetivos Geral e Específicos deste trabalho (terceira seção) e a Metodologia empregada (quarta seção), seguida das Referências utilizadas nesta primeira parte (quinta seção). Optou-se por essa organização para tornar a leitura fluida, já que as partes seguintes se referem aos artigos, nos quais constam as referências utilizadas especificamente em cada um. Desse modo, a Revisão da Literatura constitui a sexta seção, subdividida em duas, apresentando o primeiro artigo - de revisão sistemática abrangendo o campo da saúde - e o segundo artigo - de estado da arte sobre a produção no campo acadêmico brasileiro. Os Resultados e Discussão são apresentados na sétima seção, subdividida em quatro, apresentando o primeiro artigo – sobre a caracterização da divulgação não autorizada da intimidade como violência contra as mulheres –; o segundo artigo – sobre os danos causados às mulheres e os cuidados em saúde demandados nessas situações -; o terceiro artigo – sobre as relações de autonomia e submissão na auto exposição e na exposição violenta de mulheres -; e o quarto artigo – sobre as relações que se têm construído nas instituições escolares a partir de tais práticas. Por fim, na oitava seção, é apresentada a Conclusão deste estudo e, na nona, as Considerações Finais e Recomendações. Na décima seção, constam os dois apêndices, que apresentam os resumos das entrevistas realizadas com as mulheres que passaram pela violência da exposição e as entrevistas com as profissionais que atenderam mulheres nessa situação.

2 OBJETIVOS

Geral:

- Analisar as experiências de mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas de modo não autorizado e os cuidados em saúde demandados nessas situações.

Específicos:

- 1- Caracterizar as práticas de produção, obtenção e divulgação de imagens íntimas de mulheres.
- 2- Compreender os efeitos da divulgação não autorizada de imagens íntimas sobre a saúde das mulheres.
- 3- Identificar os cuidados em saúde que têm sido demandados pelas mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização.
- 4- Compreender as possibilidades de autonomia das mulheres na prática de fotografar e expor a própria nudez.
- 5- Analisar as relações estabelecidas entre as instituições escolares e a prática da auto exposição da nudez e da exposição violenta de meninas.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender as experiências das mulheres com a violência da exposição, em seus múltiplos aspectos, com especial foco nas subjetividades e particularidades vivenciadas, e as experiências de profissionais que atendem mulheres nessas situações, com foco em suas avaliações e perspectivas sobre a questão, optou-se pelo uso das entrevistas em profundidade. Tal técnica permite observar a relação subjetiva que a pessoa entrevistada estabelece com o tema. É possível observar, além do que se diz, a maneira como se expressa. É possível, também, estabelecer maior laço de confiança com a pessoa entrevistada, possibilitando o surgimento de outros dados, trazendo maior profundidade à análise do tema tratado (GOLDENBERG, 2001).

Às mulheres que passaram pela experiência da violência, as entrevistas foram guiadas por perguntas gerais relativas à experiência vivida, incluindo o modo como foram produzidas, obtidas e divulgadas suas mídias, como isso as afetou, se buscaram ajuda e como se deu esse processo, seja no âmbito das relações pessoais ou institucionais. Às profissionais, as entrevistas foram guiadas por perguntas gerais relativas aos atendimentos feitos e às situações de violências envolvidas, aos cuidados dispensados e aos desafios percebidos nesse tipo de atendimento. Ambas entrevistas também envolveram as perspectivas sobre como deve ser feito o acolhimento às mulheres expostas.

O recrutamento das participantes foi realizado por meio de divulgação da pesquisa em redes sociais, disponibilizando um número de *WhatsApp* específico, criado para a pesquisa, para que as pessoas interessadas pudessem entrar em contato. Pelo número pessoal de *WhatsApp* da pesquisadora, foi encaminhada a mensagem de divulgação a aproximadamente 165 contatos individuais com a mensagem padrão e também mensagens individualizadas com pedido de atenção ao conteúdo principal. A divulgação também foi encaminhada a aproximadamente 10 grupos (de família, amigas/os e colegas de infância, graduação e pós-graduação), com preferência pelos menores, pelo fato de, em geral, ocorrer, neles, maior envolvimento com as mensagens enviadas. Foi utilizada a seguinte mensagem padrão:

Olá. Sou Laís Patrocino e trabalho na Fiocruz com saúde das mulheres e adolescentes. Busco conversar com meninas e mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização, para um projeto coordenado pela professora Dra. Paula Bevilacqua. As interessadas em receber informações e orientação podem entrar em contato comigo

pelo *WhatsApp* (31)98851-4683. Por favor, ajude a compartilhar esta mensagem para que ela chegue nas pessoas interessadas. Muito obrigada.

Não foi utilizada uma mensagem padrão de divulgação da pesquisa com o intuito de recrutar profissionais, devido à ideia inicial de que, pela rede de contatos da pesquisadora, seria mais fácil chegar até ela/eles. Entretanto, isso não foi observado. Houve mais contatos de mulheres que passaram pela violência da exposição que de profissionais que atenderam mulheres nessa situação. Isso pode ter ocorrido devido ao maior interesse desse grupo de compartilhar suas experiências. Por outro lado, também houve maior empenho na divulgação entre as mulheres que viveram a violência. Optou-se por não dirigir a mensagem de divulgação da pesquisa envolvendo ambos os grupos, de mulheres que passaram pela violência e de profissionais que fizeram o atendimento, para que a mensagem ficasse mais simples e mais inteligível, de modo a não criar um viés de participação, por exemplo, de mulheres mais escolarizadas.

Dentre os contatos para os quais as mensagens foram encaminhadas, constavam pessoas do âmbito das relações pessoais, profissionais e também prestadoras de serviço, de modo que foi possível divulgar a pesquisa em diferentes meios sociais. Algumas pessoas divulgaram a mensagem em outras redes sociais, como o *Instagram*, sendo que algumas delas possuíam grande número de contatos por essa rede. Algumas participantes da pesquisa também contribuíram para sua divulgação. Não houve acompanhamento de qual foi o meio específico pelo qual as participantes tomaram conhecimento da pesquisa.

No total, foram recebidos, durante poucas semanas, 53 contatos pelo número de *WhatsApp* utilizado para a pesquisa, dos quais metade culminaram, de fato, em entrevistas, que somaram 27. Onze mensagens eram dirigidas a outras pessoas, configurando engano, sendo que poucas delas eram dirigidas à própria pesquisadora, mas com conteúdo não relacionado à pesquisa, apenas por confundir seu número de contato pessoal. Uma mensagem trazia como conteúdo a sugestão de não utilizar essa forma de divulgação da pesquisa, mas sim em página institucional, devido ao risco das mensagens serem alteradas e manipuladas. Foi avaliado, entretanto, que esse risco também estaria presente na utilização de outros meios de divulgação. Nesse sentido, seis contatos buscavam checar se as informações fornecidas eram verdadeiras, pois havia interesse em contribuir com a divulgação da pesquisa. Um desses contatos demonstrou ligação com movimento de mulheres negras e, dentre as que vieram de fato a ser entrevistadas, apenas quatro demonstraram ligação mais direta com o movimento feminista, de

modo que a pesquisa, por seu tema, não se restringiu a esse perfil político, como se poderia supor. Em muitas situações, foram disponibilizados os endereços de identificação dos currículos Lattes das pesquisadoras para que as informações sobre a pesquisa fossem verificadas, de modo a transmitir fidedignidade.

Outros quatro contatos foram feitos para indicar mulheres que passaram pela violência e profissionais para participar da pesquisa. Duas delas eram ativistas feministas e duas eram profissionais da rede de proteção às mulheres. Nessa situação, o contato com as mulheres indicadas foi feito mediante autorização delas às pessoas que as indicaram, resultando em três entrevistadas, sendo todas profissionais, duas indicadas pela mesma pessoa. Quatro mulheres entraram em contato para agendar a entrevista, mas não chegaram a ceder entrevista de fato. Uma delas, que havia sido indicada, manifestou abertamente a desistência e duas chegaram a marcar e remarcar a entrevista, não comparecendo e interrompendo o contato. Uma adolescente menor de idade revelou que não poderia ceder entrevista porque sua mãe e seu pai não dariam permissão (exigência do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou), pois na casa dela era proibido falar sobre o assunto - que ela não tinha esquecido, mas a família queria esquecer.

Não houve critérios de inclusão no recrutamento das participantes. O fato, por exemplo, de terem sido entrevistadas apenas profissionais do sexo feminino, não foi intencional. Uma profissional foi indicada pela própria mulher atendida por ela que já tinha cedido entrevista. Tampouco foram utilizados critérios de exclusão. Conforme pode ser observado no Apêndice A, Flávia (todos os nomes utilizados são fictícios), por exemplo, não chegou a ter suas mídias expostas de fato, mas sua entrevista foi mantida pelo fato da sua experiência ter contribuído para trazer a dimensão do dano que o medo da exposição pode trazer. Além disso, sua entrevista contribuiu com o debate sobre seu lugar de mulher negra e o contexto da cidade mineradora em que vive. Casos como os de Amanda e Nádia, e de outras narrativas, não envolveram nudez ou sexo propriamente, mas contribuíram, justamente, para a compreensão das amplas formas e conteúdos pelos quais as mulheres podem ser expostas. O caso de Quirina não envolveu mídias digitais e ocorreu há algumas décadas, contribuindo para a reiterar o fato de que a exposição de mulheres não é um fenômeno novo, mas foi apenas potencializado na contemporaneidade.

Um caso que fugiu ao esperado, conforme pode ser visto no Apêndice B, foi o de Raquel, por não se tratar exatamente de profissional, mas prestar assistência a vítimas de violência por meio de projeto voluntário. A jovem também sofreu exposição, assim como Ximena, evidenciando que a divisão entre mulheres expostas e as que prestaram assistência

nessas situações se mostrou arbitrária. Além disso, a entrevista com Raquel envolveu, também, a participação de mais duas integrantes do projeto voluntário, configurando uma espécie de grupo focal. Foram realizadas, portanto, 27 entrevistas, com 29 mulheres, 17 delas que passaram pela violência da exposição (ou, sendo mais exata, 19, somando as duas profissionais) e 12 profissionais que atenderam mulheres nessa situação.

O trabalho de campo, realizado no segundo semestre de 2020, durante a pandemia de coronavírus e da política sanitária de distanciamento social, exigiu que as entrevistas fossem realizadas via videochamada, o que, por sua vez, possibilitou maior abrangência territorial. Outra vantagem observada foi a facilidade do registro detalhado das entrevistas no mesmo computador pelo qual a videochamada era realizada. As entrevistas também foram gravadas, à exceção de uma delas, realizada pelo celular, devido a falha no computador no momento de sua realização. Foi observado que algumas plataformas de videochamada oferecem melhor qualidade de gravação que o próprio gravador do computador, facilitando a escuta posterior dos áudios para análise e transcrição das entrevistas. O tempo de duração das entrevistas variou sobretudo pela disposição das entrevistadas em narrar detalhes. As entrevistas tiveram duração média superior a 70 minutos, sendo que a mais curta teve duração aproximada de meia hora e a mais longa de duas horas e meia.

A respeito das características dos grupos analisados, as mulheres que passaram pela violência da exposição apresentaram intervalo de idade entre 17 e 50 anos, e as profissionais entre 18 e 62 anos. Elas abrangeram três regiões do Brasil, seis estados e 18 cidades (uma delas foi exposta no contexto de duas cidades). Da Região Nordeste, foi abrangida apenas uma capital. Da Região Sul, foram abrangidas duas cidades de dois diferentes estados, uma capital e uma cidade de médio porte. Da região Sudeste, foram abrangidos três estados. Um deles abrangeu uma capital e outro abrangeu uma cidade do interior de pequeno porte e outra cidade de grande porte de região metropolitana. O outro estado da região Sudeste abrangeu 11 cidades, a capital, uma cidade da região metropolitana de médio porte, três cidades da região metropolitana de pequeno porte, uma cidade de médio porte do interior e cinco cidades de pequeno porte do interior. Entre as profissionais, foram abrangidas cinco cidades desse último estado, capital, uma cidade da região metropolitana de pequeno porte, uma cidade do interior de médio porte e duas cidades do interior de pequeno porte.

A classificação do porte das cidades não adotou os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram consideradas cidades de pequeno porte aquelas até 100 mil habitantes, de médio porte as que possuem população entre 100 e 500 mil habitantes e de

grande porte as de população superior a 500 mil habitantes. Essa classificação foi adotada levando em conta o potencial de exposição das mulheres em contextos de cidades com população pouco numerosas. Pelo IBGE, uma cidade com população superior a 100 mil habitantes já é considerada de grande porte, mas, no contexto das relações sociais, é considerada uma cidade pequena, em que o nível de exposição pode ser muito grande.

Além da diversidade geracional e territorial, foi possível abranger, entre os dois grupos de mulheres entrevistadas, uma diversidade étnico-racial e de classe. No caso das profissionais, foram abrangidas também diferentes instituições, sendo elas projeto social, órgãos públicos de acolhimento às mulheres, de segurança, jurídico, equipamento de saúde mental e atendimento privado de saúde.

Os resumos das entrevistas, conforme apresentados nos Apêndices A e B, foram escritos de modo a respeitar o máximo possível o que foi trazido pelas participantes, assim como os modos como foram descritas suas histórias e os termos utilizados.

Os resumos individuais foram enviados separadamente a cada uma das entrevistadas, de modo que elas pudessem validar os registros. Elas foram informadas antecipadamente por *WhatsApp* e os resumos foram enviados por e-mail em arquivos anexados. O cuidado de enviar os resumos da forma menos direta possível se deu em função do impacto que reler a própria história poderia gerar, sobretudo para as mulheres que passaram pela situação de violência. Sendo assim, as mensagens com essa solicitação também foram enviadas tendo isso em vista. Apenas três dessas mulheres não deram retorno sobre o resumo, sendo que duas delas se disponibilizaram a fazê-lo inicialmente e a outra não deu nenhum tipo de retorno. Nenhuma das participantes manifestou incômodo pelos contatos e muitas delas agradeceram pela oportunidade de opinar sobre os resumos. Os retornos sobre os resumos foram positivos. As reações das mulheres que vivenciaram a violência compreenderam agradecimento pela organização dos elementos da própria história vivenciada, a manifestação sobre o efeito reflexivo de ler sobre a própria história, a tristeza por lembrar as violências vividas e correções de informações. As reações das profissionais envolveram pedido de troca de nome fictício por outro considerado mais bonito, de ocultar termos ou detalhes para evitar autorreconhecimento e reconhecimento de pessoas descritas e aprimoramento das perspectivas apresentadas.

Também foi estabelecido, com as participantes, o acordo de mantê-las informadas sobre as publicações e apresentações públicas dos resultados da pesquisa. Todas elas manifestaram interesse em acompanhar os debates em torno dos resultados.

A análise dos dados e também a própria vivência do trabalho de campo foram conduzidas considerando a dimensão do afeto como questão central (FAVRET-SAADA, 2005). No sentido de reconhecer e compreender o próprio afeto diante das relações estabelecidas com as participantes da pesquisa e com suas narrativas, refletiu-se sobre as questões subjetivas apontadas na Apresentação deste trabalho. Tal iniciativa possibilitou ter melhor percepção quanto às categorias analíticas que deveriam ser consideradas, tanto as pensadas previamente, que deveriam ser mantidas, quanto as que emergiram dos dados encontrados.

Conforme propõe Gomes, (2001), empregou-se, como técnica, a análise de conteúdos, com o intuito de revelar aqueles que não estavam objetivamente manifestos. Foram utilizadas, como unidades de análise, temas levantados pelas participantes da pesquisa e as categorias foram pensadas levando-se em conta as questões contextuais envolvidas nos relatos analisados. Também, à luz do método hermenêutico-dialético de Minayo (1992), partiu-se da reflexão sobre os contextos sócio-históricos de pertencimento das mulheres, com foco para o contexto geracional, territorial e das relações étnico-raciais, e também de classe, de modo a conduzir os questionamentos aos dados com base em fundamentação teórica, e estabelecer relações entre o geral e o particular. Essa última questão foi especialmente significativa, dado que cada relato apresentou características muito próprias. Enfim, os eixos iniciais de organização, apresentação e análise dos dados, conforme observados nos Apêndices A e B, foram, para as mulheres que vivenciaram a violência, o modo como a mídia foi produzida, como foi divulgada, os efeitos experimentados e seu contexto de vida. Para as profissionais, os eixos foram os relatos dos atendimentos, suas perspectivas sobre a questão e seu contexto de vida e trabalho.

Avalia-se que a escolha pela apresentação desta tese em formato de artigos, embora trazendo as já conhecidas vantagens práticas e sobretudo de publicização dos dados, limitou, de certo modo, a exploração da análise. A discussão dos resultados ficou limitada, portanto, às especificações dos periódicos para os quais os artigos foram submetidos.

Os resumos das entrevistas apresentados nos Apêndices A e B foram organizados por ordem de idade das mulheres e os nomes fictícios atribuídos a elas seguiram ordem alfabética fluida entre mulheres que passaram pela violência e as profissionais, de modo a facilitar a localização de cada resumo. No caso da única entrevista que não foi individual, as participantes receberam nomes com a mesma letra inicial. A última profissional entrevistada recebeu nome fictício também iniciado com a letra A, em reinício da sequência alfabética. Os dados étnico-raciais foram autodeclarados.

Os procedimentos de pesquisa foram submetidos, avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou - parecer nº 4.459.207. A todas as participantes foram enviados os Termos de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido (TALE e TCLE).

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Camila Souza; JR., Wagner Meira; ALMEIDA, Virgílio. Identifying Stereotypes in the Online Perception of Physical Attractiveness. *arXiv*, v. 1, ago. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-47880-7_26>.

AYRES, José Ricardo de Carvalho de Mesquita *et al.* O risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. *Sesi*, [S.d.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347426/mod_resource/content/1/risco_vulnerabilidade%20Ayres%20e%20cols.pdf>.

BARRENSE-DIAS, Yara; SURÍS, Joan-Carles; AKRE, Christina. “When It Deviates It Becomes Harassment, Doesn’t It?” A Qualitative Study on the Definition of Sexting According to Adolescents and Young Adults, Parents, and Teachers. *Archives of Sexual Behavior*, v. 48, n. 8, p. 2357–2366, 1 nov. 2019.

BEDIN, Ismal Júnior Murbach. *O dano moral em face da pornografia de vingança e a consequente violação dos direitos da personalidade: análise da culpa concorrente*. 2016. Dissertação de Mestrado – Centro Universitário de Maringá, 2016.

BIANCHI, Dora *et al.* A Bad Romance: Sexting Motivations and Teen Dating Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, p. 0886260518817037, 10 dez. 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069. . Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. , 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

BRASIL. Lei Federal 13.718. . Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. , 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.852. . Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. , 5 ago. 2013.

BRASIL. Lei Federal 13.185. . Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. , 6 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>.

BRASIL. *Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.* . [S.l.]: Ministério da Saúde. , 2003

BRASIL. Lei nº 12.737. . Lei Carolina Dieckman. , 30 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.965. . Marco Civil da Internet. , 23 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>.

BRASIL. *Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais de Saúde: um passo a mais na cidadania em saúde.* . [S.l: s.n.], , 2002

BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.* . [S.l.]: Secretaria de Política para as Mulheres. , 2011

CAVALCANTI, Jaqueline Gomes; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Abuso digital nos relacionamentos amorosos: uma revisão sobre prevalência, instrumentos de avaliação e fatores de risco. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 37, n. 2, p. 235–254, 2019.

CURRIN, Joseph M. *et al.* Sexting Leads to “Risky” Sex? An Analysis of Sexting Behaviors in a Nonuniversity-Based, Older Adult Population. *Journal of Sex & Marital Therapy*, v. 43, n. 7, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0092623X.2016.1246390?journalCode=usmt20>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DAVIS, Mikaela Jessica *et al.* I Want Your Sext: Sexting and Sexual Risk in Emerging Adult Minority Men. *AIDS Education and Prevention*, v. 28, n. 2, p. 138–152, 1 abr. 2016.

DE GRAAF, Hanneke *et al.* Offline and Online Sexual Risk Behavior among Youth in the Netherlands: Findings from “Sex under the Age of 25”. *Frontiers in Public Health*, v. 6, 2018. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2018.00072/full>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DIR, Allyson L. *et al.* Problematic alcohol use and sexting as risk factors for sexual assault among college women. *Journal of American College Health*, v. 66, n. 7, p. 553–560, 3 out. 2018.

DUMONT-PENA, Érica; SILVA, Isabel de Oliveira E. Construções contemporâneas do cuidado. *Aprender a cuidar - diálogos entre saúde e educação infantil*. São Paulo: Cortez Editora, 2018. .

ENGLANDER, Elizabeth. What Do We Know About Sexting, and When Did We Know It? *Journal of Adolescent Health*, v. 65, n. 5, p. 577–578, 1 nov. 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, v. 13, 2005.

FLACH, Roberta Matassoli Duran. *Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes*. 2019. Tese de Doutorado – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 7, 2017.

GÁMEZ-GUADIX, Manuel; SANTISTEBAN, Patricia De. “Sex Pics?”: Longitudinal Predictors of Sexting Among Adolescents. *Journal of Adolescent Health*, v. 63, n. 5, p. 608–614, 1 nov. 2018.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. .

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, n. 1, p. 143–149, 1993.

HANDSCHUH, Caroline; CROSS, Allison La; SMALDONE, Arlene. Is Sexting Associated with Sexual Behaviors During Adolescence? A Systematic Literature Review and Meta-Analysis. *Journal of Midwifery & Women’s Health*, v. 64, n. 1, p. 88–97, 2019.

HARAWAY , Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7–41, 1995.

HERNÁNDEZ, Yolíniztli Pérez. Consentimiento sexual: un análisis con perspectiva de género. *Revista Mexicana de Sociología*, p. 27, 2016.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.

JOHANSEN, Katrine Bindsbøl Holm; PEDERSEN, Bodil Maria; TJØRNHØJ-THOMSEN, Tine. Visual gossiping: non-consensual ‘nude’ sharing among young people in Denmark. *Culture, Health & Sexuality*, v. 21, n. 9, p. 1029–1044, 2 set. 2019.

JUDGE, Abigail. “Sexting” Among U.S. Adolescents: Psychological and Legal Perspectives. *Harvard Review of Psychiatry*, v. 20, n. 2, p. 86–96, abr. 2012.

KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBER, Lilia Blima; D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, n. 23, p. 485–501, dez. 2007.

KRIEGER, Michelle A. Unpacking “Sexting”: A Systematic Review of Nonconsensual Sexting in Legal, Educational, and Psychological Literatures. *Trauma, Violence & Abuse*, v. 18, n. 5, p. 593–601, 2016.

LINS, Beatriz Accioly. *Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos*. 2019. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

LIONG, Mario; CHENG, Grand H.-L. Objectifying or Liberating? Investigation of the Effects of Sexting on Body Image. *The Journal of Sex Research*, v. 56, n. 3, p. 337–344, 24 mar. 2019.

MACKINNON, Catharine A. *Sexuality. Toward a Feminist Theory of the State*. USA: Harvard University Press, 1987. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/worts12&div=24&id=&page=>>>.

MANSO, Almudena García; DIAZ, Pilar Moreno; ALLENDE, Jesús Sánchez. *El Eros Cyborg: La Cibercultura del cuerpo*. Barcelona: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/preview/Grupo%20de%20Estudos%20de%20Feminismo%20e%20>>

20G%C3%AAnero/Demais%20textos%20interessantes/Manso%20-%20EI%20Eros%20Cyborg%3A%20La%20Cibercultura%20del%20cuerpo.pdf?role=personal>. Acesso em: 31 jan. 2020. , 2004

MATZEMBACHER, Alanis Marcela Carvalho; STOCO, Isabela Maria. Sujeitas à violação virtual: um quadro além do mero isolamento social. In: RODRIGUES, CARLA ESTELA; MELO, EZILDA; POLENTINE, MARIA JÚLIA (Org.). . *Pandemia e Mulheres*. [S.l.]: Studio Sala de Aula, 2020. v. 1. .

MAZZARDO, Luciane de Freitas. *Interfaces da desigualdade de gênero: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/LUCIANE%20DE%20FREITAS%20MAZZARDO.pdf>.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 4, p. 743–752, abr. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MOHAN, Megha. “*Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô*”. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MORÃO, Kauan Galvão. *Os efeitos do sexting no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos*. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

NABIL, Md. *From sex tapes to revenge porn: Construction of a genre - Gender sexuality and power in new media*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade de Estocolmo, Estocolmo, 2014.

NAEZER, Marijke. From risky behaviour to sexy adventures: reconceptualising young people’s online sexual activities. *Culture, Health & Sexuality*, v. 20, n. 6, p. 715–729, 3 jun. 2018.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 26, p. 1–14, 2017.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, v. 11, n. 2, p. 497–428, dez. 2015.

PATCHIN, Justin W.; HINDUJA, Sameer. It is Time to Teach Safe Sexting. *Journal of Adolescent Health*, v. 66, n. 2, p. 140–143, 2019a.

PATCHIN, Justin W.; HINDUJA, Sameer. The Nature and Extent of Sexting Among a National Sample of Middle and High School Students in the U.S. *Archives of Sexual Behavior*, v. 48, n. 8, p. 2333–2343, 1 nov. 2019b.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. *Consentimento: Nossos Corpos como Dados - contribuições das teorias feministas para o debate da proteção de dados*. . [S.l.]: Codin Rights. Disponível em: <<https://codingrights.org/docs/consentimento-pt.pdf>>. , 2019

PETROSILLO, Isabela Rangel. *Esse nu tem endereço - o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas*. 2016. Universidade Federal Fluminense, 2016.

RAMOS, Raphaela. Violência contra a mulher na internet cresce na quarentena. *O Globo*, 22 maio 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/violencia-contr-a-mulher-na-internet-cresce-na-quarentena-saiba-como-identificar-se-defender-1-24438989>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

REED, Lauren A.; TOLMAN, Richard M.; WARD, L. Monique. Snooping and Sexting: Digital Media as a Context for Dating Aggression and Abuse Among College Students. *Violence Against Women*, v. 22, n. 13, p. 1556–1576, 1 nov. 2016.

RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. *Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo*. 2018. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br:80/tede2/handle/tede/8055>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SADHU, Julie M. Sexting: The Impact of a Cultural Phenomenon on Psychiatric Practice. *Academic Psychiatry*, v. 36, n. 1, p. 76–81, 1 jan. 2012.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, v. 16, n. 1, p. 147–164, 2005.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência à uma ciência feminista. In: X ENCONTRO DA REDOR, 2001, Salvador. *Anais...* Salvador, 2001.

SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. *Athenea Digital*, v. 14, p. 229–236, 2008.

SILVA, Phillipe Giovanni Rocha Martins Da. *Pornografia não consentida e linchamento virtual: uma análise da (re)territorialização da violência contra a mulher no ciberespaço*. 2018. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14626?locale=pt_BR>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SOUSA, Letícia de Mélo. *Slut Shaming e Porn Revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental*. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12168?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo De. *Exposição pornográfica não consentida na internet: da vingança ao lucro*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. v. 01. (Coleção Cybercrimes).

TAILLE, Yves de La. O sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 1, p. 13–25, 2002.

TEMPLE, Jeff R.; CHOI, HyeJeong. Longitudinal Association Between Teen Sexting and Sexual Behavior. *Pediatrics*, v. 134, n. 5, p. e1287–e1292, 1 nov. 2014.

TITCHEN, Kanani E. *et al.* Sexting and Young Adolescents: Associations with Sexual Abuse and Intimate Partner Violence. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology*, v. 32, n. 5, p. 481–486, 1 out. 2019.

TOMIĆ, Ivan; BURIĆ, Jakov; ŠTULHOFER, Aleksandar. Associations Between Croatian Adolescents' Use of Sexually Explicit Material and Sexual Behavior: Does Parental Monitoring Play a Role? *Archives of Sexual Behavior*, v. 47, n. 6, p. 1881–1893, 1 ago. 2018.

TRONTO, Joan C. Beyond Gender Difference to a Theory of Care. *Signs, Within an Without: Women, Gender and Theory*. v. 12, n. 4, p. 644–633, Summer 1987.

VALENTE, Mariana Giorgetti; NERIS, Natália; BULGARELLI, Lucas. Nem revenge, nem porn - analisando a exposição online de mulheres adolescentes no Brasil. *Global Information Society Watch 2015: sexual rights and the internet*. USA: APC/HIVOS, 2015. . Disponível em: <<https://www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-full-report.pdf>>.

VARELLA, Gabriela; SOPRANA, Paula. Pornografia de vingança: crime rápido, trauma permanente. *epoca.globo.com*, 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/pornografia-de-vinganca-crime-rapido-trauma-permanente.html>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

VERGONHA DA VIOLÊNCIA. In: JARSCHER, Haidi. (Elizabeth Fleury-Teixeira & Stela N. Meneghel, Org.) *Dicionário Feminino da Infância*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

VILLELA, Wilza Vieira *et al.* Ambiguidades e Contradições no Atendimento de Mulheres que Sofrem Violência. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 113–123, 2011.

YBARRA, Michele L.; MITCHELL, Kimberly J. “Sexting” and Its Relation to Sexual Activity and Sexual Risk Behavior in a National Survey of Adolescents. *Journal of Adolescent Health*, v. 55, n. 6, p. 757–764, 1 dez. 2014.

YEUNG, Timothy H. *et al.* Prevalence, correlates and attitudes towards sexting among young people in Melbourne, Australia. *Sexual Health*, v. 11, n. 4, p. 332–339, 4 ago. 2014.

5 REVISÃO DA LITERATURA

5.1 Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o *sexting* entre jovens

(A debate about risk, violence and gender: review of health production on sexting among youth)

Artigo publicado na Revista Ciência e Saúde Coletiva – Chamada Pública Condição Juvenil na América Latina – v. 26 (07) - Jul 2021

Laís Barbosa Patrocino

Instituto René Rachou/Fiocruz-Minas

laisbp89bh@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5632-2875

Paula Dias Bevilacqua

Instituto René Rachou/Fiocruz-Minas

paula.bevilacqua@fiocruz.br

ORCID: 0000-0003-0015-2154

Resumo

Trata-se de uma revisão sistemática acerca da produção do campo da saúde sobre o *sexting* entre 2009 e 2019. Buscou-se analisar a produção científica com relação ao seu contexto de produção (gênero da primeira autoria, ano da publicação e país de realização), tipo de publicação, área do conhecimento, temas e sujeitos abordados e qual concepção apresentam sobre o *sexting*. Foram analisadas, durante o segundo semestre de 2019, as 147 publicações

disponíveis no Pubmed, que tinham o *sexting* como tema central. A busca foi feita pelo termo *sexting*. Foi realizada análise de estatística descritiva que envolveu um cunho interpretativo, de modo a avaliar a abordagem do risco, da violência e de gênero nessas publicações. A maioria delas tem mulheres como primeiras autoras, foi produzida nos Estados Unidos entre 2017 e 2019 e realizou abordagem quantitativa (aproximadamente 65%). Cerca de metade das produções teve como tema central a prevalência do *sexting* ou o comportamento de risco entre adolescentes. A grande maioria atribuiu de algum modo ao *sexting* um comportamento de risco, e do qual se deduz violência (70%). Uma pequena parte das publicações apresentou uma abordagem de gênero (menos de 15%). Ao não distinguir práticas saudáveis de violentas, as produções do campo da saúde têm realizado análises insuficientes do *sexting*.

Palavras-Chave: sexualidade, internet, jovens, saúde, gênero

Abstract

It is a systematic review on the production of the health field on sexting between 2009 and 2019. The scientific production was analyzed in relation to its context (gender of the first author, year of publication and country of realization), type of publication, area of knowledge, themes and subjects focused and the conception they present about sexting. During the second semester of 2019, the 147 publications available on Pubmed, which had sexting as a central theme, were analyzed. The search was made by the term sexting. A descriptive statistical analysis was carried out, which involved an interpretive nature in order to assess the approach to risk, violence and gender in these publications. Most publications have women as the first authors, were produced in the United States between 2017 and 2019 and carried out a quantitative approach (approximately 65%). Almost half of the productions had as a central theme the prevalence of sexting or risky behavior among adolescents. The vast majority also attributed risky behavior to sexting in some way, from which violence can be inferred (70%). A little part

of publications presented a gender approach (less than 15%). By not distinguishing healthy from violent practices, the productions in the health field have performed insufficient analysis of sexting.

Key Words: sexuality, internet, young people, health, gender

Introdução

O termo *sexting* foi cunhado na junção das palavras em inglês *sex* (sexo) e *texting* (mensagem) e trata do compartilhamento de mídia digital erótica entre pares, cujo conteúdo diz respeito à pessoa remetente. Afirma-se que o termo surgiu na imprensa estadunidense em 2007 e, em 2009, foi finalista do concurso “Palavra do Ano” do Dicionário Americano de Oxford ¹.

Embora o termo ainda não esteja totalmente difundido - ainda não integra os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e o *Medical Subject Headings (MeSH)* -, trata-se de um comportamento disseminado pelo mundo, por se relacionar à vivência da sexualidade em interface com a internet. Nesse sentido, compreende-se sua temporalidade, que tem início e se desenvolve juntamente com a expansão do acesso à internet e, sobretudo, do *smartphone*, que estabelece a possibilidade de um instrumento de comunicação digital portátil.

O que tem sido mais retratado pela mídia são os casos de vazamento de imagens íntimas, seja quando envolvem pessoas famosas ou quando acarretam no suicídio ou violência sexual de jovens meninas, experiências já relatadas em diversos países ². Tais ocorrências têm gerado impactos nos âmbitos judiciário e legislativo. No Brasil, foi sancionada, em 2018, a Lei Federal nº 13.718 ³, que torna crime a divulgação sem consentimento de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia.

Entretanto, no Brasil, nota-se uma produção acadêmica incipiente sobre a questão, comprometendo a disponibilidades de informações para a atuação profissional no campo da saúde, confrontada cotidianamente com os danos decorrentes das práticas violentas.

É no sentido de compreender esse comportamento e suas implicações para a vivência da sexualidade e para a saúde que este trabalho se insere. É preciso pensar de que modo o campo acadêmico-científico está contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo de educação em saúde, e, especificamente, em sexualidade juvenil.

Este trabalho apresenta uma revisão sistemática de cunho interpretativo, que objetivou compreender o que tem sido produzido no campo da saúde com relação ao *sexting*, mas, sobretudo, analisar criticamente as perspectivas adotadas e identificar lacunas a serem exploradas. A discussão aqui apresentada está centrada na análise crítica das perspectivas sobre o conceito de risco, da diferenciação de comportamentos violentos e da necessidade de uma abordagem de gênero para a compreensão do *sexting*.

Método

Para empreender a revisão sistemática, foi utilizado o banco de dados Pubmed, devido a sua extensão no que tange à indexação de periódicos do campo da saúde. O período de coleta de dados se deu durante o segundo semestre de 2019, sendo analisadas todas as publicações disponíveis na base até o final desse ano, desde 2009, ano da primeira publicação sobre o tema.

A busca foi realizada pelo termo *sexting*, que embora não figure, ainda, como um descritor, possibilitou encontrar as publicações que continham o termo se não no título, nas palavras-chave ou no resumo. Como o termo ainda é novo, não possui tradução para o português ou demais línguas de modo difundido. Não foi utilizado nenhum critério inicial de exclusão dos textos. Essa escolha se deu justamente para analisar os diversos discursos produzidos sobre o *sexting* nas diferentes produções acadêmicas, para além de artigos e relatórios de pesquisa, mas também em editoriais e cartas de periódicos, produzidos nos diversos países.

Embora o interesse central da pesquisa fosse com relação à vivência da sexualidade entre jovens em interface com o uso de mídias digitais, também foram analisadas publicações

que abordaram pessoas adultas não jovens, de modo a avaliar se comportamentos atribuídos a jovens estariam restritos apenas a essa faixa etária.

Das 180 publicações encontradas, 23 não tratavam do *sexting* (tratavam de assuntos como acidentes automobilísticos por uso de celular, por exemplo), nove estavam indisponíveis e uma estava em língua germânica, totalizando 33 exclusões e totalizando 147 produções analisadas, todas em língua inglesa, ainda que esse não tenha sido um critério de inclusão.

As variáveis selecionadas buscaram compreender o contexto das produções, suas abordagens e perspectivas sobre o *sexting*. Para a análise do contexto, foram utilizadas as variáveis gênero da primeira autoria, ano de publicação e país da produção.

Para a análise das abordagens das produções, foram utilizadas as variáveis área do conhecimento de que partiram, tipo de publicação, tema central abordado e sujeitos analisados nos trabalhos.

Para a análise das perspectivas sobre o *sexting*, foram utilizadas as variáveis sobre o modo como foram abordadas as questões do risco, da violência e de gênero, a partir da leitura interpretativa dos textos (já que não se tratam de informações explícitas nas publicações como as demais variáveis). As três variáveis de cunho interpretativo que embasaram este trabalho foram escolhidas a partir de uma rápida constatação de que, com frequência, as publicações associavam o *sexting* a um comportamento de risco a priori, não associavam os comportamentos e as práticas violentas a padrões de gênero e não levavam em conta se o compartilhamento de mídias ocorria de modo autorizado, não diferenciando práticas violentas.

Variáveis sobre o contexto das produções

O gênero da primeira autoria foi atribuído a partir de pesquisas na internet sobre a identidade das autoras e dos autores das publicações, sendo categorizado em feminino e masculino.

O país da produção foi considerado como o país em que foi realizado o trabalho ou a pesquisa nos casos em que houve coleta de dados primários, sendo que, em alguns casos, houve coleta de dados em mais de um país.

Variáveis sobre a abordagem das produções

A área do conhecimento foi deduzida do periódico em que a produção foi publicada, já que o interesse era refletir sobre o campo específico com que dialogava. Nos casos em que o periódico era multidisciplinar, como aqueles voltados para temas amplos como adolescência e sexualidade, a informação foi deduzida do campo de trabalho da primeira autoria.

O tipo de publicação foi categorizado em ‘estudo de prevalência ou abordagem quantitativa’, ‘publicação de caráter ensaístico’ (incluindo editoriais e cartas) ‘artigo de revisão’ e ‘pesquisa qualitativa’.

A variável ‘tema central abordado’ foi categorizada em ‘prevalência do *sexting*’, ‘relação com comportamento de risco’, ‘relação com situações de violência’ (incluindo abuso sexual e o compartilhamento de mídias de forma não autorizada); ‘problemas e cuidados relativos ao *sexting*’ (de modo geral de caráter instrucional); ‘saúde mental’; ‘percepção de jovens’; e ‘demais temas’ (temas que apareceram com baixa frequência). Para cada produção, foi atribuído apenas um tema, aquele abordado centralmente.

Os sujeitos analisados nas publicações foram categorizados com base nas definições e classificações de faixa etária do Estatuto da Criança e do Adolescente ⁴ e do Estatuto da Juventude ⁵. As categorias criadas foram: crianças e pré-adolescentes (menores de 12 anos), adolescentes (entre 12 e 18 anos), jovens não adolescentes (entre 19 e 29 anos) e pessoas adultas não jovens (a partir de 30 anos). As produções poderiam abranger mais de uma categoria, portanto.

Variáveis sobre a perspectiva do *sexting*

Com respeito à abordagem sobre o risco, as produções foram categorizadas entre as que atribuem ao *sexting* um comportamento de risco; as que relacionam o *sexting* a fragilidades emocionais (como baixa consciência e impulsividade) e a questões da ordem da saúde mental (como ansiedade e depressão) – em ambos os casos levando à prática do *sexting* e em menor frequência como consequências dessa prática; e as que não relacionam o *sexting* a comportamentos de risco.

No que tange à questão da violência, as publicações foram categorizadas com base no debate proposto por Krieger ⁶ (trabalho esse que também integrou a revisão), quanto à associação entre *sexting* e comportamentos violentos, sobretudo o compartilhamento não autorizado de mídias. As produções foram avaliadas considerando a definição que apresentaram sobre *sexting* e se deduziam dele comportamentos violentos, se eram ambíguas, ou não deduziam comportamentos violentos.

Por fim, as publicações foram categorizadas entre as que fizeram uma abordagem de gênero, as que fizeram uma abordagem parcial e as que não fizeram qualquer abordagem, ainda que tivessem gênero como categoria de análise, mas ignorando o debate dos estudos de gênero na discussão dos resultados.

O banco de dados para análise estatística descritiva das variáveis foi elaborado no programa PSPP (*GNU Project*). Para avaliar a correlação entre as variáveis independentes (gênero da primeira autoria, ano de publicação, país da produção, área do conhecimento e tipo de publicação) e dependentes (variáveis relacionadas à perspectiva apresentada sobre o *sexting*) foi utilizado o teste *Spearman*, considerando o nível de significância de 0,05.

Resultados

Características gerais das publicações

Das 147 publicações analisadas, aproximadamente 60% tiveram mulheres como primeiras autoras. Apenas duas não tinham autoria específica, foram assinadas por comitês. Um pesquisador representou aproximadamente 5% das publicações como primeiro autor, tendo sido o restante distribuído entre diversas autorias.

Considerando o número de publicações por ano, observou-se um aumento gradual desde o primeiro ano de publicação (2009), à exceção do ano de 2015, e aumento expressivo em 2019. Até 2013, foram identificadas menos de 10 publicações por ano e, em 2019, elas chegaram apenas a 43.

Com relação ao país da produção, as estadunidenses corresponderam a mais da metade. As australianas corresponderam a, aproximadamente, 10% e as produções da Espanha, Bélgica, Canadá e Inglaterra corresponderam a, aproximadamente, 5% cada uma. Às produções da América do Norte se soma uma do México. As publicações europeias corresponderam a, aproximadamente, 30%, sendo que entre essas, três produções abrangeram mais de um país. Nigéria, Etiópia e Uganda somaram três publicações africanas e foi analisada também uma publicação da China. A América do Sul foi representada por duas produções, uma do Peru e uma do Chile, não havendo nenhuma publicação do Brasil.

Com respeito à área específica do conhecimento de que partiram as publicações, aproximadamente 35% eram da psicologia. A pediatria correspondeu a, aproximadamente, 15% das publicações e a saúde pública a 10%, seguida da psiquiatria com 7%. A enfermagem representou, aproximadamente, 5% das produções. Demais áreas médicas e da saúde corresponderam a pouco mais de 15% das produções, e as das ciências humanas e sociais a pouco mais de 10%.

No que tange ao tipo de publicação, os estudos de prevalência e quantitativos corresponderam a mais de 65%. As produções de caráter ensaístico, os artigos de revisão e as

pesquisas qualitativas totalizaram, aproximadamente, 20%, 7% e 5%, respectivamente, das publicações. Entre os artigos de revisão, um deles era de abordagem qualitativa ⁶.

Não foram identificadas correlações estatisticamente significativas ($p > 0,05$) entre as variáveis gênero da primeira autoria, ano de publicação, país da produção, área do conhecimento e tipo de publicação e as variáveis relacionadas à perspectiva apresentada sobre o *sexting*.

Temas abordados e questões negligenciadas

Na análise do tema central abordado, observou-se que o mais explorado foi a prevalência do *sexting*, representando, aproximadamente, 25% do total, seguido de relação com comportamentos de risco, com pouco mais de 20%. Outros temas abordados foram: relação com situações de violência (cerca de 15%); problemas e cuidados relativos ao *sexting* (de modo geral de caráter instrucional), aproximadamente, 10% e saúde mental e percepção de jovens sobre o *sexting* (cerca de 10% das publicações cada). Ainda como tema central abordado, mas representando 2% ou menos das publicações, foram identificados: questões da legalidade, questões metodológicas, consumo de pornografia, percepção de famílias, religiosidade e relação entre *sexting* e produção de *selfies*.

Dentre os sujeitos analisados nas publicações, a categoria mais abordada foi adolescentes, representando em torno de 70% do total, seguida de jovens não adolescentes (aproximadamente 40%). Pré-adolescentes e crianças e pessoas adultas não jovens foram categorias menos abordadas, representadas em cerca de 10% das publicações, cada. Dentre as pessoas adultas não jovens, três publicações abrangeram também pessoas idosas. Diversas produções abrangeram mais de uma categoria.

Não foram identificadas correlações estatisticamente significativas ($p > 0,05$) entre as variáveis ‘tema central abordado’ e ‘sujeitos abrangidos nas produções’ e as variáveis relacionadas à perspectiva apresentada sobre o *sexting*.

Com respeito à relação entre *sexting* e comportamento de risco, aproximadamente 20% das publicações apresentaram essa associação de forma direta. Aproximadamente metade das produções relacionou o *sexting* a questões de fragilidade emocional.

Com respeito à abordagem sobre violência, em pouco mais de 30% das publicações, a definição de *sexting* foi associada a práticas violentas. Em aproximadamente 40% essa definição se apresentou ambígua, somando 70% de publicações que deduziram do *sexting* práticas violentas de alguma maneira. Nas demais publicações (30%), a definição foi feita de forma a diferenciar a prática em si de situações de violência.

Por fim, com respeito à abordagem de gênero, na grande maioria das publicações (aproximadamente 80%) estiveram ausentes análises que considerassem desigualdades ou padrões de gênero. Aproximadamente 7% das publicações apresentaram abordagem parcial, e menos de 15% abordou o *sexting* como uma prática atravessada por questões de gênero.

Não foi identificada correlação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) entre as variáveis relacionadas à perspectiva apresentada sobre o *sexting*. Dentre as publicações que associaram *sexting* a risco e dentre aquelas que não fizeram abordagem de gênero, aproximadamente 80% não diferenciaram a prática de situações de violência. Com respeito à relação entre as abordagens de risco, dentre as que fizeram associação direta a risco, mais de 75% não realizou abordagem de gênero.

Discussão

Os dados sobre as características gerais das publicações demonstram que a produção sobre o *sexting* ainda é recente, o que já era esperado. Observou-se, quanto ao gênero da

primeira autoria, maioria discreta de mulheres, entretanto, a grande maioria das produções possui autoria coletiva. Quanto à área do conhecimento de que partem as produções, chama a atenção a presença da enfermagem, provavelmente devido ao papel que desempenha, nos Estados Unidos e na Europa, quanto à educação sexual na saúde pública e nas escolas ⁷ (no Brasil, por exemplo, não há atribuição específica para essa função).

Observou-se que os próprios temas centrais e sujeitos abordados já apontam para uma preocupação com relação à prática do *sexting* especificamente entre adolescentes e jovens, com ênfase nos riscos relativos ao comportamento sexual, a comportamentos violentos e à saúde mental.

Englander ⁸ afirma que as produções sobre o *sexting* podem ser classificadas em três fases. A primeira é caracterizada pela grande preocupação com a prática e com a associação direta ao risco de consequências graves, como exposição, assédio, suicídio, crime. A partir da segunda fase, deu-se início um processo de compreensão das consequências negativas como menos frequentes, relativas ao compartilhamento não autorizado de mídias, assim como a práticas coercitivas. Na terceira e atual fase, começa-se a reconhecer resultados positivos da prática, relacionadas à vivência saudável da sexualidade. Os resultados desta pesquisa apontam para as produções ainda estarem fortemente centradas no debate sobre risco, pois, mesmo em 2019, aproximadamente 70% das publicações relacionaram o *sexting* a comportamentos de risco. Mas, sobretudo, o que se problematiza neste trabalho é que nenhuma das fases propostas por Englander ⁸ apresentou abordagem que levasse em conta as questões de gênero que permeiam essas experiências. Esse é o debate que será apresentado mais adiante.

Sobre risco

Antes de refletir sobre o número de publicações que associaram *sexting* a comportamento de risco, é preciso levar em conta o viés dos próprios periódicos que

privilegiam produções que têm como resultados correlações estatisticamente significativas ⁹. Além disso, a grande maioria delas trata de estudos transversais (até 2018 apenas uma publicação apresentou estudo longitudinal), não sendo possível, portanto, discutir causalidade.

Dentre as acepções do conceito de risco presentes nas publicações analisadas, tem-se considerar o *sexting* como comportamento de risco e que pode se associar a outros comportamentos de risco. Algumas acepções chegaram, inclusive, a atribuir, a determinadas populações, a identidade de ‘grupo de risco’. Contudo, a crítica à ideia de comportamento de risco relativa à culpabilização de indivíduos por se exporem a determinados desfechos, conforme debate proposto por Ayres e colaboradores/a ¹⁰, parece bastante pertinente nesta análise. A ideia de que adolescentes precisam se responsabilizar por seus atos quando praticam *sexting* esteve presente de forma mais ou menos explícita nessas produções, e com cobranças específicas direcionadas às meninas, manifestando um viés implícito de gênero.

Foram feitas diversas associações entre o *sexting* e questões relativas à sexualidade (tanto as produções que se basearam em pesquisas com análise de dados primários ou secundários como as de caráter ensaístico). Nas publicações, esteve presente o debate sobre o *sexting* conduzir à iniciação sexual ou ser praticado entre jovens que já têm vida sexual ativa ¹¹. Algumas publicações chegaram a defender que o *sexting* não deveria ser desestimulado, pois é mais seguro que o sexo ¹², ou que seriam necessários investimentos em prol da redução da prática para reduzir o sexo de risco, já que estariam associados ¹³. O *sexting* também foi relacionado ao aumento da transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez a partir da comparação da prevalência desses eventos ¹⁴.

Uma perspectiva protecionista foi observada diretamente no uso, nos títulos das publicações, de termos alarmistas como perigos ¹⁵ e *bad romance* - romance ruim - ¹⁶. A defesa do monitoramento pela família do uso de redes sociais por adolescentes ¹⁷ ou mesmo de orientações diretivas, de modo geral, demonstraram a ausência de perspectivas voltadas para a

construção da autonomia de jovens, se não de uma completa descrença de que são capazes de fazer ponderações e escolhas conscientes relativas à vivência de sua sexualidade e prazer. Além disso, como afirmou Krieger ⁶, muitas vezes as orientações trazem um sentido de preservação da reputação, cuja responsabilidade recai sobre as mulheres, como a menção explícita da necessidade de aconselhar adolescentes e mulheres jovens ¹¹.

Ainda quanto a campanhas de cunho protecionista, como bem afirmou Walker e colaboradoras ¹⁸, é preciso considerar que jovens não desconhecem riscos e que têm interesse em se envolver nas práticas mesmo levando-os em conta. Chama a atenção o fato de que nenhum trabalho indagou sobre a possibilidade de jovens se valerem de determinados procedimentos para se protegerem no *sexting*, como se sabe, por exemplo, da prática de omitir o rosto ou outras formas de identificação ^{19,20}. O debate em torno do que seria um *sexting* seguro, de modo similar ao proposto para o sexo seguro, fez-se presente apenas de forma diretiva, como a sugestão de que os *sexts* devem envolver apenas fotos sugestivas, mas não nudez explícita ²¹.

As associações entre o *sexting* e as questões de saúde mental foram feitas em duas vias, tanto considerando que fragilidades emocionais conduzem à prática do *sexting*, tanto considerando-as como consequências dele ²². O envio de mídias eróticas foi tomado como uma atividade impulsiva por parte de adolescentes, relacionado ao baixo nível de consciência ²³, e até mesmo ao subdesenvolvimento do córtex pré-frontal ¹, desconsiderando que pode ser feito de forma planejada e que também é praticado entre pessoas adultas. O *sexting* também foi relacionado ao consumo de álcool e outras drogas e à violência sexual contra mulheres ^{24,25}.

Este trabalho reafirma a crítica de Naezer ²⁶ ao conceito de risco. A autora problematiza se determinadas atividades são mesmo de risco e questiona a falta de abertura a oportunidades nas pesquisas que possam culminar em resultados positivos com relação à prática do *sexting*. Naezer defende que o risco precisa ser compreendido levando-se em conta aspectos subjetivos, assim como as normas socioculturais do contexto em que está inserido. Como exemplo, a autora

utiliza o dado de seu trabalho etnográfico na Holanda, de que jovens apontaram riscos diferentes daqueles previstos nas pesquisas. A autora propõe como alternativa o uso do termo aventura, o que também pode ser problematizado quanto ao real sentido atribuído por jovens a suas ações.

Bosi ²⁷, em resgate da literatura crítica sobre o conceito de risco, propõe o uso do termo nocividade, sob a justificativa de que esse não traz em si o caráter quantificável como o termo risco, sendo mais apropriado ao campo da pesquisa qualitativa e das Ciências Humanas e Sociais no âmbito da Saúde Coletiva. De fato, a problematização realizada neste trabalho defende a necessidade da abordagem qualitativa no estudo sobre o *sexting* para que até mesmo as tentativas de quantificar comportamentos regulares possam ser capazes de alcançar as variáveis pertinentes. Ao buscar correlações entre o *sexting* e comportamentos sexuais e características da saúde mental, considerando a priori suas conexões, grande parte dos estudos deixaram de abordar o sentido da prática atribuído por jovens, não captando de modo satisfatório seus aspectos positivos, mas nem mesmo os negativos.

Por fim, notou-se que, ao centrarem-se nos riscos relativos à prática do *sexting*, as produções deixaram, de modo geral, de considerar as dimensões positivas dela, sem distinguir o que seriam práticas violentas, e o modo como se relacionam às desigualdades de gênero, como será discutido adiante.

Sobre violência

O trabalho de Krieger ⁶ abordou a relação entre a associação do *sexting* ao risco e a não distinção das práticas violentas, que, ao desprezar as questões de gênero nelas imbrincadas, acabam por levar à responsabilização da mulher. A condenação moral de meninas que praticam *sexting* impede que, em casos de compartilhamento não autorizado, elas sejam consideradas vítimas, mas apenas nos casos em que o conteúdo foi roubado - a culpabilização da vítima, inclusive pela polícia, também é discutida em outro trabalho ²⁸.

A autora ⁶ investigou a distinção entre o *sexting* e o compartilhamento não autorizado de mídias em publicações do campo da psicologia, educação e direito. Em quase 30% das publicações analisadas, não houve diferenciação entre as duas práticas e, em torno de 20%, a definição do *sexting* foi ambígua, confundida com o compartilhamento não autorizado. Os resultados deste trabalho mostraram que para o campo da saúde (no qual se inclui também a psicologia) a não distinção e as definições ambíguas foram ainda mais frequentes. A autora criou quatro tipologias para as formas como o compartilhamento não autorizado foi caracterizado. A primeira e mais frequente é marcada pela culpabilização da vítima (mais frequente na psicologia e na educação); seguida da minimização da responsabilidade (mais frequente no direito); além de *bullying*; e violência contra a mulher. Para além da culpabilização das vítimas e desresponsabilização dos agressores, Krieger ainda chama a atenção para a gravidade, no campo do direito, da ausência de distinção entre o *sexting* e a prática violenta, já que, em casos que envolvem menores, as vítimas também podem ser responsabilizadas.

De fato, como demonstraram alguns estudos ^{22,29}, a diferenciação entre *sexting* e práticas violentas, embora não seja feita nas publicações, é feita por jovens. O compartilhamento não autorizado de mídias ocorre com frequência muito menor que o *sexting* ³⁰ e a publicização dos conteúdos é a experiência negativa mais comum manifestada por jovens ²⁴.

No que diz respeito especificamente às práticas violentas, Patchin e Hinduja ²⁸ explicam que o compartilhamento não autorizado de mídias eróticas pode envolver pornografia de vingança e sextorsão – extorsão sexual. A primeira ocorre de modo público, com a exposição das mídias após o rompimento da relação, e a segunda também pode se dar por vingança, mas ocorre de modo privado. Essas práticas violentas também são referidas como *digital date abuse* – DDA, ou abuso sexual por meio digital ³¹ e mais recentemente no Brasil como abuso digital no relacionamento ^{32,33}.

Este trabalho defende, portanto, o uso do termo divulgação não autorizada da intimidade como forma de diferenciá-lo da prática do *sexting*, que não presume violência por si só. Além disso, a definição de *sexting* deve incluir não apenas os casos em que a mídia compartilhada pertence à pessoa remetente, mas também casos que ocorrem entre pares, como casais, colegas da mesma faixa etária, pessoas em relação de amizade, excluindo-se, portanto, casos que envolvem a relação entre menores de idade e pessoas adultas (pornografia infantil) e até mesmo diferentes posições sociais que denotam hierarquia, por exemplo, no ambiente de trabalho, que podem configurar assédio.

A importância desse debate se relaciona à centralidade do enfrentamento à violência na promoção da saúde. Minayo ³⁴ discute a prevenção às violências na promoção da saúde no contexto da proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se, pois, de condição para que esses sujeitos desenvolvam e cresçam de forma saudável, contribuindo para a sua cidadania plena.

Sobre gênero

A variável gênero esteve presente em grande parte dos estudos de prevalência, sem, contudo, que os resultados tenham sido discutidos à luz da abordagem de gênero na maioria deles.

A perspectiva que se defende neste trabalho é que, independentemente dos resultados a que se chegam, por exemplo, se mais ou menos mulheres praticam *sexting* em relação aos homens, não é possível analisá-los sem levar em conta as dinâmicas de gênero do contexto específico no qual se pesquisa. Se meninas enviam menos mídias eróticas próprias e experienciam menos resultados negativos, isso pode se dar pelo próprio fato de elas serem mais condenadas socialmente por isso ³⁰, o que gera maior cautela. Isso não significa, por exemplo, que não sentem o desejo pela prática, do contrário pode representar um sentimento de repressão, que exigiria, por exemplo, uma abordagem mais voltada para a compreensão do desejo dessas

jovens. Do mesmo modo, se homens mais adeptos a padrões de masculinidade tendem a receber mais *sexts* que enviar conteúdos próprios³⁵, isso se dá nitidamente pela correspondência a padrões de gênero que objetificam o corpo feminino, de modo geral, mas não o masculino.

Tais diferenças representam desigualdades de gênero na medida em que criam normas (conflitantes) e moralidade para a prática sexual, sobretudo para as meninas, e envolvem formas de coerção e violência direcionadas a elas¹⁹. Ressalta-se que, assim como na maioria dos casos de violência contra as mulheres em espaços físicos, as práticas em espaços digitais também são perpetradas por homens que fazem parte do ciclo social das vítimas^{36,28}.

As práticas da sexualidade, de modo geral, envolvem situações de conflito, assim como envolvem relações de prazer, não sendo diferente com a prática do *sexting*^{37, 38}. As contradições na vivência da sexualidade se acentuam para as mulheres no que diz respeito ao que se espera de seu comportamento¹⁹. O debate sobre pornografia traz importantes contribuições para pensar a questão da objetificação das mulheres e sua autonomia. As divergências nas teorias feministas se dão em torno da perspectiva do enfrentamento à representação de subordinação da mulher, contra aquela que defende a pornografia, ou se posiciona contra a proibição dela, a partir da crítica a seu protecionismo, do risco de recair no essencialismo quanto ao papel da mulher, além da violação da autonomia de representar-se a si. Nesse sentido, defende-se que nem sempre há coação ao comportamento das mulheres, e é preciso saber distingui-la da violência³⁹, como tem sido defendido neste trabalho.

O debate sobre o corpo na cultura digital, mediado pela tecnologia, dá sequência ao da pornografia. Se, por um lado, atribui-se ao corpo uma possibilidade libertadora, de ocupar um novo espaço, também se concebe essa experiência de modo ambíguo, em que se amplia a disputa entre a instrumentalização tradicional do corpo e suas transgressões. A pornografia seria a melhor demonstração de que esse corpo segue marcado por condições de desigualdade⁴⁰.

Por fim, propõe-se que, no campo da sexualidade, vivenciada sob múltiplos aspectos, cabe-nos focar naquilo que é público e político, como são as desigualdades e violências de gênero, especialmente contra jovens. Nesse sentido, o campo da saúde coletiva, seja na produção de cuidado ou na educação em saúde, precisa não perder de vista a complexidade que subjaz a promoção tanto da igualdade quanto da autonomia, de modo a não incorrer em práticas paternalistas e antidemocráticas, partindo-se do protagonismo das mulheres.

Considerações Finais

A principal limitação deste trabalho está relacionada à fonte de busca das publicações. Embora o Pubmed tenha sido escolhido por sua centralidade e abrangência, certamente gerou vieses quanto aos países de realização das publicações e quanto aos tipos de estudos analisados. O fato de terem sido consultadas apenas publicações em língua inglesa restringiu os países representados nesta análise, limitando com isso a diversidade de perspectivas culturais. O mesmo ocorreu quanto ao tipo de abordagem dos estudos, em sua maioria de caráter quantitativo - mais comum entre os periódicos indexados na base, restringindo, também, as perspectivas analíticas sobre a prática do *sexting*.

A análise empreendida neste trabalho evidenciou, entretanto, a demanda de um olhar do campo da saúde com relação ao *sexting* e à vivência da sexualidade juvenil que seja capaz de considerar as ambiguidades experienciadas nas vivências entre jovens. É preciso não tomar o risco como um pressuposto, de modo a considerar e explorar também as relações de prazer, de autonomia, mas, sobretudo, as questões concernentes às desigualdades, em que nesse contexto, ressaltam-se as relativas às questões de gênero.

Esta revisão aponta para a necessidade de trabalhos futuros apresentarem abordagens qualitativas, sobretudo aquelas que possibilitam maior tempo de imersão no campo analisado, explorando as relações entre os contextos digital e físico. Para além de ouvir as perspectivas de

jovens, é preciso explorar seus contextos de sociabilidade, como escola e família, a fim de melhor compreender os sentidos atribuídos às experiências relativas ao *sexting*, assim como os conflitos e desafios relativos à sexualidade e à saúde de modo geral que delas derivam.

Por fim, é preciso não perder de vista o compromisso da saúde coletiva com a saúde integral de jovens, o que inclui a vivência da sexualidade de forma saudável e não violenta e desigual. Ainda que o atual contexto político cerceie o debate, e em especial a educação em torno a questões fundamentais ligadas à sexualidade e ao gênero, sobretudo na juventude, a ciência crítica se afirma ainda mais fortemente como uma importante ferramenta para a construção de uma sociedade mais saudável e democrática.

Contribuições das Autoras

Ambas as autoras trabalharam na concepção e desenho da pesquisa, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica e aprovação da versão final a ser publicada.

Referências

1. Judge A. “Sexting” Among U.S. Adolescents: Psychological and Legal Perspectives. *Harvard Review of Psychiatry*. 2012;20(2):86-96. doi:10.3109/10673229.2012.677360
2. Varella G, Soprana P. Pornografia de vingança: crime rápido, trauma permanente. *epoca.globo.com*. <https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/pornografia-de-vinganca-crime-rapido-trauma-permanente.html>. Published 2016. Accessed March 3, 2020.
3. Brasil. *Dispõe Sobre Os Crimes de Importunação Sexual.*; 2018.
4. Brasil. *Dispõe Sobre o Estatuto Da Criança e Do Adolescente e Dá Outras Providências.*; 1990.

5. Brasil. *Institui o Estatuto Da Juventude e Dispõe Sobre Os Direitos Dos Jovens, Os Princípios e Diretrizes Das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude.*; 2013.
6. Krieger MA. Unpacking “Sexting”: A Systematic Review of Nonconsensual Sexting in Legal, Educational, and Psychological Literatures. *Trauma, Violence & Abuse.* 2016;18(5):593-601.
7. Bradbury-Jones C, Bradshaw S, Clark M, Lewis A. “I keep hearing reports on the news that it’s a real problem at the moment”: Public health nurses’ understandings of sexting practices among young people. *Health & Social Care in the Community.* 2019;27(4):1063-1073. doi:10.1111/hsc.12723
8. Englander E. What Do We Know About Sexting, and When Did We Know It? *Journal of Adolescent Health.* 2019;65(5):577-578. doi:10.1016/j.jadohealth.2019.08.004
9. Van Ouytsel J, Michel Walrave, Koen Ponnet, Wannes Heirman. The Association Between Adolescent Sexting, Psychosocial Difficulties, and Risk Behavior: Integrative Review. *The Journal of School Nursing.* 2014;3(1):54-69.
10. Ayres JR de C de M, Calazans GJ, Filho HCS, França-Júnior I. O risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. *Sesi.* https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347426/mod_resource/content/1/risco_vulnerabilidade%20Ayres%20e%20cols.pdf.
11. Handschuh C, Cross AL, Smaldone A. Is Sexting Associated with Sexual Behaviors During Adolescence? A Systematic Literature Review and Meta-Analysis. *Journal of Midwifery & Women’s Health.* 2019;64(1):88-97. doi:10.1111/jmwh.12923
12. Ybarra ML, Mitchell KJ. “Sexting” and Its Relation to Sexual Activity and Sexual Risk Behavior in a National Survey of Adolescents. *Journal of Adolescent Health.* 2014;55(6):757-764. doi:10.1016/j.jadohealth.2014.07.012

13. Temple JR, Choi H. Longitudinal Association Between Teen Sexting and Sexual Behavior. *Pediatrics*. 2014;134(5):e1287-e1292. doi:10.1542/peds.2014-1974
14. Committee Opinion No. 653: Concerns Regarding Social Media and Health Issues in Adolescents and Young Adults. *Obstetrics & Gynecology*. 2016;127(2). doi:10.1097/AOG.0000000000001313
15. Sadhu JM. Sexting: The Impact of a Cultural Phenomenon on Psychiatric Practice. *Acad Psychiatry*. 2012;36(1):76-81. doi:10.1176/appi.ap.10100146
16. Bianchi D, Morelli M, Nappa MR, Baiocco R, Chirumbolo A. A Bad Romance: Sexting Motivations and Teen Dating Violence. *J Interpers Violence*. December 2018;0886260518817037. doi:10.1177/0886260518817037
17. Tomić I, Burić J, Štulhofer A. Associations Between Croatian Adolescents' Use of Sexually Explicit Material and Sexual Behavior: Does Parental Monitoring Play a Role? *Arch Sex Behav*. 2018;47(6):1881-1893. doi:10.1007/s10508-017-1097-z
18. Walker S, Sanci L, Meredith Temple-Smith. Sexting: Young Women's and Men's Views on Its Nature and Origins. *Journal of Adolescent Health*. 2013;52(6):697-701. doi:10.1016/j.jadohealth.2013.01.026
19. Johansen KBH, Pedersen BM, Tjørnhøj-Thomsen T. Visual gossiping: non-consensual 'nude' sharing among young people in Denmark. *Culture, Health & Sexuality*. 2019;21(9):1029-1044. doi:10.1080/13691058.2018.1534140
20. Petrosillo IR. Esse nu tem endereço - o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. 2016.
21. Patchin JW, Hinduja S. It is Time to Teach Safe Sexting. *Journal of Adolescent Health*. 2019;66(2):140-143.
22. Barrense-Dias Y, Surís J-C, Akre C. "When It Deviates It Becomes Harassment, Doesn't It?" A Qualitative Study on the Definition of Sexting According to Adolescents and Young

- Adults, Parents, and Teachers. *Arch Sex Behav.* 2019;48(8):2357-2366. doi:10.1007/s10508-018-1358-5
23. Gámez-Guadix M, Santisteban P de. “Sex Pics?”: Longitudinal Predictors of Sexting Among Adolescents. *Journal of Adolescent Health.* 2018;63(5):608-614. doi:10.1016/j.jadohealth.2018.05.032
24. Dir AL, Riley EN, Cyders MA, Smith GT. Problematic alcohol use and sexting as risk factors for sexual assault among college women. *Journal of American College Health.* 2018;66(7):553-560. doi:10.1080/07448481.2018.1432622
25. Titchen KE, Maslyanskaya S, Silver EJ, Coupey SM. Sexting and Young Adolescents: Associations with Sexual Abuse and Intimate Partner Violence. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology.* 2019;32(5):481-486. doi:10.1016/j.jpag.2019.07.004
26. Naezer M. From risky behaviour to sexy adventures: reconceptualising young people’s online sexual activities. *Culture, Health & Sexuality.* 2018;20(6):715-729. doi:10.1080/13691058.2017.1372632
27. Bosi MLM. Problematizando o conceito de risco em diretrizes éticas para pesquisas em ciências humanas e sociais na Saúde Coletiva. *Ciênc saúde coletiva.* 2015;20:2675-2682. doi:10.1590/1413-81232015209.11392015
28. Patchin JW, Hinduja S. The Nature and Extent of Sexting Among a National Sample of Middle and High School Students in the U.S. *Arch Sex Behav.* 2019;48(8):2333-2343. doi:10.1007/s10508-019-1449-y
29. Yeung TH, Horyniak DR, Vella AM, Hellard ME, Lim MSC. Prevalence, correlates and attitudes towards sexting among young people in Melbourne, Australia. *Sex Health.* 2014;11(4):332-339. doi:10.1071/SH14032

30. De Graaf H, Verbeek M, Van den Borne M, Meijer S. Offline and Online Sexual Risk Behavior among Youth in the Netherlands: Findings from “Sex under the Age of 25.” *Front Public Health*. 2018;6. doi:10.3389/fpubh.2018.00072
31. Reed LA, Tolman RM, Ward LM. Snooping and Sexting: Digital Media as a Context for Dating Aggression and Abuse Among College Students. *Violence Against Women*. 2016;22(13):1556-1576. doi:10.1177/1077801216630143
32. Cavalcanti JG, Coutinho M da P de L. Abuso digital nos relacionamentos amorosos: uma revisão sobre prevalência, instrumentos de avaliação e fatores de risco. *Avances en Psicología Latinoamericana*. 2019;37(2):235-254.
33. Flach RMD, Deslandes SF. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*. 2017;33(7).
34. Minayo MC de S. Contextualização do Debate sobre Violência contra Crianças e Adolescentes. In: *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
35. Davis MJ, Powell A, Gordon D, Kershaw T. I Want Your Sext: Sexting and Sexual Risk in Emerging Adult Minority Men. *AIDS Education and Prevention*. 2016;28(2):138-152. doi:10.1521/aeap.2016.28.2.138
36. Wolak J, Finkelhor D, Walsh W, Treitman L. Sextortion of Minors: Characteristics and Dynamics. *Journal of Adolescent Health*. 2018;62(1):72-79. doi:10.1016/j.jadohealth.2017.08.014
37. Liong M, Cheng GH-L. Objectifying or Liberating? Investigation of the Effects of Sexting on Body Image. *The Journal of Sex Research*. 2019;56(3):337-344. doi:10.1080/00224499.2018.1438576
38. Currin JM, Hubach HD, Sanders C, Hammer TR. Sexting Leads to “Risky” Sex? An Analysis of Sexting Behaviors in a Nonuniversity-Based, Older Adult Population. *Journal of Sex & Marital Therapy*. 2016;43(7).

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0092623X.2016.1246390?journalCode=usmt2>

0. Accessed January 10, 2020.

39. Biroli F. O debate sobre pornografia. In: *Feminismo e Política*. Boitempo Editorial.

40. Manso AG, Diaz PM, Allende JS. El Eros Cyborg: La Cibercultura del cuerpo. Presented at the: II Congreso Online 2004; 2004; Barcelona.

[https://www.dropbox.com/preview/Grupo%20de%20Estudios%20de%20Feminismo%20e%20G%C3%AAnero/Demais%20textos%20interessantes/Manso%20-](https://www.dropbox.com/preview/Grupo%20de%20Estudios%20de%20Feminismo%20e%20G%C3%AAnero/Demais%20textos%20interessantes/Manso%20-%20El%20Eros%20Cyborg%3A%20La%20Cibercultura%20del%20cuerpo.pdf?role=personal)

[%](https://www.dropbox.com/preview/Grupo%20de%20Estudios%20de%20Feminismo%20e%20G%C3%AAnero/Demais%20textos%20interessantes/Manso%20-%20El%20Eros%20Cyborg%3A%20La%20Cibercultura%20del%20cuerpo.pdf?role=personal)

[%20El%20Eros%20Cyborg%3A%20La%20Cibercultura%20del%20cuerpo.pdf?role=person](https://www.dropbox.com/preview/Grupo%20de%20Estudios%20de%20Feminismo%20e%20G%C3%AAnero/Demais%20textos%20interessantes/Manso%20-%20El%20Eros%20Cyborg%3A%20La%20Cibercultura%20del%20cuerpo.pdf?role=personal)

al. Accessed January 31, 2020.

5.2 *Sexting* e divulgação não autorizada de imagens íntimas sob diferentes análises no Brasil

Artigo submetido à Revista Gênero

Resumo. O trabalho analisou como o campo acadêmico brasileiro tem abordado a questão do sexting e da divulgação não autorizada de imagens íntimas. Empreendeu-se um estado da arte a partir das 30 teses e dissertações publicadas sobre o tema, representando os campos do Direito, Ciências Sociais, Educação, Saúde, Comunicação e Linguagens e Psicologia. Observou-se olhares heterogêneos dentre os mesmos campos do conhecimento, sobretudo quanto à valoração da prática do sexting e da inclusão ou não da abordagem de gênero e quanto às perspectivas que se opõem sobre a possibilidade de autonomia das mulheres que praticam sexting e seus efeitos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: *Sexting*. Exposição da Intimidade. Sexualidade

ABSTRACT: The work analyzed how the Brazilian academic field has approached the issue of sexting and the unauthorized disclosure of intimate images. A state of the art was undertaken from the 30 theses and dissertations published about the subject, representing the fields of Law, Social Sciences, Education, Health, Communication and Languages and Psychology. Heterogeneous views were observed within the same fields of knowledge, especially regarding the valuation of the practice of sexting and the inclusion or not of the gender approach and regarding the opposing perspectives on the possibility of autonomy of women who practice sexting and its political effects.

KEYWORDS: Sexting. Intimacy Exposure. Sexuality.

Introdução

Em setembro de 2018, foi promulgada, no Brasil, a Lei Federal nº 13.718 (BRASIL, 2018). A Lei dispõe sobre os crimes de importunação sexual e torna crime a divulgação, sem consentimento, de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia.

Em que pesem as limitações dos impactos sociais dos recursos legais para além do âmbito jurídico, fica nítido que a promulgação da lei culmina de um intenso processo de debate

que vem crescendo acerca dessa questão nos últimos anos em diversos segmentos, seja midiático, político, de movimentos sociais, educacional, dentre outros, e não apenas no Brasil.

O termo *sexting*, comumente usado fora do Brasil, deriva da junção em inglês de *sex* (sexo) e *texting* (mensagem) (JUDGE, 2012). Este trabalho propõe a definição de *sexting* como prática de compartilhamento de mídia digital¹ erótica entre pares, cujo conteúdo diz respeito à pessoa remetente. Tal conceituação tem por objetivo diferenciá-la das situações que envolvem práticas violentas, como aquelas em que o conteúdo compartilhado se refere a pessoas que não autorizaram sua divulgação e também daquelas relativas à pornografia infantil e ao assédio, conforme discutido em outro trabalho (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021a).

A divulgação não autorizada de imagens íntimas, por sua vez, é o termo aqui adotado para se referir ao que tem sido chamado mais popularmente de pornografia não consensual e pornografia de vingança. Pornografia não consensual tem sido apontado como mais apropriado e abrangente que pornografia de vingança, já que não reduz uma prática tão difundida a uma única motivação. Entretanto, não é aqui adotado por apresentar dois problemas centrais. O primeiro deles é por haver registro do não reconhecimento do termo pornografia não consensual por parte de mulheres que passaram pela exposição (LINS, 2019). E o segundo trata do debate em torno do termo consentimento e sua manifestação tácita das desigualdades de gênero. Yoliliztli Hernández (2016), a partir de uma perspectiva feminista crítica, retoma Scott para argumentar que cabe aos homens propor e às mulheres a responsabilidade de consentir. Apesar da contribuição dos estudos feministas para o debate sobre o consentimento e a complexificação de sua compreensão (PEÑA E VARON, 2019), entendendo-o como um fenômeno estrutural, imerso em relações de poder e que, portanto, envolve privilégios (HERNÁNDEZ, 2016), na língua portuguesa, as acepções imediatas à palavra consentir revelam expressamente passividade, como não impedir, tolerar. Isto é, a dimensão ativa, da escolha, do desejo, parece abstraída.

Ademais, conforme será melhor debatido na última seção deste trabalho, a análise da autonomia das mulheres não pode estar abstraída de seu contexto sociopolítico, da produção de valores e normas de comportamento (BIROLI, 2013a; MACKINNON, 1987). Desconsiderar a relação entre a posição social dos indivíduos e sua capacidade de agência constitui a tradição liberal e seu pressuposto de autonomia e voluntarismo (BIROLI, 2013b).

¹ Por mídia digital, entende-se qualquer conteúdo eletrônico que pode ser facilmente divulgado com acesso à internet.

Tratamos aqui, portanto, da complexidade das manifestações em torno dessas novas práticas da sexualidade por meio do uso da internet, expandidas juntamente com o acesso aos smartphones, câmeras frontais (que facilitam o ato de se fotografar) e a popularização das redes sociais (LINS, 2019). Cabe apontar que, na prática violenta, em geral, as imagens não apenas são divulgadas, mas facilmente disseminadas para um grande número de pessoas em um curto tempo por meio da internet, o que traz proporção muito maior à exposição.

A essas práticas estão imbrincadas expressões das desigualdades e violência de gênero com consequências perversas para as mulheres, em que o ato do registro pode estar permeado por diversas outras formas de violência. Dentre essas violências constam até mesmo a exploração comercial pelo mercado erótico (MOHAN, 2020).

Conforme argumentam Sydow e Castro (2017), há diversas motivações para a exposição das mulheres que não podem ser reduzidas a vingança. Pode haver violência na distribuição e também na obtenção das mídias, como em casos de roubo ou extorsão (também chamados de sextorsão – que podem ter a obtenção da imagem como fim ou como meio para outra violência). A violência também pode ocorrer já na produção da mídia, como em situações em que as mulheres têm sua imagem registrada sem autorizar ou mesmo sem ter conhecimento. Como descrito em outro trabalho (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021b) e será discutido a partir da análise das pesquisas aqui apresentadas, as motivações para a exposição de mulheres pode envolver, além de vingança pelo fim do relacionamento, sextorsão e comercialização, controle e condenação da sexualidade das mulheres e afirmação da masculinidade.

Observa-se, a partir deste trabalho, que as produções acadêmicas brasileiras que têm por objetivo contribuir para uma melhor compreensão de tais questões têm início em 2014. Os primeiros trabalhos foram iniciados nos campos da Educação e Psicologia, por uma ligeira maioria de mulheres, devido a sua maior representação nos campos das Ciências Sociais e Educação.

Este trabalho apresenta um estado da arte sobre o *sexting* e a divulgação não autorizada de imagens íntimas no campo acadêmico brasileiro, cuja análise envolveu diferentes áreas do conhecimento. Objetivou-se não apenas avaliar o atual estado da produção de conhecimento sobre esses temas, mas sobretudo examiná-la criticamente e identificar aspectos que demandam maior aprofundamento. Não houve pretensão, assim, de apresentar todas as temáticas abordadas nos trabalhos aqui analisados, mas ressaltar suas principais questões e perspectivas divergentes.

Serão apresentadas as produções por área do conhecimento, seguidas de um debate sobre a possibilidade de efetiva autonomia das mulheres na prática do *sexting*, questão essa que encontrou abordagens conflitantes entre diferentes trabalhos.

Métodos

O estado da arte foi empreendido a partir da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Catálogo disponibiliza os trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* publicados no Brasil.

A busca foi realizada durante o primeiro semestre de 2020. Foram utilizados os termos *sexting*, nudez e pornografia. A busca pelos termos abrangeu o título, as palavras-chave e o resumo dos trabalhos. A busca por *sexting* resultou o total de 12 trabalhos, dos quais um foi excluído por se tratar de práticas informacionais, restando, portanto, 11 trabalhos.

A busca por nudez resultou o total de 125 trabalhos, dos quais apenas sete tratavam sobre a prática de *sexting*. Os demais trabalhos tratavam de temas relativos à arte, literatura e exposição em diferentes contextos e mídias, como em situações de cuidados médicos, não necessariamente digitais. No campo do direito, também se observaram discussões sobre responsabilidades dos provedores de internet e detecção de pornografia no campo da ciência da computação, trabalhos também excluídos da presente análise.

Na busca por pornografia, foram encontrados 219 trabalhos, seguindo o mesmo padrão anterior quanto aos temas de que tratavam. Dessa busca, foram encontrados mais 12 trabalhos relativos ao tema de interesse.

As publicações encontradas nas buscas pelos três termos (*sexting*, nudez, pornografia) totalizaram 30 trabalhos (11+7+12). Dentre eles, 25 são dissertações de mestrado e cinco são teses de doutorado.

Os trabalhos foram analisados por área do conhecimento, categorizados nos campos Direito, Ciências Sociais, Educação, Saúde, Comunicação e Linguagens e Psicologia. Tal categorização foi feita a partir do caráter do programa de pós-graduação ao qual o trabalho estava vinculado e foi utilizada como forma de organização da produção. Entretanto, como característica constituinte do processo de categorização, tal classificação se mostrou arbitrária, já que determinados trabalhos tinham como objeto de análise questões caras a outros campos do conhecimento, como será observado a seguir.

A Tabela 1 apresenta a lista dos trabalhos analisados, sua autoria, programa de pós-graduação e instituição ao qual estavam vinculados, ano de publicação e disponibilidade do acesso. Ressalta-se que alguns trabalhos não tinham divulgação autorizada e não foram encontrados na íntegra, sobre os quais as análises sofreram limitações.

Tabela 1 – Trabalhos Analisados

Direito						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
MAZZARDO, Luciane de Freitas	Dissertação	Interfaces da desigualdade de gênero: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres	Direito	Universidade de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul)	2015	Sim
FERREIRA, Luis Eduardo e Silva Lessa	Dissertação	A Demarcação da Proteção da Intimidade Sexual no Brasil e nos Estados Unidos: um percurso sobre os instrumentos jurídicos de tutela	Direito	Universidade Federal de Pernambuco	2016	Sim
BEDIN, Ismael Junior Murbach	Dissertação	O dano moral em face da pornografia da vingança e a consequente violação dos direitos da personalidade:	Ciências Jurídicas	Centro Universitário de Maringá (Paraná)	2016	Não

		análise da culpa concorrente				
COTRIM, Rafael Mendes	Dissertação	As ofensas aos direitos da personalidade no âmbito das redes sociais e os mecanismos judiciais de tutela: aspectos doutrinários e legais	Ciências Jurídicas	Centro Universitário de Maringá (Paraná)	2017	Não
SALIM, Alexandre Aranalde	Dissertação	<i>Sexting, sextortion</i> e a imunidade do corpo: uma compreensão garantista a partir da teoria dos direitos fundamentais de Luigi Ferrajoli	Direito	Universidade do Oeste de Santa Catarina	2018	Sim
PINHEIRO, Rossana Barros	Dissertação	Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense: avaliando a atual divisão de competências entre vara de violência doméstica e familiar contra mulher e juizado especial criminal a partir do critério efetividade	Direito e Instituições do Sistema de Justiça	Universidade Federal do Maranhão	2018	Sim
RODRIGUEZ, Liziane Da Silva	Dissertação	Pornografia de Vingança: vulnerabilidades femininas e poder Punitivo	Ciências Criminais	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2018	Sim

DOMINGUES, Diego Sigoli	Dissertação	Pornografia da vingança e a tutela dos direitos fundamentais da vítima	Direito	Universidade Nove de Julho (São Paulo)	2019	Sim
Ciências Sociais						
PETROSILLO, Isabela Rangel	Dissertação	Esse endereço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas	Antropologia	Universidade Federal Fluminense	2016	Sim
SILVA, Sirlanda Maria Selau da	Dissertação	O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil	Ciências Sociais	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul)	2016	Sim
TRINDADE, Lorena De Andrade	Dissertação	Pornografia de Vingança: da vergonha à exposição positiva	Antropologia Social	Universidade Federal de Santa Catarina	2017	Sim
SILVA, Phillipe Giovanni Rocha Martins da	Dissertação	Pornografia não Consentida e Linchamento Virtual: uma análise da (re)territorialização da violência contra a mulher no ciberespaço	Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	Universidade Federal da Paraíba	2018	Sim
MENEZES, Mariana Riserio Chaves de	Dissertação	Juventudes, Representações e Tecnologias: Uma Netnografia acerca da Exploração da Imagem	Família Na Sociedade Contemporânea	Universidade Católica do Salvador	2018	Sim

		Feminina na Cibercultura				
LINS, Beatriz Accioly	Tese	Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos	Antropologia Social	Universidade de São Paulo	2019	Sim
Educação						
BARROS, Suzana da Conceição de	Tese	<i>Sexting</i> na Adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia	Educação em ciências química da vida e saúde	Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande do Sul)	2014	Sim
FIGUEIREDO, Camila Detoni de Sa	Dissertação	Adolescentes na sociedade do espetáculo e o <i>sexting</i> : relações perigosas? Um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção	Educação	Universidade do Estado de Santa Catarina	2015	Sim
MOTA, Bruna Germana Nunes	Dissertação	Pornografia de Vingança em Redes Sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais	Educação	Universidade Federal do Ceará	2015	Sim
SILVA, Luiza Cristina Silva	Dissertação	Currículo da Nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciber culturais de nude <i>selfie</i>	Educação	Universidade Federal de Minas Gerais	2018	Sim

SANTOS, Fausi Dos	Tese	Corpo E Sexualidade nas Redes Sociais e sua Interfaces na Educação Escolar	Educação Escolar	Universidade Estadual Paulista	2019	Sim
FERREIRA, Juliana Silvestre Louven	Dissertação	Da Denúncia às Redes Sociais: a (in)visibilidade da violência contra a mulher no cotidiano	Educação	Universidade Federal Fluminense	2019	Sim
Saúde						
LOPES, Marisa da Silva Prado	Dissertação	Crimes sexuais contra a dignidade sexual, através do uso da internet – uma revisão crítica à legislação brasileira	Saúde, medicina laboratorial e tecnologia forense	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2017	Não
FLACH, Roberta Matassoli Duran	Tese	Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes	Saúde da Criança e da Mulher	Fundação Oswaldo Cruz	2019	Não
MACHADO, Renata de Lima	Dissertação	Discutindo Gênero: pornografia de revanche	Saúde Pública	Fundação Oswaldo Cruz	2019	Não
MORAO, Kauan Galvão	Dissertação	Os efeitos do <i>sexting</i> no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos	Desenvolvimento Humano e Tecnologias	Universidade do Estado de São Paulo	2017	Sim
Comunicação e Linguagens						
GUERRA, Suzana de Souza Klas	Dissertação	Sexting: Do privado ao público	Estudos de Linguagens	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2016	Não

CRAESMEYER, Bruno Ramos	Dissertação	Caiu na Net: Violação de intimidade e regime de vigilância distribuída	Comunicação	Universidade de Brasília	2017	Sim
SILVA, Thereza Nardelli e	Dissertação	‘Seremos nosso portarretrato e já estamos portando essa tela’: Miradas em nudes autopublicados por mulheres no tumblr Bucepowergang	Comunicação Social	Universidade Federal de Minas Gerais	2018	Sim
Psicologia						
SOARES, Rodrigo de Oliveira	Dissertação	Redes Sociais: como os adolescentes lidam com a vida na internet?	Psicologia	Universidade Federal do Maranhão	2014	Não
CARDOSO, André Tavares	Dissertação	<i>Sexting</i> : percepções de adolescentes e pais sobre o fenômeno e sua relação com aspectos familiares	Psicologia Clínica	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul)	2017	Sim
SOUSA, Letícia de Melo	Dissertação	Slut Shaming e Porn Revenge: Vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental	Psicologia Social	Universidade Federal da Paraíba	2017	Sim

Fonte: Elaboração própria.

O olhar do campo do Direito

De modo geral, as oito dissertações produzidas no campo do direito brasileiro sobre a divulgação não autorizada de imagens íntimas focaram nos danos causados às vítimas e na adequação dos instrumentos jurídicos de tutela. À exceção do trabalho de Domingues (2019), que avalia que, sobretudo após a promulgação da Lei Federal nº 13.718/2018, a legislação brasileira está adequada para a proteção da vítima, todos os trabalhos são anteriores à Lei.

É possível afirmar que todos os trabalhos tratam do tema como violência de gênero, à exceção do trabalho de Bedin (2016), que defende o uso da culpa concorrente (responsabilidade compartilhada) no caso em que a “pessoa” consentiu o registro ou envio da mídia. A equivocada perspectiva apresentada no trabalho, desvinculada até mesmo do aspecto empírico da questão ao ignorar que na grande maioria das vezes as pessoas são mulheres, não encontra respaldo nem mesmo na Lei Federal aprovada dois anos depois. Entretanto, reproduz o discurso de culpabilização da vítima tão disseminado socialmente, que nessas situações de violência revelam um verdadeiro paradoxo, posto que condenam mais as mulheres que disponibilizam voluntariamente as mídias posteriormente divulgadas - em oposição às que têm mídias roubadas ou produzidas sem seu conhecimento, o que é considerado muito mais grave pelas mulheres (LINS, 2019) -, em um expresso desprezo pela possibilidade de autonomia sexual das mulheres.

Os demais trabalhos focaram em outros aspectos dos instrumentos jurídicos. A incipiência da legislação brasileira na tutela das vítimas de divulgação de imagem íntima não autorizada foi debatida por Ferreira (2016) e Salim (2018). Ferreira (2016) procedeu a uma comparação com legislações estado-unidenses e chamou a atenção para a ampla possibilidade de interpretação sobre os danos causados e para o fato de não haver garantia de sigilo das partes envolvidas nos processos judiciais, questão também abordada por Silva (2016). Salim (2018) focou no direito à privacidade do corpo e da proteção de dados pessoais para argumentar que, até então, era mal tutelado no Brasil. Cotrim (2017) argumentou que os mecanismos de tutela devem prescindir do Poder Judiciário, como propõe o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), por exemplo, que responsabiliza provedores de internet a retirar conteúdos inadequados sem necessidade de intervenção jurídica.

Já as pesquisadoras Mazzardo (2014), Pinheiro (2018) e Rodríguez (2018) procederam a análises explicitamente baseadas na perspectiva de gênero. Um ponto comum foi o debate sobre a condenação moral da manifestação da sexualidade por parte das meninas/mulheres. A primeira autora discutiu a relativização do conceito de vulnerabilidade em casos de menores em diversos processos judiciais, afirmando que os julgamentos ignoram a perspectiva das

mulheres, partindo de um parâmetro masculino socialmente legitimado (MAZZARDO, 2014). Pinheiro (2018) relacionou o fato à dificuldade das mulheres de prestar queixa em delegacias comuns. E Rodríguez (2018) discutiu que a questão da divulgação não autorizada de imagens íntimas envolve a luta pela liberdade sexual feminina, ainda sob disputa pelo controle masculino.

Alguns exemplos de sentenças judiciais foram debatidos com intuito de evidenciar perspectivas sexistas e reacionárias entre operadores do direito. Mazzardo (2014) explorou um caso ocorrido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Uberaba, concluído no ano de 2007, analisado também em outros trabalhos (SALIM, 2008; PINHEIRO, 2018, SILVA, 2016, LINS, 2019). Uma indenização de 100 mil reais prevista inicialmente foi reduzida a 5 mil reais, com argumentos do desembargador Francisco B. de Abreu de que fotos sensuais devem provocar a imaginação, ser no máximo eróticas, já que a nudez explícita revela falha na moral, e não poderiam ser enviadas para ex-namorado ou namorado recente. O último desembargador envolvido no processo, Otávio A. Portes, por sua vez, afirmou que o pudor é necessário, e não houve por parte da mulher. Já Pinheiro (2018) citou um caso ocorrido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 1999, ainda fora do contexto do uso da internet, mas envolvendo mídias tradicionais, em que o desembargador Wilson Marques afirmou que apenas mulheres feias poderiam se sentir agredidas ao terem seus corpos expostos, tendo descrito ainda quais são as características das mulheres feias, como gordura, celulite e estria. Por motivos diferentes, ambos julgamentos revelam a aparente dicotomia construída, conforme aponta Silva (2016), entre as mulheres que têm o direito à preservação e aquelas que não se preservam, e, portanto, não teriam o direito a ser preservadas.

A ausência de parâmetros científicos nos julgamentos é uma questão abordada por Pinheiro (2018). Em análise do Tribunal de Justiça maranhense, a autora critica a ausência de padrão nos julgamentos, que muitas vezes trata os casos de divulgação não autorizada de imagem íntima como crime de menor potencial ofensivo, também para aumentar a celeridade e a economia processual. A autora realizou grupo focal com operadores do direito e constatou que considera-se que a honra é o principal bem jurídico lesado nessas situações, estando a saúde mental em segundo plano. A autora também constatou que a prática não é compreendida como violência de gênero. Sendo os atos considerados de menor potencial ofensivo, as prescrições das sentenças envolvem baixos valores de indenização, podendo ser pagos ao órgão público e não necessariamente à vítima.

Outra contribuição do trabalho de Pinheiro (2018) é sua defesa da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) como instrumento complexo de proteção das mulheres. A autora argumenta que a divulgação não autorizada de imagens íntimas não é apenas crime contra a honra, podendo ser compreendida em todas as tipificações de violência da Lei, como moral; psicológica; sexual (como ato libidinoso por ameaça – já interpretado como estupro virtual em caso de 2017 no Piauí); patrimonial (devido a custos médicos, processuais e com demissão do emprego e mudança de residência); e física (como somatização dos danos psicológicos e exposição ao suicídio).

Por fim, Rodríguez (2018) contribui com outra perspectiva jurídica ao analisar o poder punitivo a partir de uma abordagem feminista crítica, defendendo que esse é ineficiente, seletivo e estigmatizante, com pretensão de proteger, mas reforçando a vulnerabilidade e fragilizando as mulheres. A autora defende o foco nos Direitos Civis, afirmativos, e não no Direito Penal, ainda marcadamente patriarcal e reprodutor de violências. Segundo afirmou a autora, uma questão social não precisa ser necessariamente penal.

O olhar do campo das Ciências Sociais

A tese e as cinco dissertações produzidas no campo das Ciências Sociais no Brasil abordaram as características da violência contra a mulher nas situações de divulgação não autorizada de imagens íntimas, tendo alguns trabalhos abordado também os modos de resistência e autonomia das mulheres na prática do *sexting* (TRINDADE, 2017; MENEZES, 2018; LINS, 2019).

O trabalho de Silva (2016) procedeu a uma análise foucaultiana do discurso jurídico sobre pornografia de vingança por meio de uma etnografia de processos judiciais. A conclusão foi de que a moralidade presente nos discursos não se sobrepõe ao direito de proteção da intimidade.

Os demais trabalhos perpassaram diferentes contextos, questão explorada por Silva (2018a) em sua produção sobre as territorialidades da violência. O autor discutiu como o espaço digital é somado ao físico.

Petrosillo (2016) analisou a perspectiva de adolescentes sobre as práticas de se fotografar e de divulgação não autorizada de imagem íntima por meio de uma etnografia realizada em escolas públicas. A autora abordou a questão da identificação das meninas cujos

conteúdos foram divulgados e destacou que essas experiências são marcadas pela vergonha, culpa e humilhação.

Trindade (2017) e Menezes (2018) exploraram o tema no universo digital. A primeira autora realizou uma etnografia em uma página na rede social *Facebook* de acolhimento a mulheres que passaram pela divulgação não autorizada de imagens íntimas, analisando a diferença entre as que compartilharam seus relatos de forma anônima e as que revelaram sua identidade, o que foi relacionado a uma possibilidade de agência. Menezes (2018) analisou casos de violência que vitimaram mulheres não só no Brasil, assim como iniciativas feministas no campo digital de promoção dos direitos das mulheres.

A tese de Lins (2019), por sua vez, traz uma contribuição no que concerne à discussão da prática de fotografar a própria nudez como experiências autônomas e prazerosas para as mulheres. A pesquisadora aborda como o ato de se olhar e registrar é atravessada por questões de gênero e raciais.

O olhar do campo da Educação

No campo da Educação, dois trabalhos analisaram os discursos midiáticos sobre o *sexting* (BARROS, 2014) e as situações de violência contra as mulheres (FERREIRA, 2019), dois exploraram tais questões no âmbito do contexto escolar (FIGUEIREDO, 2015; MOTA, 2015), um analisou a prática de auto fotografar a nudez no contexto das redes sociais (SILVA, 2018b) e um procedeu a uma análise teórica de perspectiva histórica sobre corpo e sexualidade (SANTOS, 2019).

Barros (2014) analisou os discursos midiáticos em torno do *sexting* com base nos preceitos foucaultianos, tendo abordado as competições entre adolescentes por maior quantidade de visualizações de seu material erótico disponibilizado na internet. A autora enfatizou, entretanto, a exposição das instituições escolares, e não das meninas, quando são identificadas suas estudantes disponibilizando material erótico. Por outro caminho, Ferreira (2019) analisou o tratamento midiático aos casos de violência contra a mulher, tendo debatido a espetacularização e a banalização da violência. A autora discutiu casos em que a violência e as próprias imagens do corpo da mulher sem vida foram divulgadas na internet. A autora abordou ainda a internet como meio de enfrentamento à violência.

Figueiredo (2015) realizou sua pesquisa a partir da aplicação de questionários entre adolescentes estudantes e definiu o *sexting* justamente pela ausência de consentimento,

relacionando a prática a comportamento de risco e sem diferenciá-la das situações de violência. De outro modo, Mota (2015) ouviu estudantes que passaram pela divulgação não autorizada de imagem íntima, colegas e profissionais de uma escola privada em Fortaleza, em que notou-se uma compreensão geral de violência contra as meninas, embora a instituição não tenha oferecido acolhimento direto nem responsabilizado os divulgadores.

Silva (2018b) investigou as enunciações em torno da nudez em três grupos de compartilhamento de autorretratos da nudez no *Facebook*. A autora focou sua análise nas práticas de resistência diante de situações de violência, na produção de auto estima, de prazer, na produção estética-política relativas a questionamentos a padrões de beleza e à heteronormatividade e na construção de redes de segurança para o compartilhamento das mídias. O trabalho ainda discutiu a contradição da maior condenação às mulheres que produzem ou autorizam o registro de sua imagem e as desigualdades de gênero em situações de divulgação não autorizada de imagens íntimas e na própria relação com a nudez.

Santos (2019) analisou as transformações comportamentais e suas relações com as mudanças tecnológicas, argumentando que o tabu e o silenciamento em torno do corpo deram espaço mais recentemente aos aparatos que facilitam o registro e a divulgação da nudez. O autor ainda discutiu como as redes sociais contribuem para uma percepção, sobretudo para as classes baixas, de uma horizontalidade de classe no que se refere às práticas de culto ao corpo.

Duas perspectivas opostas ficaram evidentes na análise desses trabalhos, sobretudo entre as duas teses (BARROS, 2014; SANTOS, 2019) e o trabalho de Silva (2018b). Há uma nítida objeção quanto à perspectiva de prática de resistência e seu sentido político encontrado no trabalho dessa autora e àquela encontrada nos primeiros trabalhos. Essa diferença também é marcada pela presença da abordagem de gênero, presente no trabalho da pesquisadora e muito timidamente nos outros dois. Para Barros (2014), o *sexting* entre adolescentes é uma forma de obter notoriedade, além de dar visibilidade para sua sexualidade. No trabalho de Santos (2019), a prática é associada à imaturidade, fragilidade, ingenuidade, desconhecimento e hiperexposição. Do mesmo modo, o trabalho de Figueiredo (2015) relaciona a prática do *sexting* à fragilidade, apresentando, em seu texto, certa subestimação da capacidade de discernimento sobre possíveis riscos por parte de adolescentes.

Embora sob diferentes perspectivas, a educação em sexualidade como ferramenta necessária no enfrentamento às violências foi diretamente defendida na maioria desses trabalhos (BARROS, 2014; FIGUEIREDO, 2015; SANTOS, 2019; FERREIRA; 2019).

O olhar do campo da Saúde

Duas dissertações produzidas no campo da Saúde realizaram análises voltadas para o campo legal. Lopes (2017) analisou os boletins de ocorrência sobre crime sexual na delegacia de crimes de informática no Rio de Janeiro e o modo como são tratados na legislação brasileira. Já Machado (2019), no mesmo caminho de Rodríguez (2018), analisou a divulgação não autorizada de imagens íntimas no âmbito legal brasileiro sob uma perspectiva crítica feminista, bem como os principais danos sofridos e formas de indenização às vítimas. A autora também propõe modelos não adversariais de solução de conflitos e educação de gênero como alternativas de enfrentamento à violência.

A tese de Flach (2019), a partir da caracterização dos abusos no relacionamento por meio digital mais comuns entre adolescentes, abordou suas consequências para a saúde. Foram destacados os danos na autoestima, ansiedade, depressão, distúrbio do sono e ideação suicida.

A dissertação de Morão (2017), por fim, analisou a prática e os efeitos do *sexting* no contexto do atletismo, estimando a prevalência e características da prática entre atletas universitários e os efeitos sobre o desempenho esportivo. Entre o grupo pesquisado, considerou-se que situações internas à equipe podem impactar atletas negativamente. O trabalho apresenta, entretanto, um tom alarmista e de associação da prática da sexualidade com o uso de álcool e outras drogas, além de uma tentativa de traçar a personalidade das pessoas que praticam o *sexting*. Há uma dicotomização de praticantes entre vítima e autor, sendo autores dicotomizados em direto, aquele que possui má intenção, e indireto, que não teria má intenção. Nessa classificação, seria possível ser uma vítima intencional do *sexting*. No questionário utilizado na pesquisa, entre motivos para compartilhar o conteúdo digital, não consta prazer ou razão correlata. Observou-se, portanto, que a ingênua abordagem, que desconsiderou por completo as questões de gênero envolvidas no tema, reproduziu tanto uma perspectiva de negativização da prática, ainda que dela não decorram situações de violência, como uma própria desassociação entre essas situações, como fez Figueiredo (2015). Além disso, a afirmação da possibilidade de ser uma vítima intencional nada mais é que um discurso de culpabilização da vítima, que vai ao encontro da ideia de culpa concorrente utilizada no campo do Direito. Por último, caracterizar como autor indireto aquele que compartilha o conteúdo sem má intenção desresponsabiliza a ação daqueles que contribuem para a exposição e consequente sofrimento das pessoas expostas, que, embora ignorado pelo autor, são mulheres. De modo contrário, a desresponsabilização dos homens e culpabilização das mulheres é um aspecto analisado criticamente por Petrossillo (2016).

O olhar do campo da Comunicação e Linguagens

Dentre as três dissertações analisadas, o trabalho de Guerra (2016) destoa dos demais ao analisar as práticas discursivas nas novas tecnologias a partir do caso de uma adolescente canadense que cometeu suicídio. Foi tomado, como base teórica, a linguística aplicada, Foucault, dentre outras.

Já os trabalhos de Craesmayer (2017) e Silva (2018c) têm como ponto em comum a análise dos sentidos da produção do autorretrato nu, apresentando perspectivas divergentes. Craesmayer (2017), que praticamente não inclui em seu trabalho abordagem de gênero, discutiu a história da pornografia passando pelos aspectos socioculturais, históricos, morais, religiosos, estéticos, políticos e econômicos, argumentando que as formas de castigo se deslocaram do corpo para a imagem, o principal investimento subjetivo contemporâneo. O autor classificou três possíveis reações às situações de divulgação não autorizada de imagem íntima, uma econômica, que se aproveita da situação para gerar lucro, a reação política de reclamar autonomia sobre o próprio corpo, exibindo-se voluntariamente e a terceira de atuar politicamente em instâncias legais, educativas, sem foco na imagem. Ele apresentou ceticismo quanto à experiência de liberdade no ato de mulheres exporem a própria nudez, o que qualifica como uma tentativa de esconder a não liberdade. Para o autor, expor-se é necessariamente submeter-se ao regime de vigilância.

Silva (2018c), por sua vez, no mesmo caminho de Silva (2018b), realizou análise semiótica de autorretratos nus publicados em uma plataforma destinada a troca entre mulheres, explorando o potencial político da auto representação das mulheres, em geral, evidenciando aspectos físicos diferentes dos padrões reconhecidos socialmente. Contudo, a autora contribuiu com outra perspectiva no debate ao ponderar sobre as limitações de seus efeitos políticos, considerando sobretudo o contexto de capitalismo financeiro de exploração comercial e apropriação simbólica das lutas dos movimentos sociais.

O olhar do campo da Psicologia

As três dissertações analisadas no campo da Psicologia exploraram a perspectiva de jovens e os sentidos que atribuem à prática do *sexting* e às situações de violência. Uma delas não incluiu abordagem de gênero (CARDOSO, 2017).

Soares (2014) analisou a relação de adolescentes com a internet por meio de grupo focal com estudantes de uma escola privada da cidade de São Luís. O autor constatou que jovens conhecem riscos e problematizam questões relacionadas ao *sexting*, como superexposição e linchamento, o que, entretanto, não afeta o uso que fazem da internet ou a centralidade que ela assume em suas vidas.

Cardoso (2017) analisou a percepção geral de adolescentes e também de familiares sobre o *sexting*, por meio de entrevistas com estudantes de uma escola da região metropolitana de Porto Alegre e grupos focais com seus familiares. Entre o grupo de estudantes, prevaleceu a perspectiva de que a prática é comum e não negativa, mas sim a divulgação não autorizada de mídias, perspectiva compartilhada também por familiares. O grupo de adolescentes considerou importante o envolvimento de mães e pais nesse aspecto de suas vidas. Entretanto, por meio de grupos focais com familiares, foi observado que elas/es não se sentem preparadas/os para lidar com o envolvimento das/os filhas/os com o *sexting*.

Já Sousa (2017) buscou ouvir mulheres jovens que passaram pela experiência do compartilhamento não autorizado de imagens íntimas e outras formas de exposição, perseguição e ameaça pela internet. No mesmo caminho de Flach (2019), a autora evidenciou os danos sociais, familiares e na saúde mental das mulheres. Seu trabalho trouxe, ainda, uma importante contribuição no debate sobre o despreparo de profissionais da psicologia e psiquiatria a partir de relatos de comportamentos antiéticos e de desassociação dos sintomas às situações de violência. Por se tratar de violação dos direitos da mulher, com danos à saúde mental, ela propõe o acompanhamento das mulheres nos serviços de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Por fim, foi possível observar em seu trabalho que as mulheres manifestaram necessidade da questão ser mais discutida socialmente e ressaltaram a importância do acolhimento nos âmbitos familiar e jurídico.

Entre Autonomia e Submissão

Há diversas variações nos modos, motivações e efeitos da prática do *sexting* entre as mulheres. Tais práticas produzem prazer e conflito, constituem ambiguidades nas experiências vivenciadas no que concerne ao exercício da sexualidade, e constroem relações tanto de autonomia como vulnerabilidade.

O modo de produção e divulgação das mídias, pelo fato de poder ser executado ou não pelas mulheres, e até mesmo com ou sem seu conhecimento, implica diversas experiências e sentidos que exigem melhor compreensão. Os termos *sexting* e divulgação não autorizada de imagens íntimas parecem contribuir para a compreensão da abrangência dessas questões, designando, respectivamente, atos não violentos e atos violentos.

Cabe refletir, entretanto, se a ausência de violência implica necessariamente em autonomia. A partir do debate na teoria política feminista sobre possibilidade de agência por parte das mulheres, Biroli (2013a) considera a dupla perspectiva de seu comportamento ser compreendido como reação às normas opressivas e, por outro lado, como modos de reproduzi-las. Embora a autora aponte para o risco do foco na opressão desvalorizar os modos de ressignificação das normas pelas mulheres (BIROLI, 2013a; 2014), discute como estruturas opressivas criam comportamentos adaptativos (BIROLI, 2013a).

Essa é a perspectiva de teóricas feministas como MacKinnon (1987), cética quanto à possibilidade de contextos de assimetria política de gênero possibilitarem relações livres de opressão, sobretudo no campo da sexualidade. A autora afirma que ter o consentimento como referência na diferenciação entre o sexo e a violência serve apenas a fins legais conformistas, já que desconsidera a complexidade analítica sobre o controle discursivo das estruturas de poder (MACKINNON, 1987; BIROLI, 2013b).

Dentre os trabalhos analisados, quatro deles, sob diferentes perspectivas, lançaram luz sobre os distintos significados que podem ser apreendidos da prática, entre as mulheres, de registrar e exibir a própria nudez. Foi possível observar que os trabalhos abrangeram as diferentes perspectivas apresentadas por BIROLI (2013a), de reação e adaptação à opressão por parte das mulheres. Dois trabalhos se opõem pela visão positiva (SILVA 2018b) e negativa (CRAESMEYER, 2017) e os outros dois se complementam ao problematizar, sob a perspectiva de gênero (LINS, 2019) e sociopolítica (SILVA, 2018c), as possibilidades de autonomia e liberdade na vivência da sexualidade das mulheres.

O trabalho de Silva (2018b), ainda que discuta as desigualdades e violências de gênero que permeiam a prática de auto fotografar a própria nudez, focou em seus sentidos de resistência coletiva e desconstrução de padrões impostos socialmente às mulheres, por meio da análise de suas enunciações em comunidades no *Facebook*. Curiosamente, também se valendo de base teórica foucaultiana, Craesmeyer (2017) negou a possibilidade de liberdade das mulheres ao se referir a elas como vítimas ingênuas adaptadas à sociedade de controle e vigilância, cujo comportamento pode ser traduzido categoricamente na sentença “sei que expor-me pode não

significar o exercício da liberdade, mas como há muitos que nisso acreditam e assim se comportam, assim procederei para que ninguém, nem mesmo eu, desconfie de que não sou livre”. Cabe pontuar que nenhuma das abordagens parte da análise direta da experiência das mulheres, sendo que, na segunda, as contribuições dos estudos de gênero para a compreensão de tais questões foram praticamente dispensadas pelo autor.

Lins (2019) e Silva (2018c) complexificaram a análise quanto às possibilidades de posições experienciadas pelas mulheres e suas limitações. A primeira autora discutiu os riscos de a distinção de práticas violentas centrar-se unicamente na questão do consentimento, já que ele assume diversas acepções, seja como exercício de poder ou aceitação passiva, exigindo sua compreensão no âmbito de suas relações estruturais. Por outro caminho, Silva (2018c) discutiu a apropriação simbólica e material das lutas políticas no contexto do capitalismo financeiro.

O debate exposto, entretanto, conduz a novas perguntas a serem exploradas. Tal como os estudos de gênero evidenciaram os privilégios das condições de consentir, seria preciso também perguntar sobre o privilégio de prescindir da autoafirmação política, da auto exposição. Isto é, pensá-las como demandas atravessadas por categorias, condicionadas por determinados contextos socioculturais. Nesse sentido, sujeitos e corpos que ocupam lugares sociais historicamente hegemônicos - brancos, masculinos, cisgênero, heterossexuais, ricos, magros etc. -, prescindiriam da auto exposição como estratégia de afirmação política. Fazendo um paralelo com os termos usados recentemente pelos movimentos sociais, trataria simplesmente do privilégio de existir sem ter que resistir - sendo a resistência uma condição para exercer o direito de existir (PEIXOTO, 2020) - fazer escolhas e vivê-las sem a demanda da exposição pública, da politização.

Tal afirmação conduz ainda a outra reflexão. Como pensar a autonomia das mulheres ao identificar, em seus atos, motivações, a princípio, externas, sejam elas políticas ou culturais? Parece mais simples atribuir ausência de autonomia no ato da mulher se expor em função do pedido de um homem, por exemplo, e não de seu próprio desejo, ou mesmo deixar de se expor, mesmo tendo desejo, pela coação dos julgamentos externos. Mas seria possível atribuir total autonomia à exposição guiada por razões políticas, como visibilidade, resistência, considerando que as demandas, são, a priori, externas, e não individuais? Seria considerar uma aproximação na oposição entre os atos de ceder à repressão da sexualidade da mulher e de enfrentá-la, ambos como respostas a enunciados externos e, portanto, passíveis de questionamento quanto ao grau de autonomia presente nesses atos. Tratam-se de indagações que não dispensam, de modo algum, a escuta mais aprofundada e de mais mulheres e experiências.

Considerações Finais

No campo do Direito, a aprovação da Lei Federal que torna crime a divulgação sem consentimento de imagens de nudez ou sexo parece não esgotar o debate sobre as desigualdades de gênero inerentes ao próprio sistema jurídico, sobretudo no que concerne ao modus operandi do Direito Penal. Nesse sentido, cabe perguntar como um sistema cuja estrutura é marcada por uma hegemonia masculina pode garantir a tutela dos direitos das mulheres, que encontram nas vivências da sexualidade pela internet novas formas de repressão e violência.

No que concerne à defesa da educação em sexualidade como ferramenta de enfrentamento às desigualdades e violências, cabe problematizar não só os entraves do atual contexto político a sua execução nas instituições escolares, mas ainda um segundo aspecto. Relacionado ao primeiro, esse aspecto trata da negação histórica dos direitos sexuais de adolescentes no Brasil, sendo o direito à educação sexual o primeiro deles.

O debate nos demais campos das Ciências Humanas evidenciou uma divergência central quanto à possibilidade de experiência das mulheres de autonomia, liberdade, rompimento com padrões socialmente legitimados e conquista política no ato de registrar e compartilhar a própria nudez. Em alguns trabalhos, tais dimensões são ignoradas, nos quais prevalecem associações desse comportamento à fragilidade, ingenuidade e submissão.

Como principais contribuições das áreas da Saúde e Psicologia, têm-se as evidências dos impactos das violências por meio digital sobre a saúde das mulheres, sobretudo a saúde mental, bem como a demanda por preparo dos serviços de saúde, assistência social e das redes de enfrentamento às violências contra as mulheres para o acolhimento nessas situações.

Por fim, a revisão empreendida neste trabalho permitiu afirmar que ainda há lacunas quanto à abordagem aprofundada de aspectos subjetivos da diversidade de experiências vivenciadas pelas mulheres, em seus diferentes contextos, na prática do *sexting* e na vivência das situações de exposição e violência.

Referências

BARROS, Suzana da Conceição de. *Sexting na adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia*. 2014. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6346>. Acesso em: 07 out. 2021.

BEDIN, Ismal Júnior Murbach. *O dano moral em face da pornografia de vingança e a consequente violação dos direitos da personalidade: análise da culpa concorrente*. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BIROLI, Flávia. O debate sobre pornografia. In: BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 1-195.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 81-105, abr. 2013a. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100005>.

BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 127-142, dez. 2013b. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000400008>.

CARDOSO, André Tavares. *Sexting: percepções de adolescentes e pais sobre o fenômeno e sua relação com aspectos familiares*. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Andr%C3%A9%20Tavares%20Cardoso_.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

COTRIM, Rafael Mendes. *As ofensas aos direitos da personalidade no âmbito das redes sociais e os mecanismos judiciais de tutela: aspectos doutrinários e legais*. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2017.

CRAESMEYER, Bruno Ramos. *Caiu na net: violação de intimidade e regime de vigilância distribuída*. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23947>. Acesso em: 07 out. 2021.

DOMINGUES, Diego Sigoli. *Pornografia da vingança e a tutela dos direitos fundamentais da vítima*. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2115>. Acesso em: 07 out. 2021.

FERREIRA, Luís Eduardo e Silva Lessa. *A demarcação da proteção da intimidade sexual no Brasil e nos Estados Unidos: um percurso sobre os instrumentos jurídicos de tutela*. 2016. 303 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29762>. Acesso em: 07 out. 2021.

FERREIRA, Juliana Silvestre Louven. *Da denúncia às redes sociais: a (in)visibilidade da violência contra a mulher no cotidiano*. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FIGUEIREDO, Camila Detoni Sá de. *Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting: relações perigosas?: um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção*. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://200.19.105.133/handle/tede/2486>. Acesso em: 07 out. 2021.

FLACH, Roberta Matassoli Duran. *Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes*. 2019. 129 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde da Criança e da Mulher, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

GUERRA, Suzana de Souza Klas. *Sexting: do privado ao público*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

Mato Grosso, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/GUERRA,%20Suzana.%20Sexting%20\(CAPA\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/GUERRA,%20Suzana.%20Sexting%20(CAPA).pdf). Acesso em: 07 out. 2021.

HERNÁNDEZ, Yoliliztli Pérez. Consentimiento sexual: un análisis con perspectiva de género. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 4, n. 78, p. 741-767, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032016000400741. Acesso em: 07 out. 2021.

JUDGE, Abigail. Sexting” Among U.S. Adolescents: psychological and legal perspectives. *Harvard Review of Psychiatry*, Cambridge, v. 2, n. 20, p. 86-96, abr. 2012. Disponível em: https://journals.lww.com/hrpjjournal/Abstract/2012/04190/_Sexting__Among_U_S__Adolescents__Psychological.2.aspx. Acesso em: 07 out. 2021.

LINS, Beatriz Accioly. *Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos*. 2019. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>. Acesso em: 07 out. 2021.

LOPES, Marisa da Silva Prado. *Crimes sexuais contra a dignidade sexual através do uso da internet: uma revisão crítica à legislação brasileira*. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde, Medicina Laboratorial e Tecnologia Forense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Renata de Lima. *Discutindo gênero: pornografia de revanche*. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

MACKINNON, Catharine A. Sexuality. In: MACKINNON, Catharine A. *Toward a Feminist Theory of the State*. Cambridge: Harvard University Press, 1987. p. 1-330. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/worts12&div=24&id=&page=>. Acesso em: 07 out. 2021.

MAZZARDO, Luciane de Freitas. *Interfaces da desigualdade de gênero: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres*. 2014. 189 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/LUCIANE%20DE%20FREITAS%20MAZZARDO.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

MENEZES, Mariana Risério Chaves de. *Juventudes, representações e tecnologias: uma netnografia acerca da exploração da imagem feminina na cibercultura*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/510>. Acesso em: 07 out. 2021.

MOHAN, Megha. 'Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô'. *Época*. São Paulo, p. 1-2. fev. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>. Acesso em: 07 out. 2021.

MORÃO, Kauan Galvão. *Os efeitos do sexting no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos*. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

MOTA, Bruna Germana Nunes. *Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas digitais*. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertacao%20de%20BRUNA%20GERMANA%20NUNES%20MOTA.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2709–2718, 2 jul. 2021a.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e210031, 2021b.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. *Consentimento: nossos corpos como dados - contribuições das teorias feministas para o debate da proteção de dados*. Rio de Janeiro: Codin Rights, 2019. 29 p. Disponível em: <https://codingrights.org/docs/consentimento-pt.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

PEIXOTO, Jayme. Resistir para (re)existir: reflexões sobre a produção de resistências por estudantes gays na escola de ensino médio. *Revista Relações Sociais*, Viçosa, v. 3, n. 3, p. 91-106, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/10215>. Acesso em: 07 out. 2021.

PINHEIRO, Rossana Barros. *Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense: avaliando a atual divisão de competências entre vara de violência doméstica e familiar contra mulher e juizado especial criminal a partir do critério efetividade*. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/2431>. Acesso em: 07 out. 2021.

RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. *Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo*. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Criminais, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8055>. Acesso em: 07 out. 2021.

SALIM, Alexandre Arenalde. *Sexting, sextortion e a imunidade do corpo: uma compreensão garantista a partir da teoria dos direitos fundamentais*. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Vers%C3%A3o%20final%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alexandre%20Salim.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

SANTOS, Fausi dos. *Corpo e Sexualidade nas Redes Sociais e suas Interfaces na Educação Escolar*. 2019. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5121. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Sirlanda Maria Selau da. *O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil*. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5699>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Phillipe Giovanni Rocha Martins da. *Pornografia não consentida e linchamento virtual: uma análise da (re)territorialização da violência contra a mulher no ciberespaço*. 2018a. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas,

Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14626?locale=pt_BR. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Luiza Cristina Silva. *Currículo da nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciberculturais de nude selfie*. 2018b. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B26MBS>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Thereza Nardelli e. “*Seremos nosso porta-retrato e já estamos portando essa tela*”: miradas em nudes autopublicados no tumblr bucepowergang.. 2018c. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30114>. Acesso em: 07 out. 2021.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. *Redes sociais: como os adolescentes lidam com a vida na internet*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SOUSA, Letícia de Mélo. *Slut Shaming e Porn Revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental*. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12168?locale=pt_BR. Acesso em: 07 out. 2021.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo de. *Exposição pornográfica não consentida na internet: da vingança ao lucro*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

TRINDADE, Lorena de Andrade. *Pornografia de Vingança: da vergonha à exposição positiva*. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/65265948-Lorena-de-andrade-trindade-pornografia-de-vinganca-da-vergonha-a-exposicao-positiva.html>. Acesso em: 07 out. 2021.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Exposição não autorizada de imagens íntimas de mulheres: múltiplos formatos, múltiplas violências

Artigo submetido à Revista Debate Feminista

Unauthorized exposure of intimate images of women: multiple formats, multiple violence

Abstract

This work analyzed the experience of women who had intimate images exposed in an unauthorized manner through in-depth interviews with 17 women and ten health and care professionals from different institutions belonging to the network of assistance to women in violence situations who attended those who have gone through this type of violence in Brazil. It was observed that the unauthorized exposure of intimacy is initiated by different people in relation to women and motivated by different factors. Commonly, exposure occurs amidst other types of violence against women, associated with it or not. The main damages caused to women do not refer to the exposure itself, but to the repercussion of this event in their personal and professional relationships, and to the re-victimization that occurred mainly in institutions such as the police.

Keywords: exposure of intimacy, ICT's, gender violence, intersectionalities, revictimization

Exposición no autorizada de imágenes íntimas de mujeres: múltiples formatos, múltiples violencias

Resumen

En este trabajo se analizó la experiencia de mujeres que tuvieron imágenes íntimas expuestas de manera no autorizada a través de entrevistas en profundidad a 17 mujeres y diez profesionales de la salud y asistencia de diferentes instituciones pertenecientes a la red de atención a mujeres en situación de violencia que atendieron a las que han pasado por este tipo de violencia en Brasil. Se observó que la exposición no autorizada de la intimidad es iniciada por diferentes personas en relación con las mujeres y motivada por diferentes factores. Comúnmente, la exposición ocurre en medio de otros tipos de violencia contra la mujer, asociada o no a ella. Los principales daños causados a las mujeres no se refieren a la exposición en sí, sino a la repercusión de este hecho en sus relaciones personales y profesionales, y a la revictimización que se produjo principalmente en instituciones como la policía.

Palabras clave: exposición de la intimidad, TICs, violencia de género, interseccionalidades, revictimización

A exposição não autorizada de imagens íntimas² de mulheres se configura como uma forma de violência de gênero (Santos, Izumino, 2005) potencializada pela expansão do acesso à internet móvel e do uso das redes sociais. Tal prática tem se disseminado pelos mais diversos países. No Brasil, foi observado, em alguns estudos (Matzembacher, Stoco, 2020; Ramos, 2020), o aumento da violência contra as mulheres na internet, em função do aumento da sociabilidade por meio digital durante a pandemia de coronavírus, sendo que os casos de exposição de imagem íntima foram os que representaram maior aumento proporcional (Ramos, 2020).

² Por intimidade entende-se conteúdo relacionado a nudez ou a expressão da sexualidade com potencial caráter vexatório para meninas e mulheres, dado o contexto de discriminação de gênero.

Dentre uma das respostas de maior visibilidade a essa questão, tem-se a criação de legislações que a tipificam como um crime específico³. No âmbito da legislação brasileira, a Lei Federal nº 13.718 - que dispõe sobre os crimes de importunação sexual e torna crime a divulgação, sem consentimento, de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia – foi promulgada em 2018 (Brasil, 2018).

A exposição das mulheres conforma um tipo particular de violência, pois, por meio do uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), permite sua multiplicação por várias/os agentes, na medida em que muitas pessoas passam a divulgar conteúdos relativos à intimidade de modo não autorizado. Tem-se, portanto, para além da pessoa que inicia a violência, as diversas outras que a reproduzem, gerando novos modos de violência.

Comumente chamada de pornografia de vingança ou pornografia não consensual, a exposição não autorizada da intimidade das mulheres é o termo aqui adotado posto que envolve diversas motivações e não se restringe apenas à sexualidade, conforme será argumentado neste texto. Além disso, rejeita-se os termos pornografia - não reconhecido pelas mulheres que vivenciam essa experiência (Lins, 2019) - e consentimento – que representa uma manifestação tácita de desigualdade de gênero ao reproduzir uma perspectiva de associação da mulher à passividade (Hernández, 2016). O termo autorizar (ou não) é assumido, portanto, como a chave compreensiva que distingue a prática da sexualidade da prática da violência, conforme debatido em outro trabalho (Patrocino, Bevilacqua, 2021a).

No que concerne à compreensão da violência contra as mulheres como um fenômeno social, o debate sobre a polarização dos papéis de gênero nessas situações foi iniciado, no Brasil, por Maria Filomena Gregori. Para a autora, a dicotomização entre o homem agressor ativo e a mulher vítima passiva obstaculiza a ação política de enfrentamento à violência, por não vislumbrar e estimular transformações nas relações (Gregori, 1993). A compreensão de violência de gênero assumida neste trabalho é baseada em Santos e Izumino (2005), que também defendem que as mulheres não sejam reduzidas apenas a vítimas passivas, mas propõem que a violência seja compreendida como uma relação de poder, marcada por contextos específicos de construção de papéis de gênero. Além disso, as autoras apontam para o fato de que as práticas de violência são atravessadas por outras questões, como de raça e classe, o que

³ Cabe pontuar que, conforme discute Pérez (2017), o debate jurídico pode eclipsar o debate político ao não desnaturalizar os comportamentos referentes a papéis de gênero e relações de poder.

vai ao encontro dos resultados desta pesquisa, envolvendo a violência que abrange, especificamente, a exposição da intimidade das mulheres.

A investigação empreendida buscou responder às seguintes perguntas: a) Como se caracterizam as práticas de produção, obtenção e divulgação de imagens íntimas de mulheres? b) Quais são os efeitos da divulgação não autorizada de imagens íntimas para a vida das mulheres? Os danos causados às mulheres e as múltiplas repercussões ocasionadas pelas violências são, portanto, o fio condutor da análise. Partiu-se do pressuposto de que as violências vivenciadas pela exposição se relacionam a violências estruturais, como as de classe, raça, dentre outras.

Este texto abordará os diferentes modos e motivações que envolvem a exposição da intimidade das mulheres, a associação dessa com outras formas de violência, os processos de revitimização específicos para essa situação de violência e os danos causados às mulheres. A análise será realizada sob perspectiva das ciências sociais, pensando as possibilidades de contribuição para o campo da saúde coletiva e da elaboração de políticas públicas.

Método

A pesquisa foi realizada por meio de 27 entrevistas em profundidade, com 17 mulheres que vivenciaram a divulgação não autorizada da intimidade e dez profissionais da saúde e da assistência social que atenderam mulheres nessa condição.

O recrutamento das participantes foi realizado por divulgação da pesquisa via redes sociais, sendo disponibilizado um contato de *WhatsApp* para que as interessadas em compartilhar suas experiências entrassem em contato com a pesquisadora.

As entrevistas com as mulheres que passaram pela situação de violência envolveram a descrição detalhada do modo como tiveram suas mídias produzidas e expostas, os modos como foram afetadas por essa situação e se recorreram a apoio, seja no âmbito de suas relações, seja institucional, legal, ou em serviços de saúde.

As entrevistas com as profissionais da saúde e assistência social envolveram a descrição detalhada dos casos atendidos, os danos gerados às mulheres e os cuidados dispensados em cada situação. Em ambas entrevistas foi perguntado às mulheres suas perspectivas quanto aos

cuidados necessários nas situações de violência que envolvem especificamente exposição da intimidade (tema que não será aprofundado neste trabalho).

As experiências das mulheres foram analisadas sob perspectiva microssociológica, com foco não apenas na descrição concreta das violências ocorridas, mas em suas vivências subjetivas. O conjunto da análise, por sua vez, foi relacionado às questões estruturais de desigualdades de gênero e de limitações das políticas públicas para as mulheres.

As entrevistas foram realizadas por videochamada durante o segundo semestre de 2020 e tiveram duração média superior a 70 minutos. Elas foram gravadas e registradas por escrito. Os registros foram enviados às mulheres para que elas pudessem validar as informações cedidas.

As mulheres expostas apresentaram faixa de idade compreendida entre 17 e 50 anos no momento da entrevista, e as profissionais apresentaram idade entre 18 e 62 anos. Além da diversidade geracional, também foi possível abranger uma diversidade étnico-racial, socioeconômica e territorial, nesse último caso, caracterizada pelo fato das mulheres expostas residirem em municípios de pequeno porte a capitais, localizados em regiões interioranas, metropolitanas e/ou litorâneas.

As participantes da pesquisa abrangeram seis estados de três regiões do Brasil. Entre as mulheres expostas, foram abrangidas 18 cidades, sendo uma delas do exterior. Isso ocorreu porque uma das mulheres foi exposta no contexto de duas cidades diferentes. Entre as profissionais, foram abarcadas experiências de cinco cidades com características distintas, pertencentes a um mesmo estado.

Os procedimentos de pesquisa foram avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas. Os nomes aqui citados são fictícios, a fim de preservar a identidade das participantes. A descrição étnico-racial foi realizada com base na autodeclaração.

Resultados e Discussão

Diferentes Modos e Motivações

As experiências de mulheres com a exposição não autorizada de imagens íntimas são diversas e em cada uma das histórias relatadas foi possível observar particularidades. Sydow e

Castro (2017) chamam atenção para o fato de que além da ilegalidade na distribuição das mídias, é preciso analisar a ilegalidade em sua obtenção, não sendo possível reduzir diferentes modos de violência apenas a vingança. O autor e a autora exemplificam que no caso de invasão de contas por *hackers*, há ilegalidade tanto na obtenção quanto na distribuição, e nos casos de pornografia de vingança, em geral, o envio das mídias é voluntário por parte das mulheres, não envolvendo obtenção ilegal, mas a distribuição após o fim do relacionamento. Já nos casos de “sextorsão” (extorsão envolvendo sexo), a obtenção pode ser ilegal ou não, a distribuição de mídias obtidas pode ser usada como ameaça, ou outra ameaça pode ser feita tendo como fim a obtenção ilegal das mídias. Cabe acrescentar a ilegalidade também na produção, já que há situações em que a mulher sequer tem conhecimento de que a mídia foi produzida, caso relatado no âmbito desta pesquisa.

As experiências relatadas no contexto desta pesquisa envolveram ainda outras situações no que diz respeito à finalidade da divulgação, como o uso de fotos publicadas em redes sociais para fins comerciais (divulgar uma casa de prostituição) e a obtenção de mídias de uma adolescente para extorquir sua família, que tinha vida pública. A questão da apropriação das mídias para exploração comercial em páginas pornográficas vem sendo denunciada na mídia (Mohan, 2020) e relatada em trabalho acadêmico (Lins, 2019) e foi mencionada pelas participantes da pesquisa com respeito ao medo de terem seus vídeos com conteúdo sexual hospedados em páginas pornográficas.

No que concerne à exposição das mulheres no contexto dos relacionamentos afetivos, houve muitos relatos de meninas e mulheres que foram expostas durante o relacionamento - sendo ele estável ou informal -, como forma dos homens afirmarem sua masculinidade⁴ ao exporem a posse do conteúdo de nudez e sexo referente a elas. Também houve relato de uma foto divulgada aproximadamente dez anos após o término do relacionamento, quando a mulher exposta já nem se lembrava que havia compartilhado tal conteúdo.

Uma mulher de 50 anos teve uma foto em que estava nua furtada em sua casa na década de 1990. Tal experiência nos chama a atenção para o fato de que tais modos de coação à liberdade das mulheres sempre estiveram presentes e apenas têm sido impulsionados pelas novas tecnologias. Ainda que se possa compreender que as mulheres experimentam, atualmente, maior liberdade sexual, é possível afirmar que as formas de coerção a essa liberdade têm se sofisticado.

⁴ A masculinidade aqui é compreendida nos termos da masculinidade hegemônica, como conceito não essencialista e que considera a dinâmica hierárquica de construção de privilégios e poder (Connell; Messerschmidt, 2013).

O debate sobre a relação entre liberdade sexual e violência esteve presente desde o surgimento dos estudos feministas. Catharine Mackinnon, da corrente antipornografia, entre as décadas de 1970 e 1980, já ironizava o argumento de que a livre expressão da sexualidade das mulheres reduziria a violência. Ela afirma que a representação hegemônica do sexo é constituída de violência, a violência não é externa. O universo da sexualidade na cultura androcêntrica é violento em si, não fazendo sentido separar sexo e violência (MacKinnon, 1987). Tal debate parece pertinente ao contexto contemporâneo de exposição, já que o que se revela é a apropriação das manifestações de liberdade das mulheres, debatidas por Mackinnon (1987), somada de estratégias altamente condenatórias e danosas a elas.

Não apenas a nudez em si é usada na exposição das mulheres, mas conteúdos utilizados em referência à manifestação de sua sexualidade, de modo condenatório e moralista. Experiências de apropriação de diários com narrativas de experiências sexuais e até de distribuição de cópias, no âmbito das relações de amizade, estiveram presentes. Uma mulher teve uma foto com um amigo usada por seu ex-companheiro para propagar a ideia de infidelidade por parte dela, o que gerou constrangimentos com a família de seu amigo. Outra mulher que foi exposta por seu ex-companheiro abusivo (com quem ela já havia compartilhado fotos nuas) que invadiu suas contas teve não diretamente uma foto em que estava nua publicizada nas redes sociais, mas a captura de tela que demonstrava que tal foto havia sido enviada para um homem com quem ela estava se relacionando. Uma terceira mulher teve divulgadas capturas de tela de conversas com seu ex-namorado, também abusivo, que envolviam conteúdos sexuais. Tal fato revela as contradições do aumento da liberdade da expressão da sexualidade por parte das mulheres, cuja manifestação é permitida apenas na medida em que pode ser usada para proveito masculino. A condenação histórica da sexualidade feminina, que, na sociedade ocidental, foi marcada pelo discurso religioso de associação das mulheres ao pecado e ao mal, contribuiu para os processos de dominação masculina e de exclusão das mulheres que, dentre demais características, reduziram as mulheres à função reprodutora (Salles, Ceccarelli, 2010).

Também foram relatadas exposições que ocorreram fora do contexto do relacionamento afetivo. Houve relatos de exposições que ocorreram no contexto do trabalho (tema que será mais bem abordado a seguir), em relações de amizade e dentro da própria família, como abuso de padrasto e punição pelo pai.

De modo geral, os conteúdos expostos foram relativos à sexualidade, envolvem nudez e atos sexuais. Entretanto, chamou a atenção o fato de que não apenas esse tipo de intimidade tem sido exposto e usado como forma de humilhar e ameaçar as mulheres. Foi relatada a

exposição de fotos de cirurgias plásticas e a instalação de câmeras em casa como modo de coibir a privacidade e controlar o comportamento da mulher. Outro relato, experienciado por mais de uma mulher, envolveu o registro e exposição ou ameaça de exposição de momentos de descontrole, seja por uso de álcool ou irritabilidade por conflito iniciado pelo parceiro. Essa situação chama a atenção por explicitar o controle e julgamento do comportamento das mulheres para além da manifestação de sua sexualidade, remetendo ao processo histórico de patologização relacionado à questão de gênero.

Um tipo particular de exposição que tem ocorrido no âmbito da socialização adolescente, as listas que elencam as meninas mais “vadias”, chamou a atenção pela banalização de sua ocorrência e por seu potencial violento e de manifestação evidente do controle da sexualidade das meninas em idade escolar. Além disso, tal questão parece não chegar ao conhecimento do universo adulto (a negligência da instituição escolar, embora de importância central, não será um tema abordado neste trabalho). Uma rápida busca na internet mostra que tal questão tem sido debatida pela mídia, embora ainda pouco discutida no âmbito acadêmico. Valente, Neris e Bulgarelli (2015) debateram um caso ocorrido em uma escola de São Paulo, revelando que essas listas são reeditadas constantemente. O caso em questão chegou a ser reportado na mídia e impulsionou uma audiência pública na Assembleia Legislativa do estado.

Conforme os relatos das jovens participantes desta pesquisa, a elaboração das “listas” (modo como foi referido no âmbito da pesquisa) é constante e cada uma envolve um objetivo tácito, passível de identificação pelo conhecimento das relações entre as pessoas envolvidas na divulgação e as meninas expostas. As listas podem ser usadas, por exemplo, como vingança pelo término de relacionamentos ou pelo fato dos meninos terem sido rejeitados pelas meninas ou avaliação de seu desempenho sexual. Também são feitas listas que elencam meninos, mas vinculando a eles meninas com quem se relacionaram, atribuindo a elas características como promíscua ou “interesseira”. As listas podem ser elaboradas em diversos formatos, como vídeos ou fotos, sempre contendo imagens e informações que identificam as meninas. Em geral, elas são divulgadas pelo *Tweeter* – que tem sido uma rede social majoritariamente utilizada pelo público adolescente – e em grupos privados do *WhatsApp*.

Além das listas, também existem “páginas de fofoca” sobre meninas, que funcionam como uma espécie de pré-seleção para a formulação das listas. Fatos corriqueiros, como a postagem de uma foto de biquíni em rede social, podem justificar a exposição, revelando um nível muito alto de controle e censura do comportamento de meninas muito novas. Duas jovens participantes da pesquisa, uma de 17 e outra de 18 anos, informaram que é muito comum, na

cidade de grande porte em que vivem no interior, que as meninas entre 13 e 18 anos sejam expostas pelo menos uma vez. Essas exposições ocorrem em diferentes níveis. Conforme observou a mais velha delas, Raquel (que já foi exposta em uma lista), esse modo de classificar as meninas também ocorre nas relações entre jovens no contexto das igrejas. Nesse contexto, em geral, as listas condenam as meninas que manifestam explicitamente seu interesse por meninos, informando, portanto, que devem ser evitadas.

A negativização, a repressão e a condenação social da sexualidade das mulheres (Salles, Ceccarelli, 2010) se manifestam desde a infância e adolescência e com efeitos graves para seu desenvolvimento. Os nocivos discursos reproduzidos no âmbito da socialização infanto-juvenil, como exposto, comumente negligenciados pelo universo adulto, contribuem para a introjeção, nas meninas, da compreensão de como devem ou não se comportar.

Observa-se, assim, que a exposição da intimidade de meninas e mulheres ocorre em diferentes formatos e por diferentes motivações, que envolvem, sobretudo, a afirmação da masculinidade, o controle e a condenação da sexualidade das mulheres, conforme debatido em outros trabalhos (Johansen *et al.*, 2019; Petrosillo, 2016; Rodríguez, 2018) e de demais comportamentos e também com fins mercantis relativos à comercialização do corpo feminino. A relação entre esses e demais atos de violência contra a mulher é o que será abordado na sequência.

Associação a Outras Violências

Conforme observado a partir dos relatos das participantes da pesquisa, a exposição não autorizada da intimidade pode ocorrer como uma violência isolada ou em meio a outros atos de violência contra as mulheres. Ela pode ser desencadeadora de agressões físicas e necessariamente envolve diversas violências simbólicas.

A exposição da intimidade foi relatada em situações de vingança após o término de relacionamentos abusivos - que envolviam situações de controle, violência física e sexual – mas não apenas nesse tipo de relacionamento. No âmbito das relações familiares, também apareceram relacionadas às violências sexual (por padrasto) e física e psicológica (pelo pai). No contexto de trabalho, assim como no de amizade, apareceram relacionadas a outras formas de assédio e perseguição.

A experiência de Joana, de 24 anos, referente a uma relação conturbada com uma amiga, aos 18 anos, no contexto de uma cidade de pequeno porte do interior, envolveu brigas físicas

como consequência do desencadeamento de um conflito maior após uma foto de Joana nua ter sido exposta, inicialmente, pela amiga, junto a outras fotos que a identificavam. Nesse contexto, as relações eram marcadas por disputas estimuladas sobretudo pelo parceiro da amiga que ocasionou as exposições.

A dimensão da consubstancialidade das relações de gênero, raça, classe bem como de padrões estéticos hegemônicos – pensadas aqui, conforme propõe Hirata (2014), como categorias historicizadas - esteve bastante evidente e se revelou como um fator preponderante na conformação das violências simbólicas presentes no ato de expor as mulheres.

O debate sobre os modos como a reprodução de padrões hegemônicos e racistas ocorrem acentuadamente na internet, por meio de seus mecanismos específicos, tem sido frequente nos estudos sobre comunicação. Noble (2012) discute como os mecanismos de busca, por exemplo, dissimulam e reproduzem desigualdades de gênero e raça, reforçando estereótipos e negligenciando perspectivas ideológicas contra hegemônicas. A tecnologia baseada em algoritmos, que contribui na determinação dos conteúdos mais acessíveis, serve tanto a fins econômicos quanto políticos, conforme tem sido possível observar, no atual contexto político, sobretudo nas últimas eleições, em todo o mundo, com relação ao impacto da difusão de informações falsas e da restrição de conteúdos que obstaculizam o acesso à diversidade de perspectivas ideológicas. No mesmo sentido, uma pesquisa realizada com páginas de busca na internet, em diversos países, identificou estereótipos negativos, em termos de beleza, relativos a mulheres negras e o mesmo com mulheres velhas. Os estereótipos positivos eram relativos a mulheres brancas, independente da composição racial do país (Araújo *et al.*, 2016).

Com respeito especificamente à exposição de mulheres, Nabil (2014) analisou postagens na página *My ex*, destinada a expor ex-parceiras e ex-parceiros, na qual observou que as vítimas são majoritariamente mulheres. A reprodução de papéis de gênero e a perspectiva heteronormativa são bastante evidentes nas postagens, nas quais é possível observar, também, outros discursos violentos como racismo e gordofobia. Além disso, o julgamento e controle da sexualidade da mulher se revela, por exemplo, na exposição de que a mulher gosta de sexo anal.

A questão racial se fez presente em quatro relatos, de diferentes modos. Flávia, uma jovem preta de 20 anos, ao ter seu celular furtado contendo mídias de nudez dela e da namorada, em 2016, no contexto de uma cidade de pequeno porte do interior, afirmou que deixou de compartilhar esse tipo de conteúdo com a namorada por ter desenvolvido criticidade quanto à sexualização da mulher negra.

Joana, por sua vez, reconheceu que era protegida e elogiada pelos meninos - contribuindo com o processo de rivalidade entre elas - por ser branca, enquanto a amiga e demais meninas do grupo eram negras.

A hostilização objetiva às mulheres negras esteve presente em outros dois relatos. Maura, de 28 anos, que se declara negra de pele clara, a respeito ao grupo de amigos da adolescência do bairro da cidade de grande porte de região metropolitana que a expôs, no qual havia apenas mais um rapaz negro, afirmou que recebia tratamento mais abusivo e invasivo com relação à menina branca do grupo. Ela também afirmou que meninas pretas que frequentaram o grupo por menos tempo receberam tratamento ainda pior que o dirigido a ela. O racismo também foi explicitado por Raquel, que é branca, a respeito das listas, deixando nítido que não apenas o julgamento do comportamento sexual está presente para as meninas negras, mas uma crítica direta a suas características físicas.

Então, as meninas pretas da lista elas não eram listadas pelo que elas faziam, só. Então, igual, não era tipo 'Ah, ela transou comigo.'. Era tipo assim, é, 'O corpo dela tinha partes escuras.', sabe. Então, quando eles iam criticar as meninas pretas, não era pelo que elas fizeram, era por como elas eram. As meninas brancas era pelo que elas fizeram e não por como elas eram.

Além disso, foi observado que, no projeto de acolhimento a mulheres em situação de violência presidido por Raquel, as meninas pretas, gordas e lésbicas têm maior dificuldade de se relacionar em grupo, recebendo mais atendimentos privados.

Outro fator que chamou a atenção, presente em três relatos, refere-se à humilhação direcionada às mulheres por elas terem pelos pubianos. Kiara, negra, de 25 anos, moradora de capital, relatou ter sido ridicularizada diretamente por isso quando teve fotos de um ensaio sensual, postadas no *Facebook* dois anos antes, reproduzidas no contexto de uma discussão sobre as eleições presidenciais no Brasil, em que o homem que a expôs defendia Bolsonaro e afirmava que a jovem não tinha valor e, portanto, não deveria argumentar nada. Os outros dois relatos se referiram a experiências vividas por outras mulheres. Em um deles, a menina recebeu um apelido na escola em referência a sua vagina com pelo. No outro, Raquel explicou a dimensão da repercussão desse tipo de imagem.

Teve uma menina que foi divulgada porque ela não tinha se depilado no dia da foto, e aí a foto dela foi divulgada sobre isso, ela tava com nome na lista falando sobre isso, né, tipo ‘Fulana é a que não se depila’. Aí a foto dela sem se depilar foi divulgada, foi uma das que mais viralizou.

A imposição dos padrões sociais que embasaram as discriminações às mulheres evidenciou a conjugação das opressões de gênero, classe e raça, acrescido de determinados valores estéticos, vivenciadas nas especificidades dos contextos analisados, reiterando a necessidade de pensar tais categorias de forma dinâmica, e não estática (Hirata, 2014). O mesmo se deu com os contextos das relações de trabalho, conforme será abordado na sequência.

Violências no Contexto do Trabalho

Os relatos de exposição e demais violências perpetradas no contexto do trabalho estiveram relacionados a ambientes marcadamente masculinos. Um deles, porém, foi referente ao trabalho de modelo, em que foi observado, por uma psicóloga, que uma mulher que estava sendo acompanhada por ela estava trabalhando em condições análogas à escravidão, sem contrato, salário, contraindo dívidas e sem receber as mídias que estava produzindo ou mesmo tendo conhecimento de seu uso.

Os demais relatos se referiram à mineradora Vale e à fábrica de carros Fiat. Flávia contou que seu primo presenciou a transmissão de um vídeo feito por um operário no qual ele transava com duas mulheres, sem que elas soubessem que o vídeo estava sendo gravado. O vídeo foi exibido na televisão de um refeitório da Vale em mais de um horário. Flávia associa esse episódio às exposições de meninas que passaram a ocorrer na escola onde estudam filhas/os dos funcionários da Vale. Ela acredita que o contexto de mineração no qual há grande circulação de capital, e também prostituição e exploração sexual infantil, contribui para o processo de naturalização da violência contra a mulher.

Já Kiara, que aos 18 anos foi trabalhar como mecânica em uma fábrica da Fiat, sofreu persistentes assédios até ter divulgada uma montagem com seu rosto e o corpo nu de outra mulher e ser demitida sob outro pretexto. Ela recebia muitas mensagens de homens da fábrica que não conhecia e acredita que os próprios chefes passavam seu contato. Após a demissão, ela não conseguiu retornar a esse campo de trabalho, que gostava muito e para o qual tinha formação. Ela contou ainda que, quando ingressou na fábrica, havia seis meses que uma mulher que trabalhava no canteiro de obras tinha cometido suicídio por ter sido exposta a partir de uma

filmagem em que transava com dois homens. Kiara acredita na possibilidade de ela ter sido alcoolizada e estuprada. Ela ouvia das pessoas que a mulher era culpada por ter se deixado filmar, por ter tirado a própria vida, e por isso não merecia viver.

Sabe-se que o risco de assédio sexual aumenta em contextos de trabalho feminizados e erotizados, em contextos ocupacionais de cultura de gênero discriminatória e com trabalhadores majoritariamente do sexo masculino, fazendo com que a autoridade das mulheres dependa da gestão de assédios tanto de supervisores como de subordinados. A diversidade de gênero, nesses espaços, apresenta-se como uma possibilidade de redução dos assédios (Dias, 2008).

Observa-se que a apropriação da imagem e exposição das mulheres tem se manifestado no contexto de trabalho, se não vitimando diretamente as trabalhadoras e contribuindo com as desigualdades ocupacionais, como forma de exploração e perseguição, contribuindo com a reprodução de uma cultura sexista, sob conviência de grandes organizações.

Violências no Cuidado

No campo dos estudos do cuidado, Tronto (1987) iniciou o debate sobre o fato dos papéis de cuidado serem distribuídos socialmente de forma desigual, sendo mais ocupados por mulheres e minorias, tendo esses grupos, portanto, melhor desenvolvida a ética do cuidado. O cuidado é compreendido como um comportamento constituinte das mulheres e que, por sua vez, as constitui (Dumont-Pena, Silva, 2018).

Nos relatos das participantes, esteve bastante presente uma narrativa de mágoa referente ao modo de apoio ou à ausência dele por parte majoritariamente de mulheres de quem esperavam cuidado e suporte no momento em que foram expostas. Tais experiências manifestam as dificuldades inerentes ao cuidado e sobretudo quando direcionados às mulheres - compreendidas socialmente como as que cuidam, e não as que são cuidadas - que comumente são julgadas, culpabilizadas e negligenciadas quando sofrem violências. Desse modo, configuraram-se novas formas de danos às mulheres na espera por suporte após a violência da exposição sofrida.

Algumas jovens relataram que ouviram de amigas da escola, logo depois de terem sido expostas, conselhos sobre retirar fotos das redes sociais e não compartilhar fotos. Uma jovem afirmou que, além de pessoas de seu ciclo terem ficado contra ela, outras se mantiveram neutras, sem manifestar apoio. Uma psicóloga de um órgão jurídico contou que atendeu mulheres

expostas cujas amigas manifestaram abertamente apoio a seus ex-companheiros que as expuseram. Tais relatos manifestam, de forma mais ou menos direta, os modos como as mulheres são culpabilizadas quando são expostas, sobretudo quando disponibilizam inicialmente as mídias, mas não apenas nessas situações. Há também casos em que as mulheres são julgadas mesmo quando fica explícito que, além da divulgação, a própria produção da mídia foi alheia a seu conhecimento.

Letícia, branca, de 27 anos, moradora de capital, fotografada, aos 21 anos, pelo homem com quem ficava, no momento em que fazia sexo oral nele, teve a vida marcada por esse fato, pelo julgamento recebido, pelo medo de sair de casa, pelo sentimento de impunidade. Ela afirmou que tem consciência de que foi julgada por ser mulher, e que amigas feministas a ajudaram a compreender o que viveu. Segundo ela, o que viveu foi importante para a construção da pessoa que é hoje. Em seu relato, o apoio recebido das amigas representou não só um auxílio para enfrentar a situação, mas também influência sobre a forma como passou a conceber a relação com outras mulheres.

Mas assim, nessas situações, a mulher ela é realmente a vítima, não é culpada. Então, hoje em dia, por exemplo, é, eu tenho muita consciência. Antigamente, se eu recebia algum nude de alguma menina ou coisa do tipo, eu julgava essa menina, e assim, não julgo mais, a culpa não é da menina, a culpa é de quem expôs a menina. Então, assim, antes eu julgava essas meninas, assim como me julgaram. Só que, depois disso, eu tive a consciência que a culpa não é da menina, a menina é a vítima, sim, e a gente precisa acolher essas meninas.

A relação das mulheres expostas com suas famílias apareceu nos relatos como um fator determinante do modo como enfrentaram as situações de violências vividas. A ajuda por parte das famílias esteve relacionada à denúncia e à busca por outras formas de apoio, como tratamento terapêutico. Sua ausência, entretanto, esteve relacionada ao sentimento de culpa por parte das mulheres, ao medo de magoarem familiares ou de serem repreendidas. Maura, que contou o que viveu a sua mãe, de quem recebeu pouco apoio emocional (a mãe seguiu se relacionando normalmente com o amigo que expôs Maura e cobrou que Maura fizesse o mesmo, que não “exagerasse”), e omitiu de seu pai (militar reformado), explicitou a relação entre sentimento de culpa e falta de busca por apoio.

Porque eu acho que a culpa é o que mais atrapalha, atrapalha a denúncia, atrapalha a relatar, atrapalha a se abrir com um adulto em quem se possa confiar, né, e atrapalha

inclusive a você buscar, é, uma certa justiça por aquilo que aconteceu com você. Porque você não acha que merece justiça, você se sente culpada, então, sabe, você se sente errada, então acho que isso é o mais importante.

A ausência de denúncia e de busca por outras formas de ajuda por medo da família tomar conhecimento foi relatada por mulheres e por profissionais. Úrsula, negra, de 36 anos, psicóloga de um órgão de segurança pública de capital, referiu-se diretamente ao contexto social de julgamento como obstáculo à denúncia. Algumas meninas não revelaram a suas famílias por não esperar serem apoiadas por elas. De fato, essa foi uma experiência vivida por muitas delas.

Clarice, branca, de 19 anos, exposta pelo então namorado no contexto da escola de pequeno porte do interior, aos 14 anos, o que contribuiu para o agravamento de seu quadro de bulimia, contou sobre a exposição à madrasta, de quem recebeu pouco apoio, conforme relatou: “Na verdade, não teve muita conversa sobre isso depois, só pra ‘Você tem que esconder e fingir que não é você.’, e só isso, na verdade. Não foi um apoio muito grande”.

As jovens que sofreram violências no contexto da família tiveram, em comum, em suas histórias, a negligência e a conivência de suas mães e demais familiares diante das violências perpetradas pelo pai ou padrasto, o que, segundo relataram, é uma das principais causas de seu sofrimento.

Uma psicóloga relatou ter atendido, em um equipamento de saúde mental de uma cidade de pequeno porte, três adolescentes com histórias semelhantes. Elas estavam se cortando e haviam sido expostas no contexto da escola. Tais fatos se manifestaram como um pedido de ajuda, ao mesmo tempo em que evidenciaram a ausência de participação e apoio de suas famílias em suas vidas, agravando suas condições de saúde mental.

Foi possível observar que, quando o apoio familiar esteve presente, ele foi iniciado pelas mulheres. Do mesmo modo, quando ausente, o questionamento foi direcionado, majoritariamente, às mulheres. Profissionais da saúde e da assistência também observaram que, nos casos ocorridos com adolescentes, as mães temem a denúncia pela possibilidade de os pais tomarem conhecimento da exposição das filhas. Para além da diferença de gênero, foi observada por elas também uma diferença de classe na disponibilização do cuidado e apoio. Entre as famílias de classe média, ainda que haja repreensão às meninas, haveria maior apoio, diferentemente das meninas de classe popular, que comumente sequer podem recorrer a suas famílias.

Uma experiência vivida por uma jovem de 23 anos destoou das demais com respeito ao nível do impacto e ao tempo de superação relatado pela participante. Irene, parda, moradora de uma cidade de grande porte de região metropolitana, há poucos meses da entrevista, teve sua conta hackeada e uma foto nua enviada para mais de 15 pessoas pelo seu próprio e-mail. Dentre as pessoas que receberam a foto, estavam pacientes do serviço de saúde onde estagia na capital e colegas da faculdade com quem havia cursado algumas disciplinas no início da graduação. Irene foi apoiada pela família, namorado e amigas, e, conforme orientada pela polícia, conversou pessoalmente com cada pessoa que recebeu o e-mail sobre o fato de ter se tratado de um crime sob investigação e da importância do e-mail não ser aberto nem compartilhado. Embora isso tenha envolvido grande constrangimento, Irene se sentiu apoiada e compreendida tanto no âmbito das suas relações pessoais, como no trabalho e na faculdade. Conforme será debatido a seguir, ela só foi destratada pela polícia no momento da queixa, que posteriormente se desculpou. Ela relatou que seu mal-estar durou aproximadamente duas semanas, tempo muito inferior ao relatado pelas demais participantes da pesquisa.

Essa experiência chama a atenção para o fato de que a exposição em si pode ser menos danosa que suas consequências, como os julgamentos recebidos e as sanções no âmbito das relações afetivas e profissionais. Nesse sentido, o cuidado, socialmente cobrado das mulheres, mas negado a elas, assume centralidade como potente ferramenta de enfrentamento às violências e, em especial, a da exposição da intimidade.

O debate, ainda incipiente, sobre a compreensão dos modos como as mulheres são vitimadas na exposição não autorizada de sua intimidade, seja pela violência propriamente dita, ou por suas consequências, relaciona-se à perspectiva de afirmação da centralidade do acolhimento nas situações de violência contra as mulheres. O acolhimento, ou sua ausência nos processos de revitimização, ocorre tanto no âmbito das relações pessoais como institucionais. A violência e revitimização no âmbito institucional é o que será discutido em seguida.

Violência Institucional

Os trajetos percorridos pelas mulheres entre as instituições em busca de romper com as situações de violência têm sido chamados de rotas críticas. Tal conceito tem sido utilizado para compreender as respostas obtidas pelas mulheres, os obstáculos encontrados e significações às violências por parte de profissionais que recebem essas mulheres (Meneghel *et al.*, 2011).

As dificuldades do trabalho em rede na assistência às mulheres em situações de violência, a denúncia dos problemas na assistência policial e a defesa de uma assistência psicossocial centrada na mulher e na superação da violência têm sido debatidas em muitos trabalhos (Kiss *et al.*, 2007). Kiss, Schraiber e d'Oliveira (2007) apontam para as racionalidades conflitantes entre as instituições como principal obstáculo para a efetivação da lógica de trabalho em rede.

Villela *et al* (2011) evidenciaram diversas situações negativas vivenciadas pelas mulheres na rede de atenção às situações de violência, como a ausência de privacidade na recepção e no atendimento, criando obstáculo para a escuta qualificada; a necessidade de contar a situação vivida para vários servidores, a começar por pessoas da segurança; a falta de conforto nos espaços, como ausência de lugar para assentar-se; e o auto afastamento desse tipo de atendimento por parte de profissionais, tanto mulheres quanto homens. Especificamente nas delegacias de atendimento especializado às mulheres, diversos preconceitos e julgamentos às mulheres foram descritos, como a ideia de que a violência ocorre apenas nas periferias, de que a violência é inventada porque as mulheres querem fazer aborto, a justificativa da violência pelo uso de álcool e outras drogas ou pelo fato de a mulher gostar de sexo ou trair o marido. Policiais também acreditam que mulheres prestam queixa por ciúmes, julgam-nas por se reconciliarem com seus agressores e não entendem como uma mulher casada pode ser estuprada pelo próprio marido.

Entre os relatos das participantes, esteve bastante evidente, se não o receio de recorrer à polícia, a experiência negativa por tê-lo feito. A avaliação negativa também esteve presente entre profissionais. Conforme relatou Clarice, a polícia não transparece confiança.

Não busquei, ainda até porque eu pensei que seria pior, seria uma exposição ainda maior se eu procurasse a polícia pra falar sobre isso. E eu também não confio na polícia, porque a gente sofre muito assédio por parte dos policiais. A gente tá andando na rua, eles mexem com a gente. Como que eu vou falar com uma pessoa dessa sobre assédio.

À Kiara, a Polícia Civil disse que não poderia fazer nada, já que a imagem se tratava de uma montagem, e não de uma foto de seu corpo verdadeiro. Em relação à Nádia, branca, de 29 anos, moradora de cidade de pequeno porte de região metropolitana, exposta pelo ex-namorado abusivo que passou a expô-la e persegui-la, um policial militar desprezou o fato de que ela havia

solicitado medida protetiva e ele estava circulando na porta de seu local de trabalho na capital. A situação deixou-a ainda mais exposta.

Ela [porteira] viu ele lá, aí me chamou. Teve que chamar a polícia, aí ele fugiu. E assim, o policial foi super grosso comigo nesse dia. Porque eu tava lá na porta, aquela confusão toda, né, aí o policial chegou, aí eu expliquei pra ele a situação. Aí ele falou comigo assim ‘Olha, deixa eu te falar uma coisa, a rua é pública, ele pode ficar no lugar onde ele quiser’. Aí eu to assim ‘Mas você não acha que é muita coincidência ele ficar na frente do meu serviço, sendo que ele não tem nenhuma atividade aqui, por aqui perto’. Aí ele ‘Não, mas a rua é pública, ele pode ficar onde ele quiser, se ele quiser ficar colado aqui ele pode ficar’. O policial falou assim comigo, que isso não era motivo pra chamar a polícia. Eu falei isso com ele também, eu falei pro policial, mostrei a medida, tava com ela na mão, né. Aí ele falou que eu não podia fazer nada enquanto ele não assinasse, que ele podia ficar onde ele quisesse, o cara, né, desse jeito. Aí deu uma confusão lá na porta, o policial super estúpido comigo, sabe. Eu fiquei muito constrangida, o tempo todo eu tava muito constrangida com a situação. E assim, todo mundo que passava na catraca tava vendo, né.

Irene foi diretamente julgada pelo policial civil que a recebeu na delegacia de crimes virtuais, que disse a ela “Pra início de conversa, ce não tinha nem que ter tirado foto desse tipo.” Depois de fazer a denúncia, ela fez uma reclamação ao chefe do setor, que se desculpou com ela. Entretanto, o ocorrido a desanimou com respeito ao auxílio que seria obtido da polícia.

Aí já foi assim, né. Você vai buscar ajuda, você vai tentar buscar. Você tem seus direitos, né. Num lugar que é especializado pra isso. E já recebe, logo quando você entra no lugar, já é esse tipo de tratamento que tem, assim. Me desanimou muito de continuar a fazer, né. Eu fiz o B.O. [Boletim de Ocorrência] e tal. Mas o tratamento, também, que eu tive na delegacia foi péssimo, nesse quesito, foi de julgamento mesmo.

Úrsula relatou a dificuldade de compreensão da violência de gênero entre colegas de trabalho da segurança pública, e os constantes julgamentos às mulheres, que comprometem o atendimento, conforme relatado nos demais trabalhos.

De forma alguma é tranquila. É, culpabilização da vítima, infelizmente, é frequente até por quem devia atendê-la. Então, assim, é normal ouvir comentário sobre roupa, né, que usava no momento, o fato de sair à noite. Então são comentários um pouco menos, é, aparentes, assim, explícitos, como a gente vê, por exemplo, numa rede social, na internet, mas que existem. Então eu acho que ainda falta muito, muito caminho pra gente preparar todos os profissionais pra compreender a questão, a violência sexual, da violência de gênero, da violência racial e de todas essas coisas que se atravessam, né. Pra não ficar uma análise superficial demais, e que acaba

levando, colocando a vítima numa posição de culpada por aquilo que ela viveu. [...] Mas a gente vê sim, por exemplo, quando a vítima nos procura, por exemplo, e conta como ela foi atendida na polícia militar, né. E aí a gente percebe que a gente tá muito longe, muito longe de atingir um atendimento humanizado.

Conforme discutem Villela e colaboradoras (2011), cabe, a profissionais da rede de assistência, reconhecer a violação e tentar transformá-la, e não participar do processo de violência contribuindo para vitimizar as mulheres, aumentando os danos causados a elas.

Sofrer violência é uma situação, transformar-se em vítima é outra. Ser objeto de violência pelo fato de ser mulher, marcada socialmente pelo signo da subalternidade, é um processo social que deve ser reconhecido como uma violação de direitos e transformado. Uma mulher violentada aponta para um problema social que afeta a homens e mulheres, pois denota o não reconhecimento da alteridade, pressuposto da condição humana. Transformar a mulher que sofre violência em vítima, tratando-a com indiferença ou com insensibilidade, é participar desse processo. (Villela *et al.*, 2011)

A compreensão das mulheres sobre os danos gerais causados pela exposição não autorizada de sua intimidade é o que será abordado na seção seguinte. Um debate mais aprofundado sobre os danos causados à saúde das mulheres e os cuidados dispensados e reivindicados nessas situações é debatido em outro trabalho (Patrocino, Bevilacqua, 2021b).

Danos às Mulheres

Embora não possa ser generalizado, o sentimento de vergonha por parte das mulheres esteve fortemente presente nos relatos. Amplamente presente nas situações de violência contra as mulheres, já era de se supor que não seria diferente nas situações que envolvem justamente a exposição não autorizada da intimidade.

A vergonha é historicamente relacionada à natureza feminina. Ela contribui para o aumento da violência, por exemplo, ao obstaculizar a denúncia (Jarschel, 2015). Caberia pensar na vergonha, entretanto, como própria extensão da violência, dado seu potencial danoso às mulheres.

Conforme discute Taille (2002), o sentimento de vergonha não se dá com relação a qualquer julgamento. A pessoa envergonhada se torna cúmplice das apreciações negativas direcionadas a ela, julgando-se ativamente a si própria. O juízo moral não envolve apreciação

apenas sobre a ação ou sua intenção, mas sobre o valor da pessoa. A honra, por sua vez, seria o sentimento do próprio valor moral, presente nas representações de si. A mulher estaria relacionada à vergonha e o homem à honra, de modo a manter essa representação positiva. O autor distingue a autoestima da honra no sentido de que, na primeira, a valoração não envolve moralidade. Cabe pensar que, tanto a primeira, quanto a segunda, são usurpadas das mulheres nas situações de exposição de sua intimidade.

Pilar, negra, de 33 anos, teve divulgado, aos 23 anos, pelo homem que formatou o computador de seu então namorado, em uma cidade de pequeno porte do interior, um vídeo em que estava nua em pose provocativa no sofá. Ela se lembra de, nas poucas vezes em que passou a sair na rua, andar de cabeça baixa, como se tivesse cometido um crime.

Para além dos efeitos sobre a autoestima, diversas outras consequências negativas foram citadas pelas mulheres, relacionadas desde o campo prático à saúde mental. Queda no rendimento escolar, demissão, dificuldades para se relacionar, desenvolvimento de fobias, práticas de auto mutilação, ideação suicida e tentativas de auto extermínio foram algumas dessas consequências. Certamente, o modo como a exposição da intimidade afeta cada mulher se relaciona ao contexto de vida específico de cada uma, e à posse de recursos tanto materiais como emocionais para enfrentar a situação.

A percepção da intensidade e do que as afetou mais é muito subjetiva. Pilar, atualmente casada (ela não quis compartilhar o fato com o marido, que é policial) e residindo em uma cidade de grande porte de região metropolitana, não considera que esse seja apenas um fato passado: “Assim, a angústia, na verdade, nunca acaba, né. A gente carrega, pro resto da vida, aquele aperto...”.

Joana e Maura afirmaram que o sentimento de traição foi muito pior que o da exposição em si. Joana afirmou, ainda, que a exposição de suas inseguranças, reveladas por meio da exposição de seu diário, foi pior, para ela, que a exposição de sua foto nua. O relato de Nádia também expressou o mesmo sentido.

E muitas vezes as pessoas, elas ficam surpreendidas quando eu falo no assunto. Porque todo mundo acha que o pior de tudo foi ele ter forçado a relação comigo, né. Mas, eu, não. Quando eu conto, eu não falo que essa foi a pior parte. Eu não acho. Eu ainda não sinto que foi a pior parte. Pra mim, a pior parte foi mesmo ele abalar as minhas relações com as pessoas que eu amo.

Tais relatos revelam que os danos causados às mulheres nos casos de exposição da intimidade ultrapassam a exposição em si e podem ser vividos, de maneira ainda mais intensa, nas consequências para sua saúde mental e para suas relações afetivas.

Considerações Finais

A exposição não autorizada da intimidade das mulheres se apresentou como uma forma de violência contra a mulher com características particulares, dado seu potencial de ser multiplicada e praticada por várias outras pessoas. Nesse sentido, ao encontro de outros trabalhos, observou-se que, a despeito de sua apropriação positiva, as TICs também se mostram como dispositivos que potencializam o controle do corpo e da sexualidade das mulheres.

A exposição pode ter diversas motivações – como a afirmação da sexualidade e a apropriação comercial - e acontecer de vários modos, não sendo relativa apenas à sexualidade, mas também a demais comportamentos das mulheres. Soma-se a ela outros modos de violência, especialmente, o racismo.

Esse tipo de violência se revelou como extremamente danosa às mulheres, sobretudo, nos processos de revitimização na busca por apoio, seja no âmbito das violências institucionais, especialmente da polícia, seja no âmbito das relações pessoais, nos processos de julgamento e culpabilização, de incompreensão e negligência com o sofrimento das mulheres. As consequências para as relações pessoais e profissionais das mulheres tornam-se mais danosas a elas que a exposição em si. De todo modo, os danos às mulheres se relacionam à conjugação das violências vivenciadas, sobretudo pelas discriminações de gênero, raça e classe, como já se supunha.

Trata-se de um modo de violência amplamente difundida e constante que demanda, ainda, por compreensão mais aprofundada - um exemplo seria a análise entre a população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais). Esse seria um caminho a contribuir para uma melhor produção de cuidado, a ser apropriada socialmente, de forma ampla, e, sobretudo, no campo da saúde coletiva, contribuindo para o processo de superação das violências por parte das mulheres.

Referências

- Araújo, C. S., Jr., W. M., & Almeida, V. (2016). Identifying Stereotypes in the Online Perception of Physical Attractiveness. *arXiv*, 1. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-47880-7_26
- Brasil. Lei Federal no 13.718, Dispõe sobre os crimes de importunação sexual (2018).
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21, 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Dumont-Pena, É., & Silva, I. de O. e. (2018). Construções contemporâneas do cuidado. In *Aprender a cuidar—Diálogos entre saúde e educação infantil*. Cortez Editora.
- Gregori, M. F. (1993). As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, 1, 143–149. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Hernández, Y. P. (2016). Consentimiento sexual: Un análisis con perspectiva de género. *Revista Mexicana de Sociología*, 27. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032016000400741
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça—Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1). <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Jarschel, H. (2015). Vergonha da Violência. In E. Fleury-Teixeira & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia*. FIOCRUZ.
- Johansen, K. B. H., Pedersen, B. M., & Tine Tjørnhøj-Thomsen. (2019). Visual gossiping: Non-consensual ‘nude’ sharing among young people in Denmark. *Culture, Health & Sexuality*, 21(9), 1029–1044. <https://doi.org/10.1080/13691058.2018.1534140>
- Kiss, L. B., Schraiber, L. B., & d’Oliveira, A. F. P. L. (2007). Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(23), 485–501. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000300007>
- Lins, B. A. (2019). Caiu na rede: Mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-21022020-145523>

- MacKinnon, C. A. (1987). *Sexuality*. In *Toward a Feminist Theory of the State*. Harvard University Press.
- Matzembacher, A. M. C., & Stoco, I. M. (2020). Sujeitas à violação virtual: um quadro além do mero isolamento social. In C. E. Rodrigues, E. Melo, & M. J. Polentine (Orgs.), *Pandemia e Mulheres* (Vol. 1). Studio Sala de Aula.
- Meneghel, S. N., Bairros, F., Mueller, B., Mueller, B., Oliveira, L. P. de, & Collaziol, M. E. (2011). Rotas críticas de mulheres em situação de violência: Depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(4), 743–752. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000400013>
- Mohan, M. “Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô”. (2020, fevereiro 10). *Época*. <https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>
- Nabil, M. (2014). *From sex tapes to revenge porn: Construction of a genre—Gender sexuality and power in new media* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Estocolmo.
- Noble, S. U. (2012). Missed connections: what search engines say about women. *Bitch*, 54, 36–41.
- Patrocino, L. B., & Bevilacqua, P. D. (2021a). Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 2709–2718. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07482021>
- Patrocino, L. B., & Bevilacqua, P. D. (2021b). Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e210031. <https://doi.org/10.1590/interface.210031>
- Pérez, Y. (2017). California define qué es “consentimiento sexual”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 25, 113–133.
- Petrosillo, I. R. (2016). Esse nu tem endereço—O caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. Universidade Federal Fluminense.

- Ramos, R. (2020). Violência contra a mulher na internet cresce na quarentena. O Globo. <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-contra-mulher-na-internet-cresce-na-quarentena-saiba-como-identificar-se-defender-1-24438989>
- Rodríguez, L. da S. (2018). Pornografia de vingança: Vulnerabilidades femininas e poder punitivo [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. <http://tede2.pucrs.br:80/tede2/handle/tede/8055>
- Salles, A. C. T. da C., & Ceccarelli, P. R. (2010). A invenção da sexualidade. *Reverso*, 32(60), 15-24. Recuperado em 23 de dezembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Santos, C. M., & Izumino, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16(1), 147–164. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1408/viol%C3%A9ncia_contra_as_mulheres.pdf?sequence=1
- Sydow, S. T., & Castro, A. L. C. de. (2017). *Exposição pornográfica não consentida na internet: Da vingança ao lucro* (Vol. 01). Editora D'Plácido.
- Taille, Y. de L. (2002). O sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 13–25. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100003>
- Tronto, J. C. (1987). Beyond Gender Difference to a Theory of Care. *Signs*, 12(4), 644–633. <https://www.jstor.org/stable/3174207>
- Valente, M. G., Neris, N., & Bulgarelli, L. (2015). Nem revenge, nem porn—Analisando a exposição online de mulheres adolescentes no Brasil. In *Global Information Society Watch 2015: Sexual rights and the internet*. APC/HIVOS. <https://www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-full-report.pdf>
- Villela, W. V., Vianna, L. A. C., Lima, L. F. P., Sala, D. C. P., Vieira, T. F., Vieira, M. L., & Oliveira, E. M. de. (2011). Ambiguidades e Contradições no Atendimento de Mulheres que Sofrem Violência. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 113–123. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100014>

6.2 Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados

Artigo publicado na Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação - v.25 – 2021

Unauthorized disclosure of intimate image: damage to women's health and care production

Revelación no autorizada de imagen íntima: daños a la salud de las mujeres y producción de cuidados

Laís Barbosa Patrocino

Departamento de Educação, Lingüística e Letras, Unidade Carangola, Universidade do Estado de Minas Gerais.

Praça dos Estudantes, 23, Santa Emília, Carangola, MG, Brasil, 36.800-000.

lais.patrocino@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0001-5632-2875>

Paula Dias Bevilacqua

Instituto René Rachou, Fiocruz Minas. Belo Horizonte, MG, Brasil.

paula.bevilacqua@fiocruz.br

<https://orcid.org/0000-0003-0015-2154>

Resumo

Objetivou-se analisar os danos à saúde das mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização, bem como os cuidados em saúde necessários nessas situações. Partiu-se do debate sobre violência contra as mulheres em sua interface com a Saúde Coletiva. Foram realizadas entrevistas em profundidade com 17 mulheres com idade entre 17 e 50 anos que

tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização e com dez profissionais da saúde e da assistência que atenderam mulheres nessa situação. Foram observados diversos danos à saúde mental, como agravamento de transtorno alimentar e uso abusivo de álcool, automutilação, desenvolvimento de fobias, depressão e tentativa de autoextermínio. A exposição da intimidade tem se mostrado como uma forma recorrente de violência que requer cuidados próprios, a serem apropriados pelo campo da saúde na produção de cuidados com vistas à promoção da saúde integral das mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência sexual. Exposição da intimidade. Cuidados. Saúde das Mulheres.

Abstract

The objective was to analyze the damage to the health of women who had intimate images released without authorization, as well as the necessary health care in these situations. It started from the debate on violence against women in its interface with Public Health. In-depth interviews were conducted with 17 women aged between 17 and 50 years old who had intimate images released without authorization and with ten health and care professionals who attended women in this situation. Several damages to mental health were observed, such as aggravation of eating disorders and alcohol abuse, self-mutilation, development of phobias, depression and attempted self-extermination. The exposure of intimacy has been shown to be a recurrent violence that requires proper care, to be appropriated by the health field in the production of care with a view to promoting the integral health of women.

Key-words: Violence against women. Sexual violence. Exposure of intimacy. Care. Women's Health.

Resumen

El objetivo fue analizar daños a la salud de mujeres a quienes se les divulgaron imágenes íntimas sin autorización, así como la atención de salud necesaria en estas situaciones. El trabajo partió del debate sobre la violencia contra la mujer en su interfaz con la salud pública. Se

realizaron entrevistas en profundidad con 17 mujeres de entre 17 y 50 años a las que se les difundieron imágenes íntimas sin autorización y con diez profesionales de la salud y la atención que atendieron a mujeres en esta situación. Se observaron varios daños a la salud mental, como agravamiento de los trastornos alimentarios y abuso de alcohol, automutilación, desarrollo de fobias, depresión e intento de suicidio. La exposición de intimidad se ha mostrado como forma recurrente de violencia que requiere cuidado adecuado, para ser apropiado por el campo de la salud.

Palabras-clave: Violencia contra la mujer. Violencia sexual. Exposición de la intimidad. Cuidado. Salud de las mujeres.

Introdução

A compreensão da violência como uma questão de saúde pública tem início na década de 1970 com o surgimento do campo da Saúde Coletiva em alinhamento com os movimentos sociais. Conforme Schraiber e D'Oliveira¹, essa integração deu início, também, a uma maior abertura do campo da saúde – tradicionalmente autônomo e amparado na prática de medicalização como resposta ao sofrimento mental decorrente da violência – para o campo científico, sobretudo das áreas de ciências sociais e humanas e sua compreensão dos fenômenos sociais para além da perspectiva biomédica. Na década de 1980, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) do Ministério da Saúde (MS) passa a trazer, em sua formulação da política de saúde para mulheres, a concepção da mulher como sujeito de direitos, em confluência com a perspectiva feminista.

Conforme defendem as autoras¹, o campo da saúde deve atuar sobre a questão da violência não apenas nas esferas do tratamento e da reabilitação, mas também da assistência, prevenção e promoção da saúde. Sendo assim, não só os impactos da violência pertencem ao campo, mas a própria violência. Romper com a violência da perspectiva da saúde envolve dar visibilidade institucional à questão e implementar intervenções alternativas às biomédicas, construídas junto às mulheres, a partir de uma gestão integrativa a outros setores.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar a experiência de mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização⁵ e de profissionais que atenderam mulheres nessa condição. Trata-se de uma forma de violência contra as mulheres que tem sido difundida em todo o mundo, a partir da popularização do acesso à internet móvel e às redes sociais. Sua prática mais comum tem sido a divulgação não autorizada de imagens nuas de mulheres por mídias digitais. O reflexo mais expressivo dessa prática tem se dado pela criação de leis que tipificam essa violência como um crime específico. No Brasil, essa legislação foi criada em 2018 (Lei Federal 13.718)⁴. Entende-se que essa prática pertence às tipificações de violência determinadas pela Lei Maria da Penha⁵ e pode ser compreendida como violência sexual segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), que abrange assédio verbal e insinuação de cunho sexual não desejada⁶.

Com base na escuta da experiência de mulheres e profissionais da saúde e da assistência social, este texto discutirá os danos à saúde mental das mulheres causados por esse tipo específico de violência bem como a produção de cuidados em saúde que tem sido demandada e dispensada no acolhimento institucional e profissional dessa situação.

Métodos

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas em profundidade com 17 mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas sem autorização e com 10 profissionais de saúde e da assistência social que atenderam mulheres nessa situação.

O recrutamento das participantes foi feito mediante divulgação da pesquisa em redes sociais, sendo disponibilizado um número de telefone da pesquisadora para as pessoas interessadas contactarem.

As entrevistas foram realizadas por videochamada durante o segundo semestre de 2020. Às mulheres, foi pedido que narrassem detalhadamente como foram produzidas e divulgadas suas imagens íntimas, o modo como isso as afetou e se buscaram apoio, seja no âmbito das relações pessoais ou de instituições, como jurídico ou de assistência à saúde. Às profissionais da saúde e da assistência social, foi pedido que relatassem com detalhes os casos atendidos, os cuidados dispensados e os desafios na atenção a essa situação de violência. A ambas foi

⁵ Rejeita-se a expressão pornografia não consensual pelo fato das mulheres que passaram por essa experiência não se identificarem com a expressão² e em consonância com o debate feminista em torno do termo consento e sua acepção de passividade³.

perguntado de que modo deveria ocorrer o acolhimento às mulheres que foram expostas. As entrevistas tiveram duração média superior a 70 minutos. Os registros narrativos das entrevistas foram enviados às participantes para validação.

Foram entrevistadas psicólogas, assistentes sociais e estudante, pertencentes a órgãos de acolhimento às mulheres, jurídicos, de segurança pública, a equipamento de saúde mental, de atendimento privado, e de projeto voluntário. Foram abrangidos cinco municípios de um mesmo estado brasileiro, capital, município de região metropolitana de pequeno porte e municípios do interior de pequeno e médio porte. A idade das entrevistadas compreendeu o intervalo de 18 a 62 anos, e também foi possível abranger uma diversidade étnico-racial.

Dentre as mulheres que vivenciaram a situação de violência, o intervalo de idade foi de 17 a 50 anos. Além da diversidade de classe e étnico-racial, foi possível incluir uma diversidade territorial. Foram abrangidas 18 cidades de seis estados brasileiros (uma mulher foi exposta também no contexto de uma cidade de médio porte no exterior), sendo capitais, cidades litorâneas, do interior e região metropolitana, de pequeno e médio porte.

A análise de conteúdos foi empregada como técnica de análise de dados. As unidades e categorias de análise foram definidas com base em questões levantadas pelas participantes e por estudos prévios.

Os procedimentos de pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou/ Fiocruz Minas. No caso de participação de menor de idade, foram assinados termo de consentimento e assentimento por parte de responsável legal. Os nomes das participantes aqui referidos são fictícios, a fim de preservar suas identidades. As descrições étnico-raciais foram feitas com base na autodeclaração.

Resultados e Discussão

Os modos como as mulheres são expostas variam muito, assim como as motivações para a exposição, podendo envolver afirmação da masculinidade, controle e condenação da sexualidade das mulheres, vingança, comercialização e extorsão. Há diferentes possibilidades nos processos de produção, obtenção e divulgação das mídias, podendo a produção e a obtenção terem sido iniciados pelas mulheres ou serem de seu conhecimento ou não.

As experiências relatadas no âmbito desta pesquisa abrangeram essas diversas situações, e ainda apontaram para outras questões, como o fato de que a exposição pode ser iniciada por

peessoas que mantêm diferentes relações com as mulheres, por exemplo, no âmbito familiar e das amizades. Além disso, a exposição não se refere necessariamente à sexualidade, algumas mulheres foram expostas com relação a momentos em que estavam exaltadas, por exemplo, sob efeito de álcool ou em briga com parceiro, revelando o controle não apenas de sua sexualidade, mas de demais comportamentos, além do cunho patologizante desse controle.

Os danos à saúde das mulheres - pensada em uma perspectiva de integralidade – que foram causados diretamente pela exposição ou por suas consequências é o que será debatido em seguida. Na sequência, serão discutidos também os cuidados em saúde dispensados nessa situação.

Danos à saúde das mulheres

Foram relatadas diversas consequências para a saúde mental vivenciadas pelas mulheres após terem sido expostas. A intensidade e permanência dos danos à saúde correspondeu sobretudo à disposição de recursos emocionais e materiais para enfrentar as situações. Conforme poderá ser observado, os maiores danos emocionais foram relativos não à exposição em si, mas às consequências para suas relações pessoais e profissionais.

Para algumas mulheres, as exposições ocorreram em meio a outras formas de violência, tanto intrafamiliar, perpetradas por pai ou padrasto, como em relacionamentos abusivos, envolvendo agressões físicas, psicológicas e sexuais. Também se somam violências como racismo e gordofobia. Houve tanto situações de agravamento de fragilidades emocionais já existentes, como seu surgimento após a exposição.

Transtorno alimentar, alcoolismo, automutilação, depressão, ideações e tentativas de suicídio, fobias, dificuldades de se relacionar socialmente e problemas de autoestima foram quadros relatados como consequência da exposição, tendo sido agravados ou iniciados após a experiência da violência. Além disso, o sentimento de vergonha e culpa esteve fortemente presente nos relatos, assim como ocorre em demais situações de violência contra as mulheres.

A associação da culpa e da vergonha às mulheres é um processo histórico que contribui para a perpetuação da violência na medida em que se coloca como obstáculo à busca por ajuda^{7,8}. A atenção e suporte às mulheres se apresenta como condição necessária para que a situação não se desenvolva a um evento ainda mais traumático⁷. A exposição da nudez e demais comportamentos negados às mulheres são, como se observa nos códigos sociais de papéis de

gênero, motivo de vergonha e, portanto, culpa, que passam a ser introjetados por elas. Tais sentimentos respondem significativamente pelo sofrimento das mulheres, conforme foi observado nos relatos no âmbito desta pesquisa. Taille⁹, em análise sobre o sentimento de vergonha, afirma que a pessoa envergonhada passa a julgar-se ativamente, ela se torna cúmplice das apreciações negativas direcionadas a ela. O juízo moral não envolve apreciação apenas sobre a ação ou sua intenção, mas sobre o valor da pessoa. Nesse sentido, o autor difere a honra da autoestima, já que na segunda a valoração não envolve moralidade.

Zuleica, branca, de 62 anos, psicóloga de órgão jurídico de capital, afirmou que mulheres que buscam o serviço por estarem sofrendo ameaça ou já terem sido expostas sentem muita decepção e raiva, mas sobretudo culpa. Ela observa que o sentimento de culpa por terem se envolvido com seus agressores é ainda maior que a raiva por estarem sendo violentadas. Vivian, branca, de 39 anos, psicóloga de órgão de segurança pública de capital, observou a centralidade da vergonha e da culpa como obstáculo à busca por ajuda em atendimento a uma adolescente de 15 anos, exposta por vingança do ex-namorado, que foi levada ao órgão pelo pai policial militar, que descobriu a situação ao perceber que a filha estava se cortando.

Daniela, parda, de 19 anos, moradora de regional periférica de capital, foi exposta por um colega da escola aos 14 anos e, posteriormente, na família pelo pai, que já havia sido denunciado duas vezes ao Conselho Tutelar por agressão física a ela. Daniela passou a morar com a avó e teve agravado seu quadro de práticas de autolesão - negligenciado pela família, iniciado aos 10 anos, com os primeiros espancamentos por parte do pai. Após a exposição, ela deixou de ser expansiva e passou a ter vergonha e também fobia de insetos, que antes não tinha. Ela contou ter crises mensalmente de madrugada, momento em que se arranha e bate a cabeça na parede. Nesses momentos, o sentimento de culpa fica exacerbado, conforme ela contou: “Eu fico pensando, porque fui eu que fiz aquilo, fui eu que tirei foto, fui eu que destruí a família, fui eu que... Eu falava pra mim, e coloco pra dentro, sabe, de mim, como se fosse eu mesma.”

Maura, negra, de 28 anos, moradora de bairro de classe média de cidade de médio porte de região metropolitana, foi exposta aos 20 anos por dois amigos. Ela desenvolveu transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, fobias, passou a ser reclusa e insegura. Como Daniela, ela não se sentiu apoiada pela mãe. Sua mãe seguiu se relacionando normalmente com os amigos que a expuseram e questionava o fato de Maura ter rompido as relações, atribuindo a seu comportamento um exagero e deslegitimando seu sofrimento. Conforme descreveu Maura, isso impactou significativamente na forma como passou a se relacionar.

Eu me afastei de muitas outras pessoas e fiquei com a confiança abalada não só nessas duas pessoas, mas em todas as outras. Porque, né, ninguém teve um gesto, né, de tentar entender o porquê eu tive a reação que eu tive e o que tinha acontecido comigo, né. Então, acho que essa dificuldade pra confiar e essa reclusão tem a ver muito com isso, ‘Ah, ninguém vai, ninguém vai confiar, ninguém vai acreditar, então eu não vou tocar nesse assunto.’

Úrsula, negra, de 36 anos, psicóloga de órgão de segurança pública de capital, afirmou que as adolescentes mais velhas conseguem associar mais facilmente o fato de terem sido expostas ao surgimento de questões relativas à saúde mental, relação que é nítida para a profissional.

Elas têm alguns ganhos, assim, nisso que, que são ganhos secundários, assim, né, são ganhos muito inferiores no que vai significar, na verdade, pra imagem e pra vida delas, né. Assim, são ganhos, eu diria, até que passageiros, uma pequena fama, uma popularidade, mas que vem de uma coisa muito grave, né, que, a longo prazo, a gente não sabe como que vai repercutir na vida delas. O que, o que eu tenho notado, assim, é que o número de meninas que estão se machucando tem crescido muito, muito, então é a ideação suicida também tem sido muito frequente, né. E eu vejo uma ligação com isso da exposição, assim, dos outros saberem o que está acontecendo, do que aconteceu, né, isolamento social, evasão escolar. Então, assim, eu vejo, é, essa ligação de uma forma muito clara. Assim, porque enquanto ninguém sabe, é, talvez dê pra manejar um pouco melhor né, dá pra manter, digamos, um sigilo na casa. Mas a partir do momento que há divulgação, ela se sente exposta, né. Sai na rua pensando ‘Ah, todo mundo sabe o que aconteceu comigo, né, minha família sabe o que aconteceu, viu as imagens.’ E eu tenho notado muito assim, que esses casos que dizem respeito à divulgação, seja na mídia, ou a divulgação entre os pares ou até mesmo, assim, mães que receberam - que não houve uma divulgação ampla, mas mães receberam uma foto como denúncia -, que, que tem deixado essas meninas muito mais ansiosas, deprimidas, com ideação suicida isso tem sido bem perceptível no nosso atendimento.

O modo como a violência da exposição se manifesta visivelmente com marcas no corpo foi relatado tanto pelas mulheres como pelas profissionais. Mudanças na relação com o corpo e a sexualidade, como retraimento, foram relatadas por algumas mulheres. As práticas de automutilação, como os cortes, entretanto, estiveram significativamente presentes, sobretudo entre as jovens.

Clarice, branca, de 19 anos, moradora de cidade de pequeno porte de região metropolitana, foi exposta aos 14 anos pelo então namorado no contexto da escola pública em que estudavam. Ela sofreu deboche por ter seios grandes e teve seu quadro de bulimia – negligenciado pela família – agravado, à medida em que encontrou, em grupos de cultura de

distúrbio alimentar na internet, acolhimento. Segundo contou, o sofrimento pelo qual estava passando refletiu visivelmente no modo como passou a se vestir, escondendo o corpo.

Eu usava muita roupa de frio nessa época, escondia o máximo que eu podia. [...] Eu contei pra ele [pai] e ele falou que pessoas pobres não tinham esse problema, simples assim, e ficou por isso mesmo. [...] Eu já tinha desenvolvido bulimia na época, então acho que agravou mais e eu comecei a não comer, eu comecei a punir meu próprio corpo, eu não cheguei à automutilação, mas eu tentei. [...] Eu ainda sou muito insatisfeita com meu corpo, não sei se isso tem relação. [...] Eu buscava muita coisa na internet, então isso acabou piorando um pouco, porque eu acabei encontrando grupos que adoravam a anorexia e a bulimia. [...] Eu vi que não estava sozinha, porque tinha outras garotas que odiavam seu corpo e que tava certo o que eu tava fazendo, então eu senti um apoio pra continuar fazendo o que eu tava fazendo, porque era o certo. Eu lembro de uma frase que era muito marcante, ‘Garotas bonitas não comem.’, tinha isso em vários lugares.

Além de Vivian, Tainá, branca, de 28 anos, também discutiu a frequência de casos de associação de adolescentes expostas e as práticas de automutilação. Como psicóloga de um equipamento de saúde mental de uma cidade de interior de pequeno porte (que não era destinado ao público infanto-juvenil à exceção de casos graves), atendeu três adolescentes com histórias semelhantes. Elas provinham de famílias muito pobres, e também ausentes, elas chegaram ao equipamento encaminhadas pelo Conselho Tutelar. A questão da divulgação de fotos de meninas nuas estava aflorada na cidade, e elas passaram a se cortar após terem sido expostas no contexto da escola. Segundo avaliou Tainá, os cortes apareciam como um pedido de ajuda em meio a um contexto de negligência de suas famílias com relação a elas.

Conforme debatido na literatura, a automutilação em adolescentes é um problema de saúde pública contemporâneo e mundial, que tem como fatores de risco, dentre outras questões, aquelas discutidas neste trabalho, como ser menina, ter sofrido violência de gênero e intimidação sistemática e falta de apoio familiar¹⁰.

O apoio familiar e escolar, ou a ausência de ambos, mostrou-se determinante na condição de sofrimento das meninas e mulheres expostas. Dentre as que foram expostas em idade escolar, apenas uma adolescente foi amparada pela escola, sendo sua experiência diferente das demais, pois a mídia não envolvia nudez propriamente e foi apropriada por desconhecidos na divulgação de uma casa de prostituição.

A relação da experiência de divulgação não autorizada de imagens íntimas de mulheres com a educação e a instituição escolar, entretanto, não será aprofundada neste trabalho. A

seguir, serão debatidos os desafios e possibilidades nos cuidados em saúde destinados às mulheres que passam por essa violência.

Especificidades institucionais do acolhimento

A atenção às mulheres em situação de violência, no Brasil, é competência dos serviços de saúde, assistência social e segurança pública, orientada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹¹. A notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres nos serviços de saúde é determinada legalmente (Lei Federal nº 10.778, de 2003)¹², sendo que, no caso de menores de 18 anos, a determinação já era estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹³. A notificação compulsória permite o acompanhamento dos registros de modo a embasar as políticas públicas de prevenção à violência.

Sabe-se que há diversas dificuldades, nos atendimentos de saúde, na identificação das situações de violência vivenciadas por mulheres. Uma delas é a dificuldade das próprias mulheres, por vergonha, em falar de sua experiência¹⁴.

Essa situação foi relatada tanto por profissionais como pelas mulheres que passaram pela violência. Uma das profissionais relatou que há uma dificuldade ainda maior, por parte das mulheres, para falar dos casos de exposição, já que envolve intimidade, exigindo maior sensibilidade por parte de profissionais.

A questão da (re)exposição no atendimento jurídico é ainda mais desafiadora. Conforme debatido em alguns trabalhos^{15,16}, não há qualquer garantia de sigilo das partes envolvidas em processos judiciais que envolvem a divulgação não autorizada da intimidade. Zuleica fez referência a essa (re)exposição vivenciada presencialmente nas audiências: “Isso é coisa que vai parar em audiência, com ela [mulher exposta] presente, juiz promotor, escrivão, estagiário. Você imagina uma sala cheia e você lá de perna aberta numa foto”.

Com respeito a essa questão, Úrsula afirmou que, por princípio ético, não vê as mídias que envolvem nudez e conteúdo sexual. Segundo ela, isso não tem centralidade para a execução de seu trabalho, que se baseia na fala das meninas, e assim ela evita que mais uma pessoa veja o que não deveria ter sido exposto.

Observou - se que as diferentes fases pelas quais as mulheres passam no processo de superação da violência se manifestam nas instituições da rede de atendimento às mulheres em

situação de violência, que é capaz de acolher as diferentes demandas, sobretudo a partir da apropriação dessas especificidades. O atendimento, entretanto, também apresenta uma série de falhas, conforme será discutido na sequência.

Falhas no acolhimento

Os trajetos percorridos pelas mulheres entre as instituições para romper com a violência sofrida têm sido chamados de rotas críticas. Trata-se da análise das respostas obtidas pelos serviços, bem como obstáculos encontrados, além das significações às violências por parte de profissionais¹⁷. Dificuldade de efetivar uma lógica de rede devido a racionalidades conflitantes entre as instituições¹⁸, ausência de conforto e privacidade na recepção e no atendimento, necessidade de contar a história a vários profissionais, auto afastamento dos atendimentos que envolvem situações de violência por parte de profissionais¹⁹ e julgamentos na assistência policial¹⁸⁻²⁰ são algumas das questões que têm sido debatidas no âmbito da assistência às mulheres em situação de violência.

A respeito do acolhimento de situações de divulgação não autorizada da intimidade de mulheres, Úrsula afirmou que observa um grande despreparo da rede de proteção, envolvendo desconhecimento e negligência por parte de profissionais.

Então, circulando pela rede, assim, é muito perceptível isso, né, que eu já cheguei a ver profissionais falarem com a menina assim 'Ignora, que depois de um tempo isso vai parar de circular'. É, esse especificamente que eu to lembrando foi um conselheiro tutelar, né [...]. Tá lá pra sempre, né, não simplesmente some, então foi bem marcante essa fala pra mim.

Boa parte das profissionais entrevistadas reiteraram a centralidade da escuta respeitosa das mulheres, não envolvendo julgamento. Tainá discutiu a importância de evitar posturas invasivas, sobretudo pelo fato das mulheres já se auto jugarem muito nas situações que envolvem exposição.

O que acontece muito é que, até mesmo psicóloga tem esse erro de fazer muita pergunta, sabe. E isso deixa a pessoa cada vez mais fechada, né, assim [...]. Então eu vejo que no serviço, até em consultas mais rápidas ou outras abordagens, né, de psicólogas, que são muito diretivas, sabe, como se fosse uma anamnese, tô entrevistando, e isso coloca a pessoa numa defesa, no sentido de 'Que que essa mulher vai pensar de mim se eu responder tal pergunta?'. Então eu acho que a gente tem que

ter um cuidado muito grande nessa situação, não só nessa situação, mas em várias, mas nesse caso, especialmente, porque tem muito preconceito. Elas vão se julgar muito, elas vão ter medo do que que aquela outra pessoa vai pensar dela tanto que as vezes surge umas perguntas tipo ‘Você é casada?’, ‘Você tem namorado?’, antes de contar, sabe, sobre a vida, de entender que lugar que eu to ali, talvez, pra tentar perceber. Então, assim, eu vejo que a gente não pode trazer a questão propriamente jogada. É uma questão que tem que emergir delas.

Outra questão discutida com respeito ao atendimento foi a necessidade de narrar a história repetidas vezes a diferentes profissionais. Zuleica afirmou que, no órgão em que trabalha, a escuta é realizada, em geral, com a presença de profissional responsável pela condução jurídica e de responsável pelo registro das informações. Segundo afirmou, trata-se de uma estratégia de evitar a revitimização que ocorre quando há necessidade de repetir a narrativa. Se é verdade que a repetição é uma forma de revitimização, também o é a falta de privacidade e de ambiente que propicie a escuta qualificada. Nesse sentido, novamente se coloca a questão da (re)exposição como forma de revitimar mulheres que já foram expostas e buscam justamente cessar com essa forma de violência. Cabe aos serviços amadurecerem os protocolos de atendimento pensando as especificidades de cada tipo de violência vivenciada pelas mulheres. Tais protocolos podem ser elaborados de forma participativa, com envolvimento de profissionais da saúde de modo a constituir também espaços educativos e de formação²¹.

A escuta qualificada nos serviços é essencial para fortalecer a decisão da mulher de sair do ciclo de violência e evitar a revitimização. O acolhimento, diretriz central da Política Nacional de Humanização (PNH), é entendido como a orientação que inaugura o processo de cuidado. Ele propicia a produção de cuidado compartilhado, não se tratando apenas de uma interação passiva, mas que produz movimentos que permitem reposicionamentos²². Ao mesmo tempo que a violência contra a mulher precisa ser encarada como uma questão de saúde, não pode simplesmente ser tratada sob a perspectiva patologizante do modelo biomédico²³. Nesse sentido, a assistência psicossocial precisa ser centrada na mulher e na superação da violência¹⁸, conforme reiterado por boa parte das profissionais. São as questões abordadas na sequência.

Autoestima e protagonismo das mulheres

A relação entre baixa autoestima, fragilidades emocionais e o auto envolvimento com a exposição, sobretudo na adolescência, foi discutida por algumas profissionais, questão que não será aprofundada neste trabalho. Já a relação entre baixa autoestima e o envolvimento em relacionamentos abusivos foi observada no relato tanto de mulheres como de profissionais.

Uma profissional mencionou a condição das mulheres com deficiência, que muitas vezes também apresentam dificuldades para desenvolver autoestima. Foi relatado o caso de uma mulher com deficiência auditiva, profissional com autonomia financeira, mas que, relacionada a sua deficiência, sentia insegurança para se envolver afetivamente. Ela passou a morar com o primeiro homem com quem se envolveu, com quem teve uma criança. Pouco tempo depois, ela começou a ser extorquida por ele, que ameaçava a mostrar fotos íntimas dela à família.

Helena, branca, de 21 anos, de família de classe média de capital e estudante de curso universitário de prestígio, foi exposta mais de uma vez pelo então namorado, que mostrou aos amigos mídias com imagens íntimas de Helena e de momentos do casal. O relacionamento não terminou após as exposições, mas após a decisão dele de se relacionar com outra menina.

Não sei, tipo, já passou pela minha cabeça que eu não era boa o suficiente e por isso que ele, que ele não se poupava de falar com ninguém, não se poupava de ficar com outras pessoas, porque eu não era o bastante. Enquanto que com ela, na primeira vez, ele me mandou mensagem de que não esquece o que a gente passou, porém ele se controlou, ele parou de falar comigo no dia seguinte. Assim, então eu penso, nossa, então ela deve ser muito melhor do que eu. Só que não é certo eu pensar assim. Acho que tem muita coisa envolvida e eu espero realmente ter amadurecido. Sei lá, eu não espero muito, mas passou pela minha cabeça.

Discutiu-se entre profissionais, sobretudo, a centralidade da autoestima no processo de superação da situação de violência. Boa parte das profissionais afirmaram ter como pilares de seu trabalho com as mulheres o autoconhecimento, a autoconfiança e o desenvolvimento de projetos de vida, evidenciando sua importância na produção de cuidados nas situações de violência.

O debate crítico sobre a dicotomização entre o homem agressor ativo e a mulher vítima passiva foi iniciado, no Brasil, por Maria Filomena Gregori, que apontou para a obstaculização da ação política de enfrentamento à violência, por não vislumbrar e estimular transformações nas relações²⁴. Villela e colaboradoras¹⁹, assim como Santos e Izumino²⁵ deram continuidade ao debate, defendendo que as violências sejam compreendidas como relações de poder, apontando também para o fato de que são atravessadas por questões de raça e classe.

O debate sobre a autonomia das mulheres no processo de superação da violência ainda se faz presente, por exemplo, na questão da ação pública incondicionada nos casos que envolvem lesão corporal, que determina processo independente do desejo da mulher. Ao mesmo

tempo que se trata de um recurso que contribui para que o processo seja levado adiante ainda que a mulher esteja sendo ameaçada, tira seu poder decisório²⁰.

Uma profissional de órgão jurídico chamou a atenção para o fato de que muitas mulheres estavam solicitando a retirada de medida protetiva durante o contexto da pandemia de coronavírus, devido ao aumento de dependência financeira. Tais questões demonstram as dimensões envolvidas na possibilidade de conquista de autonomia por parte das mulheres.

De modo geral, as profissionais dos órgãos de acolhimento às mulheres defenderam a importância do acompanhamento centrado na mulher e não nos processos burocráticos. Entendendo que cada mulher sente a violência de um modo e tem recursos e tempos próprios para a superação, foi afirmado que não se pode perder a dimensão da individualidade de cada acompanhamento.

A questão da importância de se trabalhar a superação da situação foi observada até mesmo por uma mulher que passou pela violência, em avaliação do acompanhamento que recebeu em um órgão público especializado. Nádia, branca, de 29 anos, moradora de cidade de pequeno porte de região metropolitana e estudante de pós-graduação em capital, foi perseguida e exposta no âmbito familiar e profissional pelo ex-namorado abusivo. Ela afirmou que debater sobre as responsabilidades das mulheres é fundamental, ainda que não em um primeiro momento.

Eu acho que alertar sobre isso é válido, sabe, porque uma coisa que eu percebi lá no grupo de apoio é que, assim, eles tinham esse tipo de acolhimento de deixar a pessoa falar e tudo, mas eu não acho que eles é, que eles, é, deixavam muito claro o fato da mulher não ser culpada, dela ser uma vítima, e o fato dela não repetir as mesmas coisas nos próximos relacionamentos. [...] Porque a gente sabe que muitas vezes acontece de novo, né, acontece nos próximos relacionamentos às vezes de uma maneira até pior. E eles falavam muito, assim, num sentido de 'Procure a polícia.', entendeu?

Vivian afirmou que o foco no protagonismo é decisivo em seu trabalho com as crianças que passaram por situações de violência, sobretudo na percepção de que podem ajudar outras crianças na mesma condição.

Eu dou a ela a possibilidade também de tomar uma posição mais ativa nessa história. Porque eu falo com ela assim 'Olha, eu sei que são coisas muito difíceis de falar, que você não gostaria de falar pra mim porque acabou de me conhecer, mas eu queria que você soubesse da importância do seu relato, porque, quando você me conta, você me ajuda a te proteger e você me ajuda a proteger uma outra criança.' E aí ela tem a

possibilidade de mudar de posição nessa história: 'Pô, eu não sou só a vítima, eu também posso ser agente protetora de uma outra criança.' Isso funciona demais, é uma coisinha assim desse tamaninho que a gente acha que não tem, né, uma repercussão, e tem. Tem muita repercussão nessas crianças ela sentir que pode fazer algo por outra criança. É muito importante pra ela, e aí ela deixa de ser só aquela vítima ali.

Por fim, compreendendo o cuidado de modo mais amplo, como comportamento constituinte da experiência das mulheres e que as constituem²⁶, a partir do debate sobre a ética do cuidado em mulheres e minorias que desempenham esse papel socialmente²⁷, muitas mulheres que passaram pela experiência da exposição apontaram atitudes no âmbito das relações pessoais que a prejudicaram e também apoiaram.

Muitas mulheres expostas falaram da fragilidade do apoio recebido por amigas, como o aconselhamento, logo após a violência sofrida, de se preservar e deixar de se expor, manifestando tacitamente uma culpabilização. Helena, por exemplo, ouviu muitas críticas das amigas ao seu então namorado abusivo e de quem ela gostava, mas que, segundo contou, não contribuíram em nada para que ela se fortalecesse. Por outro lado, a centralidade da compreensão e do não julgamento foi reiterada por muitas mulheres e profissionais. O apoio (em geral, das mulheres) da família, em especial, apareceu, nos relatos, como uma questão definidora para o enfrentamento da situação de violência e principal modo de cuidado inicial dispensado.

Outras questões apontadas pelas mulheres como demandas nas situações de divulgação não autorizada da intimidade foram o acolhimento terapêutico, individual ou em grupo de mulheres, sobretudo para trabalhar com o processo de auto culpabilização, e a apropriação do debate político. Muitas mulheres afirmaram que o debate feminista introduzido por amigas contribuiu na compreensão da violência sofrida. Também foi mencionada a importância de as mulheres aprenderem as questões técnicas de segurança de dados na internet, considerando que grande parte ainda é excluída do universo do conhecimento tecnológico.

Considerações Finais

A divulgação não autorizada da intimidade é uma forma de violência potencializada pelas novas tecnologias. Essa violência tem sido disseminada em diferentes contextos sociais e com grande potencial danoso, muitas vezes sendo conjugada com outras formas de violência contra as mulheres. Os principais danos emocionais relatados pelas mulheres estão relacionados às consequências para suas relações pessoais e profissionais.

Como para demais situações de violência, foram observadas especificidades institucionais do acolhimento nos diferentes órgãos que integram a rede de proteção às mulheres. Foi evidenciada, para a produção de cuidados em saúde, a centralidade de trabalhar a superação da situação de violência a partir do protagonismo das mulheres e da apropriação de seus direitos.

A pesquisa apontou para a demanda de cuidado ainda maior com relação à privacidade e descrição nos atendimentos. Nas situações em que as mulheres já estão sendo expostas e sofrendo julgamentos, não as preservar durante o acolhimento é um modo categórico de as expor à revitimização.

Contribuições das autoras

Laís Barbosa Patrocino participou das seguintes etapas de elaboração do manuscrito: concepção e delineamento do trabalho, discussão dos resultados, redação, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.

Paula Dias Bevilacqua participou das seguintes etapas de elaboração do manuscrito: concepção e delineamento do trabalho, discussão dos resultados, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final.

Financiamento

O artigo foi resultado de bolsa recebida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agradecimentos

Agradecemos à Marcela Quaresma Soares pela cuidadosa leitura do manuscrito.

Referências

1. Schraiber LB, d'Oliveira AFPL. Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. *Athenea Digit.* 2008;14:229–36.

2. Lins BA. Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos [Internet] [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo; 2019 [citado 19 de junho de 2020]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>
3. Hernández YP. Consentimiento sexual: un análisis con perspectiva de género. *Rev Mex Sociol.* 2016;27.
4. Brasil. Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. Lei Federal 13.718 set 24, 2018.
5. Pinheiro RB. Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense: avaliando a atual divisão de competências entre Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher e Juizado Especial Criminal a partir do critério efetividade. [Internet] [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Maranhão; 2018 [citado 29 de abril de 2020]. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/2431>
6. OPS. Comprender y abordar la violencia contra las mujeres - violencia sexual. Organización Panamericana de la Salud; 2013.
7. Strey MN. Efeitos da Culpa na Subjetividade. In: Fleury-Teixeira E, Meneghel SN, organizadores. *Dicionário Feminino da Infância*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2015.
8. Jarschel H. Vergonha da Violência. In: Fleury-Teixeira E, Meneghel SN, organizadores. *Dicionário Feminino da Infância*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2015.
9. Taille Y de L. O sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicol Reflex E Crítica.* 2002;15(1):13–25.
10. Moreira É de S, Vale RRM do, Caixeta CC, Teixeira RAG. Automutilação em adolescentes: revisão integrativa da literatura. *Ciênc Saúde Coletiva.* outubro de 2020;25(10).
11. Brasil. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Política para as Mulheres; 2011.
12. Brasil. Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Ministério da Saúde; 2003.
13. Brasil. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei Federal no 8.069 jul 13, 1990.

14. D'Oliveira AFPL, Schraiber LB, Pereira S, Bonin RG, Aguiar JM de, Sousa PC de, *et al.* Protocolo de atendimento a mulheres em situação de violência. 2019.
15. Ferreira LE e SL. A demarcação da proteção da intimidade sexual no Brasil e nos Estados Unidos: um percurso sobre os instrumentos jurídicos de tutela [Internet] [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco; 2016 [citado 14 de abril de 2020]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29762>
16. Silva SMS da. O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil [Internet] [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; 2016 [citado 30 de maio de 2020]. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5699>
17. Meneghel SN, Bairros F, Mueller B, Mueller B, Oliveira LP de, Collaziol ME. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saúde Pública*. abril de 2011;27(4):743–52.
18. Kiss LB, Schraiber LB, d'Oliveira AFPL. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface - Comun Saúde Educ*. dezembro de 2007;11(23):485–501.
19. Villela WV, Vianna LAC, Lima LFP, Sala DCP, Vieira TF, Vieira ML, *et al.* Ambiguidades e Contradições no Atendimento de Mulheres que Sofrem Violência. *Saúde E Soc*. 2011;20(1):113–23.
20. Pasinato W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Rev Direito GV*. dezembro de 2015;11(2):497–428.
21. Santos AP dos, Bevilacqua PD, Melo CM de. Atendimento à mulher em situação de violência: construção participativa de um protocolo de trabalho. *Saúde Em Debate*. junho de 2020;44.
22. Brasil. Política Nacional de Humanização. Formação e Intervenção. Ministério da Saúde; 2010.
23. Schraiber LB, d'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface Comun Saúde Educ*. agosto de 1999;3(5):11–26.
24. Gregori MF. As desventuras do vitimismo. *Estud Fem*. 1993;(1):143–9.

25. Santos CM, Izumino WP. Violência contra as mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estud Interdiscip América Lat El Caribe*. 2005;16(1):147–64.
26. Dumont-Pena É, Silva I de O e. Construções contemporâneas do cuidado. In: *Aprender a cuidar - diálogos entre saúde e educação infantil*. São Paulo: Cortez Editora; 2018.
27. Tronto JC. Beyond Gender Difference to a Theory of Care. *Signs*. Summer de 1987;12(4):644–633.

6.3 Autonomia e submissão na auto exposição digital e na exposição violenta de mulheres

Artigo submetido à Revista Estudos Feministas

Autonomy and submission in digital self-exposure and violent exposure of women

Autonomía y sumisión en la auto exposición digital y exposición violenta de mujeres

Resumo: O artigo discute os significados das experiências de mulheres que passaram pela exposição não autorizada da intimidade, com foco nas possibilidades e desafios ao exercício da autonomia na vivência da sexualidade. Parte-se dos debates nos campos da teoria política feminista e da exposição na cultura digital. Foi realizado trabalho de campo que consistiu em entrevistas em profundidade com 17 meninas e mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas de modo não autorizado, bem como com dez profissionais da saúde e da assistência que atenderam mulheres nessa situação. Observa-se que a problematização das diversas dimensões do desejo, e não apenas da diferenciação da violência, é um caminho frutífero para a compreensão das possibilidades de vivência da sexualidade por parte das mulheres de forma autônoma, sobretudo em suas manifestações contemporâneas.

Palavras-chave: exposição da intimidade; sexualidade; autonomia; desejo

Abstract: The article discusses the meanings of the experiences of women who have undergone unauthorized exposure to intimacy, focusing on the possibilities and challenges to exercising autonomy in the experience of sexuality. It starts with debates in the fields of feminist political theory and exposure in the digital culture. Field work consisted of in-depth interviews with 17 girls and women who had intimate images disseminated in an unauthorized manner, as well as with ten health and care professionals who assisted women in this situation. It is observed that the problematization of the various dimensions of desire, and not just the differentiation of violence, is a fruitful way to understand the possibilities of experiencing sexuality by women autonomously, especially in its contemporary manifestations.

Keywords: Exposure of intimacy; Sexuality; Autonomy; Desire

Resumen: El artículo discute los significados de las experiencias de mujeres que han pasado

por exposición no autorizada de la intimidad, enfocándose en las posibilidades y desafíos para ejercer la autonomía en la experiencia de la sexualidad. El debate se lleva a cabo desde los campos de la teoría política feminista y la exposición en la cultura digital. El trabajo de campo consistió en entrevistas en profundidad a 17 niñas y mujeres a las que se les difundieron imágenes íntimas de manera no autorizada, así como a diez profesionales de la salud y la atención que asistieron a mujeres en esta situación. Se observa que la problematización de las diferentes dimensiones del deseo, y no solo la diferenciación de la violencia, es una forma fructífera de comprender las posibilidades de vivir la sexualidad de las mujeres de manera autónoma, especialmente en sus manifestaciones contemporáneas.

Palabras clave: exposición de la intimidad; sexualidad; autonomía; deseo

Introdução

Existe um vasto debate sobre a articulação entre transgressão, prazer e risco nas relações eróticas de mulheres (Maria Filomena GREGORI, 2014). A publicação “Prazer e Perigo”, de Carole Vance (1984), foi muito influente nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil (Regina FACCHINI, 2016; GREGORI, 2014; Júlio SIMÕES, 2016). Em resposta à tendência conservadora de redução da sexualidade à opressão de gênero, ao risco à violência e objetificação das mulheres, o texto problematiza a sexualidade como campo que representa, para as mulheres, simultaneamente, perigo, repressão, prazer e descoberta, em que é preciso considerar as múltiplas questões, sob risco de desconsiderar a desigualdade de gênero ou reforçar o desamparo das mulheres ao ignorar sua possibilidade de atuação (VANCE, 1984; SIMÕES, 2016).

Vance (1984) defende que o feminismo deve tratar da sexualidade feminina sob o aspecto da opressão que se manifesta na violência, mas também na repressão do desejo, e defender o prazer como direito. A sexualidade deve ser, portanto, um campo de luta, e não domínio de um grupo privilegiado. Entretanto, a autora alerta para o risco de transformar depoimentos pessoais de mulheres sobre suas vivências sexuais em probabilidades ou em prescrições sobre o que é o melhor a ser feito ou evitado.

Este trabalho parte dessas reflexões iniciais para debater a prática entre mulheres de compartilhar a própria mídia digital erótica, que tem sido chamada, fora do Brasil, de *sexting*, e as situações que envolvem violência na divulgação não autorizada dessas mídias, tornada crime no Brasil em 2018 pela Lei Federal nº 13.718 (BRASIL, 2018). Trata-se de um esforço

em compreender as fronteiras entre a vivência autônoma da sexualidade e as experiências que envolvem não apenas violência, mas demais aspectos de sujeição das mulheres.

Conforme aponta Yolíniztli Pérez (2017), o campo dos estudos feministas brasileiro, em comparação ao restante da América Latina, tem se destacado por problematizar, desde a última década, a questão do consentimento na violência sexual contra as mulheres. A autora afirma que o estabelecimento de leis que partem da definição de consentimento – como é o caso da legislação brasileira - eclipsa o debate político que tem como proposta desnaturalizar os comportamentos referentes a papéis de gênero e relações de poder. Tal debate, dentre demais questões, contribui para a compreensão de que o consentimento não presume autonomia por parte das mulheres ou ausência de violência nas relações, conforme será discutido neste trabalho.

Este artigo está organizado na apresentação dos Métodos empregados na realização do trabalho de campo, seguido dos debates sobre autonomia das mulheres na teoria política feminista e sobre exposição na cultura digital. Posteriormente, são discutidas experiências com a prática do *sexting* e com a divulgação não autorizada da intimidade, focando nos aspectos da possibilidade de exercício da liberdade e do próprio desejo.

Métodos

Foram realizadas 27 entrevistas em profundidade por vídeo chamada durante o segundo semestre de 2020. Dezessete das entrevistadas eram mulheres que haviam passado pela divulgação não autorizada da intimidade e as outras dez eram profissionais da saúde e da assistência que atenderam mulheres nessa situação.

O recrutamento para participação na pesquisa foi realizado via divulgação em redes sociais. Foi disponibilizado um número de *WhatsApp* da pesquisadora para que mulheres interessadas em compartilhar suas experiências entrassem em contato.

Entre as mulheres que passaram pela experiência da exposição, a faixa de idade compreendeu 17 a 50 anos no momento da entrevista, e as profissionais da saúde e da assistência tinham idade entre 18 e 62 anos. Foram entrevistadas psicólogas, assistentes sociais e estudantes, pertencentes a órgãos de acolhimento às mulheres, jurídicos, segurança pública, de saúde mental, atendimento privado e projeto voluntário. Foi possível abranger uma diversidade étnico-racial, socioeconômica e também territorial. Entre as mulheres que passaram pela experiência da violência, foram abrangidas 18 cidades de seis estados brasileiros (uma mulher foi exposta também no contexto de uma cidade de grande porte no exterior), sendo capitais, cidades do interior, litorâneas, e regiões metropolitanas de pequeno e médio porte. Entre as

profissionais, foram abrangidos cinco municípios de um mesmo estado - capital, município de região metropolitana de pequeno porte e municípios do interior de médio e pequeno porte.

Às mulheres que foram expostas, foi solicitado que narrassem como suas imagens íntimas foram produzidas e divulgadas, os modos como isso as afetaram e se buscaram algum tipo de ajuda, seja no âmbito das relações pessoais ou institucionais, como em serviços de apoio jurídico ou de saúde. As entrevistas com as profissionais envolveram a descrição detalhada dos casos atendidos, os danos causados, os cuidados dispensados e os desafios para esse tipo de atendimento. A ambas foi perguntado suas perspectivas sobre os cuidados e atenção às mulheres que passam por essa experiência, tema explorado em outro trabalho (Laís PATROCINO, Paula BEVILACQUA, 2021b).

A duração média das entrevistas foi superior a 70 minutos. As entrevistas foram gravadas e registradas por escrito. Os registros foram enviados e validados por cada participante da pesquisa. Foi empregada a análise de conteúdos (Romeu GOMES, 2001), com unidades e categorias de análise definidas com base em estudos prévios e nas questões trazidas pelas participantes.

Os procedimentos de pesquisa foram previamente avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas. Para participação de menor de idade, foram assinados termos de consentimento e assentimento por responsável legal. As descrições étnico-raciais foram feitas com base na autodeclaração. Os nomes utilizados no trabalho são fictícios, como meio de preservar a identidade das participantes.

Autonomia das mulheres: entre a defesa e a desconfiança

Flávia Biroli (2013a, b) traz grande contribuição ao debate sobre autonomia das mulheres e democracia confrontando diferentes perspectivas no campo da teoria política feminista. No primeiro artigo (BIROLI, 2013a), a autora explora e tenta encontrar caminhos para superar, pensando especificamente a condição das mulheres, o que é considerado o dilema sociológico clássico, a oposição entre a agência e autonomia dos sujeitos sociais e as forças coercitivas exercidas pelas instituições, produtoras das individualidades. O que se pretende é pensar em que medida os comportamentos das mulheres podem ser considerados como reação às formas de opressão, mas também modos de reproduzi-las.

Neste trabalho, tal questão é pensada com relação à prática do *sexting* por parte das mulheres. Questiona-se em que medida a prática compreende autonomia na vivência da sexualidade, nos modos de se representar, mas também submissão a valores androcêntricos, sobretudo no que concerne à objetificação e padronização do corpo feminino.

Biroli (2013a, 2014) chama atenção para o risco de, ao focar a opressão em detrimento da autonomia das mulheres, produzirmos desvalorizações de suas vivências e dos modos de ressignificação das normas, tanto do ponto de vista político como cognitivo. Por outro lado, não se pode deixar de considerar o poder das estruturas opressivas e os modos como produzem comportamentos adaptativos. A partir da revisão feita pela autora (BIROLI, 2013a) podem-se contrapor perspectivas de influência fenomenológica que enfocam as vivências e subjetividades, não estando essas totalizadas nas estruturas sociais e categorias de análise como gênero, raça e classe, e os estudos pós-críticos que enfatizam a impossibilidade de experiências puras, anteriores às influências socioculturais.

Ainda no campo da primeira perspectiva, a autora (BIROLI, 2013a) faz referência aos estudos maternos, como, por exemplo, as primeiras produções sobre a teoria do cuidado, que enfatizavam, de um ponto de vista positivo, a construção de uma ética própria das mulheres. Além das questões relativas à maternidade e ao cuidado, a autora ainda cita produções que exaltam a possibilidade de práticas voltadas para os padrões de beleza de forma autônoma, como sendo apenas uma questão de escolhas livres de coerção. A esse mesmo contexto, podem ser relacionados diversos modos de comportamento que expressam de maneira mais evidente as ambiguidades entre submissão e autonomia, entre os quais poderíamos citar, além do tema tratado neste trabalho, a relação das mulheres com a música funk no Brasil (Samyra RODRIGUES, 2018).

Em oposição a esses estudos, está o argumento de que a valorização de papéis tradicionais obstaculiza a consideração de projetos de vida alternativos, considerando também que tais padrões de identificação carregam em si modos de opressão e hierarquização. Nesse caminho, Biroli (2013a) ressalta a produção de Catherine MacKinnon (1987), para quem contextos de relações de gênero assimétricas impossibilitam experiências livres de opressão. O domínio da perspectiva masculina no Estado e na indústria cultural obstaculiza a definição das mulheres como sujeitos, por constituir os referenciais subjetivos para as próprias mulheres. Uma das questões caras à análise da autora é a sexualidade. Para MacKinnon (1987), o modo de dominação erotizado é vivenciado como sexo. Na contramão da defesa da existência de comportamentos autônomos, a autora defende justamente o amplo processo de compreensão de que não são. A base para a transformação seria a consciência de que os valores opressivos são comuns às mulheres e de que as privam de sua identidade autônoma, possibilitando-as ressignificar suas experiências.

MacKinnon (1987) ironiza a perspectiva de que a livre expressão da sexualidade das mulheres reduziria a violência sob justificativa de que o sexo estaria mais disponível aos

homens e ajudaria a distinguir a confusão entre sexo e violência. Para a autora, seria como se o ato de aceitar ou de deixar de resistir anulasse a violação sexual. O perigo nas relações sexuais é tratado como fetiche, e as reivindicações das mulheres são apropriadas pelos homens na produção de pornografia. A autora afirma: “Hablando en términos de roles, el que vive placer en la ilusión de libertad y seguridad dentro de la realidad de peligro es la ‘muchacha’; el que vive placer dentro de la realidad de libertad y seguridad en la ilusión del peligro es el ‘muchacho’” (MACKINNON, 1987, p. 11)

Para MacKinnon (1987), o sexo representado na indústria hegemônica é constituído da violência, não sendo essa externa - o universo da sexualidade na cultura androcêntrica é violento em si. Na visão hegemônica, não faz sentido separar sexo e violência. Da sexualidade masculina, se deduz pornografia. O crescimento da indústria pornográfica, observado pela autora, corroborou com sua perspectiva.

A indistinção entre manifestação sexual e violência se faz fortemente presente no contexto da prática do *sexting* e da divulgação não autorizada da intimidade, até mesmo no campo acadêmico-científico, questão debatida pelas autoras em outro trabalho (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021a). Ademais, há uma exploração comercial, por parte da indústria pornográfica, de mídias eróticas de mulheres divulgadas, e às vezes, produzidas sem autorização, e até mesmo em situações de violência sexual (Beatriz LINS, 2019; Megha MOHAN, 2020). Embora algumas páginas pornográficas anunciem que não expõe mídias não autorizadas, não parece haver qualquer esforço em se certificar sobre isso, culminando em uma sequência de violações às mulheres, cujas imagens passam a servir também a fins comerciais. No contexto desta pesquisa, algumas mulheres revelaram temer que suas mídias fossem hospedadas em páginas de pornografia.

Segundo MacKinnon (1987), a coisificação da mulher é tão grande que afirmar que a mulher tem possibilidade de escolha seria uma estratégia de conservar a saúde mental diante da falta de alternativa. A sexualidade das mulheres, para a autora, as pertence como não as pertence, não se tratando de um valor intrínseco, mas ao fato de que sua forma é uma resposta à falta de poder, criada a partir de opressão e exclusão.

[...] interpretar la sexualidad femenina como una expresión de la acción y la autonomía de las mujeres, como si el sexismo no existiera, siempre es denigrante, bizarro y reduccionista [...] Mientras la desigualdad sexual siga siendo desigual y sexual, los intentos por valorar la sexualidad como propio de las mujeres, posesiva como si las mujeres la poseyeran, seguirá formando parte del acto de limitar a las mujeres a su actual definición de lo que son. Fuera de revelaciones fugaces realmente momentáneas y ocasionales (aunque la mayoría de la gente cree que vive su vida sexual entera dentro de ellas) la búsqueda de una sexualidad igualitaria sin una

transformación política equivale a buscar la igualdad bajo condiciones de desigualdad.
(MACKINNON, 1987, p. 22)

Nesse sentido, para a autora (MACKINNON, 1987), usar o consentimento como a referência que diferencia o sexo da violência serve apenas a fins legais conformistas. Esta questão é debatida por Biroli (2013b) na confrontação do conceito de consentimento na teoria política feminista com as concepções neoliberais. Tais perspectivas divergem pela premissa feminista de que as escolhas dos indivíduos remetem a suas posições sociais, em oposição à concepção liberal de autonomia e voluntarismo. Nessa perspectiva, as escolhas são entendidas como cálculos mentais individuais que pressupõe livre-escolha, sem sofrer qualquer modo de coerção ou estabelecer relação com o contexto externo. Já para o feminismo, e especialmente para autoras como MacKinnon (1987), não se pode presumir consentimento de modo autônomo em contextos assimétricos e de relações de dominação e opressão. Ademais, em sociedades democráticas, o estabelecimento de contratos pressupõe, ao mesmo tempo, autonomia para firmá-los, mas sua negação na concessão de direitos. Tal debate remete ainda ao fato de que, nas teorias clássicas do contrato, as mulheres eram incapazes de consentir (BIROLI, 2013b).

Ainda que o trabalho de MacKinnon possa ser interpretado como um modo de reprodução da vitimização das mulheres e uma descrença em sua capacidade de compreensão e manejo dos mecanismos de opressão (BIROLI, 2013b, 2014), não se pode perder de vista a centralidade de seu questionamento sobre as estruturas de poder que controlam os discursos e dão mais visibilidade a uns que a outros, e seus efeitos sobre a construção social das desigualdades e violências (BIROLI, 2013b).

Auto exposição no espaço digital: entre conquistas e reproduções

E ninguém me entendia, admiravam-se que, depois de tantos anos de reclusão e disciplina, eu só quisesse, só aspirasse à liberdade e aos prazeres proibidos. Como se a prisão acostumassem o prisioneiro, e ele, depois de solto, não desejasse mais nada senão voltar à farda de preso e à ronda noturna no pátio!

As Três Marias - Rachel de Queiroz

A reconhecida obra “A sociedade do espetáculo”, escrita por Guy Debord (2003) na década de 1960, no contexto de expansão capitalista e dos meios de comunicação, e,

consequentemente, da cultura mercadológica e de consumo, trouxe a ideia do espetáculo como a expressão máxima do capitalismo, que se revela na relação social mediada por imagens. Nessa relação, a realidade é esvaziada de sentido. Há uma degradação anterior do ser em ter, que culmina no parecer. Seu meio é seu próprio fim e sua reprodução envolve uma aceitação social passiva. Esse modo de vida é assim explicado por Debord: “À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono” (DEBORD, 2003, p. 21). Para o autor, há uma relação direta entre a apropriação desse modo de vida, cada vez mais disseminado, e a alienação de si.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda a parte. (DEBORD, 2003, p. 30)

Para além da exposição da imagem que é intensificada com a expansão do acesso à internet, está a questão da intimidade. Edvaldo Couto (2015) retoma Walter Benjamin para discutir como a intimidade e a privacidade da vida doméstica dá lugar à vida pública com o processo histórico de modernização, tecnologização e consumo. Na cibercultura, a intimidade é reivindicada a ponto de passar a existir abstratamente, apesar das reivindicações sobre segurança na internet.

[...] as agonias felizes do estatuto do eu cada vez mais ficcional nas redes criam outros intensos aprisionamentos e submissões, provavelmente mais tirânicos do que aqueles da privacidade. Parece que, quanto mais as pessoas se expõem e conquistam visibilidade, mais vulneráveis se tornam na esfera pública. (COUTO, 2015, p. 59)

Em meio aos debates sobre vulnerabilidade, submissão e reprodução de normas culturais, estão as perspectivas analíticas que se dispõem a considerar as potencialidades do uso do espaço digital como ferramenta comunicadora. Couto e colaboradoras, em outro trabalho (COUTO; Joseilda SOUZA; Barbara NEVES, 2013), afirmam: “O que percebemos é que a condição de sermos todos ciborgues interpretativos nos faz habitar alegremente o ciberespaço” (COUTO; SOUZA; NEVES, 2013, p. 12). O autor e as autoras se apoiam na teoria de André Lemos e no conceito de ciborgue interpretativo - que pressupõe influência no espaço digital - e defendem que a conectividade limita o poder da cultura de massa e se opõe ao consumo passivo.

Outros ganhos políticos são identificados nos novos modos de se afirmar e relacionar por redes sociais, que dizem respeito ao fortalecimento de grupos minoritários. A auto exposição tem sido analisada a partir dos conceitos de hipervisibilidade (Andrew KEEN, 2012; Carla ABREU, 2015) e auto revelação (ABREU, 2015) que discutem, respectivamente, a mercantilização das pessoas por meio do excesso de auto exibição e exibição da intimidade, alheias ao processo de fornecimento de dados pessoais a empresas, e das narrativas da intimidade e do cotidiano direcionadas a um público não necessariamente conhecido. Se por um lado há fortes críticas à cultura da hipervisibilidade e uma descrença de que as relações construídas nas redes sociais possam gerar algum avanço no que concerne ao respeito às diversidades a partir da multiplicação das afirmações de identidades, mas o contrário, cada vez mais vulnerabilidade pela exposição, ausência de comunicações de qualidade, intolerância e violência (KEEN, 2012), há o reconhecimento de efeitos positivos na comunicação das próprias experiências, sobretudo para grupos socialmente marginalizados, na afirmação de suas identidades, na visibilidade política e na conexão intragrupal (ABREU, 2015).

Demais trabalhos têm apontado para ganhos especificamente para mulheres no uso de novas tecnologias. Para Carla Ganito (2010), o uso do celular tanto reforça papéis tradicionais de gênero como os transforma, desafiando normas, mediando modos de resistência a opressões e legitimando a presença das mulheres no espaço público. Cabe ponderar, entretanto, os riscos envolvidos nos modos de resistência no uso de tecnologias feministas para denunciar violências e ocupar espaços masculinizados. É comum observarmos, em denúncias de violências na internet, a exposição e vulnerabilização de mulheres enquanto homens permanecem ocultos.

Mireille Miller-Young (2007) aponta, ainda, para a autonomia em papéis tradicionalmente compreendidos como de subordinação. A autora discute os modos como mulheres negras estado unidenses que trabalham no mercado pornográfico - conduzindo a própria carreira por meio do conhecimento de novas tecnologias - desconstruem padrões dominantes de gênero e raciais e reivindicam valores associados a agência e intelectualidade.

No que concerne especificamente à questão da nudez, Paula Sibilía (2014) discute as mudanças nas relações sociais que a tornaram muito mais presente e aceitável - sobretudo a das mulheres, e apropriadas já não apenas mercadologicamente, mas em ações políticas. A prática da exposição da nudez tem se apresentado por pessoas de diversos contextos e também em variadas formas, com atenção àquelas que reivindicam a representação do corpo do real, em oposição aos padrões de beleza e aos recursos tecnológicos que manipulam as imagens para adequá-las a esses padrões. A autora questiona qual seria a eficácia de causar impacto por meio da exposição da nudez, tendo sido a prática já, de certo modo, banalizada. Tal indagação sugere,

então, a reflexão sobre a relação entre a condenação da nudez e seu contexto de produção, estando fortemente relacionada, no caso da divulgação não autorizada de imagens íntimas, à ainda persistente condenação da manifestação da sexualidade das mulheres, conforme discutido em outros trabalhos (Luciane MAZZARDO, 2014; Isabela PETROSILLO, 2016; Rossana PINHEIRO, 2018; Liziane RODRÍGUEZ, 2018; Katrine JOHANSEN; Bodil PEDERSEN; Tine TJØRNHØJ-THOMSEN, 2019).

No campo do debate sobre o ato de se auto fotografar, a assim chamada *selfie* é compreendida, na perspectiva semiótica, como contentora de propostas a serem negociadas entre quem envia e recebe. A prática envolve uma regulação de normas de comportamento. O que é negociado não é a relação, mas as diferentes perspectivas daquilo que é representado. Nesse sentido, a interpretação depende de quem envia, quem recebe e do contexto em que é enviada (Sumin ZHAO; Michele ZAPPAVIGNA, 2018).

No mesmo caminho, Thereza Senft e Nancy Bayam (2015) defendem a multiplicidade de perspectivas em torno da análise da *selfie*. Em revisão sobre as produções de diferentes países, as autoras argumentam contra a patologização da prática e apontam para alguns dos significados que elas podem assumir conforme o contexto específico – podem reforçar valores hegemônicos ou contestá-los e podem ser reapropriadas de modo a reverter sua intenção inicial, como no caso da divulgação não autorizada de imagens íntimas de mulheres, que transforma a direção de poder inicialmente proposta. Este é o tema debatido na sequência.

Entre a auto exposição e a exposição não autorizada da intimidade de mulheres: em busca de experiências livres e prazerosas

A prática de se auto fotografar e compartilhar suas imagens, assim como o fato de ter tido a intimidade divulgada sem autorização assume distintos significados para as mulheres. Observou-se, a partir das experiências das mulheres participantes da pesquisa, que as mídias são produzidas e divulgadas em condições muito diferentes.

No caso da divulgação não autorizada das imagens, conforme argumentam Spencer Sydow e Ana Castro (2017), diferentes modos de violência não podem ser reduzidos ao que é comumente chamado de vingança. Seria preciso se atentar se existe ilegalidade ou não na obtenção e distribuição das mídias, já que elas podem ser não apenas divulgadas, mas também obtidas sem autorização, ou em situações de ameaça, como é o caso do que tem sido chamado de sextorsão. A extorsão sexual que envolve mídias pode ter tanto a obtenção das imagens como fim ou como meio de ameaça para o estupro – ambas as situações foram descritas por mulheres no contexto desta pesquisa.

Entre as experiências das participantes da pesquisa, as motivações para a exposição envolveram sextorsão, vingança, controle e condenação da sexualidade, comercialização e afirmação da masculinidade. Algumas experiências envolveram não a exposição da sexualidade em si, mas de outras situações, como consumo de álcool e brigas, revelando controle e patologização de demais comportamentos das mulheres. Além disso, as exposições foram iniciadas por pessoas com diferentes ligações com as mulheres, como em relações familiares e de amizade.

Cabe acrescentar que a própria produção da mídia pode ser realizada de modo não autorizado e até mesmo sem o conhecimento de quem está na situação de exposição, caso também relatado no âmbito da pesquisa. Mas, para além disso, o que interessa aqui como ponto de debate é pensar em que medida, nas situações em que as mídias são produzidas pelas mulheres, seu desejo e autonomia se manifestam nessas experiências.

Observou-se que, em muitas situações, a divulgação não autorizada das mídias ocasionou a reflexão, para as mulheres expostas, sobre a prática de se expor. Contudo, entre profissionais que atenderam adolescentes que foram expostas, houve relatos de que as meninas não se percebiam como tendo sido alvos de ações violentas. Tal fato foi também descrito no trabalho de Paulo Júnior e Leandro Brito (2020). Conforme descreveram, o que mais indignou direção e docentes de uma escola em que ocorreu divulgação de fotos íntimas de meninas foi o fato de que, de nove meninas expostas, apenas uma se incomodou de seus “nudes” terem sido compartilhados sem autorização. Uma profissional da escola entrevistada sugeriu que, entre famílias de classe alta, há incômodo com a questão, mas, entre famílias de classes populares, não há participação quanto a isso.

Úrsula, negra, de 36 anos, psicóloga de um órgão de segurança pública de capital, relatou um atendimento que havia feito recentemente de quatro adolescentes moradoras de periferia, com idade entre 14 anos, que participaram de uma gravação de videoclipe musical erótico, sem conhecimento de sua produção e divulgação. No contexto da gravação, outra adolescente foi estuprada por aproximadamente sete meninos, o que também foi gravado e divulgado. A denúncia foi realizada pela adolescente, que passou a ser perseguida. As demais adolescentes expostas não consideraram haver problema no fato de não terem sido informadas da gravação e divulgação das imagens, pois haviam ido participar do clipe por espontânea vontade.

Tainá, branca, de 28 anos, psicóloga de atendimento privado de uma cidade de pequeno porte do interior, havia acompanhado um caso recente de uma adolescente branca de 15 anos que tinha enviado cerca de 15 fotos nuas para um homem com quem conversava na internet e

que nunca tinha visto. Seu pai, político de uma cidade vizinha, foi extorquido e pagou para que as fotos não fossem divulgadas. Após o episódio, o homem nunca mais procurou pela adolescente, o que foi o motivo de sofrimento para ela, diferente da apropriação de suas fotos para extorsão de seu pai. Na avaliação de Tainá, o episódio representou, para a adolescente, uma tentativa de rompimento com a infantilização que vivia no contexto familiar.

Entre algumas mulheres, o fato de terem sido expostas, apesar dos danos sofridos, não afetou a prática de se auto fotografar. Já outros relatos indicaram uma mudança na relação como as mulheres passaram a se manifestar, sobretudo nas redes sociais.

Olga, branca, de 29 anos, foi exposta pelo ex-namorado abusivo que havia invadido suas contas na internet no contexto de uma capital brasileira e de uma cidade de grande porte no exterior três anos antes da entrevista. Ela, que se manifestou publicamente por rede social sobre o fato, revelou que, a partir do ocorrido, perdeu o medo de se expor. Entretanto, nunca mais se auto fotografou, algo que, anteriormente, tinha um valor positivo para ela. Ela também relatou efeitos negativos na relação com o próprio corpo e na sua relação com o atual companheiro.

Letícia, branca, de 27 anos, exposta aos 21 anos em uma capital por um homem com quem estava se relacionando e que a fotografou durante ato sexual sem seu conhecimento, relatou que alterou o conteúdo do que compartilha nas redes sociais e também se tornou mais restritiva quanto a quem pode ter acesso a suas redes. Ela deixou de ter interesse em divulgar fotos em que seu corpo aparecia em evidência e atraía mais visibilidade e comentários masculinos, e passou a compartilhar mais imagens sobre viagens.

Nas seções seguintes, serão discutidas as percepções das mulheres sobre sua autonomia e desejo no ato de expor suas imagens. Conforme se argumentou, tais reflexões foram influenciadas pelo fato de terem sido expostas de modo não autorizado.

Sobre Liberdade

Meu catavento tem dentro o vento escancarado do Arpoador
 Teu girassol tem de fora o escondido do Engenho de Dentro da flor
 [...]

 Sei que um depende do outro só pra ser diferente, pra se completar
 Sei que um se afasta do outro, no sufoco, somente pra se aproximar
 Cê tem um jeito verde de ser e eu sou meio vermelho
 Mas os dois juntos se vão no sumidouro do espelho

Catavento e Girassol - Aldir Blanc

A autonomia das mulheres na manifestação de sua sexualidade, desde o início da pesquisa pensada como questão a ser analisada, também se apresentou como ponto de reflexão entre participantes da pesquisa. Mais do que isso, a autonomia no exercício da liberdade sexual ou no ato de se expor voluntariamente foi questionada e comparada à própria repressão sexual.

Na canção de Aldir Blanc, o comportamento de um homem contido é contraposto ao de uma mulher expansiva, para, na sequência, ambos os comportamentos serem apresentados como espelho um do outro. Os dois modelos são aqui pensados como diferentes possibilidades de conduta entre as mulheres.

Flávia, preta, de 20 anos, moradora de uma cidade de pequeno porte do interior, teve o celular com mídias suas e da namorada nuas furtado em 2016. Ela relatou ter ficado, em torno de dois anos, com muito medo das mídias serem divulgadas, e até então evitava tocar no assunto com a namorada. Após o episódio, elas não voltaram a produzir as mídias e isso se deve ao fato de, segundo Flávia, terem amadurecido e também por criticidade à sexualização da mulher negra. Ela contou que acredita vivermos em uma liberdade ilusória e parcial.

E muitas vezes essa liberdade que a gente aprende é uma liberdade maquiada. Na verdade, a gente não é livre, a gente tá se prendendo, se podendo, o tempo todo. Eu acho que uma falsa, um falso conceito de liberdade. Por exemplo, tem gente que acha que ficar com várias pessoas te faz livre, né. Na verdade, não. [...] Poderia ser pior, a gente poderia tá sendo, tá vivendo uma vida pior do que a gente leva. Então, é, tipo, menos pior, né. É pior você não ter nenhum tipo de liberdade. Assim, nem que seja uma liberdade que você tem na sua cabeça que existe. Igual você nem conseguir pensar nessa liberdade. Liberdade sexual, por exemplo.

Raquel, branca, de 18 anos, moradora de uma cidade de médio porte do interior, preside um projeto voluntário de acolhimento a mulheres em situação de violência iniciado por ela após ter vivido um relacionamento abusivo aos 15 anos. Ela, que já teve uma foto sua de biquíni exposta em uma página na internet de fofoca, cuja legenda insinuava seu desejo por sexo, falou sobre o esforço das meninas em corresponder a padrões estéticos.

Todas elas aparecem em todos os vídeos e fotos completamente depiladas, assim, perfeitas, bem pornificadas mesmo, parece que elas acabaram de sair do filtro, porque elas usam até mesmo as expressões faciais. [...] E as meninas, elas se rendem muito a isso, pelo menos assim, a maior parte das meninas que eu conheço, as que, todas que não são ativistas feministas, elas se esforçam o tempo todo pra se encaixarem nesse padrão, principalmente as que a gente cuida. Então, direto as meninas que a gente cuida mandam uma coisa gordofóbica no grupo.

O comportamento das meninas e seu nível de autonomia foi analisado e diferenciado também com relação a suas reações após terem sido expostas. Uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (Bruno CRAESMEYER, 2017) tipificou três reações, uma que se rende à política da exposição e lucra com ela, uma que atua em defesa da exposição voluntária em oposição à violenta e outra que atua politicamente em instâncias legais.

A primeira, sugere um “vacinar-se” – adiantar-se e internalizar, extinguindo o sofrimento, tornando-o produtivo e produtor – contra esses castigos provocados pelo escracho obsceno e, diante da admissão da inevitável exposição como norma – como postulam Bell (2009) e ativismos pós-pornográficos –, voluntariamente submeter-se, gozar e, até mesmo, lucrar com o olhar do outro. Uma ação política preventiva com potencial econômico. A segunda possibilidade instiga as vítimas a remediar o sofrimento causado por uma divulgação não autorizada “reclamando de volta” a soberania sobre a imagem do próprio corpo ao se expor novamente, mas então voluntariamente. Uma ação política reativa que visa demonstrar, provar, que o “problema” não é a nudez ou a sexualidade, mas sim a ausência de voluntariedade. A terceira possibilidade consiste em atuar politicamente “fora da imagem”, em instâncias normativas, legais e em campanhas para conter a circulação não consensual de imagens da sexualidade e do corpo alheio, seja pela educação ou pela criminalização e regulação da divulgação desse tipo de imagem; (CRAESMEYER, 2017, p. 98)

O autor hierarquiza essas reações, classificando a primeira como a que mais internaliza a vigilância do livre mercado, sob aparência de ativismo. Thereza Silva (2018) aponta justamente para a direção contrária ao discutir como o capitalismo financeiro se apropria, material e simbolicamente, das lutas políticas.

Na análise de Paul Preciado (2011), o regime capitalista incide sobretudo na produção e controle da sexualidade. O autor parte de uma perspectiva foucaultiana sobre o controle político dos corpos e afirma que a produção da sexualidade é transformada em força de

produção do capital. Nesse sentido, a sexualidade deixa de ser apenas um elemento da gestão política dos corpos e passa a ser, também, base da produção capitalista, no âmbito da construção das subjetividades. Entretanto, na análise de Craesmeyer (2017), que também parte de uma leitura foucaultina, diferentemente de Preciado (2011), a questão de gênero é praticamente inexistente, além de apresentar verdadeiro ceticismo quanto à possibilidade de liberdade das mulheres em manifestar sua sexualidade a partir da auto exposição de seus corpos. Para Craesmeyer (2017), as formas de reação à violência envolvem auto engano e apenas se diferem em níveis de adaptação à sociedade do controle.

Kiara, negra, de 25 anos, moradora de capital, foi demitida, aos 18 anos, de uma fábrica da FIAT onde trabalhava como mecânica, após ter sido produzida e divulgada uma montagem de seu rosto com um corpo feminino nu. Ela, que não conseguiu voltar a exercer a profissão que tinha escolhido, fez um ensaio fotográfico sensual aos 21 anos e o exibiu nas redes sociais durante algum tempo. Kiara afirmou que, mesmo o fato dela ter produzido e exibido as fotos ter sido usado contra ela durante uma discussão política – mais precisamente, ela foi debochada por ter pelos pubianos -, não se tratou de algo marcante, de modo algum ela sentiu o mesmo sofrimento quanto o provocado pela perseguição e assédio vivenciado no trabalho. Ela acredita que a revolta com o ocorrido a influenciou na decisão de fazer o ensaio, mas não exclusivamente. Atualmente, ela produz fotos sensuais de si mesma e troca com o marido.

Diferentemente da análise taxativa de Craesmeyer (2017) - em que, do ponto de vista feminista, as reações podem ser compreendidas como indistintas -, Raquel também categorizou três tipos de reação das mulheres à exposição, mas atribuindo a elas maior possibilidade de lucidez e exercício da liberdade.

Eu acho que tem três reações pras meninas, né. Uma são as que se retraem, que não querem mais aparecer, por medo, não confiam mais. A outra é essa que acontece muito também, que é tipo, tem meninas que até colocam já na biografia delas, tipo aquela descriçãozinha na internet, tipo “Sou piranha mesmo”. Várias colocam essas coisas, postam isso, tipo, quando os caras vão postar alguma coisa, às vezes [elas] postam “Sou piranha mesmo, pode falar o que quiser”. E tem as que começam a se envolver com o movimento feminista por causa disso. Elas compreendem quem elas são e, tipo assim, elas se sentem livres, sabe. “Ce quer me chamar de puta, pode chamar. Eu não vou me apropriar desse nome porque eu não concordo, né, mas eu vou continuar fazendo as coisas que eu tenho vontade de fazer”. Então acho que essas são as três reações que existem depois que as meninas são divulgadas, mas a maioria realmente fica mais retraída mesmo. [...] Eu acho até que esse “Sou piranha.”, às vezes, é um, um passo indo em direção ao feminismo, sabe, de libertação, né. É, ela começa nessa revolta “Já que ce quer me chamar de piranha, eu sou isso mesmo.” e dentro disso ela acaba encontrando o movimento feminista. Até que ela entende que ela não precisa se declarar como piranha em si, né, que aquilo é só uma invenção da sociedade. E aí ela se torna uma ativista.

A distinção proposta por Raquel, além do reconhecimento da centralidade do pensamento feminista como apoio às mulheres, encontrou maior correspondência com as experiências narradas no contexto da pesquisa. Tais reflexões não encerram, entretanto, a pergunta sobre a possibilidade de exercício da liberdade por parte das mulheres no ato de se expor. Tal indagação será aprofundada, à continuidade, tomando o desejo das mulheres, compreendido em seus múltiplos domínios, como ponto de partida para a resposta.

Sobre Desejo

Eu, agora - que desfecho!
 Já nem penso mais em ti...
 Mas será que nunca deixo
 De lembrar que te esqueci?

Do amoroso esquecimento – Mário Quintana

A partir do debate apresentado neste texto, parte-se do pressuposto de que o desejo manifesta subjetividades constituídas em maior ou menor grau por padrões estruturais, que podem corresponder a modelos socioculturais, pensamentos inconscientes, dentre outras características. Em paralelo à definição de consentimento proposta por Paz Peña e Joana Varon (2019), podemos compreender o desejo como uma questão estrutural, constituída em relações de poder, mas que pode ser consciente, livre e também complexo, não contínuo e não binário.

Chamou a atenção, nas narrativas das mulheres expostas, o fato de que elas não desejavam exatamente produzir as mídias que foram posteriormente expostas, conforme afirmaram algumas delas. Esse foi o caso de Pilar, negra, de 33 anos, exposta aos 23 anos no contexto de uma cidade de pequeno porte do interior. Ela foi filmada em uma pose provocativa por iniciativa de seu então namorado e a gravação foi divulgada pelo homem que formatou o computador dele. Clarice, branca, de 19 anos, exposta aos 14 anos por seu então namorado em uma cidade de pequeno porte de região metropolitana, narrou sentimento semelhante.

Eu nem tava muito a fim, mas mesmo assim eu mandei [a foto] por conta que eu gostava muito dele, simples assim. [...] Hoje em dia, eu evito ao máximo, na verdade, quando eu vou fazer alguma coisa, [...] eu ainda olho se tem algum telefone por perto, essas coisas. Eu ainda tenho isso, eu ainda sou muito insegura, principalmente com homens.

Daniela, parda, de 19 anos, moradora de capital, foi exposta aos 14 anos pelo colega da escola com quem trocava fotos. Posteriormente, ela foi exposta, no contexto familiar, por seu pai, que sempre apresentou comportamento muito repressivo e violento.

Eu não entendo. Tem dia que eu paro e penso, quando isso vem na minha cabeça, eu fico “Gente, quê que eu tinha na cabeça?”. Eu conversava com meninos muito mais bonitos, mais inteligentes, que eu conhecia há mais tempo, mas não sexualmente, e fui conversar com um menino que, coitado, gente.

Adriana, branca, de 62 anos, psicóloga de um órgão de acolhimento a mulheres de uma capital, fez o atendimento de uma jovem de 19 anos, exposta pelo então namorado quando ela quis terminar com ele. A jovem, que trabalhava como modelo fotográfica e tinha dezenas de milhares de seguidores em rede social, teve fotos suas, em que estava nua, divulgadas. O atendimento da jovem envolveu o trabalho com autoestima, autoconfiança e projeto de vida. Adriana percebeu que ela queria ser desejada, mas não necessariamente gostava do namorado, segundo contou: “Aí ela me falou ‘Não, porque ele falou que me amava, ele falou que gostava.’ e eu falei ‘Tá, e o quê que você sentia por ele?’, ‘Ah eu queria que ele me amasse’. Ou seja, não é ‘Eu amo.’, ‘Eu queria que ele me amasse’”.

De modo semelhante, Tainá acredita que há uma confusão pelo fato da exposição por parte das mulheres estar mais naturalizada, o que aparenta haver maior permissão social. O desejo delas por exibição passa a relacionar-se com o desejo por aceitação. Entretanto, o julgamento, a condenação e a repressão seguem muito fortes. Ela argumenta, com base em experiências observadas em seu consultório, que o ato de se expor exige muita autoconfiança, pois, caso contrário, qualquer retorno negativo pode fragilizar as mulheres. Tainá narrou a experiência de uma jovem com autoestima muito baixa, que corresponde aos padrões de beleza, e publicou em rede social uma foto sua em que estava seminua. Em meio a mensagens positivas sobre empoderamento, a jovem também recebeu galanteios masculinos, o que causou nela sofrimento e arrependimento por ter publicizado a foto.

Algumas experiências relatadas pelas mulheres sugeriram conforto com a prática de se auto fotografar e se expor, o que envolve o reconhecimento e o manejo tanto do desejo como do risco. Nesse caminho, o trabalho de Abreu (2015) apresentou o depoimento de uma jovem que tem uma página em rede social em que compartilha suas experiências como mulher lésbica e que assume que sente medo por estar muito exposta, mas mantém seu canal por ser uma forma de organizar seus pensamentos e se expressar de forma divertida, que a faz bem.

Joana, branca, de 24 anos, de cidade de pequeno porte do interior, que teve uma foto em que estava nua e o diário exposto por uma amiga, aos 18 anos, afirmou que a traição e a exposição do diário que continha relatos sobre suas inseguranças a fez sofrer mais que a divulgação da foto. Ela contou que tem compartilhados um vídeo transando com um ex-namorado e outro com um casal, e sente certa insegurança deles serem divulgados – eventualmente, ela confere se foram postados em páginas de pornografia. Ela acredita que isso poderia atrapalhar sua vida profissional ou o relacionamento com familiares de algum companheiro que possa vir a ter. Ela afirmou seguir trocando fotos, mas adota cuidados para preservar sua identidade. Joana também contou que, atualmente, embora mais distante dos padrões de beleza pelo fato de ter engordado, se sente mais confortável com seu corpo. Ela demonstrou não apenas reconhecer o risco, mas, de certo modo, desfrutar dele: “Talvez o risco [de ser exposta] dê o tesão (risos). Mas, é, eu acho que, mas acho que isso tem tudo a ver com a minha personalidade, de como que eu lido com o sexo desde sempre, de ter uma postura muito mais aberta, aberta pra experiências, aberta pra experimentar e tudo mais.”

A gestão do risco, dentre outros depoimentos, esteve presente no relato de Amanda, branca, de 17 anos, moradora de uma cidade de médio porte do interior e que, no ano anterior, teve uma foto sua retirada da rede social e utilizada para promover uma casa de prostituição. Segundo contou, ela publica muitas fotos, mas não aquelas em que aparece semi nua: “Eu fico me admirando, porque minha autoestima é bem alta (risos). Então eu gosto de ficar me olhando né. [...] Fica pra mim mesmo, eu só mostro pra ele [namorado] assim, tipo, ‘Olha aqui.’ [...] Ele pede pra não mandar porque ele tem medo que vaze, ele é bem consciente”.

A partir das experiências aqui relatadas, pode-se pensar a dicotomia entre os comportamentos reprimido e expansivo espelhados a partir da alienação do próprio desejo. Nesse sentido, deixar de se expor por medo da repressão ou pela reversão do sentido que a violência provocou na relação da mulher com o próprio corpo ou imagem, ou se expor em função de uma demanda externa, seja ela do companheiro ou pela aceitação alheia, que não necessariamente corresponde à aceitação por si, constituem-se como oposições pertencentes a um mesmo modelo de comportamento submisso – seja a relações, padrões sociais ou às próprias emoções inerentes a esses processos.

No que diz respeito às questões políticas que atravessam a conformação subjetiva do desejo, cabe pensar na necessidade de afirmação como antítese do sentimento. Como no poema de Mário Quintana, a demanda por manifestar a ausência de afeto revela a permanência dele. O que se propõe como reflexão é a dimensão do desejo diante da demanda externa internalizada, que abre espaço à necessidade. Nesse sentido, seria fundamental pensar em que medida se expor

como afirmação da soberania, por parte das mulheres, sobre o próprio corpo - ou sua afirmação no espaço público, ou como rompimento de padrões de beleza ou afirmação da sexualidade -, obedece à lógica do próprio desejo ou apenas da demanda social e política. Nos termos que têm sido, recentemente, utilizados pelos movimentos sociais, trataria do direito de existir, em detrimento de apenas resistir (Jaime PEIXOTO, 2020). Como sugere o relato de Kiara, essa distinção não se apresenta de forma nítida, o que não dispensa a pertinência da pergunta, como meio de compreender mais profundamente o próprio desejo.

Não se pode perder de vista, entretanto, os modos como os marcadores sociais da diferença configuram privilégios, sejam eles relativos à ausência da necessidade da autoafirmação no espaço público ou da aceitação social de sujeitos e corpos historicamente hegemônicos. As experiências das mulheres relatadas na pesquisa foram marcadas por narrativas racistas e gordofóbicas.

A conexão com o próprio desejo se mostra como caminho mais preciso para a vivência da sexualidade de modo autônomo. A compreensão do desejo, constituído em diferentes esferas, é tão complexa como oportuna. As questões externas e sociais que o atravessam precisam ser consideradas de modo não aprisionador, como sugere Lázaro Ramos, a partir de sua experiência como homem negro e ator.

Muitas vezes o racismo faz com que a gente não trilhe nosso caminho e comece a pautar nossas ações pela demanda do preconceito. Às vezes não seguimos adiante porque paramos nos limites impostos pela sociedade, e nós temos que caminhar mais, temos que entender a complexidade das coisas, das pessoas, temos que ter liberdade. Até onde isso é uma ação ou uma resposta ao preconceito? Estou buscando a liberdade ou respondendo aos limites que o racismo me impõe? Quero crer que escolhi uma maneira de não viver pela demanda do racismo. Ao não aceitar caixas que seriam mais facilmente adaptáveis, busco a libertação. (RAMOS, 2017, p. 102)

Considerações Finais

Este texto discutiu as possibilidades de autonomia na vivência da sexualidade das mulheres na prática de auto fotografar e expor a própria nudez. As reflexões partiram dos debates sobre autonomia no campo da teoria política feminista e sobre exposição na cultura digital, confrontados com as experiências de mulheres que tiveram imagens íntimas divulgadas de modo não autorizado e de profissionais da saúde e da assistência que atenderam mulheres que passaram por essa situação.

A problematização da possibilidade de autonomia das mulheres discutida na teoria política, seja em sua afirmação ou negação, é complexificada diante das práticas

contemporâneas de se representar no espaço digital e das possibilidades de manifestar-se e de reproduzir padrões de consumo. A análise empreendida evidenciou a centralidade da compreensão das múltiplas dimensões do desejo - atravessado por questões do campo social, para a vivência da sexualidade de modo autônomo.

Referências

- ABREU, Carla Luzia de. Hipervisibilidade e self-disclosure: novas texturas da experiência social nas redes digitais. *Visualidades*, v. 13, n. 2, p. 194–219, dez. 2015.
- BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 81–105, abr. 2013a.
- BIROLI, Flávia. Democracia e Tolerância à Subordinação: Livre-escolha e Consentimento na Teoria Política Feminista. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 48, p. 127–142, dez. 2013b.
- BIROLI, Flávia. O debate sobre pornografia. *Feminismo e Política*. Boitempo Editorial, 2014.
- BRASIL. Lei Federal 13.718. . Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. , 24 set. 2018.
- COUTO, Edvaldo de Souza. Educação e redes sociais digitais: privacidade, intimidade inventada e incitação à visibilidade. *Em Aberto*, v. 28, n. n. 94, p. 51–61, dez. 2015.
- COUTO, Edvaldo Souza; SOUZA, Joseilda Sampaio De; NEVES, Barbara Coelho. Acepções de Tecnologia: Ciborgues Interpretativos e Cultura Digital. *Artefactum Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*, n. 1, p. 1–15, maio 2013.
- CRAESMEYER, Bruno Ramos. *Caiu na net: violação de intimidade e regime de vigilância distribuída*. 2017. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23947>>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. eBooks Brasil, 2003.
- FACCHINI, Regina. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. *Cadernos Pagu*, Prazer e Perigo: 30 Anos de Debate. v. 47, 2016.
- GANITO, Carla. Women on the move: the mobile phone as a gender technology. *Comunicação & Cultura*, n. 9, p. 77–88, 2010.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e Perspectivas. v. 42, p. 47–74, jun. 2014.

JOHANSEN, Katrine Bindsbøl Holm; PEDERSEN, Bodil Maria; TJØRNHØJ-THOMSEN, Tine. Visual gossiping: non-consensual ‘nude’ sharing among young people in Denmark. *Culture, Health & Sexuality*, v. 21, n. 9, p. 1029–1044, 2 set. 2019.

JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva; BRITO, Leandro Teofilo de. Entre nudes, acontecimentos e performatizações: normatizações/ deslocamentos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. *Interfaces Científicas*, v. 2, n. 8, mar. 2020.

KEEN, Andrew. *Vertigem Digital - por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LINS, Beatriz Accioly. *Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos*. 2019. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MACKINNON, Catharine A. *Sexuality. Toward a Feminist Theory of the State*. USA: Harvard University Press, 1987. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/worts12&div=24&id=&page=>>>.

MAZZARDO, Luciane de Freitas. *Interfaces da desigualdade de gênero: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014.

MILLER-YOUNG, Mireille. Sexy and smart: Black women and the politics of self-ownership in netporn. In: JACOBS, Katrien; JANSSEN, Marije; PASQUINELLI, Matteo (Org.). *C’lick me: A netporn studies reader*. Institute of Network Cultures, 2007.

MOHAN, Megha. “*Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô*”. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2709–2718, 2 jul. 2021a.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e210031, 2021b.

PEIXOTO, Jaime. Resistir para re(existir): reflexões sobre a produção de resistências por estudantes gays na escola de ensino médio. *REVES - Revista Relações Sociais*, v. 3, n. 3, p. 0191–0106, 20 jun. 2020.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. *Consentimento: Nossos Corpos como Dados - contribuições das teorias feministas para o debate da proteção de dados*. Codin Rights. Disponível em: <<https://codingrights.org/docs/consentimento-pt.pdf>>. , 2019

PÉREZ, Yolíniztli. California define qué es “consentimiento sexual”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 25, p. 113–133, abr. 2017.

PETROSILLO, Isabela Rangel. *Esse nu tem endereço - o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas*. 2016. Universidade Federal Fluminense, 2016.

PINHEIRO, Rossana Barros. *Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense: avaliando a atual divisão de competências entre Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher e Juizado Especial Criminal a partir do critério efetividade*. 2018. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Maranhão, 2018. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/2431>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PRECIADO, Paul. Transfeminismo no Regime Farmacopornográfico. In: BORGHI, Liana; MANIERI, Francesca; PIRRI, Ambra (Org.). *Le cinque gio rnate lesbiche in teo ria*. Roma: Ediesse, 2011.

RAMOS, Lázaro. *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RODRIGUES, Samyra Ferreira Ramos. O feminino em multissemeios: os discursos da e sobre a mulher no funk brasileiro. 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12304>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. *Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo*. 2018. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br:80/tede2/handle/tede/8055>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SENF, Theresa M.; BAYAM, Nancy K. What does a Selfie Say? Investigating a Global Phenomenon. *International Journal of Communication*, v. 9, p. 1588–1606, 2015.

SIBILIA, Paula. A politização da nudez: Entre a eficácia reivindicativa e a obscenidade real. In: XXIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2014, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2014.

SILVA, Thereza Nardelli E. “Seremos nosso porta-retrato e já estamos portando essa tela”: miradas em nudes autopublicados no Tumblr Bucepowergang. 2018. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30114>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SIMÕES, Júlio Assis. O Brasil é um paraíso sexual - para quem? *Cadernos Pagu*, v. 47, 2016.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo De. *Exposição pornográfica não consentida na internet: da vingança ao lucro*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017. v. 01. (Coleção Cybercrimes).

VANCE, Carole (Org.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. Boston: Routledge&Kegan Paul ed, 1984.

ZHAO, Sumin; ZAPPAVIGNA, Michele. Beyond the self: Intersubjectivity and the social semiotic interpretation on the selfie. *New Media and Society*, v. 20, n. 5, p. 1735–1754, 2018.

6.4 O que “nudes” e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?⁶

Artigo submetido à Revista Educação e Pesquisa

Resumo

A prática entre estudantes de compartilhar fotos que expõe a nudez de meninas têm sido vivenciada em grande parte das instituições escolares no Brasil e no mundo. Diversos casos reportados na mídia retratam situações de humilhação e perseguição que podem implicar, além de danos psicológicos, problemas nas relações sociais, queda no rendimento, evasão escolar e até suicídio. O trabalho objetivou discutir as relações que se têm estabelecido na escola diante da prática de compartilhamento do autorretrato nu e da divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas. Foram empreendidas 27 entrevistas em profundidade com meninas e mulheres de distintas regiões brasileiras que sofreram exposição de sua intimidade em diferentes momentos da vida e também com profissionais da saúde e da assistência social que atenderam adolescentes e mulheres adultas que passaram por essa situação de violência. Os dados apontaram para práticas de negligência com relação a situações de violência, culpabilização de meninas e despreparo para pautar questões concernentes à vivência da sexualidade de modo prazeroso e saudável. Observou-se que essas novas práticas da sexualidade e de violência contra meninas têm retomado, nas instituições, a oposição entre manifestação da sexualidade e bom desempenho escolar. Argumenta-se por uma educação em sexualidade pautada na questão do desejo.

Palavras-chave: exposição da intimidade; violência contra meninas; educação em sexualidade; infância; políticas

⁶ Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Introdução

A ampliação do acesso à internet por meio do celular e do uso de redes sociais popularizou o que tem sido chamado, fora do Brasil, de *sexting* (junção dos termos *sex* e *texting*, em inglês), que designa o compartilhamento de mídia digital erótica entre pares, cujo conteúdo pertence à pessoa remetente. Tal definição serve de amparo à diferenciação dessa prática da sexualidade das práticas violentas de divulgação não autorizada da intimidade, pelas quais sobretudo meninas e mulheres têm sido expostas.

Essas práticas violentas também se diferenciam de acordo com a forma como as mídias são produzidas, adquiridas (SYDOW; CASTRO, 2017) e divulgadas. As mídias podem ser produzidas em diferentes circunstâncias, envolvendo ou não o conhecimento, autorização ou desejo de quem está sendo objeto de registro, e podem, inclusive, constituir-se de imagens de violência sexual. A aquisição das mídias posteriormente divulgadas pode tanto ser de iniciativa da pessoa retratada, que as envia, como pode se tratar de aquisição ilegal, por meio de roubo ou extorsão sexual (sextorsão). A sextorsão pode ter a aquisição de mídias eróticas como fim ou como meio para ameaça no estupro. A divulgação, por sua vez, pode ser iniciada por diferentes razões, como afirmação da masculinidade, controle e condenação da sexualidade de meninas e mulheres, vingança (como nos casos que têm sido chamados de pornografia de vingança⁷) e, até mesmo, comercialização (MOHAN, 2020). Essas diferentes situações foram relatadas por meninas e mulheres no âmbito desta pesquisa.

Em decorrência da expansão dessas formas de violência, foi promulgada, no Brasil, a Lei Federal nº 13.718/2018 (BRASIL, 2018), que tipificou, como crime de importunação sexual, a divulgação, sem consentimento, de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia. Para além desse instrumento legal, algumas outras legislações tutelam especificamente menores de idade, como é o caso do próprio Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - (BRASIL, 1990) e a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (BRASIL, 2015a).

A violência é uma dimensão presente na relação entre adolescentes e, portanto, tem sido alvo de diversas investigações. Em pesquisa conduzida por Minayo e colaboradoras (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011) sobre violência nas relações afetivo-sexuais de jovens brasileiras/os, foi constatada alta prevalência de variadas formas de violência. A pesquisa

⁷ Rejeita-se o uso do termo pornografia por não ser reconhecido entre mulheres que passam por essa experiência (LINS, 2019).

apontou para o fato de que a violência relacional, que envolve difamação e prejuízos em demais relações, reproduz desigualdades e discriminações, questão também evidenciada no âmbito desta pesquisa. Além disso, o estudo coordenado por Minayo reportou relatos de divulgação não autorizada de imagens íntimas de mulheres em diversas regiões do país.

Em que pese a necessidade de nomear as situações de violência vivenciadas por meninas, foco de interesse deste trabalho, não se pode perder de vista que as vivências da sexualidade são permeadas por aspectos positivos, que não podem ser negligenciados. Danah boyd (2007) chama a atenção para o fato de que o uso das redes sociais se dá da mesma forma que outras esferas públicas das quais jovens participam, envolvendo busca por aceitação, auto representação e também riscos. Esses riscos contribuem para o aprendizado dos limites da vida social, que é também um acesso para a vida adulta. A autora discute, ainda, as contradições entre o estímulo mercadológico ao consumo e à sexualidade de jovens e a repressão adulta a seus comportamentos. Ela argumenta que a proibição do acesso contribui para a divisão do mundo adulto e jovem e entre jovens com e sem acesso a tais ferramentas.

É a partir de reflexões sobre os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e sobre os discursos escolares sobre gênero e sexualidade que se buscou analisar os modos como escolas têm lidado com a prática do *sexting* e com a divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas. Buscou-se, também, a partir dessa análise, apontar caminhos para uma educação em gênero e sexualidade orientada para vivências prazerosas e saudáveis.

Métodos

Foram realizadas, durante o segundo semestre de 2020, 27 entrevistas em profundidade por videochamada com duração média superior a 70 minutos. Dentre as entrevistadas, 17 eram meninas e mulheres que passaram pela situação de exposição e dez eram profissionais da saúde e da assistência que fizeram atendimentos dessa situação.

A pesquisa foi divulgada em redes sociais como modo de recrutamento para a participação. Foi disponibilizado um contato de *WhatsApp* da pesquisadora para que interessadas pudessem entrar em contato e compartilhar suas experiências.

As meninas e mulheres que tiveram suas imagens íntimas divulgadas tinham, no momento da entrevista, idade entre 17 e 50 anos. A faixa de idade das profissionais da saúde e da assistência social compreendeu 18 a 62 anos. Dentre as profissionais, foram entrevistadas psicólogas, assistentes sociais e estudantes, pertencentes a órgãos de acolhimento às mulheres, jurídicos, segurança pública, de saúde mental, atendimento privado e projeto voluntário.

Entre as entrevistas, foi possível abranger, além de uma variedade de situações e contextos, idade em que a violência ocorreu com as mulheres, e uma diversidade étnico-racial, socioeconômica e territorial. Entre as mulheres que passaram pela exposição, foram abrangidas 18 cidades de seis estados brasileiros (uma mulher foi exposta também no contexto de uma cidade de grande porte no exterior), sendo capitais, cidades do interior, litorâneas, e regiões metropolitanas de pequeno e médio porte. Entre as profissionais, foram abrangidos cinco municípios de um mesmo estado - capital, município de região metropolitana de pequeno porte e municípios do interior de médio e pequeno porte.

As entrevistas com as mulheres expostas envolveram a descrição do modo como suas imagens foram produzidas e divulgadas, como isso as afetou e se buscaram ajuda, seja no campo das relações pessoais ou institucionais, como serviços jurídicos ou de saúde. As entrevistas com as profissionais envolveram a descrição detalhada dos casos atendidos, os danos causados às meninas e mulheres, os cuidados dispensados a elas e os desafios para esse tipo de atendimento. Em ambas as entrevistas foram abordadas as perspectivas sobre as demandas de cuidado às mulheres que passam por essa experiência, tema tratado em outro trabalho (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021b).

Além de gravadas, as entrevistas foram registradas por escrito. Os registros foram enviados e validados por cada participante. A partir da análise de conteúdo como método empregado (GOMES, 2001), foram definidas unidades e categorias de análise com base em estudos prévios e questões que emergiram do trabalho de campo.

A participação de menor de idade envolveu a assinatura tanto do termo de consentimento como de assentimento por responsável legal. Como meio de preservar a identidade das participantes, foram empregados nomes fictícios. As descrições étnico-raciais aqui feitas foram autodeclaradas.

Direitos Sexuais de Adolescentes no Brasil

Em resgate histórico sobre os direitos sexuais e reprodutivos na adolescência, Moraes e Vitale (2015) apontaram para o fato de que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela invisibilidade desses direitos. Na década de 1970, a adolescência ainda era percebida a partir da reprodução da ideia de rebeldia e, só a partir da década de 1980, iniciaram-se as discussões da adolescência como fase própria. Nesse contexto, houve aproximação da discussão sobre direitos, com foco na gravidez. Finalmente, na década de 1990, com a promulgação do ECA, adolescentes passaram a ser compreendidas/os como sujeitos de direito. Mas é a partir dos anos

2000, especialmente pela atuação dos novos movimentos sociais, que surge a ideia da/o adolescente como sujeito protagonista, com autonomia.

Em outro trabalho, Moraes e Vitale (2012) elencaram os direitos sexuais e reprodutivos garantidos pela legislação brasileira. A análise evidenciou que esses se resumem à Lei Federal nº 6.202, de 1975, que garante às gestantes a continuidade dos estudos em regime domiciliar; ao ECA, que trata dos direitos reprodutivos e da proteção contra o abuso, mas não da sexualidade; e à nota técnica do Programa Nacional DST/AIDS do Ministério da Saúde, que garante o acesso irrestrito a preservativos.

Observa-se que não apenas os direitos são restritos como se resumem a uma perspectiva de saúde deslocada da concepção de integralidade. Estão excluídos diversos direitos essenciais ao exercício pleno da sexualidade, como o direito à livre expressão do desejo ou o direito a viver a sexualidade sem discriminação. Tampouco existe a garantia do direito à educação em sexualidade e do acesso à informação, de modo a possibilitar uma vivência sem medo, vergonha ou culpa.

Em 1997, foi publicado, pelo Ministério da Educação (MEC), o documento Orientação Sexual, que constituiu um dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O documento já trazia uma perspectiva de defesa do direito ao prazer, além da responsabilidade e protagonismo de adolescentes (BRASIL, 1997). Entretanto, diversos estudos têm debatido a insuficiência da educação sexual que se tem promovido nas escolas brasileiras. Furlanetto e colaborador/as (2018) caracterizaram essas abordagens como repressoras e heteronormativas, desenvolvidas, frequentemente, por profissionais da saúde ou restritas a aulas de biologia. Vieira e Matsukura (2017) também apontaram para um predomínio do modelo biológico e preventivo de educação sexual, em detrimento de um modelo psicossocial de abordagem ampla. Filha e Ribeiro (2016) evidenciaram que tais limitações na abordagem também se manifestam nos materiais educativos adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Outra questão significativa é o fato de que os programas de educação sexual são propostas advindas, em sua maioria, do Ministério da Saúde, com pouca participação do Ministério da Educação (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Leite (2012) também defende que o direito sexual precisa estar deslocado da questão da violência e da patologia. Em seu estudo sobre as percepções de conselheiras/os de direitos da criança e adolescente, a autora constatou que a questão da sexualidade adolescente é vista como secundária justamente por responsáveis pela formulação de políticas públicas.

A dificuldade em avançar com este debate no Brasil se relaciona também ao atual contexto de retomada política conservadora observada mundialmente. No caso brasileiro e especificamente no campo educacional, a disseminação da desinformação, a popularização do slogan “ideologia de gênero” e o projeto Escola sem Partido têm exercido efeito na tentativa de cercear os debates sobre gênero nas escolas e, de fato, incidiram sobre as formulações dos planos de educação em todo o país.

A indisposição para olhar ou falar sobre a sexualidade de adolescentes, ou mesmo de ouvi-las/os e assumir que ela existe e precisa ser cuidada como qualquer outra dimensão da vida, contrasta-se, e muito, com os dados sobre gravidez na adolescência no Brasil. O fato de que, na faixa etária de 15 a 19 anos, 59 a cada 1.000 meninas engravidaram no Brasil em 2019 (FREIRE, 2021) escancara que adolescentes têm vida sexual. Negar ou tentar reprimir essa realidade em nada contribui para que essa vivência se estabeleça de forma saudável e prazerosa. Ainda, implica negar os modos como os marcadores sociais da diferença geram diferentes consequências para a vida dessas jovens mães (CHACHAM; MAIA; CAMARGO, 2012). As dificuldades em tratar da questão, sobretudo na instituição escolar, é o que será abordado na seção seguinte.

Gênero, Sexualidade e Escola

A partir de seus estudos sobre sexualidade, Foucault (1993) defendeu a necessidade de romper com o falso silêncio sobre o sexo e descrever seus múltiplos discursos e os modos de controlá-lo. Tais discursos, estabelecidos de normas e, portanto, qualificadores do que passa a ser entendido socialmente como desvio, passam a ser alvo de problematizações na medida em que se alcança ampla compreensão de seus diversos efeitos na vida social. Conforme discute Louro (2000), corpo, gênero e sexualidade não são constituições da natureza, mas dimensões aprendidas e vivenciadas no âmbito da cultura. A autora parte da análise foucaultiana da explicação da dimensão histórica da sexualidade, construída a partir de uma rede discursiva reguladora dos comportamentos.

Louro (2000) argumenta que a preocupação com a correspondência aos padrões de sexo, gênero e sexualidade se relaciona à necessidade de certezas, verdades estáveis, e as normas que delas advêm estabelecem quem são desviantes, sendo a instituição escolar central nesse processo. A escola pratica uma pedagogia da sexualidade, um disciplinamento dos corpos de

modo sutil e eficiente. Essa pedagogia, comumente ausente nos conteúdos programáticos, é praticada no cotidiano, pelos diversos sujeitos da escola.

O que está no cerne da questão, portanto, é a necessidade de compreender essa pedagogia, seus modos e efeitos. Conforme a Nota Técnica 24/2015 do Ministério da Educação (BRASIL, 2015b), a questão que se coloca não é a decisão de inserir ou não a discussão de gênero e sexualidade na escola, mas compreender que ela sempre esteve presente na instituição, embora não de modo evidente. Nesse sentido, diversos estudos têm se dedicado a evidenciar como se constroem tais discursos no processo de socialização escolar.

Duru Bellat (2000) discute o modo como as meninas são educadas para a docilidade e a submissão, o que acaba sendo rentável do ponto de vista da avaliação escolar e constitui-se como fator explicativo do melhor desempenho médio das meninas na Educação Básica em relação ao dos meninos (à exceção de disciplinas na área de exatas, das quais meninas são distanciadas). Por outro lado, Souza (2002) mostrou como a performance masculina adotada por meninas pode garantir espaço na sala de aula.

Não apenas as dimensões de gênero e sexualidade se fazem presentes no contexto escolar. Elas também se articulam com demais marcadores sociais da diferença, sendo a questão étnico-racial central na produção de desigualdades. Carvalho (2004), em sua pesquisa sobre as relações entre gênero e raça e o desempenho escolar, mostrou como a associação da indisciplina com a masculinidade, aliada ao racismo, acaba por acarretar o fracasso acentuado entre meninos negros.

Para além dos discursos escolares que incidem diretamente sobre a sexualidade, que serão aprofundados na seção seguinte com relação às práticas do *sexting* e da exposição violenta de meninas, demais experiências no campo das desigualdades de gênero em sua relação com os campos do conhecimento foram relatadas no âmbito desta pesquisa, como no caso de Kiara. A jovem, negra, com 25 anos no momento da entrevista, fez um curso técnico de mecânica automotiva durante o Ensino Médio em que, em uma turma de 20 estudantes, apenas três eram meninas. Kiara começou a trabalhar, aos 16 anos, em uma fábrica de carros. Aos 18 anos, quando trabalhava na Fiat, foi feita uma montagem com seu rosto e um corpo feminino nu. Ela foi demitida e não conseguiu retornar para o campo de trabalho em que desejava atuar. Dentre as poucas mulheres que trabalhavam lá, restou apenas uma, segundo afirmou Kiara.

Tais questões, relativas aos espaços sociais designados ou não a determinados grupos, obedecem a fatores sócio-históricos que incidem diretamente sobre as trajetórias dos sujeitos. Não apenas por isso, mas também pelo fato da escola reproduzir tais diferenciações, essas

questões deveriam ser problematizadas na própria instituição. Na seção seguinte, os tradicionais discursos escolares sobre a sexualidade serão analisados com relação a práticas contemporâneas.

Divulgação não autorizada de imagens íntimas e o contexto escolar: novas sexualidades e violências e velhas pedagogias

Em seu texto sobre pedagogias escolares da sexualidade, Louro (2000) descreve uma série de valores e práticas voltadas para a educação comportamental e, em especial, das meninas. Conforme discute a autora, a escola precisa estimular a sexualidade “normal”, mas, ao mesmo tempo, contê-la. Nesse sentido, educa para o autodisciplinamento, de modo que cada pessoa seja capaz de se auto vigilar para manter o comportamento padrão, ensinado como correto.

Existe uma associação histórica entre o próprio ambiente escolar, a docência exercida por mulheres e a repressão à manifestação da sexualidade. A associação do magistério à solteirice e virgindade pressupunha assexualidade e ausência de vaidade por parte das professoras (LOURO, 2000).

Em extensão às alunas daquilo que se exigia das professoras, Louro (2000) afirma que das meninas espera-se docilidade e discrição, o oposto da sensualidade, de deixar, por exemplo, determinadas partes do corpo à mostra. Conforme discute a autora, a própria arquitetura escolar envolve maior garantia de privacidade da exposição do corpo feminino, como é o caso dos banheiros.

Entretanto, em oposição à tentativa da escola de padronizar os comportamentos, adolescentes buscam uma identidade e são influenciados também por outras pedagogias, sobretudo pelas mídias de comunicação. Nesse sentido, Louro (2000) menciona o pânico moral pelo fato de jovens, por meio do acesso a conteúdos sexuais disponibilizados na mídia, adotarem comportamentos que não são infantis o suficiente na percepção escolar. Esse contexto certamente se acentua com a difusão do acesso à internet.

A autora (LOURO, 2000) ainda discute que, diante de meninas sexualizadas, a instituição escolar se considera vítima e as meninas culpadas. A escola, contraditoriamente, reforça, assim, sua sexualização e contribui para constitui-la como objeto de desejo. A vivência de gênero e sexualidade fora da norma só pode ser aceita se for ocultada, deve se manter retida no campo do privado e não exposta. Diante deste debate, cabe questionar como têm reagido as escolas, quando fotos íntimas de meninas são divulgadas, fenômeno que tem sido bastante

presente nas instituições. Existe diferença de tratamento caso a iniciativa de retirar as imagens da esfera da intimidade tenha partido ou não das meninas? Como se confrontam as identidades de alunas bem avaliadas e que passam a ter sua sexualidade exposta, seja por opção, seja por uma situação de violência? Essas questões também se colocam para meninos?

Pode-se iniciar a partir da última questão, cuja resposta não exige grandes argumentações. Não apenas a manifestação da sexualidade de meninos não é alvo do controle rigoroso como a das meninas, como a exposição não autorizada de suas imagens ocorre com menos frequência e sem a mesma repressão a seus comportamentos como no caso das meninas.

No âmbito das experiências relatadas nesta pesquisa, foi possível observar três características centrais das instituições escolares na reação à divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas: a negligência com situações de violência, a culpabilização das meninas e a oposição entre o bom desempenho escolar e a manifestação da sexualidade. A omissão da escola em situações de violência ocorreu em diferentes contextos e mostrou ter graves implicações.

Giovana, branca, de 21 anos, moradora de capital, foi exposta, aos 14 anos, no contexto da escola privada em que estudava, supostamente por seu ex-namorado - com quem trocava fotos - quando ela começou a namorar outro menino mais velho. Ela afirmou que a escola certamente soube do ocorrido devido à proximidade entre docentes e estudantes - por exemplo, na aula de educação física - mas ignorou o fato. Ela se lembra da escola ter intervindo apenas em uma situação que envolveu a instituição diretamente, quando um monitor se envolveu com uma aluna.

Tainá e Vivian, ambas psicólogas, relataram atendimentos de adolescentes que começaram a se cortar após terem sido expostas. No caso relatado por Vivian, branca, de 39 anos, psicóloga de um centro de segurança pública de capital, a adolescente de 15 anos atendida por ela havia sido exposta no contexto da escola pelo então namorado abusivo quando ela quis terminar o relacionamento (ele já a estava chantageando a expô-la). Além dos cortes, o desejo de não ir à escola foi o que chamou a atenção de seu pai, a quem a adolescente não iria pedir ajuda caso ele não tivesse percebido que ela estava passando por essa situação.

Já Tainá, branca, de 28 anos, psicóloga de um centro de saúde de uma cidade de pequeno porte, fez o atendimento de três adolescentes de idade entre 13 e 15 anos. As adolescentes tinham em comum a origem em contextos familiares vulneráveis, tanto do ponto de vista econômico como afetivo, e tinham sido encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Nos três casos,

as jovens foram expostas na escola – a adolescente de 13 anos expôs voluntariamente sua foto e foi muito hostilizada por meninas -, o que não apenas agravou seus quadros de saúde mental como contribuiu para que se deparassem com a ausência de suporte familiar e escolar.

Úrsula, negra, de 36 anos, psicóloga de órgão de segurança pública de capital, afirmou que a rede de proteção a crianças e adolescentes e, especificamente, o Conselho Tutelar, estão despreparados para debater esse tipo de questão com adolescentes, uma demanda recorrente e com diversas implicações.

O caso de Bruna, branca, de 18 anos, moradora de uma cidade de pequeno porte do interior, é uma prova emblemática de como a negligência da escola pode favorecer a exposição das meninas a demais tipos de violência. Aos 12 anos de Bruna, seu padrasto havia feito uma montagem com seu rosto e um corpo nu e divulgou na escola. Ele intimidava Bruna com a ameaça de mostrar a foto para sua mãe caso ela não se deixasse ser fotografada nua ou não o deixasse tocá-la. A diretora da escola interrogou Bruna sobre a foto, mas não contactou sua mãe. A mãe de Bruna só foi obrigada a lidar com as violências que a filha sofria aos 15 anos de Bruna, quando foi internada em decorrência de uma tentativa de suicídio.

Tainá mencionou outros dois atendimentos a adolescentes - realizado em consultório privado em outro município de pequeno porte – que evidenciaram o duplo risco da repressão à manifestação da sexualidade de adolescentes e a ausência de diálogo e a internet como lugar central para manifestá-la. As adolescentes, uma de 12 e outra de 15 anos, apresentaram características comuns em suas histórias pelo fato de terem se envolvido com pessoas estranhas na internet e terem encontrado, no universo digital, um espaço para a manifestação da sexualidade, reprimida no contexto familiar. A adolescente de 15 anos chegou a ter fotos suas em que estava nua, enviadas à pessoa estranha, usadas para extorquir seu pai, político de cidade vizinha. Até o acompanhamento realizado por Tainá, a adolescente não chegou a ter consciência do risco a que esteve exposta e sentia saudades do homem com quem conversava, que desapareceu depois da extorsão.

As intervenções por parte da escola, entretanto, quando ocorrem, tendem a centrar exclusivamente na questão do risco e não na possibilidade de vivência da sexualidade de modo autônomo. No contexto desta pesquisa, as reações mais frequentes foram a omissão e a culpabilização da menina que produziu a mídia, sem qualquer forma de responsabilização de quem a divulgou. As formas de lidar com a questão têm se mostrado, frequentemente, deficitárias. No estudo conduzido por Mota (2015), embora a instituição escolar tenha

demonstrado, de modo geral, compreensão de que a prática de divulgação não autorizada de imagens íntimas trata-se de violência contra as meninas, não ofereceu a elas qualquer acolhimento e não responsabilizou quem divulgou as mídias. No contexto desta pesquisa, a escola se omitiu diante da violência e da rejeição vivenciada pelas meninas dentro de sua própria instituição, ou as rejeitou diretamente.

Clarice, branca, de 19 anos, moradora de cidade de pequeno porte de região metropolitana, foi exposta, aos 14 anos, pelo então namorado, no contexto da escola pública onde estudava. A questão chegou até a direção da instituição e Clarice, que contou com pouco apoio, apenas negou ser ela na foto (aparecia seu peito, mas não seu rosto). O fato gerou efeitos negativos para sua saúde mental.

Ninguém falava sobre aquilo, ninguém conversava com as outras pessoas, falar que era errado ficar debochando, falando essas coisas, sabe. Ninguém falou nada comigo de que não era eu que tava errada, era o cara que tava errado, ninguém falou isso pra mim. [...] O que atrapalhou talvez foi a abordagem da escola, talvez eu tivesse mais coragem pra enfrentar se eles tivessem dado um apoio melhor. [...] Eles não conversaram com o resto dos alunos, só comigo, só tirou satisfação comigo.

A oposição entre o bom desempenho escolar e a manifestação da sexualidade foi manifestada pela própria instituição e por colegas. Em algumas situações, houve, de fato, queda do rendimento das meninas como consequência da violência vivenciada.

Daniela, parda, de 19 anos, moradora de capital, foi exposta aos 14 anos por um colega no contexto da escola pública onde estudavam. Segundo contou, ela, que era a primeira da turma, teve uma grande queda no rendimento escolar e passou a ser a quinta. A coordenadora da escola, que tinha grande afeto por Daniela e a chamava de filha, não queria mais falar com ela. Ela sofreu sanções ainda maiores no contexto familiar, que já era um contexto violento, e teve um agravamento do seu quadro de saúde mental.

Elisa, amarela, de 19 anos, moradora de cidade de pequeno porte de região metropolitana, foi exposta aos 12 anos no contexto de uma escola de classe média alta. Meninos com quem ela já havia ficado, e eram amigos entre si, divulgaram uma imagem sua em que ela estava com as costas nuas olhando para trás. A escola, em um primeiro momento, pareceu acolhedora, mas, posteriormente, em conversa com a mãe e o pai de Elisa, sugeriu que Elisa se retirasse da escola. Após a saída da escola, Elisa chegou a estudar em outras quatro instituições privadas, sendo que as primeiras mudanças foram marcadas pelo medo de colegas da nova

escola saberem de sua imagem divulgada. Apenas na última instituição, em que desenvolveu boa sociabilidade com colegas, ela recuperou seu bom desempenho escolar, chegando a participar de olimpíada de matemática.

Eu acho que eu comecei a ir, tipo assim, mal na escola. É, e eu, tipo assim, sempre fui muito bem na escola, e nessa época eu comecei a, tipo assim, ir muito mal. É, e aí depois eu piorei. [...] E também se tivesse um preparo melhor da escola, tipo, ter lidado com isso teria sido bem melhor também.

Pilar, negra, de 33 anos, foi exposta no contexto de uma cidade de pequeno porte do interior aos 23 anos. O homem que formatou o computador de seu então namorado divulgou, no contexto da faculdade em que estudavam, um vídeo em que ela estava em pose provocativa no sofá, em que não se via seu rosto, mas sua tatuagem. Pilar sofreu diversos assédios e ficou muito marcada por eles. Ela contou que a imagem que tinha de boa aluna foi apagada pela divulgação do vídeo.

As pessoas são muito preconceituosas, né. Eu fiz quatro anos de faculdade, eu entrava lá 7h da manhã e saía às 23, sempre fui muito dedicada, e às vezes um vídeo desse, né, transforma a pessoa em outra. E aí eu sempre pensei muito nisso porque, assim, na época, lá, todo mundo lá falava como eu sempre fui muito dedicada, sabe, e mesmo assim. E aí foi bem complexo, foi bem complicado.

A ideia de que as identidades de boa aluna e de menina que manifesta sua sexualidade são mutuamente excludentes esteve presente também no relato de Rosa. A jovem, branca, de 17 anos, moradora de uma cidade de médio porte do interior, atua como voluntária em um projeto de acolhimento a mulheres em situação de violência. Ela contou da prática frequente de expor meninas em páginas de fofoca e em listas que elencam as meninas mais “vadias”. Por já ter postado foto de biquíni em rede social, ela ficou com medo de ser exposta em lista, em um momento que muitas meninas estavam sendo expostas, conforme contou: “Só que, na época, eu, tipo assim, eu era taxada como a CDF da sala, a idiota que só gostava de estudar, entendeu? Então acho que por isso que eu não apareci [na lista]”.

Foi possível observar, portanto, como a condenação da sexualidade por parte de mulheres se reproduz no âmbito das instituições de ensino. O silêncio sobre o direito à livre manifestação da sexualidade e sobre as situações de violência e a culpabilização de meninas

encontra na dicotomização entre os perfis de boa aluna e “vadia” uma consequência. O desempenho escolar tanto pode sofrer queda como efeito da violência sofrida e da rejeição por parte da instituição escolar, como pode ser simplesmente negligenciado diante da imposição da imagem sexual que tende a prevalecer. O que se percebe é uma espécie de imposição de uma escolha, por parte das meninas, entre dois comportamentos que não podem conviver juntos, a dedicação aos estudos e a manifestação da sexualidade, imposição essa que não se coloca para os meninos. A demanda pelo debate sobre esse tipo de discurso reproduzido no âmbito educacional resulta da constatação de que ele obstaculiza a garantia de dois direitos fundamentais das meninas, o de acesso à educação e o de vivência plena da sexualidade. Os caminhos para a reconstrução desse tipo de pedagogia é o que será abordado na sequência.

Caminhos para uma educação em saúde e sexualidade – a dimensão do desejo

Em muitas experiências relatadas no âmbito da pesquisa, a exposição não autorizada da intimidade impulsionou a autorreflexão, por parte das meninas, sobre seus modos de vivenciar a sexualidade. Duas questões chamaram a atenção nos relatos por apontarem demandas para iniciativas de promoção de uma educação em sexualidade pautada na autonomia das mulheres. A primeira questão diz respeito ao fato de meninas terem revelado que a produção da mídia erótica não envolveu o desejo delas, mas dos meninos com quem estavam se relacionando. A segunda questão diz respeito à ausência de consciência de que a situação vivida tratou-se de uma violência.

Com relação à primeira questão, observa-se que a autonomia na vivência da sexualidade não é um pressuposto para meninas e precisa, portanto, ser discutida. Defende-se que não existe autonomia alienada do próprio desejo, e que sua compreensão é o ponto de partida para a vivência da sexualidade de forma saudável e prazerosa. A alienação do próprio desejo se mostrou relacionada à ausência de autoestima e autoconhecimento.

Com relação à segunda questão, a não distinção entre a prática da sexualidade e a situação de violência ocorreu por parte das instituições escolares e também por meninas. Cabe apontar que essa confusão se coloca no próprio meio acadêmico quando toma tais situações como objeto de análise, conforme discutido em outro trabalho (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021a).

Ter a intimidade exposta assume diferentes significados para as meninas. Muitas vezes, os piores danos experienciados não se referem à exposição em si, mas a consequências para suas relações (PATROCINO, BEVILACQUA, 2021b). Cientes da distinção entre as práticas

violentas e aquelas realizadas de forma autônoma, muitas meninas relataram seguir compartilhando imagens eróticas de modo prazeroso. Além disso, a prática de fotografar a própria nudez assume também acepções políticas e de resistência, seja pela livre sexualidade das mulheres, seja pela contestação da imposição de padrões de beleza. Tais acepções foram identificadas nos relatos desta pesquisa e também analisadas em outros trabalhos (SILVA, 2018a; SILVA, 2018b).

O não reconhecimento da violência por parte delas foi relatado por duas psicólogas - como em um dos casos atendidos por Tainá - e também consta em outro estudo (JÚNIOR; BRITO, 2020). A atribuição da responsabilidade a outra mulher foi relatada por outras duas psicólogas. De fato, as listas que elencam as mais “vadias” podem ser elaboradas por meninas, como manifestação da reprodução da rivalidade feminina (ALBUQUERQUE, 2015).

Entre meninas que foram expostas, algumas relataram terem mantido a relação com os meninos que divulgaram suas imagens íntimas. A manutenção da amizade ou namoro por parte das meninas ocorreu seja por uma forma de se relacionar de característica diplomática, ainda que tenha envolvido sofrimento – talvez abafado - como no caso de Giovana, seja pela dificuldade em interromper um relacionamento abusivo, como no caso de Helena. Giovana revelou ter dificuldade de lembrar especificamente deste momento de sua vida.

Meio que eu lembro das coisas mas eu lembro meio vagamente, se não eu te daria mais detalhes. Eu acho que eu meio que excluí, porque eu tenho uma memória muito boa. Mas eu escolhi anular (risos) essas lembranças. Eu sei que aconteceu, eu sei que eu fiquei triste, mas não lembro se eu falei com alguém. Porque normalmente, quando eu fico triste, eu sei exatamente o lugar que eu tava, se eu chorei, com quem eu tava, mais ou menos alguma coisa que aconteceu. Mas eu coloquei de lado essas lembranças.

Helena, branca, de 21 anos, moradora de capital, foi exposta pelo então namorado duas vezes durante o Ensino Médio no contexto da escola pública onde estudavam. Embora ela tenha ficado muito triste, manteve o namoro após as duas exposições. A primeira exposição ocorreu no segundo ano do relacionamento, que chegou a durar aproximadamente seis anos.

Muitas profissionais da assistência discutiram a importância da educação sexual no âmbito escolar, seja por dificuldade das famílias em instruir jovens, seja pela especificidade deste período da vida, em que é preciso fortalecer o autoconhecimento e a autoestima. Adriana, branca, de 62 anos, psicóloga de órgão de capital de acolhimento a mulheres, havia feito três atendimentos de meninas expostas no último ano. Ela afirmou que as vivências de violência e

exposição são mais destrutivas na adolescência, pois é uma fase em que ainda não se tem uma estrutura emocional bem desenvolvida.

Maura, negra, de 28 anos, moradora de cidade de grande porte de região metropolitana, foi exposta aos 20 anos por dois amigos. Atualmente professora da rede privada, ela avalia que o ocorrido tem efeitos sobre o exercício de sua profissão e ela já chegou a conversar sobre assédio com suas alunas. Ela defende que é preciso que meninas tenham autoconfiança e também conhecimento dos riscos que a exposição envolve.

E ter essa autoestima eu acho que é muito importante. É um risco também a maneira como elas vão expor as fotos que elas tiram delas, né. Então eu acho que encontrar um equilíbrio aí, entre essas meninas se sentirem confiantes, se sentirem confortáveis com elas mesmas e também estarem conscientes do que a exposição dessas imagens delas pode gerar por aí, isso é muito importante.

Conforme afirma Manzanero (2021) a partir de análise da condição juvenil na América Latina e Caribe, dentre as práticas promissoras para a promoção dos direitos de adolescentes e jovens, estão a educação integral em sexualidade, programas centrados em meninas, programas que problematizem masculinidades com homens jovens e programas de prevenção à violência. Segundo afirma o autor, investir em juventudes é um meio de promoção de justiça social e investir na saúde gera um triplo dividendo, por trazer benefício para a pessoa jovem, em sua fase adulta e na próxima geração. Ele pondera, ainda, que, para isso, é preciso garantir a participação de jovens e o acesso a recursos e a instâncias de poder.

Como argumentam outras autoras (LEITE, 2012; VIEIRA; MATSUKURA, 2017) a educação em saúde e sexualidade precisa focar na autonomia e em habilidades, e não ser reduzida a riscos, violências e infecções. A partir da análise das experiências de meninas que tiveram sua intimidade exposta no contexto de novas práticas do universo digital, foi possível identificar a crescente demanda pela defesa e promoção da vivência da sexualidade feminina de forma autônoma, que envolva autoconhecimento, relação direta com seu próprio desejo e, assim, esteja livre de violência. Esse debate não pode estar deslocado da questão de gênero e da compreensão de como a normatização de comportamentos baseada em diferenças sexuais implica em limitações para a vivência da sexualidade e contribui para a reprodução de práticas violentas.

Conforme defende Louro (2000), o ocultamento de um determinado debate se contrapõe ao próprio processo educativo. Seria preciso, portanto, reconstruir a pedagogia da sexualidade que se tem praticado nas instituições escolares.

Considerações Finais

Buscou-se responder à pergunta feita no título deste texto a partir de dois debates centrais. Tratam-se de discussões no âmbito da restrição a direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes no Brasil e também sobre a reprodução de padrões de gênero e sexualidade nos discursos escolares.

A prática contemporânea de compartilhar o autorretrato nu e a divulgação não autorizada de imagens íntimas de meninas têm se manifestado com frequência no contexto escolar. Evidenciou-se que as instituições têm negligenciado situações de violência e reproduzido a prática de culpabilização das meninas. Além disso, a oposição, do ponto de vista institucional, entre a manifestação da sexualidade e o bom desempenho das meninas, revelou-se ainda mais intensa, o que contribui com processos de exclusão escolar.

As novas práticas de vivência da sexualidade e também de violência contra as meninas têm a lembrar à escola sua responsabilidade na promoção de uma educação em gênero e sexualidade como caminho indispensável à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes. As dimensões do desejo, do autoconhecimento, da autoestima e da autonomia mostraram-se centrais para esse processo educativo, em detrimento de abordagens reduzidas a questões como risco ou aspectos puramente biológicos.

Referências

ALBUQUERQUE, Sylvia. Meninas abandonam estudos e tentam suicídio após entrar para lista das “mais vadias”. *R7.com*, 27 maio 2015. São Paulo. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/meninas-abandonam-estudos-e-tentam-suicidio-apos-entrar-para-lista-das-mais-vadias-27052015>>. Acesso em: 6 out. 2021.

BOYD, danah. Why Youth (Heart) Social Network Sites: The Role of Networked Publics in Teenage Social Life. *Youth, Identity, and Digital Media Volume*. MacArthur Foundation Series on Digital Learning. Cambridge: MIT Press, 2007. Disponível em: <<https://www.danah.org/papers/WhyYouthHeart.pdf>>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

BRASIL. Lei Federal 13.718. Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. , 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>.

BRASIL. Lei Federal 13.185. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. , 6 nov. 2015 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>.

BRASIL. *Nota Técnica 24*. Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. 2015b.

BRASIL. *PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual*. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, v. 22, p. 247–290, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/qRmTmwBC9b7KPyYkWFv5YXG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2021.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara; CAMARGO, Malco Braga. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 2, p. 389–407, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/K9szWRX78C4w3gmZtKdKRdg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2021.

DURU-BELLAT, Marie. Filles et garçons à l'école, approches sociologiques et psychosociales. In: FORQUIN, JEAN-CLAUDE. *Sociologie de l'éducation - nouvelles approches, nouveaux objets*. Paris: INPR, 2000. p. 221–287.

FILHA, Célia de Souza Ladislau; RIBEIRO, Gabriel. The approach to sexuality in PNLD textbooks: a focus on STI/AIDS and condoms. *Ciência e Educação (Bauru)*, v. 22, n. 3, p. 773–788, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151673132016000300773&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREIRE, Tâmara. IBGE mapeia casamento e gravidez na adolescência. *Radioagência Brasil*, Rio de Janeiro, 4 mar. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-03/ibge-mapeia-casamento-e-gravidez-na-adolescencia>>. Acesso em: 30 set. 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 550–571, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742018000200550&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2021.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva; BRITO, Leandro Teófilo de. Entre nudes, acontecimentos e performatizações: normatizações/ deslocamentos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar.

2. v. 8, n. Interfaces Científicas, mar. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7682/3791>>. Acesso em: 07 out. 2021.

LEITE, Vanessa. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. *Psicologia Clínica*, v. 24, n. 1, p. 89–103, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 out. 2021.

LINS, Beatriz Accioly. *Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos*. 2019. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, GUACIRA LOPES. *O corpo educado - pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANZANERO, José Roberto Luna. Juventudes en América Latina y el Caribe en perspectiva: panorama de la situación, desafíos e intervenciones promisoras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2565–2573, jul. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/s4rGVVm5hK5dCS4pVCbj7H/?lang=es>>. Acesso em: 07 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves De; NJAINE, Kathie. *Amor e violência - um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MOHAN, Megha. “Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô”. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 58, n. 1, p. 48–52, fev. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ramb/a/xmPVyy3tkyrL5f5jJDyWVcS/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2021.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 8, p. 2523–2531, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hs9zyhZ38mPTnn8c6CHgShh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2021.

MOTA, Bruna Germana Nunes. *Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas digitais*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2015.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Sobre risco, violência e gênero: revisão da produção da saúde sobre o sexting entre jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2709–2718, 2 jul. 2021a. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/zDCwBsn5t6jBkPfBsHsMByN/?lang=pt>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. Divulgação não autorizada de imagem íntima: danos à saúde das mulheres e produção de cuidados. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e210031, 2021b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/65dT44Qw3bLtmbsXRppSgXJ/?lang=pt#:~:text=A%20divulg%20a%20C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20autorizada%20da,de%20viol%C3%Aancia%20c%20ontra%20as%20mulheres.>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 620–632, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200620&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Thereza Nardelli e. “Seremos nosso porta-retrato e já estamos portando essa tela”: miradas em nudes autopublicados no Tumblr Bucepowergang. 2018a. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30114>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SILVA, Luiza Cristina Silva. *Currículo da nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciberculturais de nude selfie*. 2018b. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B26MBS>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SOUZA, Érica Renata de. Construindo “Masculinidades Femininas”. In: ALMEIDA, HELOÍSA BUARQUE DE *et al.* (Org.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: São Francisco, 2002.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo De. *Exposição pornográfica não consentida na internet: da vingança ao lucro*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017. v. 01. (Coleção Cybercrimes).

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LVjDxGRKtkZTWX4kSNzmQ8v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2021.

6 CONCLUSÕES

A exposição não autorizada da intimidade das mulheres ocorre por diversas motivações e modos. Os modos se diferenciam na forma de produção, obtenção e divulgação das mídias, sendo as mais violentas aquelas em que não apenas a divulgação não é autorizada, mas também a produção e obtenção das mídias, podendo ser até mesmo de desconhecimento das mulheres.

As motivações também são diversas. As mais comuns são o controle da sexualidade das mulheres, vingança pelo término do relacionamento, fins comerciais e políticos, não envolvendo apenas a dimensão da sexualidade.

A exposição da intimidade se mostrou um evento ainda mais alarmante no âmbito da sociabilidade adolescente, por meio da formulação das “listas” e “páginas de fofoca”, que expõem, insultam as adolescentes e demonstram um forte teor de controle de sua sexualidade. Tal questão se mostrou particularmente grave devido à alta frequência com que ocorre, com meninas em idade escolar e com estrutura emocional menos desenvolvida para enfrentar as violências e, comumente, não chegando ao conhecimento do universo adulto.

A exposição da intimidade se mostrou associada a outras formas de violência contra as mulheres. No campo das produções simbólicas, racismo e gordofobia foram as formas de violência mais evidentes, assim como uma espécie de pornificação dos padrões estéticos, relacionada sobretudo à coibição da presença de pelos pubianos nas mulheres.

Os danos da exposição às mulheres assumem formas muito particulares e se relacionam aos recursos, tanto práticos como emocionais, para enfrentar a situação de violência. O surgimento ou a intensificação de agravos como transtorno alimentar, alcoolismo, automutilação, depressão, ideações e tentativas de suicídio, fobias, dificuldades de se relacionar socialmente e problemas de autoestima, além dos sentimentos de culpa e vergonha, foram observados no âmbito desta pesquisa.

Os processos de revitimização na atenção às mulheres em situação de violência, sobretudo por parte da polícia, e o despreparo de profissionais, de modo geral, foram descritos com alta frequência para as situações de exposição. A incompreensão, o julgamento e a falta de apoio no âmbito das relações pessoais das mulheres também se mostraram como um forte fator de revitimização, assim como o acolhimento se mostrou como recurso determinante na superação da violência.

Os cuidados às mulheres que passaram pela violência da exposição mostraram ter, como grande desafio, a não revitimização da exposição durante o atendimento. Como grande possibilidade está o foco no fortalecimento da autoestima e do protagonismo das mulheres no processo de superação do lugar de vítima e, conseqüentemente, da violência.

Em relação às possibilidades de autonomia na experiência das mulheres no ato de auto fotografar e expor a própria nudez, observou-se a centralidade da compreensão do próprio desejo. Suas diferentes dimensões, que perpassam questões estruturais e subjetivas, estiveram relacionadas aos significados atribuídos às experiências que viveram.

As relações escolares no âmbito da prática da exposição da própria nudez e da exposição não autorizada da imagem foram marcadas por três características. São elas a omissão diante da violência, a culpabilização das meninas e a reprodução da dicotomia entre bom desempenho escolar e manifestação da sexualidade por parte das meninas.

No que concerne às contribuições do campo acadêmico na elaboração de conhecimentos que possam subsidiar ações políticas, a análise da abordagem tradicional epidemiológica demonstrou grande equívoco ao desprezar a questão como uma violência de gênero. Além disso, subestima a capacidade de autonomia das mulheres na vivência de sua sexualidade. Por outro lado, a abordagem da vivência da sexualidade das mulheres relacionada ao uso dos ambientes digitais em sua ambigüidade se mostrou um caminho frutífero para uma melhor compreensão daquilo que é vivenciado no campo do prazer e o que se trata de violência a ser enfrentada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS/ RECOMENDAÇÕES

Não sei se alguém já pensou nisso antes, mas sempre me pareceu que um fato, para ter verdadeiramente realidade, precisa acontecer subjetivamente dentro de nós, depois de ter acontecido objetivamente, no mundo real.

As Três Marias – Rachel de Queiroz

Os resultados encontrados neste trabalho apontaram para a necessidade da criação de mecanismos políticos e jurídicos mais potentes a fim de fiscalizar e coibir a exploração comercial erótica de mídias de mulheres obtidas de modo ilegal, algo que comumente ocorre e é negligenciado. Do ponto de vista ético, social e político, é inaceitável que empresas gerem lucros a partir de práticas de violência e exploração extremamente danosas às mulheres, revitimando-as ainda mais.

Os resultados apontaram também para a necessidade de ampliação do debate público, seja em espaços políticos ou educativos, sobre a exposição da intimidade de mulheres. É preciso dar maior visibilidade à questão e possibilitar sua compreensão de modo mais amplo, contribuindo, assim, para seu enfrentamento.

O desenvolvimento de protocolos de atendimento, de materiais de educação em saúde e sexualidade e orientações na produção de cuidados se fazem necessários no âmbito da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. É fundamental que, tendo como foco a promoção da saúde integral das mulheres, haja participação ativa das mulheres nos processos de formulações de tais políticas.

Por fim, aponta-se para lacunas na compreensão da violência da exposição, a serem exploradas em trabalhos futuros, a saber: a experiência dessa violência por parte da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos e assexuais (LGBTQIA+) e demais grupos identitários. Além disso, aponta-se para a necessidade de análises das ações violentas a partir da compreensão das masculinidades, que possam embasar iniciativas educacionais e comunicacionais voltadas para os homens.

Defende-se que, como em demais campos de estudo, o aprofundamento e a complexificação da compreensão dessa questão exigem que à ela se dediquem pessoas de

diferentes grupos sociais, étnico-raciais, culturais, geracionais, territoriais etc., que possam apontar para novas questões não abrangidas neste trabalho. Reitera-se a coerência das análises que têm como ponto de partida as experiências dos sujeitos e os sentidos que atribuem ao que viveram.

9 APÊNDICES

9.1 Apêndice A: Resumo das entrevistas realizadas com mulheres

<p>Nome Fictício</p> <p>Idade</p> <p>Raça/Cor</p> <p>Localidade</p>	<p>Produção da Mídia</p> <p>Divulgação da Mídia</p> <p>Efeitos</p> <p>Contexto</p>
<p>Amanda</p> <p>17 anos</p> <p>Branca</p> <p>Região Sul.</p> <p>Estado A.</p> <p>Cidade de médio porte do interior.</p>	<p>Produção da Mídia: Foto em que estava arrumada para sair, aos 16 anos (era perceptível que era menor de idade), estava postada no Facebook.</p> <p>Divulgação da Mídia: Foto foi usada para divulgar uma casa de prostituição via redes sociais entre grupos da capital e cidades do entorno, como se Amanda fosse uma das prostitutas que trabalhava na casa.</p> <p>Efeitos: Amanda estava na escola quando foi comunicada pela mãe, via celular, da divulgação. A mãe de Amanda soube quando a divulgação chegou a um amigo de sua irmã. Amanda chorou muito e teve muito medo de que chegasse a grupos da cidade e pensassem que ela estava trabalhando como prostituta. Ela recebeu apoio da mãe, da tia, e da direção da escola. Fizeram Boletim de Ocorrência, mas não foi possível localizar a casa de prostituição. Ela ficou magoada com a amiga que, ao ouvir seu relato, aconselhou-a a não se expor tanto nas redes sociais. Sua mãe perguntou se ela queria fazer terapia, mas, depois de uma semana, ela já se sentia bem. Ela recebeu apoio de amigo que depois se tornou seu então namorado.</p> <p>Contexto: Amanda tem relação próxima com sua mãe. Ela é crítica quanto à sexualização do corpo feminino. Amanda diz não negativizar a prostituição, mas pensa que não suportaria o julgamento de uma cidade onde, segundo afirma, há apenas cinco anos, acontecia casamento arranjado. Ela gosta muito de tirar fotos e publicar em redes sociais, mas não posta as mais íntimas e nem envia ao namorado, apenas mostra, por medo que sentem de serem divulgadas. Ela fez terapia no início do Ensino Médio quando sofreu hostilização de colegas. Hoje acredita que ela e colegas amadureceram. Ela se fortaleceu por meio de relatos na internet e acha que hoje não teria medo e se posicionaria pelas redes sociais, caso fosse julgada. Amanda acredita no potencial do apoio entre mulheres. Ela tem uma amiga que teve uma foto de nudez divulgada pelo ex-namorado um dia antes de sua festa de 15 anos, o que fez com que estivesse mal durante a festa, apesar de ter recebido apoio da família. Amanda estuda em escola privada e começou a trabalhar no ano anterior como recepcionista de um serviço público, para ter mais autonomia.</p>
<p>Bruna</p> <p>18 anos</p>	<p>Produção da Mídia: Padrasto fez montagem com corpo nu e rosto de Bruna, aos 12 anos, e pediu para ela fotografar seu corpo para provar que,</p>

<p>Branca</p> <p>Região Sudeste.</p> <p>Estado A.</p> <p>Cidade de pequeno porte do interior (10 mil habitantes).</p>	<p>na montagem, não era ela (fotos não apareciam rosto). Depois ele pediu para ele mesmo fotografar e tentou tocá-la.</p> <p>Divulgação da Mídia: Padrasto divulgou montagem no contexto da escola e Bruna não sabe o que ele fez com as fotos reais.</p> <p>Efeitos: A diretora da escola interrogou Bruna pela foto. As mães de colegas não queriam que suas filhas se relacionassem com Bruna. Bruna pedia à mãe para não ir à escola, não queria sair de casa e desfez perfil em rede social. O padrasto ameaçava mostrar a montagem para mãe de Bruna se ela não o deixasse tocá-la. Aos 15 anos, quando teve crise e foi internada, ela contou para mãe, com incentivo do namorado (namoravam há aproximadamente um ano) e sogra e fizeram Boletim de Ocorrência, mas atualmente retiraram a queixa, sob justificativa da mãe de que padrasto poderia parar de pagar a pensão de sua filha mais nova, de 5 anos, filha dele, e que, no julgamento, Bruna teria que ouvir a leitura de tudo o que ela viveu novamente. O padrasto negava e dizia ser plano de Bruna e namorado para separarem o casal. A polícia sugeriu terapia para Bruna. A psicóloga disse à mãe de Bruna que suas escolhas não faziam bem a Bruna, e a mãe interrompeu o tratamento com menos de um mês, alegando que terapia era para gente doida e que estava interferindo em sua autoridade. Também foi contra Bruna usar medicamento, achava que homeopatia era suficiente. Bruna não falava diretamente com pai (policial) por medo da reação dele e da violência do padrasto, ela apenas insinuava que não gostava do padrasto. Bruna compartilhava provas de mensagens de assédio do padrasto no celular com amigo, que depois perdeu o celular. Bruna se cortava, com marcas visíveis, e quando foi hospitalizada, tomou tanto medicamento que chegou a ser desacreditada por médico. Quando contou à tia (melhor amiga da mãe), tia disse que imaginava assédio, pois padrasto tinha muito ciúmes dela. Ela e outras tias demonstraram muita preocupação. Entretanto, no último ano novo, convidaram ele para a festa da família. Tias acham que mãe deve ficar com padrasto porque casaram na Igreja (Católica). Uma delas disse ter perdoado traição do marido e que mãe de Bruna também deveria perdoar seu padrasto. A relação de sua família com o padrasto é o que mais a magoa. Ela teve dificuldades para viver sexualidade. Beijava meninas e demorou a se sentir confortável com namorado, até hoje tem dificuldade. Não se sentiu tão julgada pela foto montada, nem por seu comportamento sexual, apenas bloqueava pessoas que a importunavam pelas redes sociais. No Ensino Médio, foi para escola pública para tentar cota e, lá, se sentiu mais acolhida, mas chegaram a pensar que seu comportamento se devia a uso de drogas. Ela quase foi reprovada nesse período. Bruna não gosta de fotos. Ela faz terapia há 3 meses e provavelmente agora iniciará tratamento psiquiátrico.</p> <p>Contexto: O padrasto é casado com a mãe de Bruna desde seus 2 anos. O primeiro assédio que Bruna sofreu de seu padrasto foi aos 6 anos, depois dos 10 até os 15 anos. A segunda vez que o padrasto a tocou foi na frente da mãe, na cama. Ele levantava a saia dela, fazia comentários sobre a calcinha. Por perfil falso, padrasto enviava fotos de seu corpo nu e a</p>
---	---

	<p>ameaçava pedindo fotos dela. Ele ficava nu diante dela em casa. Ela tinha medo de dormir, pois acordava com ele em cima dela. Ele não deixava o quarto dela ter porta sob justificativa de que ela faria coisa errada. Quando a mãe de Bruna engravidou, ele foi dormir em quarto externo, mas mãe de Bruna não deixava ela trancar a porta do corredor, sob justificativa de que ele ia de madrugada matar pernilongo para ela. Aos 13 anos, Bruna acordou com pênis de padrasto em sua boca, implorou para dormir com mãe e logo depois acordou assustada com mãe e padrasto transando. Ele gritava que ela já era grande e sabia do que se tratava e mãe chorava se desculpando. Ele bateu na barriga da mãe quando ela estava grávida da irmã mais nova. Em uma das vezes, Bruna interferiu e teve o braço torcido por ele (mãe fez Boletim de Ocorrência e depois retirou). Mãe de Bruna não acredita, mas a própria mãe de seu padrasto afirma que ele tem um histórico de criminalidade e ofereceu ajuda a Bruna, caso ele fizesse algo a ela. Ele já agrediu e ameaçou de morte um homem que olhou para a mãe de Bruna e também já espancou sua filha mais velha. Ele é respeitado na cidade, tem cargo comissionado no município e é amigo de policiais. Só não vai até a capital, de onde veio, pois é jurado de morte. Mãe de Bruna foi morar com sua mãe, avó de Bruna, para cuidar dela (pouco tempo depois de Bruna ter sido internada). A avó sabe que padrasto é agressivo, mas desconhece outras questões. A mãe se desculpa com Bruna, mas continua saindo com ele e se justifica pela irmã mais nova. Ela o elogia e depois se desculpa e fala que tem nojo dele. A família da mãe de Bruna gosta dele e elogia o fato dele ajudar a família. A mãe iniciou curso da área da saúde, mas não concluiu porque associava situações com criança a Bruna. A mãe é autônoma financeiramente, embora sempre recebeu ajuda do padrasto e pensão do pai de Bruna. A mãe de Bruna dizia a ela para se preservar em fotos, para não instigar o instinto masculino. Bruna sente raiva e pena da mãe. Ela tem medo pela irmã mais nova, que gosta muito de seu pai. Atualmente, Bruna mora com namorado em cidade de médio porte, onde estudam. Bruna recebe apoio financeiro do pai.</p>
<p>Clarice 19 anos Branca Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte da Região Metropolitana A.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 14 anos enviou foto (aparecia peito, mas não rosto) ao então namorado de 19 anos, sem muita vontade, a pedido dele.</p> <p>Divulgação da Mídia: A foto foi divulgada pelo então namorado no contexto da escola pública em que estudavam e chegou à direção.</p> <p>Efeitos: A direção da escola questionou Clarice e ela contou à madrasta. A madrasta aconselhou Clarice a negar ser ela na foto e não falou mais sobre isso. Clarice não quis denunciar por não confiar na polícia. Ela sofreu deboche por ter seios grandes e passou a esconder o corpo com roupas de frio. Ela teve apoio das amigas da escola apenas no início, depois mudou de escola e ficava sozinha no recreio. Clarice tinha quadro de bulimia que se agravou. Ela chegou a tentar se cortar. Ela tinha desejo de ser modelo. Até hoje se sente insatisfeita com corpo. Clarice tinha medo de que pessoas estivessem ficando com ela por sexo. Ela é bissexual e no momento tem um namorado, mas tem mais dificuldade de confiar em homens. Ela deixou de</p>

	<p>se entender como culpada conversando com amigas no Ensino Médio e percebeu que podia apoiar outras meninas.</p> <p>Contexto: Clarice perdeu a tia que a criou na época. Seu pai não levou a sério quando ela contou ter bulimia, disse que não acontece com pobre. Ela morou um tempo com a mãe, com quem não tem boa relação, quando pai descobriu que ela se relacionava com mulheres. Clarice iniciou terapia apenas há um ano, em decorrência do sofrimento gerado pelos insultos recebidos como operadora de telemarketing. Ela trabalha em gráfica e vai iniciar faculdade.</p>
<p>Daniela 19 anos Parda Região Sudeste. Estado B. Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 14 anos, recebeu foto de um menino da escola pública onde estudava, com quem não tinha muita relação e começou a enviar também.</p> <p>Divulgação da Mídia: Quando ela interrompeu a troca de fotos com menino, ele começou a mostrar as fotos para pessoas na escola - inclusive para meninas com quem ela não tinha boa relação por ser preferida por professoras/es - e depois compartilhou. Quando pai viu fotos, mostrou a toda sua família, avó, tios, tias de Daniela.</p> <p>Efeitos: O menino que divulgou se desculpou com ela sem muita profundidade. A tia de Daniela foi até a escola falar com ela porque amigo de seu marido tinha visto a foto. Daniela negou ser ela nas fotos. Ela foi chamada de puta na escola, pessoas pediam mais fotos. Sentia que era lembrada pela foto quando queria ficar com alguém. A coordenadora, que a chamava de filha, não queria mais falar com ela. Seu rendimento escolar caiu muito, deixou de ser a primeira da turma e passou a ser a quinta. Daniela recebeu apoio de amiga, mas que também a censurou. Daniela passou a delatar colegas como revanche. Ela já tinha fragilidades emocionais, pela relação na família e sobretudo agressividade do pai, que se agravaram. Sua mãe viu seu celular e a agrediu física e verbalmente. Seu pai foi sarcástico, afirmando que já sabia que Daniela não tinha valor. Quando pai viu as fotos, acusou a mãe de incentivar o comportamento promíscuo de Daniela e Daniela correu muito, até outro bairro, e ficou algum tempo em uma avenida do bairro tendo ideias suicidas. Depois, ela foi até a casa de sua amiga conversar com ela e sua mãe pastora. Ela soube que mãe agrediu fisicamente o pai, com medo de que acontecesse algo a Daniela. Ela voltou para casa porque soube que sua avó estava passando mal por preocupação. Ela foi acolhida por avó e tia/madrinha. Seu pai a expulsou de casa e ela foi morar com avó materna, e nunca mais falou com o pai. A mãe ficou só três dias com ela na casa de sua avó materna e voltou para casa onde morava com o pai de Daniela. Sua tia paterna falou, por muito tempo, que ela foi burra. Familiares diziam que ela não precisava ter perdido a casa, ter ido dividir a cama com a avó. Daniela apresenta práticas de autolesão há alguns anos, minimizadas pela família. Ela já pulou do terraço, tomou água sanitária e se cortou. Ela deixou de ser expansiva e passou a ter vergonha, a ter medo de insetos, que antes não tinha.</p>

Mensalmente, tem crise de choro à noite, de madrugada, se arranha deixando marcas, bate a cabeça na parede, quer gritar. Ela tem dormido muito e ingerido muito açúcar. Quando pensa em se matar, ela desiste pensando que seu irmão mais novo precisa dela. Ela acredita que isso acontece desde os 10 anos (primeiros espancamentos por parte do pai). Sua mãe disse que ela não tinha direito de falar nada sobre seu relacionamento com pai porque ela tinha feito coisas piores se expondo. Daniela se sentiu muito exposta na escola, mas muito mais em casa. Ela relata que aprendeu a ser mais seletiva com as relações e que tem desejo de fazer acompanhamento terapêutico.

Contexto: Logo antes de ser exposta, Daniela tinha participado de uma oficina na escola, com autorização da família, sobre sexualidade, que abordou o tema e ela resolveu parar de trocar fotos com o menino que a expôs. Daniela era muito participativa e propositiva na escola. Sua mãe começou a conversar sobre sexo com ela recentemente. Em geral, conversas se resumem a cobranças de execução das tarefas domésticas. Daniela relata nunca se sentir reconhecida por mãe e pai e sentir falta de receber carinho. Seu pai sempre foi repressivo e uma vez impediu que Daniela dormisse na casa de avó pela presença de primo de 8 anos, para ele, possível assediador. O pai de Daniela tem um irmão que já foi acusado de pedofilia por observar vizinha. Seu pai a agredia desde os sete anos por erros ortográficos. Ele foi denunciado pela escola ao Conselho Tutelar duas vezes. Sua mãe incentivava a minimização das questões. Daniela fazia exercícios de casa na escola para que seu pai não visse e encontrasse erro e a agredisse. Uma vez ela falsificou, em um bilhete da escola, a assinatura da mãe, que estava em consulta médica pela gravidez do irmão. Ela não queria mostrar a agenda para o pai e apanhar sem a mãe estar em casa. Ela chegou a urinar na calça quando o pai a bateu, trancada no banheiro, para que a mãe não interviesse. Ela já apanhou com mangueira de gás e chegou a ficar com marcas no rosto. Ela usava roupas de frio para esconder marcas. Ela teve vergonha, mas não se negou a mostrar na escola quando solicitada. Seu pai afirmava em reunião na escola que batia, sim, para educar. Aos 15 anos, o pai leu uma carta de madrinha de crisma de Daniela a ela em que reconhecia as qualidades de Daniela, mas se dizia triste por ela ter perdido a virgindade. Daniela negou. Ele a agrediu fisicamente com chutes e verbalmente, chamando-a de puta. Sua mãe pegou a faca de churrasco para ele. A avó paterna e demais familiares residentes do lote tentaram intervir. Quando ele descobriu que ela tinha perdido a virgindade, ele a obrigou a escrever milhares de vezes que ela não deveria fazer sexo de acordo com a idade legal de consentimento e a agrediu com correia porque ela fez uso incorreto de aspas. Quando ela começou a se relacionar, o atual namorado foi pedir permissão a seu pai para o namoro na festa de aniversário de Daniela. Ela foi se esconder no banheiro enquanto o pai humilhava seu namorado e a sogra. O pai agredia e desvalorizava a mãe de Daniela com insultos gordofóbicos, reprimia o uso de roupas, a traía e mantinha conversas sexuais com outras mulheres. A mãe se separou do pai há um ano (dois anos após Daniela ter ido morar com avó)

	<p>e atualmente Daniela mora com mãe e irmão de 9 anos. A mãe de Daniela teve depressão pós-parto depois que Daniela nasceu. Daniela sempre sentiu que mãe dá mais atenção para os homens, como o pai e o irmão de Daniela, que para ela própria. O pai tem boa relação com irmão mais novo de Daniela, o vê com frequência, acompanha as atividades de casa sem agressões, o leva para viajar, algo que nunca ocorreu com Daniela. Mas irmão também sente medo do pai. O pai não está se disponibilizando a pagar faculdade para Daniela, disse que o dinheiro dele é para ele e seu filho. Com a separação, ele comprou coisas melhores para a casa, a reformou e trocou de carro. A mãe está visivelmente melhor depois de separada, mais vaidosa. Atualmente, Daniela troca fotos com namorado, mas trocava mais no início do relacionamento. Hoje ela se percebe com menos interesse. Ela tem boa relação com namorado e sua família. A família dele a acolhe e também seu irmão mais novo. Daniela trabalhou como jovem aprendiz e hoje vende alguns produtos. Ela tem interesse em estudar confeitaria, alguns cursos da área de humanas e sexologia.</p>
<p>Elisa 19 anos Amarela Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte da Região Metropolitana B/Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 12 anos, no início do ano letivo, enviou, para um menino da escola com quem estava ficando, amigo de outros dois com quem já havia ficado, uma foto de captura de tela de um vídeo em que aparecia com as costas nuas olhando para trás.</p> <p>Divulgação da Mídia: O menino disse a Elisa que mandou a foto por engano para seu amigo com quem ela já tinha ficado, e esse amigo, ressentido, divulgou na escola de elite em que eles e Elisa estudavam.</p> <p>Efeitos: Elisa já havia sido julgada e ofendida por ter ficado com os dois amigos. Se incomodava, mas queria continuar ficando com os meninos. Entre as próprias amigas já tinha havido o julgamento de outra menina que teve foto de nudez divulgada na escola. Era frequente usarem o nome puta para qualificar as meninas. Na escola, percebeu que as pessoas falavam sobre ela. Quando descobriu, chamou a melhor amiga e foi chorar no banheiro. Muitas pessoas de seu ciclo ficaram contra ela e outras ficaram neutras. Ela confrontou o menino que divulgou, sem muito efeito. Ela sempre tinha ido muito bem na escola e desde quando ela foi julgada por ter ficado com dois meninos ela começou a ir muito mal. A coordenadora da escola, em um primeiro momento, pareceu acolhedora com ela, mas, depois, com sua mãe e seu pai, falaram sobre Elisa se retirar da escola. A mãe de Elisa chegou a receber a foto. A coordenadora também conversou com a família do menino que divulgou. Elisa percebe que sua mãe e seu pai sentiram decepção, mas queriam ajudá-la sem saber como. Seu pai falava sobre a necessidade do menino se desculpar. Elisa ficou muito assustada com a proporção que a foto tomou. Ela se lembra de um dia na escola em que, com muita vontade de chorar, deu um soco em um menino que a estava perturbando pela questão da foto. Alguns meses depois, ela foi estudar em uma escola menor e construtivista. Ela tinha medo das pessoas da nova escola ficarem sabendo. Ela começou a fazer psicanálise nesta época e fez por alguns anos. Ela chegou a pedir a um colega que tinha vindo da mesma</p>

	<p>escola que ela para não contar sobre a foto a ninguém da nova escola e Elisa acabou contando ela mesma às colegas. Ela recebeu suporte, mas ao mesmo tempo percebeu uma postura de rivalidade com uma delas por terem se interessado por um mesmo menino. Nessa escola, havia acontecido um caso de exposição de uma estudante, mas sem a mesma repercussão e julgamento. No ano seguinte, ela foi para uma escola internacional por preocupação de sua mãe com colegas do Ensino Médio que fumavam maconha na escola construtivista. Na terceira escola, ela teve o mesmo medo de saberem da foto e teve a mesma postura de contar às colegas antes. Depois, ela e a mãe mudaram de residência e ela foi estudar em uma quarta escola de elite. Ela já estava com menos medo de saberem da foto e novamente contou a algumas colegas. Ela não gostava dessa escola e foi fazer o último ano do Ensino Fundamental, com amigas/os, em uma quinta escola. Lá já se sentia muito melhor, chegou a participar de olimpíada de matemática e estava com interesse em estudar em escolas mais exigentes.</p> <p>Contexto: Elisa faz trabalhos como modelo fotográfica desde os 8 anos. Ela interrompeu por um tempo sobretudo por preocupação da mãe com competitividade. Ela se sentiu incomodada pelo modo como uma agência utilizava sua imagem, para representar diversidade, e percebeu que só modelaria com respeito ao modo como se identifica. Desde pré-adolescente, ela se percebia interessada em flertar com os meninos e conversar sobre sexo, mas no início se sentia insegura, com medo de não beijar bem. Ela não se sentia à vontade para falar sobre seu interesse por sexo com suas amigas. Na adolescência, consumia pornografia, mas depois passou a ficar incomodada com a condição das mulheres. Aos 14 anos, começou a namorar um menino 6 anos mais velho que, ao início, lhe pareceu um pouco feio. Ele sumia e reaparecia, o que fez despertar o interesse de Elisa por ele. Ela queria terminar com ele, mas não conseguia manter o término. O relacionamento era ruim, ela se afastou de amigas/os e nesse ano ela foi reprovada. A dificuldade de terminar se repetiu em outros relacionamentos. Atualmente, ela compartilha fotos com cuidado e sem muito medo de se expor, pois estabeleceu outra relação com o próprio corpo e com o trabalho como modelo. O contato com o debate feminista a ajudou a compreender melhor o que viveu. Elisa acredita que, se o fato tivesse ocorrido atualmente, teria sido tratado de forma menos dramática. Acredita que a escola poderia ter atuado melhor. Elisa acredita que o fato de ter mudado de escola muitas vezes a ajudou a abstrair do julgamento das pessoas sobre ela, a construir sua própria personalidade e se sentir bem como é, contribuindo com o trabalho como modelo. Recentemente, Elisa estava fazendo um curso universitário, e, atualmente, pensa em mudar de curso, mas pretende fazer uma viagem antes de decidir.</p>
<p>Flávia 20 anos Preta</p>	<p>Produção da Mídia: Fez vídeos com a namorada e fotos suas com nudez, pelo celular.</p> <p>Divulgação da Mídia: Durante uma ocupação do movimento estudantil, em 2016, no momento em que foi ajudar a socorrer uma pessoa que não</p>

<p>Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte do interior A.</p>	<p>estava bem, teve seu celular furtado, supostamente, por um menino que, após o furto, não retornou para a ocupação. Flávia não sabe se houve divulgação.</p> <p>Efeitos: O celular de Flávia não era bloqueado e ela não fez boletim de ocorrência. Flávia contou para amigas/os e para sua mãe e irmãs/os que seu celular foi furtado contendo imagens íntimas dela e da namorada. Isso ocorreu no início do namoro, primeiro e atual relacionamento de Flávia, que começou à distância. Flávia ficou uns dois anos com medo de ocorrer algum vazamento das mídias. Até hoje ela sente incômodo com essa possibilidade e evita tocar no tema com namorada, que não gosta de falar sobre isso. Atualmente, elas não trocam mais mídias de nudez e Flávia acredita que se deve ao fato de terem amadurecido e também por ela ter criticidade quanto à sexualização da mulher negra.</p> <p>Contexto: Flávia vive com a mãe - atualmente desempregada, mas que trabalha como auxiliar de serviços gerais -, com o pai eletricitista e cinco irmãs/os. Flávia tem um irmão trans. Ela participou do movimento estudantil e segue atuando na militância. Atualmente, faz curso técnico. Flávia discutiu o contexto de mineração em sua cidade onde há grande circulação de capital e também prostituição e exploração sexual infantil, sem punição e com agravamento da naturalização da violência contra a mulher. O primo de Flávia presenciou, em um refeitório da Vale onde trabalhava, a transmissão de um vídeo feito por um operário. Em 2012, esse homem divulgou, na televisão do refeitório, em mais de um horário, um vídeo dele transando com duas mulheres (uma menina com menos de 20 anos e outra mais velha), realizado sem o conhecimento delas. Flávia acredita que esse ato impulsionou esse comportamento por parte dos homens. Em 2014, soube que meninas passaram pela divulgação não autorizada de imagens íntimas em escola privada da região onde estudam filhas/os de funcionários da mineradora. Ela acredita que esses fatos revelam sobretudo a objetificação da mulher. Muitas meninas não conseguem superar a revitimização da violência da exposição com o julgamento. Flávia acredita que a pornografia ocupa o lugar da educação sexual nas escolas, que se eximem de tratar da questão, o que legitima as violências sofridas pelas mulheres. Ela observava, na instituição pública de prestígio onde estudou no Ensino Médio, o assédio por parte de professores que ocupavam cargos de poder na instituição e a naturalização da violência por parte das meninas. Ela defende que não se pode julgar meninas pela falta de percepção da violência, entendendo que há uma questão estrutural que passa inclusive pelo lucro da exploração da mulher. Flávia acredita que o acolhimento e o espaço de debate dessas questões previnem a violência.</p>
<p>Giovana 21 anos Branca</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 14 anos, trocava fotos com seu primeiro namorado, da escola, sendo que em uma foto seu rosto aparecia.</p> <p>Divulgação da Mídia: Quando ela começou a namorar outro menino de série mais avançada, descobriu que as pessoas da escola sabiam das fotos</p>

<p>Região Sudeste. Estado B. Capital.</p>	<p>que trocou com o ex-namorado, que tinham sido compartilhadas entre os meninos. Ela não sabe se foi o ex-namorado ou seu amigo quem divulgou. Houve a versão relatada pela ficante do ex-namorado de que o amigo entrou na conta do ex-namorado e divulgou. No ano seguinte, uma conta anônima enviou a foto para ela no <i>Instagram</i>.</p> <p>Efeitos: Giovana se lembra de ter ignorado o fato. Ela diz ter boa memória, mas não se lembrar de detalhes. Ela acha que falava sobre isso apenas de forma vaga, por mensagem, e, com algumas pessoas, negava. Na escola privada onde estudavam, chegou a ouvir respostas machistas como “sabia que você não faria isso”. Depois de aproximadamente seis meses, seu namorado terminou com ela com o pretexto de que tinha visto as fotos e que não tinha gostado. Ela acredita que, com ele, também chegou a trocar fotos. Na época, ela ficou muito chateada e chegou a se sentir culpada por ter feito as fotos. Ela já se solidarizava por outros casos de julgamentos de meninas com relação ao comportamento sexual. Ela percebia que meninas ficavam reclusas, em alguns casos mudavam da escola. Ela acredita que colegas gostavam dela e do ex-namorado que divulgou as fotos e não problematizaram a questão. Giovana acha que professores sabiam e também ignoraram. Sua irmã mais nova, que estudava na mesma escola, quis tratar do assunto com Giovana, mas Giovana negou. Embora tenham relação próxima, nunca falaram sobre o assunto. Giovana chegou a falar sobre isso apenas com uma prima. No ano seguinte, ela foi cursar o Ensino Médio em uma escola pública de prestígio, junto do ex-namorado que divulgou a foto. Nesse momento, ela o questionou e ele negou ter sido ele. Depois de um tempo, ficaram em uma festa de reencontro com colegas da escola anterior. Na semana seguinte, ela propôs a ele de estabelecerem boa relação. Quando a conta anônima entrou em contato com ela, ela ignorou, mas contou para ele e ele se mostrou culpado. Ela acha que ele tem consciência do que aconteceu e hoje têm relação de amizade. Ela teve um terceiro namorado dependente emocionalmente, com quem teve dificuldade de terminar, que não gostava de seu ex-namorado, segundo Giovana, pela divulgação das fotos e também por ciúmes. Giovana seguiu compartilhando fotos em seus relacionamentos.</p> <p>Contexto: Além da irmã, Giovana mora com mãe, aposentada, e pai que trabalha no serviço público. Seu pai também trabalha com direitos humanos. Ela acredita que teria tido apoio da família, mas mãe e pai ficariam muito tristes. Para ela, teria sido pior ter que falar sobre o assunto. Giovana afirma ter consciência de que seu corpo corresponde aos padrões de beleza, mas ela é crítica quanto à banalização da sexualização do corpo feminino. Ela acredita que seu bom relacionamento na escola, que envolvia popularidade e também atenção a todas as pessoas, contribuiu para que não fosse diretamente ofendida. Ela se lembra de menina mais velha da escola ter sido apelidada por ter tido foto divulgada em que aparecia com pelo na vagina. A menina tinha certa popularidade e, embora muito chateada, permaneceu na escola, apoiada por amigas mais próximas. Atualmente, Giovana estuda</p>
---	--

	em faculdade de prestígio e está envolvida em grupo sobre violências contra a mulher.
<p>Helena 21 anos Branca Região Sul. Estado B. Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Helena trocava fotos com seu então namorado, sem mostrar o rosto, e uma vez fizeram um vídeo registrando parte de seu ato sexual.</p> <p>Divulgação da Mídia: No ônibus na volta de uma viagem da escola, no início do Ensino Médio, no segundo ano de namoro, o então namorado mostrou as fotos para seus colegas por seu celular. Um amigo pegou o celular e enviou as fotos para o celular de outro. Alguns meses depois, uma conta anônima no <i>Instagram</i> ameaçou Helena, pedindo mais fotos, como condição para não divulgar as outras. No ano seguinte, Helena viu uma mensagem de um amigo do seu então namorado dizendo que não conseguia ver Helena do mesmo jeito depois de ver o vídeo [de registro do ato sexual].</p> <p>Efeitos: Helena soube por uma colega da mesma escola em que estudavam que o então namorado havia mostrado suas fotos e deixado que elas fossem compartilhadas durante a viagem de ônibus. Helena cobrou explicações dele, chorando, e, segundo conta, ele apenas demonstrou preocupação com o término do relacionamento, que foi mantido. No caso do <i>Instagram</i>, ela pediu ajuda às amigas, que desconfiaram ser uma menina que era amiga dela e que tinha ficado com seu então namorado, mas foi preterida em relação a Helena. Helena respondeu à mensagem no <i>Instagram</i> considerando ser essa menina, ressaltando sua intelectualidade em contraposição a sua atitude. Depois ela recebeu uma mensagem de xingamento dessa conta no dia do seu aniversário. Na segunda vez que seu então namorado a expôs, relativa ao vídeo, ela também cobrou explicações dele, sem muito efeito. Ela compartilhou o fato com amigas, que falaram que ela devia terminar, se referindo com gravidade aos atos de seu então namorado. Helena não sentiu que isso a ajudou. Uma vez, um amigo do seu ex-namorado pediu uma foto dela e ela enviou uma foto com a irmã, não tinha entendido que ele queria uma foto dela nua. Ela soube por amiga, meses depois, que ele queria provar para seu ex-namorado que Helena não era fiel. Há alguns anos, toda noite, antes de dormir, Helena checa se ela própria postou alguma foto sua indevida no <i>Instagram</i>. Helena fez terapia durante o último ano de namoro e no início do ano fez novamente, por dois meses, quando sentiu falta do ex-namorado. Embora goste de fazer terapia, interrompeu pelo valor da consulta ser alto. O que mais a marcou negativamente foi a decepção que viveu e a falta de confiança que passou a sentir por alguém que ela amava. Após o término do relacionamento, ela chegou a trocar foto com um rapaz com quem estava flertando, sem mostrar o rosto e por aplicativo que deleta a foto pouco tempo depois.</p> <p>Contexto: Helena pertence a uma família de classe média e é percebida como alguém que corresponde aos padrões de beleza. Ela vive com a mãe, o padrasto e a irmã mais nova. Segundo conta, sua mãe não é aberta para conversar e Helena não tem proximidade com padrasto. Sua relação com o</p>

	<p>pai, que mora próximo, é melhor. Seu pai já ocupou cargo legislativo. Ela sempre estudou em escola pública e atualmente é bolsista de curso de prestígio em faculdade privada. Na escola, ela era querida, era boa aluna e também vista como boba por acreditar em seu ex-namorado. Seu primeiro beijo, aos 14 anos, foi com ele, e o namoro teve início no ano seguinte, terminando há aproximadamente um ano. Seu ex-namorado, desde o início do relacionamento, até o final, ficava com outras meninas, inclusive amigas de Helena, mas falava que queria ficar só com ela e pedia para voltar quando terminavam. Ele regulava as roupas dela e ameaçava terminar se ela estabelecesse amizade com meninos. Muitas vezes, Helena não saía para festas com ele porque sua mãe não permitia. Sua mãe não gostava dele pelo fato dele consumir álcool. Helena sente falta das partes boas do relacionamento, das conversas com ele, da família dele, que era acolhedora. Recentemente, ele enviou uma mensagem de aniversário a ela, dizendo que pensa nela todos os dias, e depois parou de conversar se justificando pela atual namorada - o que Helena considera um cuidado que ele não tinha com ela e adquiriu com a nova namorada. Helena afirma saber, atualmente, que pode encontrar alguém que a trate melhor.</p>
<p>Irene 23 anos Parda Região Sudeste. Estado B. Cidade de médio porte da Região Metropolitana A/Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: No início da graduação, Irene fez um ensaio sensual junto a uma amiga, com uma fotógrafa, também amiga, que trabalha com empoderamento feminino. Dentre as fotos, havia apenas uma em que Irene aparecia com o seio exposto. O ensaio foi compartilhado entre as três por nuvem do Google.</p> <p>Divulgação da Mídia: No início do ano, a foto de Irene com o seio exposto foi compartilhada por seu próprio <i>e-mail</i> entre 15 a 20 pessoas, a maioria homens, dentre eles, seu namorado, dois pacientes de seu estágio, contatos de trabalho, colegas de disciplinas que fez há mais tempo no início da graduação.</p> <p>Efeitos: Durante seu trabalho no estágio, Irene recebeu uma mensagem de uma colega informando que havia recebido um <i>e-mail</i> estranho de Irene, com uma foto. Irene sabia não ter enviado nenhum <i>e-mail</i> e, embora não tenha recebido a mensagem do Google de confirmação de login no <i>e-mail</i>, verificou que sua conta tinha sido invadida. Irene chorou muito, marcada pelo sentimento de invasão, da publicização de algo que era pessoal. Contou para a mãe, uma amiga mais próxima e para o irmão que estudou direito e a orientou sobre a Delegacia de Crimes Virtuais. Irene prestou queixa na Polícia e logo no início ouviu do policial que a recebeu “Pra início de conversa, ce não tinha nem que ter tirado foto desse tipo.” Ela ficou muito desanimada com a investigação, pois se sentiu julgada justo no espaço onde foi buscar seus direitos. Depois de fazer o boletim de ocorrência, ela fez uma reclamação com o policial chefe do setor e recebeu desculpas. A hipótese da polícia é de que seu <i>e-mail</i> tenha sido hackeado. Não há desconfiança de ninguém. Pela verificação da movimentação da conta, foi possível identificar que o hacker tentou entrar no <i>e-mail</i> institucional de uma antiga empresa em que ela trabalhou. O IP utilizado era de uma</p>

	<p>empresa de tecnologia de serviços públicos, mas Irene foi informada pela Polícia de que o IP utilizado pode ser falso. Sob orientação da Polícia, Irene conversou individualmente com cada pessoa para quem o <i>e-mail</i> tinha sido enviado, pediu para não abrir nem compartilhar e explicou que se tratava de um crime sob investigação da Polícia. Irene, amiga e fotógrafa retiraram as fotos da nuvem. Irene não foi na aula no dia seguinte, por medo da foto ter sido espalhada. Irene se sentiu muito exposta pela divulgação ter chegado ao seu contexto de trabalho, e sentiu muito desconforto ao ter que explicar o ocorrido para as pessoas que receberam o <i>e-mail</i>. Foi mais difícil conversar com os homens da faculdade com quem não tinha muito contato. Ela teve medo de não ser compreendida e ficou aliviada por ter sido acolhida, à exceção da Polícia. Ela foi compreendida no trabalho, na faculdade e pelas pessoas mais próximas dela. Seu mal estar mais intenso durou duas semanas, marcado por muita tensão, dificuldade de concentração para o trabalho e estudo e dificuldade de dormir. Depois ela melhorou, mas ainda há um sentimento de revolta com o que aconteceu. De modo geral, ela avalia que as pessoas entenderam que não era seu desejo a exposição, embora não houvesse problema se tivesse sido seu desejo. Entretanto, sua história não envolveu traição, mas invasão. Eventualmente, ela troca fotos com o namorado, mas apaga, não as mantém arquivadas.</p> <p>Contexto: Irene mora com a mãe e convive com o pai e o irmão. Ela está no final do curso universitário e é estagiária de instituição da área da saúde há um ano. Somente sua mãe e seu namorado sabiam do ensaio, mas nunca tinham visto as fotos, apenas a amiga e a fotógrafa. Logo após esse fato, tentaram hackear a conta de Irene novamente, mas dessa vez o Google enviou a mensagem de confirmação de login na conta.</p>
<p>Joana 24 anos Branca Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte do interior B.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 18 anos, Joana fotografou o seio logo após colocar piercing no mamilo e enviou, sem mostrar o rosto, uma foto para dois meninos com quem ficava e outra para sua mãe, para um grupo de amigas do Ensino Médio e para uma amiga mais velha com quem tinha uma relação conturbada. Joana já havia esquecido seu diário na casa dela. No diário estava descrito suas experiências sexuais, inseguranças e os assédios do parceiro de sua amiga a Joana.</p> <p>Divulgação da Mídia: A amiga tirou cópia do diário de Joana e distribuía as páginas em festas em sua casa. A foto enviada à mãe e amigas foi exposta em grupo de sua cidade, junto de foto do perfil de Joana no Facebook, para identificá-la. Também era possível identificar seu quarto na foto, que aparecia em outras de suas fotos publicadas nas redes sociais.</p> <p>Efeitos: Joana estava morando em outra cidade quando foi informada por uma amiga que a foto tinha sido vazada. Joana pediu ajuda à amiga da relação conturbada, e desconfiou que o vazamento tinha ocorrido entre as amigas do grupo do Ensino Médio, onde havia uma amiga que tinha ciúmes de Joana. Depois desconfiou da amiga de sua amiga da relação conturbada, que não gostava de Joana por Joana ter ficado com um menino de quem a</p>

menina gostava. Um dos meninos com quem ela ficava contou que essa menina havia compartilhado a foto em um grupo de futebol. Sua amiga da relação conturbada acusou outro menino de ter mexido em seu celular. Depois Joana soube por um amigo que sua foto tinha sido mostrada e divulgada por sua amiga da relação conturbada em uma festa. Joana acredita que sua amiga da relação conturbada tenha divulgado sua foto em um dos momentos de briga com seu companheiro, em que, conforme ela admitiu a Joana, ele ameaçava a deixá-la para ficar com Joana. Depois de um tempo, a amiga da relação conturbada, junto de suas amigas, passaram a ofender Joana em um grupo de rede social, e Joana era defendida e elogiada por meninos. Quando Joana saía do grupo, o administrador a colocava de novo, dizendo para ela não ligar para as ofensas. Houve uma briga física rápida entre Joana e a menina que divulgou a foto e depois com a amiga da relação conturbada, em que Joana portava um canivete. A briga foi apartada antes que ele fosse usado. Joana reconhece que se sentia protegida por ser branca e estudante, enquanto sua amiga, além de negra e moradora de periferia, tinha passagem na polícia por uso de maconha e pessoas da família envolvidas com criminalidade. Nessa briga, Joana a ofendeu por ter abandonado seu filho. Joana pensou em prestar queixa policial, mas desistiu pelo trabalho, para que sua família não ficasse sabendo e para não aumentar o teor da briga com a amiga da relação conturbada. Joana não ficou triste pela exposição, mas pela traição. Ela se sentiu mais exposta com o diário, sobretudo por lá estarem expostas suas inseguranças. Com relação à foto, no momento ela tinha maior insegurança com seu corpo, mas não teve problemas com isso. Hoje, embora mais distante dos padrões, ela se sente mais confortável com seu corpo. Joana foi assediada apenas por um menino, muitos fingiram que não viram a foto para não a constranger. Ela não se sentiu acolhida por suas amigas, que a julgaram por ter sido “burra” de ter compartilhado a foto. Sua família não soube, mas Joana estava preparada para questionar seu pai e tios pelo fato deles receberem fotos de outras mulheres. Joana sonhava com frequência, e ainda sonha, que ela e a amiga da relação conturbada estavam brigando ou se entendendo, sendo sonhos violentos, com esfaqueamento.

Contexto: Joana tinha ficado com o namorado da amiga da relação conturbada durante um momento em que o casal não estava junto. Ele chegou a casar com a amiga, mas, sob efeito de drogas, assediava Joana. Naquele momento, Joana achava que a violência que envolveu a relação das duas só seria justificada se Joana tivesse de fato ficado com o companheiro da amiga enquanto eram um casal. Joana reconhece que a proteção recebida pelos meninos envolvia um fator racial, pois sua amiga da relação conturbada e as amigas dela são negras. Joana sente medo de ter conflitos por ter ficado com homens que depois se tornaram companheiros de mulheres com quem convive. Ela tem um vídeo de sexo com um ex-namorado e outro de sexo com um casal. Ela sente um pouco de insegurança de vídeos vazarem, sobretudo o com o ex-namorado, que já a ameaçou. Joana disse a ele que informaria a seu pai da ameaça e prestaria queixa na

	<p>polícia. Joana afirma que, por ter relação de liberdade com a vivência de sua sexualidade, sente certo tédio pelo risco da exposição, mas ela tem cuidado quando troca fotos, sempre sem mostrar o rosto. Ela consome pornografia e às vezes verifica se seus vídeos estão disponíveis em páginas na internet, a partir da busca por sua cidade. Ela afirma que tentaria medida judicial para retirar, mas sentiria mais desconforto de ser exposta na família. Ela acredita que poderia ter problema com família de eventual parceiro e também por desejar trabalhar na área da infância. Atualmente, ela está se graduando na área da saúde em instituição federal. Recentemente, ela rompeu a relação com o pai ao contestá-lo com relação ao fato dele culpar a mãe de Joana pelas dificuldades que seu irmão mais novo está passando. Seu pai a agrediu verbal e fisicamente, pressionando-a contra a parede. Ela se sentiu culpada por não ter denunciado seu pai. Seu pai se casou pela segunda vez e teve um terceiro filho.</p>
<p>Kiara 25 anos Negra Região Nordeste. Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 18 anos de Kiara, foi feita uma montagem com seu rosto e um corpo feminino nu. Aos 21 anos, Kiara fez um ensaio sensual e publicou no <i>Facebook</i>.</p> <p>Divulgação da Mídia: A montagem foi divulgada na fábrica de carros FIAT em que Kiara trabalhava como mecânica. As fotos do ensaio foram baixadas das redes e compartilhadas entre seus vizinhos.</p> <p>Efeitos: Logo após a divulgação da montagem, Kiara foi demitida da FIAT sob justificativa de que ela estava comendo na linha de produção e de que havia uma dificuldade, por parte dela, de seguir regras devido a sua idade. Entretanto, conforme afirma Kiara, a empresa não queria lidar com os assédios frequentes que ocorriam com as poucas mulheres, e transpareceram que o problema era ela, e não as violências que ocorriam no contexto do trabalho. Ela se lembra de um funcionário que não gostava dela - porque ela já o havia corrigido diante de outras pessoas sobre uma questão técnica - a ter apoiado dizendo que não era ela na foto. Os assédios sofridos por Kiara na fábrica eram constantes. Quando ela chegava em casa e olhava seu celular, havia várias mensagens de homens da fábrica com elogios e convites para sair. Ela os questionava como tinham conseguido seu número, em qual setor trabalhavam. Alguns não respondiam e outros diziam ter sido com outros colegas. Ela acha que os próprios chefes passavam seu contato. Após a divulgação e demissão, começaram a chegar muitas mensagens de homens que ela não conhecia, dessa vez com a montagem e insultos. Kiara afirma ser esse evento um assunto pesado para ela, por ter se sentido humilhada, por ter sido algo destrutivo em sua vida. A mãe de Kiara acreditou que não era Kiara na montagem pela ausência de sua cicatriz. Sua mãe ficou estarelecida, desesperada. Como a mãe trabalhava em órgão relacionado a direitos das mulheres, sabia como proceder legalmente. Kiara teve auxílio jurídico, que não culminou em nenhum ganho concreto, mas pelo menos teve sua queixa respaldada. A Polícia Civil disse que, como não era ela na montagem, não poderia fazer nada. O sindicato do setor a ofereceu ajuda, mas ela não tinha muitas provas, já tinha apagado muitas mensagens.</p>

Todas as pessoas próximas de Kiara souberam do ocorrido. Ela expôs publicamente no *Facebook* os homens que a ofenderam, inclusive um sub chefe do setor que a assediava ficou com sua conta desativada por mais de um ano. Ela sentia muita raiva, pois sempre foi muito estudiosa, gostava da área e sabia que era o fim desse projeto profissional. Ela não queria ser recepcionista de concessionária e chegou a procurar emprego na mesma área em que estava, mas ia para as entrevistas e não acreditavam que ela seria capaz de fazer o serviço. A partir da crise de 2014 e da quebra do setor automobilístico, as chances diminuiriam ainda mais. Ela trabalhou como operadora de telemarketing durante um ano. Ela também fazia promoções de eventos automobilísticos, ficando na frente de carros e motos, e de lutas, como garota do ringue. Com respeito às fotos do ensaio, Kiara afirma que, de modo algum, envolveu o mesmo sofrimento. Ela afirma ter sido um contraponto entre suas fotos verdadeiras e a outra, que era falsa. Ela acha que o desejo de fazer o ensaio foi influenciado pela revolta de antes, mas não exclusivamente. Na época, era moda e ela sentiu vontade. Sua mãe não a criticou, mas ficou chateada, ela acha que Kiara fez o ensaio por revolta pela violência sofrida na FIAT. Kiara deixou as fotos expostas no *Facebook* e depois de um tempo apagou. Uma vizinha da rua de baixo namorava um dos rapazes de lá e, quando terminou com ele, viu uma foto de Kiara no celular dele, e contou a Kiara do risco. Ela sentiu vergonha depois quando as fotos foram usadas para ofendê-la no contexto das eleições de 2018, em discussão pelo *Instagram*. Um dos meninos bolsonaristas do bairro (que já tinha sido acusado de fotografar o peito da namorada e mostrar para outros meninos) disse que ela não tinha valor para argumentar nada, e fez menção à foto em que sua vagina aparecia com pelo. Ela disse que podia pagar, com o dinheiro dela, as fotos que ela quisesse, do jeito dela. E respondeu que já fez muito sexo oral em mulheres e que nunca se importou com pelo, que o menino não gostava de mulher. Ela ainda disse que ele estudou com presidiários (o menino, embora de família de classe alta, teve muita dificuldade para ser alfabetizado). Ela afirma que suas ofensas foram maldosas, mas estava se defendendo. Kiara afirma que o que a marcou em sua história foram as perseguições que sofreu no contexto do trabalho. Atualmente, ela troca fotos com o marido.

Contexto: No curso técnico de mecânica automotiva (parceria público/privada) em que Kiara ingressou por seleção, havia três meninas em uma sala de 20 alunos, em que só ela estagiou e trabalhou. Ela começou a trabalhar aos 16 anos pelo Programa Menor Aprendiz em outra fábrica de carros, mas era menor de idade e estava protegida pelo Programa. Seis meses antes de Kiara chegar para trabalhar na FIAT, uma mulher que trabalhava no canteiro de obras saiu com dois homens e ficou bêbada ou foi alcoolizada - talvez tenha sido um estupro. Os homens filmaram a relação e divulgaram, e ela acabou se matando logo depois. As pessoas a julgavam muito, a culpavam por ter se deixado filmar, por ter se matado, falavam que ela tinha mente fraca e não merecia viver. Kiara afirma que só restou uma menina entre as poucas que trabalhavam lá, mas acredita que hoje as coisas

	<p>devem estar melhores. Uma colega que seguiu a mesma trajetória de estudos e trabalho que ela foi demitida da FIAT pouco depois de Kiara. Essa colega relatou a Kiara que ouviu os homens falando que, em uma viagem de trabalho que fizeram, essa colega tinha entrado no quarto de todo mundo. Kiara afirma que, se tivesse que voltar, saberia como agir, que saberia outras formas de lidar com o problema, não teria medo ou se sentiria intimidada com facilidade. Kiara sempre teve uma educação feminista e hoje é casada e tem uma filha de dois anos. Seu marido é profissional de nível técnico e está com curso universitário trancado, pensando em mudar. Kiara pretende estudar pedagogia e voltar a trabalhar. Ela afirma que para os casos de exposição de mulheres é preciso punição, prisão. Também afirma a necessidade de aumentar mecanismos de segurança de dados na internet, de modo que esses conhecimentos sejam apropriados pelas mulheres.</p>
<p>Letícia 27 anos Branca Região Sudeste. Estado B. Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 21 anos, Letícia estava iniciando uma curta viagem para a casa de uma amiga em um condomínio fechado com um fisioterapeuta e fisiculturista que tinha conhecido em uma festa. Antes de pegar dois amigos, enquanto o carro estava parado, ele sugeriu que ela fizesse sexo oral nele. Sem ela ver, ele fez uma selfie em que era possível ver o cabelo e a blusa de Letícia.</p> <p>Divulgação da Mídia: O menino com quem Letícia estava ficando enviou a foto para um grupo de amigos.</p> <p>Efeitos: Letícia tinha postado uma foto com ele no <i>Instagram</i>, com a informação de que estavam indo para o condomínio fechado, de modo que ela foi facilmente identificada. Imediatamente ela começou a receber mensagens com chacotas e ofensas de grupos de amigas/os do mesmo ciclo, que frequentavam as mesmas festas que ela e o menino com quem estava ficando. Ela perguntou a um amigo o que tinha acontecido e ele explicou. No banco de trás do carro, aos prantos, ela perguntou para o menino com quem ficava e ele disse que enviou ao grupo, mas que quem tinha espalhado tinha sido outro menino. Ele disse para ela falar que ela tinha abaixado para pegar algo, e ela fez isso, mas não funcionou. As mensagens diziam que ela estava pagando a viagem com sexo. No condomínio, ela não conseguiu localizar a amiga, mas foi abrigada por outro amigo, e disse para o menino com quem estava ficando e seus dois amigos irem embora. Na casa, que havia muitas pessoas, ela foi tratada com hostilidade e percebeu que um grupinho falava dela, possivelmente vendo sua foto em grupos. Ela manifestou que queria ir embora e foi bem acolhida pelo amigo que a recebeu, que a levou para casa. Letícia continuou recebendo mensagens hostis sobre o que havia acontecido, mas também recebeu mensagens de apoio. Ela sentia muito incômodo por não saber exatamente quem tinha tido acesso à foto. Ela tinha a sensação de que todo mundo sabia e olhava para ela. Ela já tinha iniciado a faculdade, onde havia um menino do mesmo grupo das festas, mas ela não sabe se foi divulgado no ciclo da faculdade. Dias depois, um amigo a chamou para mostrar o grupo de homens em que a foto foi compartilhada, onde havia inclusive alguns meninos com quem</p>

ela já tinha ficado a chamando de puta. Esse amigo falou que o mesmo menino que expôs Letícia já havia exposto ela e outras meninas e já tinha tido problema em seu ambiente profissional (uma escola). Depois de algumas semanas, o menino que fez e divulgou a foto ligou para ela falando que tinha chegado uma comunicação judicial na casa dele, perguntando se ela o tinha acusado e ela negou. Letícia ficou feliz pela possibilidade de ele responder pelo que fazia. Ela não o processou por falta de dinheiro e medo da família saber, mas acha que hoje processaria. Ela tentou seguir a vida normalmente, mas foi difícil, pois se o assunto surgia ela ficava muito abalada. Ela deixou de ir a festas, de se relacionar com pessoas que poderiam saber da história. Foi muito difícil para ela falar sobre isso por muito tempo. Tempos depois, em uma festa, ela falou sobre isso com uma amiga e descobriu que essa amiga já tinha visto a foto, e na hora ela começou a chorar. Ela afirma que o sofrimento durou em torno de três anos. Ela se sentia culpada, via vídeos debatendo o assunto, a culpabilização da vítima, e isso a ajudou, mas só o tempo foi definitivo. Ela se sentia culpada por estar lá, com ele, indo para a casa da amiga, de ter postado sua foto que a possibilitou ser identificada. Depois de aproximadamente um ano, ela ficou com o amigo que a acolheu e quando foi questionada por amigas/os, ela negou, o que o chateou. Ela se desculpou com ele e explicou que não queria mais se sentir exposta. Letícia também sentia medo de não ser levada a sério nos relacionamentos seguintes. Ela pensava que, quando o relacionamento não dava certo, era por causa da foto. Ela alterou seu modo de ver as pessoas, de se relacionar. Ela se preocupava muito com o que as pessoas pensavam dela. Ela afirma que aprendeu a diferenciar amigas/os de colegas. Por muito tempo, ela ficou com medo de enviar fotos, saía e ficava de olho no celular. Uma vez deixou um menino com quem ficou fotografá-la nua, mas depois apagou as fotos. Há alguns meses, ela saiu com o amigo que dirigia o carro no dia em que foi exposta, com quem não queria ficar pela lembrança do episódio, mas o menino não lembrava. Ela avalia que o pior foi o julgamento que recebeu, o medo de sair, a impunidade. Ela afirma ter consciência de que foi julgada por ser mulher. Ela acredita que o que viveu foi importante para a construção da pessoa que é hoje. Ela afirma a importância do autoconhecimento, também para saber que se é vítima e não culpada. Letícia conta que amigas feministas a ajudaram na compreensão. Antigamente, ela julgava meninas quando recebia mídias e hoje o contato com o feminismo contribuiu para compreender essa questão. Ela acredita na importância da denúncia sobretudo para que homens não façam com outras mulheres. Hoje, ao se fotografar, ela se sente mais à vontade, mas não mostra o rosto. Ela se sente bem com seu corpo. Letícia tornou-se mais restritiva nas redes sociais, tem menos contatos, não posta fotos de corpo inteiro, de biquíni, que dão mais visibilidade e recebem mais comentários masculinos, ela prefere fotos de viagens.

Contexto: Após mais de um ano da exposição que sofreu, Letícia teve um relacionamento que durou mais de dois anos e chegou a compartilhar essa história com seu namorado. Mas nesse relacionamento havia modos

	abusivos, culpabilização e ameaças de término. Letícia estudou em escola pública e em faculdade privada com financiamento. Ela mora com mãe - que é costureira e hoje tem uma pequena loja de roupas -, com o irmão e recentemente sobrinho. Atualmente, ela está fazendo intercâmbio de trabalho.
<p>Maura 28 anos Negra Região Sudeste. Estado A. Cidade de grande porte da Região Metropolitana.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 20 anos, Maura tinha armazenada, em seu celular, uma foto nua em que não aparecia seu rosto, mas sua tatuagem e o banheiro de sua casa.</p> <p>Divulgação da Mídia: Dois amigos do bairro desde a adolescência (um deles era seu melhor amigo) pegaram o celular sem ela ver e enviaram a foto para eles próprios. Havia mais uma amiga e outros amigos no dia.</p> <p>Efeitos: Maura descobriu o que tinha acontecido depois de uma semana, quando seu namorado viu o envio da foto (havia liberdade entre o casal para mexer no celular). Maura trabalhava como babá e estava fazendo cursinho. Ela ligou para os amigos muito nervosa e eles falaram que apagaram, que ela estava exagerando, que não aparecia seu rosto e que não tinha novidade ali (em menção ao fato de que eles já haviam ficado com ela). Ela se afastou do ciclo de amizades, deixou de ir a festas, encontros. Ela não sabe se o resto do grupo soube o que aconteceu, mas nem as meninas a perguntaram o que havia ocorrido para que ela se afastasse. O grupo de amigas/os era predominantemente masculino. As pessoas achavam que ela estava exagerando, diziam que era briga de adolescentes, coisa de meninos, acharam que Maura tinha se afastado porque tinha começado a namorar. Anos depois, ela foi a um casamento e disseram que sentiam saudade dela. Outras pessoas da turma que se somaram falaram que ouviam muitas histórias dela. Mas as amigas não foram retomadas. Na época em que sua foto foi enviada, sua mãe a questionou sobre o afastamento da turma, ela explicou o que tinha acontecido e mãe a questionou sobre por que ela tinha a foto no celular. A mãe de Maura continuou a se relacionar com eles normalmente, reforçando a ideia de que Maura tinha tomado uma decisão arbitrária. Isso chateou tanto Maura como seu companheiro. Seu companheiro já não gostava deles porque achava que não a respeitavam, a tratavam mal, achando que ela tinha que servi-los (postura observada durante uma festa). Maura se desculpou com o companheiro por ter confiado neles. Mesmo depois de Maura já estar casada, seu amigo que enviou a foto chegou a propor a ela que ficassem, o que deixou Maura chocada. Quanto àquele que era seu melhor amigo, Maura chegou a pensar em não prestar o vestibular para a mesma faculdade onde ele estudava (ele que sugeriu a ela que fizesse o curso que ele estava fazendo), mas ela já estava obstinada, estudando há muito tempo. Ela ingressou na faculdade, mas não falava com ele durante o tempo que cursou a faculdade. No final da graduação, ela sentiu vontade de conversar com ele para elucidar e encerrar a história. Ele se assumiu gay e disse que fez aquilo para afirmar sua masculinidade, mas não se desculpou e disse que ela também tinha errado por se afastar. Foi na faculdade que ela ouviu, pela primeira vez, por</p>

uma colega, que aquilo que ela tinha vivido era muito grave. Até então, Maura se sentia culpada de certo modo por ter tirado a foto. Maura se sentiu invadida, desrespeitada. O fato de ter sido exposta por seus amigos foi muito marcante. Ela passou a ter muita dificuldade de fazer amizade e ficou muito focada no namoro. Ela se tornou uma pessoa introspectiva, reclusa. Antes, ela era expansiva, participava de todos os eventos sociais, e não voltou a participar. Hoje se sente incomodada em ter que ir em eventos com mais pessoas, não sabe como se comportar. Sua mãe reclamou, mas não associou com o episódio da foto, embora Maura perguntasse quem estaria nos locais quando ela pedia companhia para sair. Na faculdade, ela não conversava com ninguém. Ela evitava falar de si, do relacionamento. Ela se tornou insegura. Ela passou a evitar fotos, pois tinha medo de ser reconhecida. Ela só mostrava o rosto. Antes, Maura adorava tirar fotos, tirava muitas. Ela também passou a usar senha e a não descuidar do celular. Durante a faculdade, Maura desenvolveu transtornos de ansiedade e crise de pânico. Ela interrompeu o tratamento, mas vai retomar. Houve um dia em que ela não conseguiu passar por um corredor cheio de pessoas, teve de voltar para a sala vazia e esperar o corredor esvaziar para ir para casa. Ela descobriu que o processo foi desencadeado por medos, como de escuro, de ficar sozinha, que se tornavam fobias. Até se casar, Maura dormia na sala para não ficar sozinha. Até o episódio da exposição da foto, ela nunca tinha apresentado nenhum sintoma. Quando isso ocorreu, seu corpo correspondia aos padrões. Ela passou a ter vergonha do corpo inclusive com companheiro, o que ela relaciona com questão estética, com mudança do corpo. Hoje ela se olha pouco, evita, não tem vontade de se fotografar por achar que foto não vai ficar bonita. Comentários externos, como da mãe e da avó, reforçam sua auto percepção de que engordou. Ela conversa com seu marido sobre isso, pois deixaram de ter certas intimidades, como não tomar banho em companhia, e ele entende que a incomoda. Na terapia, ela não falou sobre a exposição nem da sua relação com seu corpo. Ela afirma que teve terapeutas homens e evitou ser julgada. Ainda que Maura tenha tido sentimento de perda, ela avalia que a relação com o grupo de amigos tinha muitos problemas. Ela conversou muito com seu marido sobre o que aconteceu, mas ainda se incomoda com a questão. Ela acha que pode ter sido uma afronta a ele, na época, ainda seu namorado, por parte de seus amigos, por um sentimento de posse com relação a ela. Ela gostaria que eles tivessem provado que apagaram e não enviaram sua foto para ninguém. O que mais doeu foi o sentimento de traição. Ela considera muito importante o não julgamento e o entendimento de que a mulher não tem culpa, para que não atrapalhe a buscar ajuda. Ela também avalia que o que aconteceu impacta sua relação como professora. Ela observa como suas alunas, que têm entre dez e doze anos, usam as redes sociais em excesso, até tarde, e se expõem muito, com grande preocupação com fotos, com a aparência. Ela já conversou sobre assédio com alunas, tema desencadeado por livro que ela trabalhou em sala de aula. Ela defende que é preciso ter um equilíbrio entre auto estima, confiança e exposição.

	<p>Contexto: Na adolescência, Maura já tinha sido apaixonada por seu amigo que enviou sua foto, chegou a ter a primeira relação com ele e ficou frustrada por ele não ter namorado com ela (ele namorou outras meninas brancas). Antes de ter enviado a foto de Maura, ele tinha mostrado a ela uma foto de outra menina com quem ele estava ficando. Essa menina chegou a contar a Maura que estava interessada nele e Maura disse a ela que já tinha se relacionado com ele e a experiência não tinha sido boa. A fama dele de ser o homem que mais ficava com as mulheres do bairro e o primeiro a ficar com elas era ovacionada pela família. Já seu melhor amigo, pela pressão de perder a virgindade, queria transar com ela, mas não conseguiu e ficou grato a ela por ela não ter debochado nem exposto ele. Maura entendeu depois que já haviam manifestações de assédio no grupo, como toques abusivos. Os meninos do grupo já tinham roubado seu diário. Além disso, no grupo só havia mais um rapaz negro e Maura acha que recebia tratamento mais abusivo e invasivo com relação à menina branca do grupo. Outras meninas negras de pele preta que frequentaram o grupo por pouco tempo receberam um tratamento ainda pior. Maura cursou a Educação Básica em escola privada e depois chegou a trabalhar alguns meses com telemarketing. Ela é estudante de pós-graduação e professora da Educação Básica na rede privada. Além do marido, que trabalha como técnico, ela mora com a mãe e o pai (militar reformado).</p>
<p>Nádia 29 anos Branca Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte da Região Metropolitana C/Capital.</p>	<p>Produção da Mídia: Há dois anos, Nádia tinha conversas íntimas, por mensagens de celular, com então namorado que conheceu em aplicativo e se relacionou por 6 meses. Ela também conversava com ele sobre sua relação com suas amigas.</p> <p>Divulgação da Mídia: Quando ela quis terminar, ele a ameaçou durante aproximadamente quatro meses e divulgou, por meio de capturas de tela, para as amigas de Nádia, familiares e demais pessoas relacionadas a ela, conversas que teve com ela. Ele também ameaçou Nádia a colocar uma faixa, em seu local de trabalho, com capturas de tela de suas conversas íntimas.</p> <p>Efeitos: Assim que seu ex-namorado começou a ameaçá-la, Nádia marcou uma conversa com sua comadre e sua amiga para explicitar tudo o que ela tinha contado de suas vidas a ele. Suas amigas ficaram muito chateadas e principalmente sua comadre. Ele continuou a ameaçar Nádia e instalou algum aplicativo em seu celular para saber sua localização, avisando constantemente que sabia onde ela estava e que ia acabar com ela, amigas e família. Ele enviava muitas coisas a uma prima de Nádia, mas nem ela nem a mãe, para preservarem Nádia, contaram exatamente qual era o conteúdo. Mas Nádia sabia que envolvia questões de conteúdo sexual, provavelmente conversas que teve com seu ex-namorado sobre fantasias, experiências sexuais passadas. Nádia pediu medida protetiva e ele se afastou por um tempo. Ela conversou com familiares, amigas/os e profissionais da saúde, para não deixar as questões atrapalharem sua vida profissional. Nádia interrompia seu trabalho a todo momento indo na entrada para ver se ele</p>

tinha colocado a faixa que ameaçava por. Ela informou, a suas chefes, o que estava acontecendo, porque ele cercava seu local de trabalho, e ela entregou uma foto dele na portaria. Foi difícil se expor, mas ela precisava, por sua segurança. Ele ligou no seu trabalho e seu colega atendeu. Seu ex-namorado disse ao colega coisas pessoais de Nádia, relativas à sexualidade, inventou mentiras, e disse que Nádia tinha dito que ele era gay. Ela ficou feliz por colega ter contado, mas chateada por ele ter deixado seu ex-namorado falar. Havia mais colegas presentes no momento do telefonema que depois ficavam olhando para Nádia, sem entender o que estava acontecendo. Seu ex-namorado ligava tantas vezes que foi preciso mudar o número de telefone da sala que ela trabalhava. Em seu trabalho, houve uma reunião da diretora para acolher ela e outras mulheres vítimas de violência. Um dia, a porteira viu ele e acionou a polícia, que disse a Nádia que a rua era pública e que ele podia ficar onde ele quisesse, que a medida protetiva não valia de nada sem a assinatura dele. Além de exposta devido ao movimento na entrada de seu trabalho, Nádia se sentiu desrespeitada pelo policial. Nádia pensava muito em subir no prédio mais alto do bairro onde trabalhava para pular e se matar. Se sentia muito burra, muito culpada, por ser uma profissional da área da saúde e ter se deixado enganar. Nádia buscou ajuda de serviço municipal ao lado da delegacia e participou de grupo de apoio a mulheres na cidade de pequeno porte. Ela se sentia mal porque achava que os casos das outras mulheres eram muito piores que o dela, ela sentia mais culpa, pensava que se fazia de vítima por ter sofrido assédio psicológico diante das violências físicas. No início, eram dois encontros semanais, um individual e outro coletivo. Ela se sentiu acolhida, mas abandonou o grupo antes do tempo sugerido. Ela frequentou por um mês os encontros que deveriam durar aproximadamente três meses. No momento, ela ainda não se sentia preparada para falar disso. Ela se sentia mais à vontade no encontro individual. A profissional do grupo manteve contato com ela por mensagens. Nádia acha que faltava intervenção para mulheres não se sentirem culpadas e não se submeterem de novo a violências. As intervenções eram focadas na afirmação da importância da denúncia policial. Mas Nádia avalia que a polícia demora muito e outras mulheres também relatavam isso. Nádia acredita que as mulheres ficam vulneráveis por muito tempo. O processo de Nádia contra seu ex-namorado está aberto e sua mãe e pai insistem que esteja, mas ela precisará de advogado e não quer ter que ver ele de novo. Nádia afirma que a pior parte da violência que sofreu foi o fato dele ter abalado suas relações. Ela afirma que as mulheres em situação de violência precisam estar à vontade para falar, que é preciso intervenção para a mulher entender que é vítima e que não é culpada, que não deve aceitar certas coisas, e que o cuidado com a saúde mental é importante. Nádia afirma que entender as próprias responsabilidades são importantes, mas não no primeiro momento.

Contexto: Nádia tinha acabado de sair de um relacionamento e queria muito que o relacionamento com seu então namorado desse certo. Ele era muito ciumento. Todo mundo ao redor de Nádia achava ele estranho. Ele pegava

	<p>dinheiro emprestado com Nádia com frequência, mesmo sem Nádia ter condições de emprestar. Nádia estava ajudando emocional e financeiramente sua comadre, que estava em estado grave de saúde. Depois, Nádia achou que ela poderia ter se esforçado mais para devolver o dinheiro, até porque, com os empréstimos que ela fazia ao então namorado, ela ficou em uma situação financeira ruim. A outra amiga de Nádia também disse que sua comadre estava errada. Nádia havia contado a ele que sua amiga havia sofrido uma tentativa de estupro por um desconhecido na infância. A amiga e a comadre conheceram o namorado de Nádia e investigaram que ele tinha passagem pela polícia. Ele tinha tentado estuprar uma prima da comadre de Nádia. Ao ver que Nádia a conhecia por redes sociais, ele disse a ela que a história foi inventada e ele foi espancado por isso. Quando Nádia foi terminar o relacionamento, ele desconfiou que pudesse ter sido por acusações da comadre e da amiga de Nádia. Elas contaram não a Nádia, mas à mãe de Nádia de seu histórico policial. Uma vez, ele propôs a Nádia de fazer sexo junto de um amigo e convidou o amigo sem avisá-la, mas Nádia não quis e se sentiu intimidada, e o amigo foi embora. Em outra ocasião, ele forçou uma relação sexual com Nádia que, naquele momento, não percebeu a gravidade, entendeu que ele estava com muita vontade e não achava que aquilo poderia fazer mal a ela. Um grande amigo da família faleceu à época. Seu ex-namorado contou para a família do amigo que faleceu, que estava de luto, que ele tinha tido um caso com a amiga de Nádia. Depois de três meses, a irmã de Nádia ficou doente e ficou meses internada. Como sua mãe e seu pai já são pessoas idosas, Nádia ficou muito preocupada pelo excesso de problemas que estavam acontecendo. Seu ex-namorado inventou histórias, criou intrigas com suas amigas e familiares. Quando Nádia viu seu histórico policial, viu que ele era acusado de assassinato, assalto a mão armada, estupros, envolvimento de menores em venda de drogas ilícitas. Ele comandava times de futebol em favela, um programa voluntário de reeducação com jovens que já tinham se envolvido em criminalidade, pessoas que Nádia conheceu. O principal fator de manipulação de Nádia estava relacionado ao fato de que ela o via como alguém de origem dura, criado por avô porque mãe não tinha condições, que cresceu próximo da criminalidade, mas que queria ajudar pessoas nessa condição. Depois dele, Nádia se relacionou por um tempo com menino com quem já tinha se relacionado. Nádia é estudante de pós-graduação e sua mãe é professora de pós-graduação.</p>
<p>Olga 29 anos Branca País da Oceania. Cidade de grande porte.</p>	<p>Produção da Mídia: Olga trocou fotos por aplicativos em alguns relacionamentos e tirou fotos sensuais em um contexto de celebração entre amigas.</p> <p>Divulgação da Mídia: O ex-namorado de Olga, em posse de um antigo <i>tablet</i> dela, invadiu suas contas e, aproveitando o momento em que ela estava em um voo de muitas horas, pôs como sua foto de perfil do <i>Facebook</i> uma captura de tela do envio, para um homem, de uma foto sua em que ela</p>

<p>Região Sudeste. Estado C. Capital.</p>	<p>estava nua de costas com o rosto à mostra, além de ter publicado outras fotos que ela havia tirado com as amigas.</p> <p>Efeitos: O ex-namorado de Olga disse a ela que havia quebrado um <i>tablet</i> deixado por ela, mas ele esteve durante seis meses vigiando tudo o que ela fazia, tendo acesso a suas contas que ficaram logadas nesse aparelho. Quando ele foi expô-la, acreditou que o voo dela já tinha decolado, mas houve tempo para que Olga visse o que estava acontecendo e avisasse seu companheiro para entrar nas contas de Olga e alterar as senhas. Se por um lado ela teve tempo de pedir ajuda, passou longas horas no voo sofrendo muito, sabendo que estava sendo exposta e sem poder fazer nada. O ex-namorado de Olga invadiu conversas pessoais e criou conflitos com seu atual companheiro, fazendo parecer que ela o estava traindo. Olga acredita que seu ex-namorado queria fragilizá-la para que ela recorresse a ele. Quando o ex-namorado de Olga a expôs, era madrugada no Brasil, então se inteiraram do ocorrido mais pessoas de suas relações do país em que vive atualmente. A família de seu companheiro negou ter visto a exposição para não a constranger. No dia da exposição, o companheiro de Olga esperou por ela no aeroporto, conforme haviam combinado, levando para ela um buquê de flores. Ele já havia contactado uma amiga de Olga para acolhê-la, acreditando que o relacionamento terminaria pela suposta infidelidade de Olga. O homem para quem ela havia enviado a foto era um estrangeiro com quem ela tinha tido um breve caso em uma viagem, e por também ter sido exposto, Olga se desculpou com ele. Com respeito às fotos que havia tirado com as amigas, Olga tinha por elas muito carinho, eram fotos bonitas que representavam um momento feliz entre elas, leve, divertido, mas ela acabou apagando as fotos por medo. Olga fez uma publicação em rede social sobre o que tinha acontecido com ela, que falava sobre machismo, sobre a diferença cultural, percebida por seu próprio companheiro estrangeiro com respeito à apropriação do corpo das mulheres brasileiras no espaço público, agradeceu o apoio que recebeu e explicitou que não ia se deixar intimidar pela violência que havia sofrido. No momento da exposição, Olga sentiu muita vergonha, se sentiu desprotegida, vulnerável, desamparada e impotente. O apoio que recebeu do companheiro e de sua própria família foi muito importante. Sua família demonstrou preocupação por ela. Ela não se sentiu julgada, as pessoas ao seu redor a consideraram vítima. Olga também afirma que a educação e o entendimento político que tinha, além da terapia, a ajudaram. Ela já estava fazendo terapia antes e fez de forma mais intensa quando ocorreu a exposição. Ela se culpava por ter acreditado no seu ex-namorado e ter deixado o <i>tablet</i>, se culpava por ter enviado a foto, se punia. A terapia a ajudou a tirar a culpa e entender que foi vítima. Olga avalia que o ocorrido afetou o relacionamento com seu companheiro. Seu companheiro já sabia que o ex-namorado de Olga era abusivo. Mas foi ruim ele saber detalhes íntimos de relacionamentos passados de Olga. Além disso, Olga esteve um tempo com visto de turista, sem poder trabalhar, dependendo dele. Ela, que tinha costume de trocar fotos em suas relações, nunca mais se fotografou nua. Ela avalia que o companheiro mudou sexualmente. Ele</p>
---	---

justifica que é natural haver mais intensidade no início do relacionamento, mas ela acha que foi pela exposição. Além da diferença cultural entre Olga e seu companheiro, ele tem uma postura mais formal. Olga também afirma que engordou e que atualmente trabalha por uma maior auto aceitação de um corpo real. Olga afirma não ter mais medo de se expor, pois nada foi pior que a exposição que sofreu. Ela se sente empoderada. Também avalia que o que aconteceu provou a força de seu atual relacionamento.

Contexto: Olga mora no exterior há quatro anos e a exposição pelo ex-namorado ocorreu no ano seguinte ao que se mudaram para lá. Houve um ano de namoro no Brasil, depois ela foi para outro país, acredita que, inconscientemente, para fugir da relação com ele. Mas ela acabou se mudando com ele para o país estrangeiro em que vive atualmente, pois ele tinha família lá e tinham construído esse plano. Lá, viveram na mesma residência por menos de um ano. O relacionamento abusivo envolvia ciúmes e controle, violência verbal e física. Ele a trancava no quarto quando julgava que ela estava com roupas provocativas. A violência foi evoluindo quando ele apertou seu braço. Ela queria voltar a fazer terapia na época do relacionamento e ele disse que não havia dinheiro para terapia. Ele controlava o dinheiro e controlava também as relações de Olga. Olga comprou um diário e ele o escondeu sob justificativa de que no dia que o diário chegou tinha havido uma briga entre o casal e ele não queria que fosse a primeira coisa que ela escrevesse. Ela estava programando fugir de casa quando ele disse que entendia que deviam separar. Ela acreditou nele e falou abertamente sobre sua mudança e ele tentou sufocá-la quando ela estava arrumando as malas. A companheira de apartamento viu e chamou a polícia. Olga não prestou queixa por medo. Ela viajou com as amigas ainda com marcas da agressão que havia sofrido. A amiga chegou para viajar com ela e elas tiveram que ir para outro lugar, pois depois do sufocamento ela não voltou mais para o lugar em que vivia com ele. Seu ex-namorado inventou, entre pessoas de ciclo em comum no Brasil, que ele terminou porque chegou em casa e ela estava na cama com duas pessoas. Ele a denunciou para a imigração. Ela recebeu uma medida protetiva de um ano e depois da exposição de mais cinco anos. Ele voltou a contatá-la e ela tem provas disso, o que poderia fazer com que ele fosse preso. Ela tem dúvida se algum dia vai fazer a denúncia com as provas. Hoje ele mora em outra cidade. Olga reconheceu no irmão mais velho traços de seu ex-namorado, e não falava com ele. Ela não quis ver irmão na última vez que foi ao Brasil porque ele também era abusivo. Segundo conta Olga, ele era corrupto, fazia uso abusivo de droga e não mantinha laço com a família. Ele estava em tratamento psiquiátrico e suicidou. A irmã de Olga foi morar com ela e, depois de um tempo, elas passaram a morar sem o companheiro de Olga devido ao incômodo da irmã com o papel paternal assumido pelo companheiro de Olga. Na quarentena, Olga voltou a viver com seu companheiro. Assim como seu ex-namorado, Olga é profissional de nível

	superior e no país em que vive trabalha em ocupação em que não é exigida formação acadêmica.
<p>Pilar</p> <p>33 anos</p> <p>Negra</p> <p>Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte do interior C.</p>	<p>Produção da Mídia: Aos 23 anos, o então namorado de Pilar a filmou em pose provocativa no sofá, por iniciativa dele, sem muita vontade da parte dela (à época era mais reservada). No vídeo não aparecia seu rosto, mas sua tatuagem.</p> <p>Divulgação da Mídia: Pilar e seu então namorado entenderam que o vídeo foi divulgado por homem que formatou o computador do namorado, embora ele não tenha assumido.</p> <p>Efeitos: Um dia, Pilar foi usar a <i>lan house</i> da cidade e todo mundo olhava para ela. Uma amiga da faculdade contou que irmão teve acesso e muitas pessoas da faculdade que ela cursava. Ela ficou desesperada e procurou o então namorado, e foram procurar o rapaz que tinha formato seu computador e trabalhava na <i>lan house</i>. As pessoas que se inteiraram eram do turno da noite, turno em que rapaz estudava. As pessoas do turno da manhã em que ela estudava não se inteiraram. Pilar percebeu como sua imagem de boa aluna foi apagada pela divulgação do vídeo. Ela negava e não falava sobre isso com ninguém. Ela ouvia muitos comentários de assédio e olhares maliciosos por parte de homens e sentia muita raiva. Ela não queria sair de casa e só andava de cabeça baixa como se tivesse feito algo de errado. Ela chegou a se julgar e se arrepende sobretudo porque nem estava com vontade de fazer o vídeo. Ela se sentiu acolhida por seu então namorado. Pilar não quis ir na justiça para família não tomar conhecimento. Sua mãe não soube. Ela não chegou a pesquisar se foi para páginas de pornografia. Pilar já teve vontade de fazer ensaio sensual, mas ficou com trauma. Ela nunca quis compartilhar com o marido (policia militar), por medo dele não entender.</p> <p>Contexto: Outro namorado posterior ameaçou a mostrar, para a mãe de Pilar, a foto (não envolvia nudez) que tiraram em banheiro de casa de suíngue. Ela mesma contou para a mãe e passou a estabelecer relação mais aberta com ela. Ela deixou de frequentar essas casas porque parceiro só queria ficar com mulheres, não sendo possível envolver outros homens nas relações. Pilar trabalha como professora da educação básica na rede pública e tem um filho. Ela acredita na necessidade de vídeos educativos sobre respeito e a não condenação da sexualidade da mulher, sobre a não culpabilização e sobre a responsabilização de quem expõe. Ela também acredita que mulheres precisam de grupo de apoio com outras mulheres quando passam pela exposição.</p>
<p>Quirina</p> <p>50 anos</p> <p>Preta</p>	<p>Produção da Mídia: Quirina tinha em torno de 20 anos quando se fotografou nua em cachoeira e revelou a foto na capital.</p> <p>Divulgação da Mídia: O filho de faxineira que acompanhou a mãe para trabalhar na casa de Quirina viu a foto em um cesto e pegou.</p>

<p>Região Sudeste. Estado B. Cidade de pequeno porte do interior D/Capital.</p>	<p>Efeitos: Quirina tinha se mudado para a capital recentemente e uma amiga a informou por telefone que a foto tinha sido pega. A faxineira pegou foto de volta e em menos de um mês ela foi devolvida a Quirina. No momento, Quirina ficou mal, sobretudo com medo por seu trabalho no movimento de mulheres, mas não percebe que esse fato deixou traumas. Ela foi julgada por terem desconfiado que ela queria abortar ao fazer um teste de gravidez e ela avalia que esse julgamento pode ter tido relação com o conhecimento da foto. Ela se sentiu exposta e com vergonha e, embora não negativize o fato de ter tirado a foto (voltou a fazer mais algumas vezes), se arrepende de ter feito.</p> <p>Contexto: Quirina avalia que naquele momento havia falta de formação para o autocuidado e para a sororidade. Ela sente mágoa pela falta de acolhimento que havia no próprio movimento de mulheres. Em 2013, ela tornou-se advogada e atualmente atua voluntariamente em casos de violência contra a mulher. Ela tem um filho jovem.</p>
---	---

9.2 Apêndice B: Resumo das entrevistas realizadas com profissionais da saúde e da assistência social

<p>Nome Fictício</p> <p>Idade</p> <p>Raça/Cor</p> <p>Profissão</p> <p>Localidade</p> <p>Tipo de Instituição</p>	<p>Relatos</p> <p>Perspectivas</p> <p>Contexto</p>
<p>Raquel</p> <p>18 anos</p> <p>Branca</p> <p>Estudante universitária</p> <p>Rosa</p> <p>17 anos</p> <p>Branca</p> <p>Estudante do Ensino Médio</p> <p>Rúbia</p> <p>24 anos</p> <p>Negra</p> <p>Estudante universitária</p> <p>Cidade de médio porte do interior.</p> <p>Projeto voluntário de</p>	<p>Relatos: No final do ano anterior, houve divulgação de lista com nome de meninas da cidade e detalhamento de seu comportamento sexual. Depois que a lista viralizou, as meninas se organizaram contra o corrido e, em revanche, uma nova lista foi feita, dessa vez incluindo fotos, vídeos e capturas de tela envolvendo essas meninas. Um vídeo com a junção das imagens das meninas foi viralizado. Essa prática começou no Rio de Janeiro e se espalhou para outras cidades e foi muito intensa nessa cidade em questão. O Projeto buscou as meninas expostas que ainda estavam usando redes sociais para apoiá-las. Houve algumas denúncias, mas meninos que conduziram exposições deletaram provas. Algumas mães buscaram o Projeto e falaram que pais das filhas não podiam saber e por isso não denunciariam. Em geral, as meninas têm muito medo de denunciar, da denúncia não ser levada a sério e elas ficarem mais expostas e culpabilizadas. Muitas meninas se abrem no âmbito do Projeto, sem conhecimento da família. Conforme relatam as meninas do Projeto, algumas meninas de classe média da cidade foram expostas recentemente, e suas famílias ficaram revoltadas com elas, mas elas não sumiram, não deixaram de usar redes sociais, estão sendo cuidadas, estão fazendo terapia, as famílias continuam presentes e elas estão bem na medida do possível. Mas as meninas de classe popular ficam mais retraídas porque nem podem falar sobre isso em casa. Elas mesmas relatam se sentir retraídas ao trabalharem com essas questões no acolhimento às meninas no âmbito do Projeto. Amigas de Raquel que foram expostas deletaram redes sociais e não voltaram a ativar. Rosa também teve muitas amigas expostas. Ela chegou a ir à casa de amiga mediar sua relação com a mãe que estava muito brava pela filha ter aparecido em lista. Raquel e Rosa contam que há diversas páginas em redes sociais para disseminar fofocas de meninas da cidade, com idade entre 13 e 18 anos. Essas páginas não necessariamente expõem fotos, mas informações sobre quais meninas ficaram com alguém, de modo que é muito comum uma menina dessa faixa etária já ter passado por algum tipo de exposição. Raquel já apareceu em uma dessas páginas por ter postado uma foto de biquíni. A foto foi replicada com uma legenda que insinuava seu desejo por sexo, deduzido da foto que ela havia postado.</p>

<p>acolhimento a mulheres em situação de violência.</p>	<p>Segundo contam, essas páginas são feitas com o intuito exclusivo de expor as meninas e gerar uma avaliação sobre elas entre os meninos. As páginas de fofoca funcionam como uma espécie de seleção para a lista, como se houvesse uma gradação de julgamento e exposição sobre o comportamento das meninas. Entretanto, algumas histórias sequer são verdadeiras, são inventadas. Meninos inventam que ficaram com as meninas. Geralmente, as listas são compartilhadas pelo <i>Tweeter</i> e pelo <i>WhatsApp</i>. Como, em geral, as pessoas se conhecem e sabem das relações existentes, o motivo oculto da formulação da lista é deduzido por quem a recebe. Por exemplo, elas contam que meninos se juntam para exporem suas ex-namoradas, meninas que os rejeitaram. Também há listas de pontuação da relação sexual com meninas. Existem listas de meninos, mas sempre fazendo referências negativas às meninas com quem estão se relacionando, por exemplo, as namoradas que os estão traindo, ou estão com eles por interesse. Nas igrejas, essas listas também acontecem, com menor grau de exposição, como, por exemplo, sobre meninas que demonstram interesse por meninos e que devem ser evitadas por não terem valor. Rosa conta que também já postou foto de biquíni em redes sociais e quando surgiram listas, teve medo de ser exposta, mas acredita que não apareceu nelas pois sua fama é de menina estudiosa. Raquel explica que postar foto de biquíni não necessariamente é suficiente para aparecer nas listas, mas, combinado com outro fator, como rejeitar ou ficar com meninos, torna a menina vulnerável à exposição. Raquel conta que as meninas mais desejadas vão deixando de ser populares e ter uma boa imagem quando ficam com os meninos e entram nas listas, então outras meninas passam a assumir esse lugar. Com respeito à questão racial, Raquel afirma que as meninas pretas são criticadas por suas características físicas, como partes do corpo escuras, e que meninas brancas são criticadas por seu comportamento sexual. Rosa também afirma haver muita gordofobia nos comentários sobre as meninas expostas. Raquel afirma que uma foto em que a menina aparecia com pelo na vagina foi uma das mais viralizadas. Em geral, as meninas se fotografam seguindo padrões estéticos da pornografia, seja na depilação total da região pubiana, seja nas expressões faciais.</p> <p>Perspectivas: Rúbia percebe que meninas do grupo que foram expostas têm muita dificuldade de confiar, se tornaram retraídas, com dificuldade de se relacionar com outras meninas do grupo. As meninas pretas, gordas e lésbicas são as que se relacionam com mais dificuldade no grupo, e recebem mais acompanhamento privado.</p> <p>Contexto: O Projeto foi iniciado depois que Raquel passou por um relacionamento abusivo aos 15 anos, envolvendo meninas com baixa autoestima e em situação de violência em eventos de maquiagem e aconselhamentos. Posteriormente, a delegada da Delegacia de Mulheres da cidade colocou o Projeto em contato com 30 mulheres em situação de violência e ele começou a ser divulgado na mídia e a receber doações de empresas, como padaria, farmácia e clínicas médicas. O Projeto fez contato</p>
---	--

	<p>com miss de concurso de beleza, que foi a evento e ajudou a dar mais visibilidade a ele. Depois, chegaram profissionais para atendimento voluntário, principalmente a psicóloga que ajudou a criar a estrutura de acolhimento e encaminhamento para profissionais de saúde e do direito. A psicóloga que coordena o atendimento do projeto media uma terapia em grupo entre a administração do Projeto. O Projeto arrecada também cestas básicas. Ele é presidido por Raquel e mais uma menina e um menino jovem (que também enfrentaram questões como transtorno alimentar e situação de violência). Também são realizadas palestras em escolas públicas. Atualmente, já são 150 meninas apoiadas. Há uma grande diversidade de profissionais de saúde que trabalham de forma voluntária e há também convênio de estágio com faculdades de psicologia. O Projeto recebe críticas, sobretudo masculinas. Quando começou a se nomear feminista, o Projeto perdeu profissionais voluntários e patrocinadores. Há uma dificuldade de aproximação das meninas cristãs, porque elas acham que é preciso perdoar, em vez de problematizar as situações de violência. O Projeto se posiciona quando acontecem questões em igrejas, seja de violências por parte de pastores a orientações para mulheres permanecerem submissas. Raquel é evangélica e participa de programa de rádio de uma igreja em que se debate tais questões. Rúbia entrou para o projeto como sugestão de tratamento a ansiedade e depressão por parte da psicóloga que colabora com o Projeto. Rúbia está concluindo o curso universitário e trabalhava com contabilidade. Agora tem interesse em trabalhar com administração pública, por influência do Projeto.</p>
<p>Sofia 26 anos Branca Psicóloga Capital. Órgão de acolhimento às mulheres A.</p>	<p>Relatos: Há alguns meses, mulher com aproximadamente 40 anos passou a ser hackeada. No dia do seu aniversário, ela foi acordada por muitos familiares porque teve fotos em que estava nua expostas nas redes sociais (fotos trocadas com o cirurgião plástico que a operou de abdominoplastia e mamoplastia). Ela também teve expostas conversas que teve com outras pessoas. Foi criado um falso perfil dela própria. Ela tinha acabado um relacionamento com um homem mais velho – formado em tecnologia da informação - recentemente, e ele não estava aceitando a separação. Ele era ciumento e a controlava quando ela queria sair com colegas da faculdade que cursou recentemente. Ela já tinha vivenciado situação de violência com seu primeiro relacionamento, com o pai de seu filho adolescente, de quem recebe pensão alimentícia. Antes de se relacionar com seu último companheiro, ela tinha acabado um casamento, insatisfeita com a falta de cuidado e comprometimento dos homens, em seus relacionamentos anteriores, com as finanças da casa. Ela buscava, no último relacionamento, proteção, suporte financeiro. Durante o processo de exposição, seu filho foi morar temporariamente com o pai e ela se sentiu sozinha. Ela acha que o filho estava se aproveitando do fato dela estar fragilizada para desobedece-la. Ela sempre gostou de namorar e depois do que aconteceu não conseguiu mais se relacionar com ninguém. Ela fez denúncia na delegacia regional e foi informada de que aquele era um crime de menor potencial ofensivo e que, devido à pandemia, só estavam trabalhando com flagrantes. Ela</p>

relatou que foi informada, na delegacia, de que foi instalado um dispositivo em seu celular, por meio de um contato adicionado, que enviava cópias de seus dados a esse contato. Embora tenha sido orientada por profissionais, ela não foi na delegacia de crimes cibernéticos. Ela teve que reiniciar seu aparelho e perdeu provas da exposição, mas toda a sua família viu. Ela acredita ter sido hackeada por uma mulher que ela se relaciona pela internet, mas que ela nunca viu pessoalmente. Essa hacker seria uma cliente sua e de seu ex-companheiro, com quem ela começou a conversar sobre o fato de ter depressão (ela já teve uma tentativa de suicídio), questão que a hacker diz enfrentar como ela. Ela afirma já ter conversado por áudio com a mãe da hacker e com um delegado (conversa pela internet) que afirmou que a hacker já expôs várias mulheres. Ela não acredita na possibilidade da pessoa que a hackeou e a expôs não ser uma mulher, ainda que ela pergunte a pessoas que a hacker diz conhecer e essas pessoas responderem que não a conhecem. As conversas com a hacker envolvem ameaças de exposição sob condição dela manter relações sexuais com seu ex-companheiro. Seu ex-companheiro afirmava a ela que a ajudaria a descobrir quem a estava expondo. No acompanhamento, elas discutem quais motivações a hacker teria para fazer isso com ela, e ela acha que a hacker faz isso porque é louca. Ela escuta de muitas pessoas, mas ela não acredita que seu ex-companheiro possa ser o hacker, não acredita que faria isso com ela. Ela passou a sentir raiva e deixou de ter contato com ele no mês anterior. Ela diz sofrer muito por ter se entregado a esse relacionamento, ter saído de um relacionamento estável para uma relação que não deu certo e agora estar sozinha. Ela não está trabalhando e está recebendo auxílio emergencial. Segundo conta Sofia, a forma como ela lida com a exposição é como se envolvesse uma negação, pois ela conta sem envolvimento emocional. Entretanto, Sofia afirma que seu trabalho não pode perder o foco na superação dessa condição vivenciada por ela.

Perspectivas: Sofia afirma que cada mulher tem um tempo próprio no processo de lidar com a situação de violência. A percepção sobre aquilo que é mais pesado é individual para cada mulher, o que exige um olhar cuidadoso por parte da/o profissional que está acompanhando. Sofia afirma que a exposição não ocorre necessariamente sobre a nudez. Ela considera a importância da mulher ter segurança consigo mesma, com seu corpo, sua sexualidade. As mulheres precisam de auto reconhecimento, precisam se apropriar de si mesmas, de seu direito de se expor se for seu desejo. Em geral, isso é algo com que homens lidam com facilidade, e mulheres também podem viver essas questões de modo mais leve.

Contexto: Sofia graduou-se em 2018 e sua trajetória profissional sempre foi ligada à violência contra a mulher. Ela trabalhou na delegacia, na defensoria, e no atendimento individual e em grupo do órgão que trabalha atualmente. Entretanto, atualmente, há uma nova metodologia de trabalho. Se antes havia um acompanhamento psicossocial mais terapêutico, agora ele é multiprofissional, envolvendo também assistentes sociais. Foi

	<p>implantada uma avaliação de risco e um monitoramento dos encaminhamentos. O foco do atendimento passou a ser no processo de autonomia, no fortalecimento da mulher. Antes o foco era no reconhecimento da situação de violência e na denúncia. Atualmente, a denúncia não é o foco. A mulher é o centro do atendimento e ele é definido junto com ela, de acordo com o que ela deseja, seus objetivos e o modo como deseja. Sofia afirma que o respeito à autonomia contribui para o crescimento. No órgão, há encaminhamentos para faculdade parceira (clínica-escola) - sobretudo para menores de idade que, em geral, não são acompanhadas lá -, e postos de saúde. O órgão também trabalha com uma lista de lugares que oferecem acompanhamentos sociais, como igrejas. Sofia convive com muitas mulheres que têm vontade de produzir e compartilhar mídias, mas têm medo de serem expostas por vingança. Sofia soube, por sua mãe, que seu irmão adolescente recebe muitas mídias de nudez de meninas, de forma naturalizada.</p>
<p>Tainá 28 anos Branca Psicóloga Cidades de pequeno porte do interior E e F. Centro de saúde e atendimento privado.</p>	<p>Relatos: Enquanto trabalhou em equipamento de saúde mental da cidade E, há um ano atrás, Tainá atendeu quatro casos envolvendo exposição de mulheres, o de uma professora e de três adolescentes. O equipamento não era destinado ao atendimento de adolescentes, mas como eram situações graves, pois elas estavam se cortando, elas foram atendidas por Tainá. A professora, de 37 anos, há mais de dez anos atrás, com pouco mais de vinte anos, teve um relacionamento duradouro com um rapaz da cidade. Ela tirou, uma única vez, uma foto de costas, em que aparecia parte de sua nádega e sua tatuagem, e enviou a foto a ele. Ela nem se lembrava da foto. Posteriormente, ela iniciou um outro relacionamento, no qual ficou noiva. O ex-namorado tinha ido morar em outra cidade e depois retornou e quis retomar a relação, tentando durante dois anos. Ele, então, sem que ela esperasse, compartilhou a foto da professora em grupos da cidade. Tainá se lembra das pessoas comentando sobre a foto no centro de saúde da cidade. A mulher chegou para atendimento depois de um mês da exposição, porque até então ela tinha estado dentro de casa, sem sair. Ela começou a apresentar crise de ansiedade e síndrome do pânico, dificuldade para sair de casa. Ela pertencia a uma família conhecida na cidade e começou a afirmar que a foto era uma montagem - foi o que contou à família - e as pessoas a ajudaram reafirmando que era montagem. Ela, por ser respeitada, conseguiu que as pessoas ficassem na dúvida. Tainá foi quem a atendeu, por ser de fora da cidade, gerando mais confiança. A mulher se sentia muito envergonhada, sentia olhares voltados para ela. O tratamento dela durou aproximadamente seis meses. Ela foi medicada, mas no final já estava retirando a medicação. Ela conseguiu superar, mas ela mesma se perguntava o que poderia ter acontecido se isso tivesse acontecido há dez anos atrás. O ocorrido contribuiu para que ela refletisse sobre seu relacionamento. No ano anterior ao caso da professora, as três adolescentes apresentaram histórias semelhantes no mesmo período, por virem de contextos familiares vulneráveis, não só econômico, mas afetivos – mães, pais ou outros familiares não apareceram, elas foram levadas pelo Conselho Tutelar. A</p>

questão da exposição nas redes sociais estava aflorada na cidade e houve palestra na escola enfatizando o risco de abuso por estranhos na internet. O uso dos celulares, que estava intenso, foi proibido na escola. As três meninas não namoravam, foram incentivadas por meninos a enviarem suas fotos nuas pelo *WhatsApp*. A primeira menina, de 15 anos, foi exposta entre colegas e se afastou, começou a ficar sozinha e depois começou a se cortar no banheiro da escola. Ela tinha muitos irmãos, o pai trabalhava fora e a mãe não conseguia dar atenção, não comparecia ao atendimento por falta de tempo. Tainá conta que foi difícil criar vínculo com ela. O tratamento foi longo, mas logo depois que o vínculo foi criado e ela começou a falar, ela parou de se cortar, ela parecia pedir ajuda pelo corte. Ela foi medicada porque estava muito deprimida. A questão da foto parecia ser secundária, mas a fez se deparar com a falta de suporte familiar. A segunda menina, de 14 anos, chegou até Tainá por tentativa de suicídio, tomando 5 comprimidos de Rivotril, que era uma prescrição de sua mãe. Sua melhor amiga tinha ido embora da cidade porque o tio foi ameaçado de morte. Elas trocaram mensagens por cerca de cinco meses e a amiga se suicidou com enforcamento. Ambas moravam com as avós e tinham mães que faziam uso abusivo de droga. Logo depois do falecimento da amiga, sua foto foi divulgada e ela parou de ir à escola. O Conselho Tutelar foi a sua casa para perguntar o que estava acontecendo e ela respondeu que estava gripada. Logo depois, ela tentou suicídio e foi parar no hospital, que acionou o Conselho Tutelar. As amigas planejavam se matar juntas, então a menina de 14 anos se sentiu traída pela amiga. No atendimento, ela não falava, não chorava, contava sobre o plano de morrer com decisão. Ela não tinha qualquer desejo. Ela chegou a tentar o suicídio outras vezes. Tainá saiu do serviço e passou seu telefone a ela. Ela chegou a entrar em contato com Tainá falando que estava muito mal, mas depois Tainá não teve mais notícias sobre ela. A terceira menina, de 13 anos, estava se cortando no banheiro e foi pega se cortando dentro da sala de aula. Ela já tinha se cortado muitas vezes em sala sem que docentes notassem. Ela tinha enviado uma foto nua no grupo da escola e recebeu muitos elogios dos meninos, mas meninas a agrediram muito e pararam de se relacionar com ela. Ela não chegou a ser medicada. Ela foi estigmatizada por um certo período e, depois, aparentemente voltou a se relacionar bem. Tainá atendeu dois casos recentes de adolescentes, no consultório privado na cidade F, envolvendo o envio de fotos, que tiveram a semelhança de terem se relacionado com pessoas estranhas. A primeira menina, de 15 anos, era filha de um político de cidade próxima, e se relacionava com um homem pela internet. Ela enviou cerca de quinze fotos para ele, nas quais ela estava nua e, logo depois do envio, esse homem desapareceu e nunca mais falou com ela. Logo em seguida as fotos chegaram a seu pai. Foi pedido dinheiro para que as fotos não fossem expostas e seu pai pagou. A menina saiu da cidade e da escola pública onde estudava e foi morar na cidade F, estudando em uma escola privada, de modo que ela teve um corte muito brusco da relação com amigas/os. Ela não estava gostando da nova escola, não fez amizades e

estava com rendimento escolar ruim. A mãe a levou ao consultório de Tainá devido ao último fator, e também porque a filha andava muito calada, e só mencionou o episódio das fotos depois. Foi muito difícil estabelecer vínculo com a adolescente. Mas ficou nítido para Tainá que ela estava sofrendo pelo término do relacionamento, que tinha ocorrido há um ano. Ela não tinha vergonha das fotos, afirmou que não se arrependeu e faria de novo. Embora nunca tivesse visto a imagem dele, afirmou que, se o homem a procurasse, ela o encontraria. Na avaliação de Tainá, ela ganhou um certo *status* na família, como se tivesse deixado de ser menina e ter passado a ser mulher. Ela ganhou voz e poderia se impor, porque poderia atrapalhar os projetos políticos do pai. Conforme descreve Tainá, ela tinha um corpo infantil, ainda não tinha menstruado, não tinha os seios desenvolvidos ou pelos pubianos, e usava roupas cor de rosa e trancinha no cabelo, se parecendo muito a uma criança. Era essa sua atribuição, tanto biológica, como na família. Ela não ficou muito tempo em atendimento com Tainá, porque, embora a mãe pagasse, ela faltava às sessões. A mãe também não se implicou com o acompanhamento, sua preocupação estava muito voltada para a imagem da família. Tainá a aconselhou a procurar outros profissionais, devido à importância da adolescente compreender a gravidade do que tinha ocorrido. O segundo caso atendido por Tainá também chegou pela mãe da adolescente. Nesse caso, a mãe se desesperou ao ver uma conversa, em inglês, por *WhatsApp*, entre a filha de 12 anos e um menino, para quem ela tinha enviado a localização de sua escola. A mãe indagou a filha, disse que ela poderia ser sequestrada. A filha começou a chorar, pediu perdão, pediu para a mãe não contar ao pai (divorciado da mãe) e aceitou ir na psicóloga. As conversas foram traduzidas no consultório de Tainá. O telefone tinha um número estranho, não sendo possível identificar de onde era. Ela estava conversando com uma pessoa que se dizia um menino de 13 anos que morava em uma fazenda nos Estados Unidos. O domínio da língua inglesa por parte dele, e não da parte dela, era precário. Ele falou que estava com ciúmes de outro rapaz, falando a ela que se ela amasse o outro, ele ia se matar. Na mesma conversa, aparecia outro menino falando que era primo do primeiro, perguntando a ela por que ela tinha feito mal a seu primo, dizendo que o primeiro menino não saía do quarto, não comia e queria se matar. Ela perguntava a ele quem era ele e ele enviou uma foto e fez uma chamada de vídeo, que ela não atendeu. Ela disse que não podia falar porque estava em aula, e ele pediu uma foto, ao que ela respondeu enviando fotos comuns. Ele perguntou onde ela morava, ela falou a cidade e a localização do colégio. Ela pediu para conversar com o primeiro menino e ele surgiu falando que queria vê-la, falando que a amava. Ela pareceu esperta, se defendeu dizendo que não sabia se o amava. Tainá avalia que a questão do afeto parece ter a confundido. Ela era uma menina tímida, de poucas amigas. Sua mãe era protetiva, não a deixava sair a menos que conhecesse a mãe da amiga, fazendo com que ela mantivesse um ciclo de amigas fechado. Pelo celular, ela teve um espaço de vivenciar sua sexualidade, o que a mãe não

	<p>permitiria no contexto físico. Tainá ainda atende uma jovem que, embora corresponda aos padrões de beleza, tem baixa autoestima. Ela compra muitas roupas, mas depois não as usa, porque, apesar de ser muito magra, acha que as roupas estão realçando sua barriga. Ela deixa de sair porque se sente feia. Ela postou, em redes sociais, uma foto em que se via parte de sua nádega e recebeu comentários relativos a empoderamento, mas também mensagens de meninos interessados nela, que a constrangeu. Ela ficou arrependida e sofreu muito por ter postado a foto. Conforme afirma Tainá, como ela já tinha um histórico de auto rejeição, qualquer mensagem que ela não esperasse iria fragilizá-la.</p> <p>Perspectivas: Tainá considera que o atendimento privado é mais desafiador por contar apenas com a família, sendo que o atendimento público envolve uma rede de proteção, como o Conselho Tutelar, a assistência social. Tainá afirma que é fundamental, nos casos de exposição de mulheres, haver uma escuta com respeito. É preciso que se estabeleça um vínculo antes da mulher falar de sua história. É preciso cautela para entender especificamente o que afeta cada mulher. Tainá acredita que parece haver maior permissão social para a mulher se expor, mas o julgamento segue o mesmo. Ela percebe uma ingenuidade por parte das meninas e mulheres por não pensarem nas consequências que a exposição pode gerar, nos efeitos sobre a vida social. Ela acredita que essa confusão se dá porque a exposição é muito naturalizada, então há um desejo de exibição em busca de aceitação. Mas, de certo modo, isso não é totalmente permitido e volta a elas em forma de repressão. Para Tainá, há uma linha tênue entre o elogio e a ofensa, o permitido e o não permitido. É preciso que a mulher esteja muito segura do que está fazendo, caso contrário, qualquer resposta negativa à exposição pode fragilizá-la.</p> <p>Contexto: Tainá é especialista em psicanálise e atende em consultório há seis anos. Ela atua na saúde mental há quatro anos. Ela também trabalhou em equipamento de assistência social durante dois anos.</p>
<p>Úrsula 36 anos Negra Psicóloga Capital. Órgão de segurança pública A.</p>	<p>Relatos: Úrsula relatou um caso recente em que aproximadamente cinco meninas adolescentes com idade em torno de 14 anos foram gravar um videoclipe musical. Elas não tinham informações de como seriam as gravações e nem como seria a divulgação. Elas foram filmadas em cenas que remetem a pornografia e essas cenas foram divulgadas em redes sociais sem o conhecimento delas. Duas delas ficaram até mais tarde no dia da filmagem. Elas tinham consumido álcool e não se sabe se elas foram drogadas. Uma delas foi levada para um quarto e estuprada por aproximadamente sete meninos, o que também foi filmado. Essa menina fez a denúncia dias depois, nomeando o grupo, usando o recurso da hashtag de expor e denunciar violências contra a mulher nas redes sociais (recurso esse que facilita a busca pelos temas que são descritos junto do ícone hashtag). Houve cinco acusados presos. Eles não tinham passagem anterior pela polícia. O caso foi repercutido na mídia e a polícia chegou a ele pelas denúncias nas redes sociais, recurso que não tinha sido utilizado até então.</p>

A menina que foi estuprada foi muito ameaçada por fãs do grupo, ficou mais exposta, não recebeu muito apoio, foi chamada de mentirosa, acusada de querer prejudicar a carreira deles, de querer dinheiro. As demais meninas que gravaram o videoclipe não consideraram que o fato delas não terem sido informadas sobre a gravação e a divulgação do vídeo configurava violência, pois tinham ido por espontânea vontade gravar o clipe.

Perspectivas: Úrsula acredita que as denúncias pela internet fortalecem as mulheres, mas também fragilizam, pois muitas são processadas por calúnia e difamação e passam a temer a retaliação. Úrsula acredita que chegam poucas denúncias de exposição de imagens íntimas no Órgão porque meninas têm sentimento de vergonha e culpa por terem se fotografado nuas, o que as impede de pedir ajuda. A cultura de culpabilização contribui para esse processo. Ela também acredita que muitas mulheres adultas denunciam abusos sofridos na infância em momentos importantes da vida, como casamento, formatura, porque são momentos em que se sentem mais apoiadas. Ela afirma que, para as classes populares, há um dificultador, pois a vida é voltada para a sobrevivência e há pouco espaço para o diálogo. Úrsula relata que adolescentes mais velhas conseguem associar com melhor percepção que passaram a apresentar quadros de saúde mental, como ansiedade e depressão, depois de terem sido expostas. Ela acredita que profissionais da rede de proteção não estão preparadas/os para lidar com crimes que acontecem na internet. Ela afirma que é papel da rede de proteção explicar o que são esses tipos de crime, e é papel também da educação debater que agressores precisam ser responsabilizados. Quando as meninas em situação de violência acham que são as responsáveis pelo que estão vivendo é ainda mais pesado. Úrsula acredita que ainda é tabu debater sexualidade adolescente e é preciso prevenção com base no diálogo, para que adolescentes possam vivenciar a sexualidade de forma mais sadia. A repressão não tem qualquer efeito. Em situações de exposição, Úrsula prefere não ver as mídias e basear seu atendimento na fala das meninas. Ela acredita que isso não é fundamental para seu trabalho e evita que mais uma pessoa veja o que não deveria ter sido exposto.

Contexto: Úrsula conta que, antes do ingresso das psicólogas, via concurso, o trabalho de acolhimento do Órgão era feito servidores sem formação específica. Úrsula vê como uma grande vantagem o fato das coordenadoras do Órgão serem mulheres e apresentarem mais sensibilidade e mais diálogo no que diz respeito ao atendimento das meninas em situação de violência. O Órgão atende menores de idade em situação de violências perpetradas por pessoas adultas. Lá, chegam poucos casos envolvendo exposição de imagens, e esses casos geralmente envolvem jovens que recém chegaram na vida adulta. Também chegam casos de adultos que compartilham mídias de adolescentes, mas não necessariamente produzem. Em geral, os agressores são do ciclo familiar das meninas, e os casos são relativos a famílias de classe popular. É papel da oitiva investigar indícios de outras situações de violência pelas quais as crianças podem estar

	<p>passando e dar orientações a outros setores da rede de proteção quanto a isso. O Órgão só faz encaminhamentos para a área da saúde em casos de surto, em contato com o serviço de urgência ou diretamente com hospitais. Para acompanhamentos prolongados, é preciso passar pelo Conselho Tutelar, que tem como atribuição a proteção ao direito à saúde e à educação. O Órgão pode pedir afastamento familiar e retirada de suspeito da moradia. Não é possível fazer acompanhamento dos casos devido à alta demanda que o Órgão recebe. Úrsula veio de classe popular, de um contexto que a fez testemunha de muitas histórias com as quais trabalha. Ela sente que seu papel é importante não só no acolhimento de meninas, mas também para mostrar a elas que existem perspectivas de futuro. Ainda que se sinta muito afetada pelas histórias, tem como objetivo prestar o melhor atendimento para minimizar os danos às meninas e mulheres que passam ou passaram por situações de violência. Ela sempre trabalhou com crianças e adolescentes em situação de violência, já trabalhou em órgãos do município e do estado e está no Órgão A há 6 anos.</p>
<p>Vivian 39 anos Branca Psicóloga Capital. Órgão de segurança pública A.</p>	<p>Relatos: Vivian acolheu uma adolescente de 15 anos levada por seu pai, policial militar, que estava muito preocupado pelo fato dela estar se cortando. Ela quis terminar um relacionamento abusivo e seu então namorado usou um vídeo pelo qual tinham registrado um ato sexual do casal para chantageá-la. Ela retomava o relacionamento por pressão até que terminou e ele divulgou o vídeo nas redes sociais no âmbito da escola. Seu pai tomou conhecimento por terceiros. Ele estava muito triste, nervoso, estava defendendo a filha, mas também a responsabilizando. Ela chegou sentindo muita vergonha e muita culpa, chorando muito, com vergonha de Vivian e de seu pai. Ela não iria pedir ajuda. Ela não estava querendo ir à escola e aparentemente não tinha histórico de questões emocionais. Vivian contou também de uma situação envolvendo sua amiga. Ela estava sendo ameaçada após terminar um relacionamento de muitos anos. Ela estava muito mal, se sentindo traída, sentia muito vergonha. Vivian a orientou a contar para a família e fazer a denúncia. O ex-companheiro de sua amiga foi obrigado a entregar o celular, apagou as imagens na delegacia e parou de buscá-la.</p> <p>Perspectivas: Vivian acredita que a educação sexual deveria ser incentivada nas escolas e nas famílias por meio do diálogo, já que a adolescência é naturalmente uma fase de curiosidade pelo sexo. Ela acredita que a culpabilização de meninas em situação de violência contribui para que elas não busquem apoio, se calem, fazendo com que consequências cheguem a estados graves. Ela avalia que a exposição traz um peso muito grande para a mulher e cria uma dificuldade de confiança nas relações. Vivian acredita que o problema não é a exposição em si, mas o risco de alguém agir de má fé, o que exige cuidados. Ela acredita que é necessário enfatizar os direitos que as mulheres têm sobre o próprio corpo. Ela orienta as famílias a conversarem com as crianças e adolescentes sobre seus corpos, para que conheçam e entendam os limites sobre eles. Ela</p>

orienta que as conversas incluem as relações na internet. Ainda com respeito ao atendimento realizado no Órgão, Vivian acredita que a percepção de que o relato da violência pode contribuir na proteção de outras meninas em situação de violência faz com que as meninas acolhidas assumam um papel de agente da mudança para além do papel de vítima.

Contexto: Vivian formou-se em 2006 e trabalha no Órgão desde 2014. O Órgão recebe como demanda principal estupro de vulnerável. Geralmente, a violência é intrafamiliar, com pessoas por quem a criança tem dependência emocional e financeira. A questão da exposição surge, em geral, no registro da violência. Há registros de nudez de crianças, em situações como banho, troca de roupa. O contexto da pandemia trouxe a preocupação com a subnotificação e o aumento da violência com a reclusão das crianças em casa. Em casos em que a violência acontece em casa, a escola é a principal aliada, porque representa um espaço onde a criança pode buscar ajuda. Vivian explica que adolescentes chegam porque desapareceram de casa e é preciso diferenciar as narrativas de violência apresentadas, as que se dão pela falta de coragem de assumir que saíram para ter encontros afetivos, pelo susto de se encontrarem em uma delegacia, pelo julgamento social, medo de responsáveis e algumas vezes com reportagem da mídia, daquelas que decorrem da experiência de terem sido obrigadas a ter encontros e relações sexuais sem o desejo delas de fato. Quando há mudança na versão, é preciso compreender se foi feita por ameaça. Vivian explica às menores de 14 anos que elas já são consideradas vítimas legalmente em situações que envolvem ato sexual. Ela conta que, quando as meninas sentem confiança para falarem a verdade, contribuem com informações que auxiliam nos processos judiciais. Vivian acredita que, quando a violência acontece muito cedo, é mais difícil a superação. Ela já atendeu uma mulher bem sucedida que veio de país estrangeiro anos depois para denunciar abuso que sofreu durante muitos anos na infância. Ela tinha a saúde mental vulnerável e desenvolveu transtornos alimentares. Vivian explica que o Órgão não consegue fazer acompanhamento dos casos. É possível solicitar avaliação psiquiátrica. Existe um projeto de utilização de uma sala de acompanhamento psicológico em parceria com faculdades que já têm convênio com o Órgão, no formato de clínica-escola com estagiárias/os de graduação, sob supervisão de docentes. Vivian gosta da estrutura do órgão. Ela explica que a escuta das pessoas em situação de violência é realizada em lugar diferenciado. Ela gosta da equipe, considera preparada e humanizada, e avalia que isso é fundamental, pois casos são muito delicados. Há uma preocupação para que não haja revitimização lá. Ela relata que o Órgão é também um ambiente hostil para as crianças, por envolver a circulação de policiais armados, algumas pessoas algemadas. Ela afirma que as crianças chegam assustadas, mas depois que são acolhidas, não querem ir embora. Ela afirma fazer um atendimento descontraído, que começa no corredor. Ela pede às crianças para ajudarem a fazer cópias de documentos, para iniciar a criação do vínculo. Vivian acredita que é a partir do momento que a pessoa em situação de violência

	<p>conta o que viveu, que ela inicia o processo de cura. Vivian gosta muito de seu trabalho, tem prazer em trabalhar e estava sentindo falta de ir ao Órgão todos os dias no período da pandemia. Ela acha que lá se tornou uma pessoa melhor. Ela acredita que seu trabalho pode fazer diferença na vida das pessoas que acolhe.</p>
<p>Walquíria 41 anos Parda Psicóloga Capital. Órgão jurídico A.</p>	<p>Relatos: Walquíria relatou que, em 2019, chegou para acolhimento uma mulher com aproximadamente 40 anos que estava muito mal, muito exaltada. Ela era muito bonita, aparentava ter muito autocuidado. Ela era autônoma economicamente e tinha tido um relacionamento anterior. Ela tinha um filho e uma filha com idade em torno de 20 anos. Ela estava se relacionando com um homem que dizia ser aposentado da polícia. Ele dizia que tinha casa e a iludia sobre ter posses, mas aparentemente ele vivia com a ajuda de familiares. Ela começou a emprestar dinheiro para ele viajar, investir em negócio próprio. A filha e o filho da mulher começaram a alertá-la sobre como as histórias do homem eram estranhas. Ela percebeu que ele mentia e sentiu que estava investindo muito, emocional e financeiramente no relacionamento, e terminou com ele. Quando ela quis terminar, ele expôs fotos em que ela estava nua, criou publicidades de prostituição com as fotos dela, invadiu suas contas e criou contas com o nome dela. Ela se sentiu muito exposta por filha, filho e toda a família terem visto. Ela deixou de sair para trabalhar porque estava constrangida pela possibilidade das pessoas pensarem que estava indo se prostituir. Ela teve ajuda de outras pessoas para fazer as vendas que ela fazia. Ela sentia muita vergonha por ter sido enganada, mas se sentiu cuidada e protegida pela filha e pelo filho. Ela foi muito bem assistida. Ela estava ciente de que não foi culpada, que foi exposta por alguém em quem ela confiou. Ela foi buscar ajuda e outros recursos para superar o que viveu. Ela pediu medida protetiva e iniciou atendimento psicológico no centro de saúde, conforme foi comunicado ao Órgão. Mas o que mais a ajudou foi o apoio da filha e do filho. Walquíria também fez o acolhimento de uma mulher com aproximadamente 40 anos, que tinha um filho adolescente bem independente. Ela não estava trabalhando, estava recebendo auxílio emergencial. Ela tinha tido um relacionamento anterior e se separou, começou a se relacionar com homem mais velho que a buscava na faculdade. Esse homem alugou e mobiliou um apartamento para se casarem. Ele tinha envolvimento político e conhecimento de informática. Depois de três anos, ela quis separar e ele quis penalizá-la pelo investimento que ele tinha feito. Ele divulgou fotos da sua cirurgia de abdominoplastia, que comparavam seu corpo antes e depois da intervenção. Ele fez perfis dela no <i>Facebook</i>, invadiu suas contas. Ela chegou a receber uma comunicação do <i>e-mail</i> de que houve tentativa de entrar em sua conta. Ele pegou dados pessoais dela, como CPF, e tinha ativado 15 contas de celular no nome dela. Ele postou fotos do filho dela, fez contatos com amigos dela se passando por ela. A mulher afirmava que havia outra mulher que o ajudava a fazer isso, que havia um perfil feminino que aparecia nas redes sociais para agredi-la, tirar a credibilidade dela, das coisas que ela vendia. Walquíria explicou a ela que seria fácil para o</p>

agressor criar esses perfis. Ela estava muito deprimida, falava em auto extermínio, falava que família era desunida e não estava recebendo muito apoio, tinha poucas pessoas dando suporte. Ela não estava se alimentando e dormindo bem, estava se auto medicando. Ela não falou muito sobre a exposição das fotos. Falou que a cirurgia era algo para fazê-la bem e acabou sendo o contrário. Ela pediu a medida protetiva, informando o endereço da mãe e do pai dele e do comércio que tinham aberto quando eram casal. Ele demorou a ser intimado porque não era encontrado. Ele parou de passar na porta da casa dela e de ligar (ligava para cobrar o valor das coisas que ele comprou para viver com ela). Mas, pela internet, não parou de atacá-la e ela se sente vigiada. Ela recebeu a orientação do Órgão de manter denúncias, mas ela estava brava porque fazia os boletins de ocorrência na delegacia e não via movimentação, ouviu da polícia que era crime de menor potencial ofensivo e ficou desmotivada. Walquíria disse a ela que se a justiça estava sendo omissa, ela não poderia ser omissa com os cuidados com ela própria e com o filho. A mulher estava sendo atendida no centro de saúde e médico ajustou seu medicamento, mas ela ainda não estava se sentindo bem.

Perspectivas: Walquíria acredita que muitas mulheres não têm coragem de denunciar que sofreram exposição devido aos julgamentos sociais. Ela afirma a necessidade da escuta sem julgamento, da empatia. Walquíria acredita também que as mulheres precisam do apoio jurídico para garantir seus direitos e precisam acreditar nessa possibilidade. Se elas escutam muitas regras e empecilhos logo no início, desacreditam, nem chegam a pedir medida protetiva, e isso contribui para que voltem ao ciclo da violência.

Contexto: Walquíria é contratada do Órgão desde 2018. Lá, mulheres em situação de violência recebem orientações iniciais sobre seus direitos e procedimentos legais. Geralmente, é feito um acolhimento, e, em alguns casos, acontecem mais, por exemplo, quando a mulher ainda não conseguiu outro atendimento e está vulnerável. O Órgão encaminha as mulheres para acompanhamento em centros de saúde, órgão municipal, estadual e duas clínicas-escola de parceria com faculdades. O período de pandemia estava afetando o funcionamento dos equipamentos, mas, em geral, violência contra a mulher é prioridade, e não há espera de atendimento maior que duas semanas nos centros de saúde. Walquíria explicou ainda que, no contexto de pandemia, estava ocorrendo muita solicitação de retirada de medida protetiva, devido ao aumento da dependência financeira. Ela explicou que as mulheres dizem estar arrependidas, que também provocaram o conflito. Elas são orientadas sobre o ciclo da violência, sobre a medida protetiva ser uma conquista, e são informadas que podem pedir a medida de novo caso necessitem. Algumas mulheres não têm a iniciativa de atualizar o cadastro para receber auxílios de serviço social, e os cadastros estavam interrompidos no período da pandemia. Walquíria avalia que há demanda de mais profissionais para auxiliar no acolhimento do Órgão. Ela

	diz se sentir afetada com os casos de violência contra a mulher mas ainda mais com violências que envolvem crianças.
<p>Ximena 45 anos Parda Assistente Social Capital. Órgão de acolhimento às mulheres B.</p>	<p>Relatos: Ximena contou de dois atendimentos que fez. O primeiro foi encaminhado por um serviço psicológico público, pois foi identificado que o caso envolvia violência de gênero. Tratava-se de uma mulher de aproximadamente 50 anos, que trabalhava em regime de 12 por 36h. Ela era casada há muitos anos com um trabalhador de nível técnico, com quem tinha uma filha e um filho e netos. Ela desempenhava papel de cuidado na família, um dos motivos que a fez se sentir injustiçada. Há alguns anos, ela havia descoberto algumas traições da parte dele, aparentemente ele tinha outro relacionamento. Ela queria separar e ele não queria. Ao mesmo tempo que a relação envolvia cuidados da parte dele, havia brigas ocasionadas por ameaças de exposição que ele fazia a ela, e em uma situação de descontrole, ela chegou a ser internada. Ela era ótima funcionária, muito responsável, mas, no dia que não trabalhava e estava em casa, bebia muito. Ela já tinha feito tratamento para alcoolismo e essa questão foi se agravando. Ela chegou para o atendimento muito deprimida. Ela havia feito cirurgia bariátrica, o que estava associado ao quadro depressivo. Ela começou a beber cada vez mais, sempre no dia da folga. Ela fazia todas as demandas da casa, mas ele começou a filmá-la bêbada e ameaçava a mostrar o vídeo para familiares e colegas de trabalho, dizendo que as pessoas saberiam quem ela é de verdade. Ele chegou a mostrar o vídeo para algumas pessoas da família. Ela ficou muito deprimida com isso. Ela queria ter certeza de que o vídeo tinha sido apagado, mas ele a chantageava, dizia que o vídeo estava guardado caso precisasse. O atendimento no Órgão envolveu a orientação quanto as providências que ela poderia tomar no âmbito da Lei Maria da Penha. Ela fez boletim de ocorrência e fez uma representação solicitando a determinação judicial de apagamento do vídeo. Ele recebeu a intimação e ficou muito nervoso, embora não tenha dito nada a ela. Na audiência, o juiz determinou o apagamento do vídeo e informou que, se o vídeo fosse compartilhado, ele seria penalizado. A mulher foi acompanhada por Ximena durante mais de um semestre. Ela era instável no atendimento e se justificava pelo excesso de trabalho. Algumas vezes chegava muito mal e no final chegava melhor. No último atendimento, ela estava bem, o relacionamento tinha ficado bom, o casal tinha acabado de fazer uma viagem. O medo dela era de ser exposta no ambiente de trabalho, que isso gerasse alguma dúvida quanto a ela. Ela dizia que o que tinha era uma doença relacionada à forma como ele a tratava, e, então, ela consumia álcool para tentar esquecer. Ela era uma pessoa serena, ficava agressiva com o uso do álcool. Ela estava se sentindo bem, não estava bebendo, ela dizia que não ia mais deixá-lo fazer aquilo com ela. Ximena acredita que ela está bem, pois foi estabelecido um bom vínculo com ela e ela sabia que, se precisasse, poderia ligar, mas ela não procurou mais o atendimento. O outro atendimento foi feito a uma mulher separada, com um filho de aproximadamente vinte anos. Ela tinha se relacionado com um homem muito possessivo e decidiu terminar o relacionamento. Ele pedia a ela para</p>

	<p>filmar as relações sexuais que tinham e, quando ela terminou, ele enviou um vídeo para o filho dela. O filho apoiou a mãe, mas ela ficou muito envergonhada. Ela não deu prosseguimento ao tratamento. Ela parecia querer pôr um fim à história, não queria falar e reviver. Ela recebeu as orientações jurídicas e foi à delegacia.</p> <p>Perspectivas: Ximena conta que mulheres têm como demanda central deletar as mídias que as expõem, mas nem sempre é possível. Ela considera que as mulheres precisam ser fortalecidas, sobretudo tomando conhecimento dos seus direitos.</p> <p>Contexto: Ximena contou que o Órgão recebe muita demanda de instituição de saúde militar, referente a mulheres em situações de violência por familiares militares, e também da Polícia Civil. Em geral, os policiais são alocados em serviços administrativos e têm as armas recolhidas, mas alguns adquirem outras armas no comércio clandestino. Ximena explicou que, no Órgão, os atendimentos de situações mais graves acontecem semanalmente, mas, de modo geral, ocorrem de 15 em 15 dias, e quando o desligamento está próximo, o atendimento é mensal. Ximena também viveu, recentemente, uma situação de violência que envolveu ameaça de exposição. Seu ex-marido não estava aceitando a separação e tentava fragilizá-la com o argumento de que ela não seria capaz de cuidar sozinha do filho. Ele vinha consumindo muito álcool e apresentando comportamento agressivo, inclusive chegando a brigar com familiares dela. Em um determinado momento, ele a provocou com insinuações a respeito de seu trabalho e de seu posicionamento político, e o filho pequeno repetia as insinuações do pai, sem entendê-las. Ela ficou muito nervosa e ele começou a filmá-la, chamando-a de desequilibrada, e ela jogou o celular dele na parede. Ela gravava muitos áudios com registros da agressividade dele e deixava pronta a mochila do filho, caso precisasse sair. Seu amigo advogado tinha orientado que ela dormisse com a porta do quarto trancada. Ela estava indo à casa de um familiar e seu então companheiro puxou a chave do carro, machucando a mão dela. Ela chamou um carro por aplicativo de celular. Ela pediu a esse familiar que não fosse até sua casa, pois seu então companheiro estava muito agressivo (depois ela viu que ele estava escondendo um facão em casa). Ela fez boletim de ocorrência e pediu medida protetiva. Ela recebeu suporte em seu local de trabalho. Ela tinha acabado de ajudá-lo a concluir um curso superior. Atualmente, ela trabalha para manter a boa relação entre seu filho e o pai.</p>
<p>Yeda 46 anos Negra Assistente Social</p>	<p>Relatos: Yeda descreveu três casos, que tomou conhecimento em seu trabalho no Órgão, que envolviam exposição da intimidade. O primeiro foi de um policial de alta patente que já tinha um histórico de violência contra sua esposa (que cuidava do filho deficiente e era dependente financeiramente dele) que começou a filmar tudo em casa, de momentos em que ela estava alterada até a execução das tarefas domésticas. Ele instalou câmeras na casa e ela não tinha privacidade. Ele a ameaçava. Houve uma audiência e ele levou essas gravações, que não foram aceitas</p>

<p>Cidade de pequeno porte da Região Metropolitana B.</p> <p>Órgão de acolhimento às mulheres.</p>	<p>pelo juiz. A filha do casal já havia exposto, na internet, uma agressão do pai a ela. A polícia não estava atuando no caso por corporativismo. O pai manipulava o filho mais novo contra a mãe. Ele pegou o filho, que acabou ficando com o pai, pois já tinha perdido o respeito pela mãe. Outro caso relatado foi o de uma bancária com deficiência auditiva, que apresentava insegurança para se relacionar devido a sua deficiência. Ela foi morar com o primeiro namorado que teve e ele começou a ameaçá-la. Ela percebeu que ele queria extorqui-la e, quando ela quis terminar, ele ameaçou a divulgar fotos íntimas dela no grupo da família dela, que era muito religiosa. Ela pediu medida protetiva. Quando ela chegou para o atendimento, ela estava em licença maternidade, tinha tido uma criança com ele. Ela voltou a trabalhar e ficou sem tempo para fazer o acompanhamento e foi orientada a seguir na rede privada, pois tinha condição financeira. Ela ficou com muito medo dele e o pai tinha que acompanhá-la para ela trabalhar. O terceiro caso relatado foi o de uma adolescente de 14 anos que morava com a mãe e o padrasto, que trabalhavam como caseiros, e um irmão adolescente. Ela ganhou um celular do padrasto e se envolveu em uma rede de pedofilia internacional. Ela começou a se relacionar com uma sargenta de outro estado. Ela tinha começado mentindo que tinha deficiência física e tinha criado um perfil de um suposto irmãozinho que passava necessidade. Depois ela desmentiu e enviava fotos dela à sargenta. A sargenta foi à festa junina da escola da adolescente e queria levá-la para seu estado, mas, no dia da festa, a adolescente se arrependeu e não foi. Ela tinha um distúrbio mental. O caso chegou pela sua mãe, que tinha tido muitas tentativas de auto extermínio, não se sabe se já pela situação da filha ou por outro motivo. O padrasto fazia uso abusivo de álcool e já tinha tentado agredir a mãe uma vez porque achou que ela estava olhando para outra pessoa. Ele se tornou suspeito por ter comprado o celular, sem ter qualquer conhecimento tecnológico, e seu alcoolismo se agravou.</p> <p>Perspectivas: Yeda acredita que a questão da exposição é mais intensa entre adolescentes. Ela afirma que a mulher que é exposta precisa ser ouvida, se sentir acolhida para contar sua história, exige mais sensibilidade, pois, como envolve intimidade, é um desafio a mais para ela falar. Ela defende que é preciso trabalhar a partir da história individual de cada mulher, respeitando seu tempo, sem adotar uma postura invasiva.</p> <p>Contexto: Yeda afirma que não esperava encontrar tantos casos pesados na cidade B. Ela já trabalhou em equipamento voltado para uso abusivo de drogas. Atualmente, trabalha em cidade de outra região do estado e percebe mulheres muito vulneráveis, em meio a muita violência psicológica e sofrimento mental, com poucos recursos, contando apenas com igreja. Yeda é divorciada e tem um filho jovem. Ela se envolveu, recentemente, em uma viagem, com um homem que trabalhava em empresa de ônibus. Ele enviou fotos íntimas dele e pediu para que ela enviasse, mas ela não enviou. Quando ela explicou a ele que achava que o relacionamento não daria certo, ele terminou e começou a compartilhar, com ela, conversas dele</p>
--	--

	<p>com outras mulheres, em que as mulheres pediam para ele ficar com elas. Yeda pensou que ele poderia ter exposto essas mulheres a mais pessoas e inclusive ter exposto ela própria. Quando ela falou da gravidade disso, ele e a irmã dele a bloquearam no <i>WhatsApp</i>. Ela também já recebeu mídias íntimas de um advogado que enviava imagens sem rosto e de um administrador que a enviava imagens em que seu rosto aparecia. Esse último já tinha sido seu namorado no passado. Ele era religioso e ficou assediando Yeda, mandando muitos vídeos. No início da conversa, ela enviou algumas fotos comuns, mas, depois, passou a se sentir intimidada. Sua terapeuta a orientou a salvar as imagens como provas, caso ela precisasse. Yeda não gosta de trocar esse tipo de conteúdo, prefere que fiquem reservados à intimidade.</p>
<p>Zuleica 62 anos Branca Psicóloga Capital. Órgão jurídico B.</p>	<p>Relatos: Zuleica descreveu alguns casos de exposição de imagens íntimas na internet atendidos por ela no Órgão. Um deles envolveu sequestro, ameaça de suicídio e tentativa de homicídio. O agressor chegou a ser preso e passou a usar tornozeleira. A mulher e sua filha estavam em atendimento psiquiátrico. Houve um caso em que, com o fim do relacionamento, o ex-companheiro postou uma foto antiga da mulher com um amigo dela, como se esse amigo fosse amante dela. O amigo era casado com uma amiga da mulher, o que gerou muito constrangimento. O agressor descumpriu a medida protetiva, passando na porta da casa dela. Ele foi preso em flagrante e passou a usar tornozeleira. Zuleica afirmou que fez o acolhimento de três casos recentes que envolviam ameaça de divulgação de imagem íntima caso as mulheres não retomassem o relacionamento. Ela contou que alguns casos envolviam montagem. Houve casos em que as amigas das mulheres apoiavam os ex-companheiros e as ofendiam nas redes sociais. Zuleica afirma que, dos casos que se lembra, as mulheres tinham condições financeiras para fazer acompanhamento psicológico na rede privada, sempre necessário nessas situações, pois mulheres passam a conviver com o medo ou com os danos da exposição e ofensas sofridas.</p> <p>Perspectivas: Zuleica afirma que os acolhimentos são muito tumultuados e difíceis. Às vezes têm a presença de promotora e de profissional responsável por registrar. As informações precisam ser compreensíveis e detalhadas, às vezes as mulheres precisam repetir. Mas as mulheres choram, gritam, ficam com o lado cognitivo muito afetado. Zuleica afirma que, quando a mulher passa por muitas instituições e tem que repetir as histórias para muitas/os profissionais, ocorre revitimização. Ela acredita que é bom ter uma equipe atendendo em conjunto para a mulher não precisar ficar repetindo sua história de violência. Zuleica afirma que as mulheres que sofrem ameaça têm muito medo de terem mídias divulgadas, sentem muita culpa por terem se envolvido com seus agressores, sentem decepção e raiva, mas o sentimento de culpa é muito maior que o da raiva. Elas sentem muito pânico e passam a vigiar também seus agressores. Elas procuram saber de antemão sobre o comportamento deles, ficam ansiosas. Mas Zuleica explica que o direito não pode trabalhar com a possibilidade,</p>

	<p>apenas com o ocorrido de fato. Ela acredita que é preciso fazer trabalho com agressores, mas é difícil desenvolver esse campo no contexto de desigualdade social. Ela acredita que a violência está ligada à falta de educação. Ela afirma que mulheres de diferentes condições sociais estão bem instruídas e apoiadas, seja nas instituições públicas e nas não governamentais. O que ocorre, muitas vezes, é que as providências tomadas não ocorrem no tempo que elas esperam.</p> <p>Contexto: O Órgão atende poucas questões de exposição, atendeu aproximadamente dez nos últimos anos. Em geral, os casos de exposição ocorrem com coação e ameaça. O Órgão trabalha em parceria com outro setor especializado em crimes digitais, para recolher aparelhos eletrônicos e outras providências. É possível bloquear perfis em redes sociais como <i>Instagram</i>, <i>Facebook</i>. No <i>WhatsApp</i> não possível, pois contas são criadas facilmente com novos números. Anteriormente, o Órgão atuava sobretudo em casos de descumprimento de medida protetiva, e, atualmente, expandiu os atendimentos para orientar em mais situações criminais. O Órgão também recebe denúncias anônimas. Há atendimento em grupo para orientação de mulheres. Zuleica ressalta e elogia a parceria com a Polícia Militar, que monitora as mulheres em situação de violência doméstica, para garantir segurança a elas. Zuleica acredita que as mulheres em situação de violência são bem amparadas pela rede de proteção. O Órgão recebe demandas de centos de saúde, relacionadas às mulheres que dão entrada com marcas de agressão. Ela afirma que o atendimento ficou deficitário com a pandemia. Zuleica é contratada do Órgão há 10 anos. Ela fez pós-graduação na área do direito. Ela se diz mais abalada com imagens, em processos criminais, de animais cortados (às vezes como vingança contra as mulheres), e também com violências contra crianças. Ela utiliza <i>Facebook</i> com conta fechada e sem usar seu nome verdadeiro, para se preservar, inclusive pelo fato de trabalhar com questões criminais.</p>
<p>Adriana 62 anos Branca Psicóloga Capital. Órgão de acolhimento às mulheres A.</p>	<p>Relatos: Em um ano, Adriana atendeu três casos envolvendo exposição de mulheres. O primeiro atendimento foi solicitado pela mãe de uma jovem de 19 anos que estava finalizando o último ano do Ensino Médio e trabalhava como modelo fotográfica. Ela era de classe popular, era filha única, e tinha mãe e pai presentes. Ela chegou para atendimento em estado de completa anedonia. Ela conheceu seu ex-namorado em uma festa, onde estava gravando um vídeo para uma banda, como dançarina. Ela começou a se relacionar com um MC e, depois de seis meses, resolveu terminar, porque ele tratava mal a mãe dele. Adriana percebeu que ela queria que ele gostasse dela, sem gostar dele necessariamente. Ela não sofreu com o fim do relacionamento em si. Ela tinha quase 40 mil seguidores no <i>Instagram</i>. Ele expôs fotos dela nua. Ela encerrou a conta e só ficava no quarto, não queria comer ou estudar, se isolou de todo mundo, se recolheu em casa, tendo ideias suicidas. Docentes da escola chamaram a mãe dela, pois ela não estava indo às aulas. Ela fez boletim de ocorrência e ele não se afastou, continuou a ameaçando. Ela pediu medida protetiva e ele parou de persegui-la. Adriana aconselhou a mãe a levá-la no psiquiatra, solicitando urgência ao posto de saúde. A equipe a qual ela era referenciada no posto</p>

de saúde estava de férias, o que retardou a marcação da consulta, mas ela não quis tomar os medicamentos. Quando o acompanhamento foi finalizado, ela já estava melhor e não chegou a ser medicada. Foram seis atendimentos, interrompidos porque ela estava sem tempo, estava fazendo auto escola. Foram trabalhados três pilares, autoestima, autoconfiança e projeto de vida. Foram discutidos pequenos projetos de vida para ela superar aquele momento. Ela concluiu o Ensino Médio, foi orientada a buscar docentes e estabelecer compromissos para conseguir a aprovação nas disciplinas. Foi trabalhada a diferença das relações no ambiente digital. Adriana também reforçou a transitoriedade das exposições diante dos projetos de vida que ela ainda tinha pela frente. A jovem não quis mais trabalhar como modelo e foram discutidas outras perspectivas profissionais, já que essa profissão tem vida curta. O segundo caso relatado por Adriana foi de uma mãe em situação de violência doméstica que ela estava acompanhando. Ela havia se separado há poucos meses do pai da filha de 13 anos. O pai tinha problemas psiquiátricos, como delírios, sentimentos persecutórios, e fazia uso abusivo de álcool e outras drogas. A filha estava fazendo fotos e vídeos com nudez a pedido de meninos. Ela tinha baixa autoestima e meninos a elogiavam. Ela marcou um encontro com eles, a pedido da mãe, e a mãe foi. Os adolescentes disseram à mãe que a filha estava fazendo aquilo porque queria. A filha foi convidada para fazer um trabalho fotográfico de agência por um menino de 16 anos, e a mãe não permitiu, desconfiada da história. A mãe não estava confiando na filha. A filha fazia uso de medicamentos de forma incorreta. Adriana estava trabalhando o fortalecimento da autoestima e autoconfiança da mãe, para colocar limite na filha, pois o pai desautorizava a mãe. O outro atendimento foi referente a uma mãe cujo ex-companheiro tinha voltado a assediá-la. Ela estava com problemas com o filho mais velho e tinha um bebê. A mãe era extremamente atenta. Ela desconfiou da filha do meio, de 12 anos, que estava passando muito tempo no banheiro. Ela pediu para ver o celular e viu que a filha estava enviando fotos próprias com nudez. A mãe tomou o celular dela e devolveu com dispositivo pelo qual podia saber o que ela estava acessando. A mãe tinha conhecimento de tecnologia. Ela disse à filha que, caso não correspondesse ao combinado, ela tomaria o celular. Ela chegou a tomar o celular porque a menina estava usando muito e estudando pouco, e depois o devolveu de novo. Adriana relatou, ainda, o caso de uma modelo de 21 anos que chegou para o atendimento pela situação de violência doméstica sofrida por sua mãe. Ela era de classe média, chegando a uma situação financeira pior devido à separação da mãe. Ela tinha Ensino Médio completo e formação em inglês, mas demonstrava ingenuidade. Ela ficou um ano em país estrangeiro sozinha trabalhando e não sabia para onde foram as fotos de biquíni que fazia. Ela trabalhava todos os dias e, além de não receber as mídias, não recebeu salário e foi avisada de que devia dinheiro. Ela foi para mais de um país estrangeiro, e a empresa queria cobrar dela as passagens. Ela não tinha contratos e estava fazendo teste para ir para país do Oriente Médio. Adriana a orientou sobre trabalho análogo à escravidão, sobre as restrições aos direitos das mulheres no lugar onde ela estava indo, sobre recursos de segurança, como códigos de comunicação, cópias de documento, conhecimento sobre embaixadas. Adriana afirma

que, muitas vezes, as famílias não têm conhecimento para orientar mulheres nessas situações, ou mesmo ler um contrato.

Perspectivas: Adriana acredita que, talvez pela solidão, as crianças têm se relacionado mais nos ambientes digitais, mas sem preparo anterior. Ela acredita que, na adolescência, as vivências de violência e exposição são mais destrutivas, pois é uma fase em que ainda não se tem uma estrutura emocional bem desenvolvida. Ela acredita que, quando isso é vivenciado na fase adulta, há mais recursos para uma superação mais rápida. Adolescentes pensam que as mídias ficarão restritas ao ciclo para onde foram enviadas, mas nunca se sabe o destino final delas. Adriana afirma que a primeira coisa a ser trabalhada com a mulher é autoestima. Elas se expõem por aceitação, desejo de ser amadas, recebem gratificação em forma de elogio. Quando a mulher sofre violência, ela perde autoconfiança e a percepção de que tem condições de sair da situação, e é o que precisa ser trabalhado. A autoconfiança fica abalada porque os agressores desqualificam as mulheres, as isolam, as culpabilizam, distorcem o que elas dizem, responsabilizando-as pelo fim do relacionamento e as violências que eles cometem. Adriana afirma que cada mulher tem seu tempo e seus recursos para a superação, como a fé, o sistema familiar, os sonhos. Em atendimento às mulheres, ela reforça aquilo que elas conquistaram mesmo em contextos de violências. Adriana afirma que, geralmente, as mulheres trazem baixa autoestima e baixa autoconfiança da adolescência. Ela ressalta que não trabalha com o termo vítima, que designa passividade.

Contexto: Adriana contribuiu na fundação de instituição pioneira no trabalho com mulheres em situação de violência – campo de trabalho de Adriana -, e também com homens agressores, que, à época, funcionava como medida alternativa a cumprimento de pena. A instituição começou trabalhando com sexualidade adolescente. Ela está no Órgão há um ano e meio, mas já tinha trabalhado em outros equipamentos da área. Ela considera que todas as mulheres, de diferentes condições sociais, são capazes de descobrir e reconhecer os próprios dons, melhorar a autoestima e se posicionar de forma mais empoderada nas relações, processo que ela admira.